UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÓMICA

PABLO OLLER MONT SERRATH

Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada

Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada

Formação e Consolidação da Agricultura Exportadora (1765-1802)

Pablo Oller Mont Serrath
pablo.montserrath@gmail.com

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo
2007

A Achilles, Célia e Diego, minha família.

Agradecimentos

À professora dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, que, para minha felicidade, aceitou orientar-me no ano de 2000, e ainda presta-se a carregar tal fardo. Além de amiga, e de orientadora segura, é exemplo de pensadora e pesquisadora.

Ao meu pai e à minha mãe, Achilles e Célia, que, oportunamente, me geraram. Sem os quais, brincadeiras à parte, poucos dos meus projetos se realizariam.

Ao meu irmão e amigo, Diego, por iluminar-me com gráficos, tabelas, cálculos, índices, alguns dos quais fazem parte do trabalho. Por, ainda, esforçar-se para decifrar a “complicada” escrita do século XVIII na tarde que passou, a meu pedido, no *Arquivo do Estado de São Paulo*.

À “dinda” Márcia Oller, pelos anos de sempre agradável convivência e por me ajudar a transformar meu escritório (ou, como gosta de dizer, *studio*) em um espaço mais aconchegante.

Ao Lucas Janonni Soares, amigo de todas as horas, pelas teses e livros emprestados, pelos papos, discussões e fofocas pessoais e acadêmicas, e por, eventualmente, acompanhar-me em aventuras étlicas.

À Rosangela Ferreira Leite, pela amizade de todos esses anos, pelo companheirismo, pela força e por ler e fazer sugestões ao primeiro capítulo da dissertação.

Ao Paulo Cesar Gonçalves, pelas inúmeras orientações, pelas baladas, pelo incentivo, e por uma leitura atenta e rigorosa do segundo capítulo.

Ao Igor Renato de Lima, pelas discussões sobre São Paulo colonial, e pelas propostas de correção aos primeiro e terceiro capítulos.

Ao professor dr. Pedro Puntoni e à professora dra. Raquel Glezer, pelas importantes argüições na banca de qualificação.

Ao professor dr. Tiago A. C. Reis Miranda, pelas aulas na pós e pela correção pormenorizada do trabalho de fim de curso, esboço de um dos capítulos da dissertação.

À professora dra. Marina de Mello e Souza, por permitir que pudesse acercar-me um pouco da realidade africana, fundamental para refletir sobre o Império Português.

Ao Rodrigo Ricupero, pelas “dicas” bibliográficas e por fazer sugestões e comentário aos primeiros trechos do trabalho.

Aos companheiros de trabalho, pela convivência e debate, Agatha Gatti, Ana Lúcia Nemi, Ana Paula Medicci, Ana Paula Torres Megiani, Augusto da Silva, Avanete Pereira Sousa, Fernanda Luciani, Íris Kantor, Joana Monteleone, Jockey Vieira de Souza, Jonas Soares de Sousa, José Evando de Mello, Katiane Soares Verazani, Leandro Calbente Câmara, Lélío Luiz de Oliveira, Luciana Santoni, Luís Otávio Tasso, Maria Aparecida Borrego, Maximiliano Mac Menz, Gustavo Accioli, Gustavo Tuna, Rafael Coelho, Regina Célia Gonçalves, e Sônia Barbosa.

Às amigas Anita Limulja, Marina Amaral e Melissa Machado.

Aos funcionários do *Arquivo do Estado de São Paulo*.

À Fapesp e à Cátedra Jaime Cortesão, que me concederam bolsas, sem as quais o trabalho seria inviável.

Durante a pesquisa em Portugal tive apoio e auxílio de diversas pessoas, às quais não posso deixar de agradecer. Ao Aldair Carlos Rodrigues, que, antes da viagem, deu-me desde conselhos até mapas, chip de celular, cartão de fotocópia e, inclusive, bolsa d'água. À professora dra. Fernanda Olival que me orientou com segurança e afinho pelos arquivos de Lisboa, apresentou-me a agradável cidade de Évora, além de receber-me em sua casa e obrigar-se a enveredar pela culinária vegetariana. Ao professor dr. Joaquim Romero de Magalhães, pelos agradáveis almoços e jantares em Lisboa, pelas orientações alfarrabísticas, pelo passeio por Coimbra e por aconselhar-me de que há horas em que a pesquisa deve, por mais que não se queira, cessar. À professora dra. Mafalda Soares da Cunha, pela ótima tarde em Évora, por disponibilizar o vasto banco de dados *Optima Pars*, e, aqui no Brasil, por discutir comigo parte do trabalho e fazer imprescindíveis sugestões. À professora dra. Heloísa Liberalli Belloto, que, estando em Lisboa, dispôs-se a me atender, a ouvir sobre o meu trabalho e a me dar importantes direções arquivísticas. Ao professor dr. Nuno Gonçalo Monteiro por receber-me em seu gabinete e fazer indicações importantes para a pesquisa nos arquivos portugueses. Aos sempre prestativos funcionários da *Biblioteca Nacional*, especialmente da sessão de reservados, do *Arquivo Histórico Ultramarino*, da *Torre do Tombo* e do *Arquivo Histórico Militar*. À senhora Fernanda Gonçalves, da Fundação da Casa de Mateus, pela atenção e pelo catálogo que, gentilmente, enviou-me. À dona Alexandrina Pereira, pela receptividade, pelos cuidados e excelentes licor de laranja e ensopado de feijoca com proteína texturizada de soja.

Por fim, mas não menos importante, à Marie Sakumoto, que apareceu, no momento final do trabalho, e socorreu-me com seu apoio de amiga, namorada e, nas horas vagas, sensei de nihongo.

Concluindo, dedico esta passagem, roubada de Cervantes, àqueles que, ainda, não consideram a pesquisa histórica um trabalho, no sentido *original* da palavra:

En resolución, él se enfrascó tanto en su lectura, que se le pasaban las noches leyendo de claro en claro, y los días de turbio e turbio; y así, del poco dormir y del mucho leer, se le secó el cerebro de manera que vino a perder el juicio.

“Le historien est volontiers metteur en scène.”
(Fernand Braudel)

“[...] em tudo o que não for desserviço he util
attenderem-se os Paulistas Nobres; porque pelo
meio de se attenderem e inflarem são capazes de
irem com gosto servir no Inferno se lá os
mandarem [...]”

(Martim Lopes Lobo de Saldanha)

RESUMO

Na América Portuguesa, a partir da segunda metade do século XVIII, foi marcante o esforço da política metropolitana por maior centralização administrativa a fim de manter, expandir e desenvolver os domínios coloniais. As medidas adotadas a partir do reinado de d. José I e do ministério do marquês de Pombal não cessaram com a ascensão de d. Maria I, em 1777, nem com a regência do príncipe d. João VI, a partir de 1792. Pode-se dizer que com os secretários de Estado sucessores, Martinho de Mello e Castro e d. Rodrigo de Souza Coutinho, ocorreu, no plano colonial, certa aceleração do processo iniciado por Sebastião José de Carvalho e Mello. Caso exemplar das diretrizes adotadas no período foi a restauração de São Paulo enquanto capitania-geral, em 1765, visando não só as necessidades de conquista territorial e defesa das fronteiras mas, igualmente, o estímulo e desenvolvimento econômico da capitania. Na tarefa de incrementar a agricultura exportadora, a Coroa portuguesa dependeu da elite colonial paulista, possuidora de riqueza anteriormente acumulada. O trabalho ora apresentado visa estudar a relação entre essa elite colonial e os diferentes governadores e capitães-gerais da capitania de São Paulo, enquanto agentes das decisões e do poder régio, durante o período de formação e consolidação da produção agrícola paulista voltada para o mercado externo.

Palavras-chave:

capitania de São Paulo; política e governo; governadores coloniais; elites coloniais; agricultura exportadora

ABSTRACT

In the Portuguese America, as of the second half of the 18th century, it was remarkable the effort made by the metropolitan police for a greater administrative centralization with the purpose to maintain, expand and develop the colonial domains. The measures adopted since the reign of d. José I and the ministry of Marquês de Pombal did not cease with the ascension of d. Maria I, in 1777, nor with the reigning of prince d. João VI, as of 1792. It may be said that with the succeeding Secretaries of State, Martinho de Mello e Castro and d. Rodrigo de Souza Coutinho, there was, in the colonial plan, a certain acceleration of the process initiated by Sebastião José de Carvalho e Mello. An exceptional case of the directives adopted during such period was the restoration of São Paulo as a general captaincy, in 1765, aiming not only at the territorial conquest needs and frontier defense, but also the economical incentive and development of the captaincy. In order to develop the export agriculture, the Portuguese Crown depended on the colonial elite of São Paulo, possessor of a previously accumulated wealth. The purpose of this paper is to study the relation between the colonial elite and the different governors and general captains of the captaincies of São Paulo, as agents for the decisions and royal power, during the formation and consolidation of the agricultural production of São Paulo towards the foreign market.

Lista de Ilustrações

Mapas

Mapa 1 - São Paulo e a Serra do Mar	75
Mapa 2 - Geografia da produção açucareira na capitania de São Paulo (1799)	113
Mapa 3 - Geografia dos maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo (1799)	115
Mapa 4 - O caminho da Piedade e o vale do Paraíba no fim do séc. XVIII	186

Gráficos

Gráfico 1 - Número de engenhos e produção de açúcar da região de serra-acima (1793-1799)	117
Gráfico 2 - Produção de açúcar (em arrobas) na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)	119
Gráfico 3 - Número de escravos na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)	120
Gráfico 4 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)	131
Gráfico 5 - Saída de embarcações do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)	149

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Soldos dos governadores do Brasil e das ilhas (segundo quartel do século XVIII)	47
Tabela 2 - Soldos dos governadores da capitania de São Paulo (1765-1802)	48
Tabela 3 - Coeficiente de C. Gini da riqueza em vilas e freguesias da capitania de São Paulo (1765-1767)	108
Tabela 4 - Maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo (1799)	114
Tabela 5 - Evolução do quadro da produção açucareira dos dois quadriláteros mais a vila de Atibaia (1793-1799)	116
Tabela 6 - Evolução do crescimento de engenhos e da produção de açúcar na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1793-1799)	117
Tabela 7 - Os dez maiores proprietários de escravos na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)	118
Tabela 8 - Os dez maiores produtores de açúcar na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)	119
Tabela 9 - Produtividade dos engenhos de açúcar da região de serra-acima (1798)	121
Tabela 10 - Produtividade dos engenhos de açúcar da vila de Itu (1798)	121
Tabela 11 - Padrão da posse de escravos de engenhos de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (1778-1817)	123
Tabela 12 - Direitos dos escravos de Benguela vendidos para serra-acima (1791-1795)	124
Tabela 13 - Relação dos escravos despachados na alfândega de Santos (1779-1786)	125
Tabela 14 - Saída de embarcações do porto de Santos para Benguela e Angola (1789-1795)	126
Tabela 15 - Quantidade de embarcações que saíram do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)	130
Tabela 16 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos segundo as Balanças de Comércio de Portugal (1790-1801)	240
Tabela 17 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)	241

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I – POVOAR, DEFENDER, DESENVOLVER	18
O Tempo do Ladrilhador	19
Administradores Profissionais	39
Mundo, Vasto Mundo	61
Capítulo II – SÃO PAULO RESTAURADA	83
Uma Empresa Exportadora	85
Ouro Branco	107
O Rei e Seus Vassalos	134
Capítulo III – ENTRE OS QUE SERVEM A SUA MAJESTADE	153
Nem Bugres Rebeldes Nem Mansos Fidalgos	155
Caim e Abel	175
De Herói a Lobo Voraz	204
Conclusão	228
Apêndices	
Apêndice 1 - Movimento transatlântico de embarcações no porto de Santos (c.1774-c.1802)	232
Apêndice 2 - Cálculo aproximado do preço do açúcar no porto de Santos (1790-1801)	240
Anexos	
Anexo 1- A capitania de São Paulo (1765)	242
Anexo 2 - A capitania de São Paulo (1802)	244
Anexo 3 - O Império Português em fins do século XVIII	246
Anexo 4 - Resumo geral dos engenhos de açúcar das vilas de serra-acima da capitania de São Paulo (1793-1799)	248
Fontes e Bibliografia	267

Introdução

A criação do Conselho Ultramarino, em 1643, da Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, a concretização, a partir de 1645, de um sistema de transporte marítimo que se defendesse dos ataques de corsários por meio do regime de comboios, marcam, dentre outras providências, o início de um movimento que visava restabelecer e fortalecer o Império Português, depois da restauração bragantina¹. No plano da administração da América, a questão dos limites do domínio territorial lusitano com o espanhol passou a ter cada vez mais destaque. Desde a assinatura, em Tordesilhas, do primeiro tratado sobre o tema entre Portugal e Espanha, em 1494, as disputas pela posse dos territórios americanos foi contínua. Arrefeceram em 1580, com a união das duas coroas, e voltaram à baila a partir de 1640².

Se a mudança da capital do Brasil, em 1763, de Salvador para o Rio de Janeiro não estava relacionada somente a assuntos militares, esse fator foi, com efeito, de extrema importância³. A assinatura do Tratado de Madri, em 1750, não solucionara os problemas marciais entre portugueses e espanhóis no sul da América. A troca da região à margem leste do rio Uruguai, conhecida como Sete Povos das Missões, pela colônia do Sacramento mostrou-se tarefa inexecutável. Por um lado, a entrega daquela para Portugal teve que passar por cima da resistência indígena⁴. Por outro, as agressões entre portugueses e castelhanos não cessaram e o cumprimento das determinações não foi

¹ Cf. Pedro Octávio Carneiro da Cunha. “Política e Administração de 1640 a 1763”. In Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 8 tomos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 6ª edição (1ª edição de 1960), tomo I: a época colonial, vol. 2: administração, economia e sociedade, pp. 9-44.

² Síntese da questão encontra-se em Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, 7ª edição rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues (1ª edição de 1907), pp. 205-220; para uma versão revista e ligeiramente aumentada desse que é o capítulo X da obra, veja-se, do mesmo autor, a parte VII de “Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil”. In Idem. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, pp. 119-143.

³ Cf. Lourival Gomes Machado. “Política e Administração sob os últimos vice-reis”. In Sérgio Buarque de Holanda (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 8 tomos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 6ª edição (1ª edição de 1960), tomo I: a época colonial, vol. 2: administração, economia e sociedade, pp. 355-379.

⁴ Importante relato da disputa entre padres e índios contra espanhóis e portugueses na posse da região, que culminou na chama *Guerra dos Guaranis*, encontra-se em *O Passado Missionário no Diário de um Oficial Espanhol: diário do capitão dos dragões d. Francisco Graell*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. Sobre a guerra, veja-se General F. de Paula Cidade. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, pp. 47-62.

efetivado até atingir a cisão do tratado em 1761⁵. Um ano depois, impossibilitado o acordo, e já no âmbito da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), tropas espanholas começaram a invadir e tomar territórios portugueses no sul do Brasil.

É nesse contexto belicoso que se insere a restauração de São Paulo. Em 1748, considerando a dificuldade de o governador do Rio de Janeiro administrar Goiás e Cuiabá, o rei criou dois novos governos para aquelas capitanias. Pela mesma provisão, o da capitania paulista era destituído, ficando subordinada à do Rio de Janeiro e, no campo militar, administrada pelo governador de Santos⁶. Dezesete anos depois, em 1765, era restituída a autonomia administrativa de São Paulo e enviado um governador que tinha como objetivo administrá-la e, com as tropas paulistas a serem reformadas, defender as regiões do sul contra os ataques espanhóis. No entanto, apenas restaurá-la não bastava. Era necessário adequá-la ao quadro mais geral de reformas que, embora tenham iniciado em períodos anteriores, ganharam força a partir de d. José I e nos reinados subseqüentes.

De um ponto a outro do Império Português as mudanças foram sendo implementadas, por meio de um projeto comum, ainda que devesse levar em conta as especificidades de cada local. Além da defesa e garantia da posse dos domínios e da centralização administrativa, havia grande interesse em desenvolver a produção agrícola dos territórios das conquistas. Em São Paulo não foi diferente. Para tanto, foi indispensável não só fomentar e aplicar uma série de renovações na capitania, mas congregar o engajamento de uma elite local possuidora de recursos e disposta a auxiliar na empreitada. Na esfera do incremento da lavoura paulista mercantil-exportadora, entre sua formação (1765) e sua consolidação (1802), a associação do rei com seus vassalos apresentava-se, pois, renovada.

Nos últimos tempos, têm-se avolumado os interesses e os estudos sobre São Paulo, seja a capitania seja a cidade. Parece que todo trabalho sobre o tema que se preze deve começar com uma extensa discussão bibliográfica, examinando, criticando e ressaltando os principais pontos, os avanços e os recuos da historiografia até então. O modelo vem do estudo seminal de Ilana Blaj, defendido como tese de doutorado em 1995 e

⁵ Cf. Andréa Mansuy Diniz Silva. "Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808". In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, 2ª edição (1ª edição brasileira de 1997; 1ª edição inglesa de 1984), vol. 1, pp. 480-481; e

⁶ Cf. "Provisão Regia [cópia] Abolindo o Governo Separado de São Paulo, 1748". 24 de agosto de 1748. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 11, 1896, pp. 39-41.

publicado em 2002⁷. No primeiro capítulo, a autora desenvolveu análise da historiografia paulista do século XIX até meados da década de 1990, naquilo que nominou *A construção das imagens*⁸. Não nos renderemos à praxe, com temor de repetir o que já fizeram, certamente melhor do que faríamos⁹. Por ora, basta salientar que certa historiografia, ao tratar de São Paulo no período anterior ao governo do morgado de Mateus (1765-1775), interpretou-o como sendo característico de decadência, pobreza e isolamento¹⁰. Autores como Mafalda Zemella¹¹, John Monteiro¹² e a própria Ilana Blaj evidenciaram que, mesmo podres, se comparadas a outros exemplos da América Portuguesa, certo nível de mercantilização se desenvolveu tanto na cidade como na capitania de São Paulo.

Tendo isso em conta, nossa hipótese é que para formar e consolidar a produção agrícola paulista voltada para o mercado externo, os governadores e capitães-generais, enquanto agentes da Coroa portuguesa, dependeram de uma elite colonial com riqueza anteriormente acumulada e, desse modo, capaz de promover o empreendimento. Os dilemas e conflitos que surgem dessa relação, advêm da necessidade, por parte desses governantes, de implementar tal reforma na capitania de São Paulo e, ao mesmo tempo, lidar com os anseios dessa elite necessária para o estabelecimento e o bom funcionamento do projeto.

Podemos pensar em dois níveis de dilemas e conflitos: um vertical, outro horizontal. O primeiro diz respeito às relações mais rés-do-chão, e de importância vital, tanto intra-elite como entre a elite e os governadores da capitania de São Paulo. Sua origem era da ordem de interesses variados: econômicos, políticos, sociais, simbólicos. No caso dos conflitos, é difícil hierarquizar um tipo específico dessas inúmeras esferas, uma vez que essas distinções ainda são, na sociedade moderna, absolutamente

⁷ Cf. Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

⁸ Cf. Idem, ibidem, pp. 39-85.

⁹ Veja-se, além da obra de Ilana Blaj, para período posterior à década de 1990, Lillian de Cássia Lisboa Miranda. *Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Departamento de História / FFLCH / USP, 2002, tese de doutorado, pp. 59-66; e para um balanço historiográfico indispensável sobre as abordagens que se fizeram dos “agentes mercantis”, Maria Aparecida de Menezes Borrego. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado, pp. 12-35.

¹⁰ Mais para frente, no segundo capítulo, *pontuaremos* algumas obras que compartilharam dessa visão, e que, todavia, oferecem subsídios fundamentais para pensar a transição de uma economia de abastecimento para uma mercantil-exportadora na capitania de São Paulo.

¹¹ Cf. Mafalda P. Zemella. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 2ª edição (1ª. edição de 1951).

¹² Cf. John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

imbricadas. Além disso, entendemos conflito, especificamente no que diz respeito à relação entre os governadores e a elite, como um vínculo no qual se incluíam a coerção, a negociação e, inclusive, a recompensa, sem, todavia, ignorar-se a exploração colonial, que tornava ainda mais intrincado esse processo.

No limite, as questões econômicas, políticas e administrativas da capitania de São Paulo, em fins do século XVIII e princípios do XIX, são os dilemas e os conflitos próprios do *Antigo Sistema Colonial*: Metrópole e colônia; mercado europeu e abastecimento interno; poder régio e poder local; privilégios e punições; senhores e escravos; governadores e elites¹³. A partir da segunda metade do século XVIII, a *contradição colonial*, em que para explorar era preciso desenvolver, chegava a seu termo, ou seja, à *crise*. Se o fim da sustentabilidade da exploração colonial estava ligado a questões conjunturais, especialmente depois da vinda da família real para o Brasil, em 1808, o plano estrutural, no processo de independência, teve fundamental importância. Desse ponto em diante, a atuação das elites não poderia dar-se no âmbito da exploração colonial, mas no da dinâmica do próprio capitalismo. Ainda que houvesse resquícios do período anterior, as estruturas e relações estavam inseridas em nova *determinação*¹⁴. Foi por conta do processo de desenvolvimento de São Paulo, iniciado em 1765, que a

¹³ É bom ressaltar, desde já, que a noção de *Antigo Sistema Colonial* que usamos aqui é aquela formulada por Fernando Novais, não aquela que, erroneamente, a ele imputam. O *Antigo Sistema Colonial* não é um conceito apriorístico nem lança mão de uma teleologia equivocada. Ele é o ponto de chegada de alguém que mirou seu objeto na diacronia e que, após um longo percurso, pôde, ao (re)construir seus nexos, vislumbrar não o sentido que ele inevitavelmente deveria ter tomado, mas o sentido que, sob determinado ponto de vista, efetivamente tomou. Importante (e uma das primeiras) caracterização do conceito encontra-se no texto intitulado “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectivas históricas”. In Fernando Antônio Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2005, pp. 23-43. Para além desse, vale citar também “O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial”. In Idem, *ibidem*, pp. 45-60. O conceito, entretanto, vai ganhar novo fôlego e forma ainda mais definida no notório e modelar *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, 6ª edição (1ª edição de 1979). A construção de Novais é desdobramento das formulações de Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942. Para crítica ao conceito elaborado por Fernando Novais, veja-se João Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. 4ª. edição revista (1ª. edição de 1993). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; e para resposta a ela, a famosa nota 15 de Fernando Antônio Novais. “Condições da privacidade na Colônia”. In Idem (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 4 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1, pp. 14-39; o mesmo texto encontra-se em Idem. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, pp. 205-223.

¹⁴ Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias. “A interiorização da metrópole”. In Idem. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, pp. 7-37; e, principalmente, Florestan Fernandes. “A Sociedade Escravista no Brasil”. In Idem. *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1976, pp. 11-63.

elite da capitania, mais tarde partícipe da independência, fortaleceu-se e enriqueceu-se em grande escala¹⁵.

A análise desenvolvida objetiva, então, verificar as medidas de fomento econômico na capitania de São Paulo nos anos de 1765 a 1802; perceber a produção açucareira do período, principal gênero exportado; investigar a elite colonial paulista, bem como sua inserção nos cargos e postos da capitania; e, finalmente, constatar os dilemas e conflitos da relação tanto intra-elite como entre ela e os agentes régios. Isso inserido no quadro mais geral da crise da relação entre Portugal e sua principal colônia. Nesse sentido, dentre os problemas que devemos ter em mente, a questão da recepção e da apropriação das idéias do reformismo pelas elites coloniais é de extrema importância¹⁶. Entender as relações desses indivíduos com os agentes do poder régio é considerar um conjunto de tensões de caráter dialético e não antinômico. É compreender que, assim como os governadores também tinham interesses próprios, não havia uma elite local homogênea. E, a partir disso, verificar que esses dois conjuntos de figuras não estavam estanques, mas, antes, numa complexa relação, na qual se imbricavam, repulsavam-se e articulavam-se.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, “Povoar, defender, desenvolver”, discutimos como, a partir da segunda metade do século XVIII, o intento de centralização administrativa da Coroa portuguesa com relação a suas colônias foi efetivo, de tal modo que esse esforço pode ser percebido claramente nos diversos domínios de Portugal. A partir desse quadro é possível, então, pensar e discorrer sobre a inserção de São Paulo nas reformas do período, já que, a partir de 1765, com a sua restauração, os principais interesses da Metrópole com relação à capitania eram, em primeiro lugar, garantir a defesa do sul em disputa com os espanhóis, e, em segundo, instaurar e desenvolver, como o fez também em outras partes do império, uma agricultura de tipo exportadora. Aliados indispensáveis à realização dessas reformas foram os governadores coloniais, para os quais, durante o século XVIII, é possível apontar novo estatuto. No caso de São Paulo, no período em pauta, foram eles: d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus (1765-1775); Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782); Francisco da Cunha Menezes (1782-1786); José

¹⁵ Caso exemplar é o de Antonio da Silva Prado que enriqueceu com o comércio de gado nesse período e, junto com os Andradas, teve participação destacada na independência do Brasil. Cf. Maria Thereza Schoper Petrone. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1976.

¹⁶ Cf. Francisco José Calazans Falcon. “Pombal e o Brasil”. In TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp. 149-166.

Raimundo Chichorro da Gama Lobo, governador interino (1786-1788); Bernardo José de Lorena (1788-1797); e Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802). A partir da atuação desses sujeitos na administração da capitania, apresentamos os limites, físicos inclusive, da administração portuguesa, a fim de entender o tipo de centralização possível, e as dificuldades que a monarquia teria que superar para aplicar seus desígnios às diversas localidades de seus vastos e longínquos domínios.

No segundo capítulo, “São Paulo restaurada”, tecemos análise de como se insere, no período estudado, o esforço para estabelecer um novo tipo de produção em São Paulo, passando de uma agricultura voltada para o abastecimento interno da colônia, a uma produção para a Metrópole e para o mercado europeu. A produção do açúcar, principal gênero comercializado pela capitania, é investigada, ressaltando-se seu volume, mão-de-obra, geografia e número de engenhos em São Paulo em fins do século XVIII, com especial destaque à chamada região de *serra-acima*. A fim de entender melhor a associação entre a elite colonial e a Coroa portuguesa, na figura de seus governadores e capitães-generais, para o estabelecimento dessa *empresa* exportadora, destacamos o jogo de interesses entre, de um lado, a Metrópole, e, de outro, os principais sujeitos da capitania paulista.

Por fim, no terceiro capítulo, “Entre os que Servem a Sua Majestade”, debatemos o conceito de elite e propomos formulação que permita vislumbrar melhor a *elite colonial paulista*. Examinamos as disputas na capitania e as associações entre os diferentes sujeitos, e seus interesses, ora divergentes ora convergentes. Ponderando que houve, de fato, contendas em momentos anteriores à restauração de São Paulo, mas, a partir de 1765, com as reformas empregadas, elas ganharam nova configuração. Enfim, demonstramos que a vinda de um capitão-general próprio para a capitania trouxe, ao mesmo tempo, benefício e prejuízo às elites paulistas; pois que os governadores funcionaram, muitas vezes, como seus porta-vozes, e, por outro lado, o poder delas se viu, em grande parte, cerceado. No rol das preocupações desses administradores, junto com questões econômicas, geográficas e militares, havia, ademais de seus próprios interesses, problemas relacionados tanto ao cumprimento da autoridade como ao trato com os principais da terra. Entendemos que no exercício desses mandados houve um movimento de articulação e cooptação, mas, também, vínculo entre esses governadores e a elite paulista, algumas vezes sem, todavia, necessariamente fazer frente às inúmeras ordens e determinações régias.

Capítulo I

POVOAR, DEFENDER, DESENVOLVER

Os domínios da Coroa de Portugal, na medida em que seu controle alastrou-se por espaços marítimos do Atlântico, do Pacífico e do Índico, adquiriram sentido até então inédito, com territórios imensos, em espaços descontínuos. Tal situação gerou um império de caráter singular, com instituições variadas nas diversas áreas, tendo no pluralismo administrativo solução de governabilidade. Estendendo-se por terras além-mares, dependeu de mecanismos de mando capazes de conviver com os poderes locais e as dificuldades impostas pela distância. Como consequência, o Império Português se nos parece pouco homogêneo, descentralizado e com centros políticos *relativamente* autônomos. Mas longe de esta característica ser uma fragilidade, revela a capacidade inventiva da administração ultramarina portuguesa na adaptabilidade de suas instituições¹.

O tempo do ladrilhador

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, contrapunha dois tipos de colonização, os de Portugal e da Espanha. No primeiro, característica que, para o autor, permeara inúmeros aspectos da própria sociedade portuguesa, destacava a “ordem do sementeiro”, ou seja, o não “torcer a ordem da natureza”, o lançar as sementes à terra e deixar que germinem e cresçam segundo suas próprias disposições. No segundo, ao contrário, a “ordem do ladrilhador”, as regras e os padrões estritos, daqueles que para assentar um ladrilho após o outro devem calcular, medir, ponderar. Este tinha como causa a “fúria centralizadora, codificada, uniformizadora de Castela”, que se exercia “até sobre o traçado das cidades coloniais”. Aquele, “certa liberdade”, um “natural conservantismo”, um “deixar estar” típico português. Para Sérgio Buarque, não se tratava de compará-los para os avaliar. Mesmo assim, a desvantagem ficava por conta dos castelhanos, cujo modelo advinha da desunião interna do povo e da “permanente ameaça de desagregação”. Já Portugal, “um país comparativamente sem problemas”, tinha a seu favor, além da precoce unidade política, o fato de aplicar a própria ordem

¹ António Manuel Hespanha e Maria Catarina Santos, analisando as diversas tipologias das formas de domínio, concluem que, diferentemente dos impérios ditos clássicos, fundados “sobre o domínio homogêneo de um território” e integrados “numa estratégia de reputação da coroa, o império português obedece a uma lógica mais pragmática e económica, fundada sobre a autonomia e a modularidade das partes componentes e sobre a economia dos custos políticos da administração dos territórios”. António Manuel Hespanha & Maria Catarina Santos. “Os poderes num império oceânico”. In José Mattoso (org.). *História de Portugal*. 8 vols. Lisboa: Estampa, 1992, vol. 4, p. 408.

“em que estão postas as coisas divinas”²; aqui, servia-se de Antônio Vieira, que, no *Sermão da Sexagésima*, criticando a extravagância do linguajar dos pregadores de então, argumentava que o estilo de pregar na terra deveria ser o mesmo do céu, em que as “palavras são as estrelas, os sermões são a composição, a ordem, a harmonia e o curso delas”. “Um e outro é semear”, dizia o pregador, “a terra semeada de trigo, o céu semeado de estrelas. O pregar há-de ser como quem semeia, e não como quem ladrilha ou azuleja. Ordenado, mas como as estrelas”. Enfim, lançava a passagem de que se serviu Holanda: “Todas as estrelas estão por sua ordem; mas é ordem que faz influência, não é ordem que faça labor. *Não fez Deus o céu em xadrez de estrelas*, como os pregadores fazem o sermão em xadrez de palavras”³.

Não nos interessa corroborar ou não o argumento de Sérgio Buarque, para o qual devem pesar os limites que um ensaio deve ter, o desenvolvimento das pesquisas desde então e, mais ainda, os objetivos que o autor queria alcançar. Mas, tomando essa idéia de semeador e de ladrilhador, perceber como, a partir da segunda metade do século XVIII, o *intento* de centralização administrativa da Coroa portuguesa, especialmente com relação a suas colônias, é evidente a tal ponto que se possa considerar o período como o *tempo do ladrilhador*, no moldes apontados por Holanda.

No limite, essa pretensão de dar fôlego ao Império Português estava diretamente vinculada ao movimento de restauração bragantina, no pós-1640⁴. Entretanto, é no século XVIII, mais ainda na segunda metade, que se pode perceber por parte da Metrópole portuguesa tentativa de dar maior centralização à administração de seus domínios mediante projetos e políticas determinadas que incluía num mesmo plano todo o Império, ainda que levassem em conta as especificidades, em vários níveis, de cada parte. Fernando Antônio Novais, analisando os *Problemas da Colonização Portuguesa*, demonstra que os estadistas lusitanos do final do século XVIII propuseram maneiras da monarquia enfrentar aquilo que nomina crise do Antigo Sistema Colonial⁵. “Tratava-se”, afirma Novais, “de remover os obstáculos ao pleno funcionamento do

² Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, 5ª. edição, revista (1ª. edição de 1936), p. 82-83.

³ Pe. Antônio Vieira. “Sermão da Sexagésima”. 1655. In Idem. *Obras completas do Padre Antônio Vieira: sermões*. 15 vols. Porto: Lello & Irmão, 1959, vol. 1, p. 19 (grifos nossos).

⁴ As obras sobre a restauração portuguesa são inúmeras, para uma análise clássica desse processo e, especialmente, do homem português nele, veja-se Eduardo D’Oliveira França. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁵ Cf. Fernando Antônio Novais. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, 6ª edição (1ª. edição de 1979). Especialmente o famoso capítulo II, intitulado “A Crise do Antigo Sistema Colonial”, pp. 57-116.

sistema colonial, na nova conjuntura; tanto assim que o trabalho visa desde logo definir um «sistema» de relações entre Portugal e domínios com mútuas vantagens, tornando o «enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua Metrópole... tão natural quanto pouco o era o de outras colônias que se separaram da sua mãe-pátria»⁶. Nesse sentido, o quadro de fins do século XVIII compunha-se da seguinte forma: de um lado o grande e acelerado desenvolvimento econômico de países como a Inglaterra, de outro, a necessidade de enquadrar Portugal nas mudanças próprias do período e de vincular as colônias, particularmente o Brasil, a esse projeto. Tal necessidade, entretanto, não aparecia ofuscada na visão dos pensadores portugueses, houve, ao contrário, elaboração de propostas de fomento e superação mesmo antes do chamado período pombalino⁷. O mais ilustre deles talvez seja d. Luís da Cunha, que, na década de 40 do século XVIII, dedicou um *Testamento Político* ao então príncipe d. José⁸. Nele, dentre outras coisas, destacando o problema do pouco povoamento do reino, constatava serem quatro as “sangrias” que sofria o “corpo do Estado”: a primeira, eram as pessoas, “de ambos os sexos”, que entravam nos conventos, “porque comem e não propagam”; a segunda, “é o socorro da gente que anualmente se manda para a Índia”; a terceira, a ida de pessoas para o Brasil, que “ao cheiro das minas querem lá ir buscar sua vida”; a quarta, e última, era a Inquisição, “porque diariamente com medo dela *estão saindo de Portugal com os seus cabedais os chamados cristãos-novos*”⁹. Mais adiante, tratando dos cristão-novos e mais propriamente dos judeus, d. Luís da Cunha vinculava o necessário desenvolvimento das manufaturas em Portugal à tolerância religiosa, uma vez que os semitas, se fossem garantidas “liberdade de religião e segurança de que os seus bens não serão confiscados”, emprega-los-iam “em renovar e aumentar as sobreditas manufaturas”¹⁰, tão importantes para a promoção da riqueza do reino. Mesmo com essas propostas de reformas sendo firmadas, foi, de fato, com o governo de d. José (1750-

⁶ Fernando Antônio Novais. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit., p. 118. A citação feita por Novais é de d. Rodrigo de Souza Coutinho em sua *Memória sobre o melhoramento dos Domínios na América*. 1797.

⁷ “E todavia, se não se pode dizer que essas vozes tenham clamado no deserto (até porque algumas delas eram de estadistas nas mais altas funções governamentais), o fato é que uma política verdadeiramente protecionista e industrialista não se articula em caráter persistente antes de 1769-1770, isto é, na ‘terceira fase’ da governação pombalina”. Idem, ibidem, p. 131.

⁸ O “Testamento Político” também é conhecido como “Máximas discretas sobre a forma necessária da agricultura, commercio, milícia, marinha, tribunaes, fabricas, etc., de Portugal representadas e dirigidas ao Serenissimo Senhor D. José príncipe da Beira, augusto filho do Senhor D. João V, por D. Luiz da Cunha”. Para uma síntese biográfica e das idéias de d. Luís da Cunha, veja-se Moses Bensabat Amzalak. *D. Luís da Cunha, como economista*. Lisboa: Museu Comercial de Lisboa, 1922.

⁹ *Testamento Político de d. Luís da Cunha*. 174?. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, pp. 71-76 (grifos nossos).

¹⁰ Ibidem, p. 99.

1777), e o ministério de Sebastião José de Carvalho e Mello, que ocorreu tentativa mais efetiva, e semeadora de frutos, de solução dos problemas de Portugal, especialmente no que diz respeito aos domínios ultramarinos¹¹.

Contudo, antes de qualquer coisa, é preciso refletir sobre o papel de Sebastião de Carvalho e Mello nesse período. José Maria Latino Coelho, abrindo a obra comemorativa do centenário da morte do marquês de Pombal, pontuava:

Quando um povo pelos erros dos seus monarchas, pelos vícios da sua indole, e pela influencia das circumstancias, degenerado inteiramente da sua actividade primitiva, da sua pristina grandeza, e da sua prosperidade nacional, chegado á ultima degradação da intelligencia e dos costumes, está prestes a apagar o seu nome na lista das nações, só dois caminhos se lhe offerecem para frustrar o destino, que o está ameaçando. Só ha dois meios para evocar de novo á existência um povo, que raiou as extremas da sua decadência: a revolução, que é a energia violenta da propria sociedade, acordando do seu lethargo diuturno pela ressurreição da consciencia, ou o despotismo illuminado, que é a força de um só homem, substituida á dormente razão da sociedade.¹²

Para a “revolução” realizar-se seriam necessárias “condições” por demais complicadas. Na ausência delas, a única salvação era um despotismo que “cansado de embrutecer e opprimir, espontaneamente se resolve a opprimir e a illustrar”¹³. O protetor de Portugal não seria o rei d. José I, porque suas “faculdades eram porventura inferiores ás do seu predecessor”. Mas Sebastião de Carvalho e Mello, “a revolução inconsciente, que vinha tomar das mãos ao débil potentado o sceptro, que elle mal podia suster e menear”¹⁴. O marquês de Pombal configurava-se, aqui, como o “homem-causa”, aquele que, sozinho, guiaria Portugal de volta aos gloriosos tempos de antão¹⁵.

¹¹ Francisco Calazans Falcon caracteriza a política no primeiro decênio do chamado período pombalino por uma determinação “firme e inabalável à eliminação sistemática de todas as formas de oposição ao poder do Estado absolutista. Tal determinação, que logo iria despertar nos seus contemporâneos a imagem do despotismo pessoal mais violento, veio a ser o traço distintivo desse período, acompanhado, como de fato ele o foi, pela correção dos abusos e modernização da estrutura administrativa efetuadas a partir de uma centralização de decisões em escala crescente”. Francisco Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 374.

¹² José Maria Latino Coelho. “O Marquez de Pombal”. In *O Marquez de Pombal: obra comemorativa da sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, primeira parte, p. 1.

¹³ Idem, ibidem, p. 2.

¹⁴ Idem, ibidem, pp. 6-7.

¹⁵ A expressão “homem-causa” é utilizado por Hélio Avellar, que, todavia, considera que o “pombalismo” “foi, isto sim, um estilo político baseado numa doutrina, com fins pragmáticos e conciliando os ideais do século com as condições peculiares de Portugal”. Hélio de Alcântara Avellar. *História Administrativa do Brasil*. Vol. V. DASP – Centro de Documentação e Informática, 1970, p. 12.

Ange Goudar, no seu *Discurso Político*, supostamente atribuído a Pombal¹⁶, referindo-se a famoso ministro francês, afirmava de forma cáustica: “Inda que nascesse hum Colbert em Portugal, faltaria hum Henrique IV”¹⁷. Por trás do ataque, encontra-se a evidência de que não bastava um secretário de Estado competente ou mesmo iluminado. Era necessário ter certos soberano, situação política, influência no campo mental e, igualmente, movimento já engendrado no reinado anterior que permitissem a consumação das propostas desse sujeito. Tendo isso em mente, quando nos referirmos a *reformas pombalinas*, *época pombalina*, estaremos, tão-somente, utilizando expressões já consagradas, que sobrelevam, como deve ser, o ministro português. No entanto, ao fazê-lo, fique claro que a *época* e, principalmente, as *reformas*, antes de serem de Pombal, são do rei d. José I, que estava longe de ser o “débil potentado” ao qual se referia José Maria Coelho. Sem o aval régio, não haveria possibilidade de mudanças; menos ainda do posterior *pombalismo*, tão destacado pelo vintismo português e, depois, pelo próprio salazarismo¹⁸. Quando, com certa liberdade, retomamos a idéia buarqueana de *ladrilhador*, é isso que queremos destacar. Os eventos são de extrema importância, e Sebastião José de Carvalho e Mello demonstrou bem saber disso quando empreendeu as medidas para a reconstrução de Lisboa depois terremoto de 1755. Contudo, o movimento mais geral de mudanças em Portugal e na Europa, principalmente a

¹⁶ Cf. José Barreto. “O Discurso Político falsamente atribuído ao marquês de Pombal”. *Revista de História das Ideias: O Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982-1983, vol. 4, tomo 1, pp. 385-422. Já em 1904, Wheeler apontava o seu verdadeiro autor. Cf. G. C. Wheeler. “The «Discours Politique» attributed to Pombal”. In *The English Historical Review*. 1904. Vol. 19, n. 73, p. 128-131. Apud Francisco José Calazans Falcon. “O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen”. In *Nova Economia*. Belo Horizonte: maio-agosto de 2005. Número 15, pp. 11-34.

¹⁷ “Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 1227, fls. 63 e 63v. Há algumas publicações desse documento, dentre elas a de Armando Castro, que o atribuíu ao marquês de Pombal. Cf. Armando Castro. *A dominação inglesa em Portugal. 3 textos do século XVIII em antologia*. Porto: Afrontamento, 1974, 2ª. edição (1ª. edição de 1972), pp. 47-106.

¹⁸ Cf. Joel Serrão. “Repensar Pombal”. In Maria Helena Carvalho dos Santos (org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, vol. 2, pp. 351-359, e, com especial atenção para o anti-pombalismo, Luís Reis Torgal. “Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas”. In Idem, ibidem, vol. 1, pp. 131-157. Novais, tratando da possibilidade de ideais antagônicos no campo da historiografia darem relevo à figura do marquês, afirma: “Assim se percebe que foi a vertente «esclarecida», modernizadora, a destacada e valorizada pela historiografia progressista, enquanto os historiadores reacionários haviam de incidir sobre seu lado «despótico», autoritário”. Fernando Antônio Novais. “O marquês de Pombal e os historiadores”. In Idem. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 258.

ocidental, foi decisivo para que vingasse a atuação do ministro, que não fora senão o ministro de d. José I¹⁹.

Em Portugal, as “fendas” da “muralha que opprimia as intelligencias”²⁰ eram maiores do que se assinalou. O papel dos *estrangeirados* já foi por demais ressaltado. Não eram, todavia, um grupo *organizado* com um projeto *certo* para Portugal, baseado nas experiências que traziam de outros países. Em contrapartida, o reino não estava alijado das descobertas que desde o final do século XVII faziam-se na filosofia, na matemática, na astronomia ou nas ciências naturais²¹. O *iluminismo* dependeu, para realizar-se no século XVIII, de uma mudança mental européia que se cunhava desde fins do século anterior²². Portugal, por seu turno, não se moldaria, assim, da noite para o dia, nem com o pior dos cataclismos. Que as *luzes* lá florescidas, particularmente no que diz respeito às políticas governamentais, guardassem muito das formas anteriores não foge em demasia à regra geral²³. Se o próprio conceito de iluminismo, no século XVIII, foi polissêmico²⁴, o que dizer, então, da sua aplicação nas políticas do Estado, mais ainda num que, se recebeu influências do movimento geral, não chegou a ir lá beber da fonte. O *reformismo ilustrado* português não é, portanto, resultado de um só fator, mas de vários: da continuidade e do incremento, em alguma medida, de políticas do reinado anterior; do reflexo de idéias (cientificismo, racionalismo) inseridas na sociedade lusitana, ou, ao menos, na parcela mais importante dela; de um rei ciente da necessidade de mudanças em seu Estado; e, como não poderia deixar de ser, de um ministro que com

¹⁹ Sem diminuir a importância do marquês de Pombal, nem, por outro lado, escusar os possíveis abusos que o poder que detinha o permitiam cometer, é apropriado meditar sobre o fundo de verdade que carrega a afirmação que fez quando, já velho e isolado, corria inquérito sobre seus procedimentos: “Sendo eu ouvido não será fácil provar contra mim cousa que me faça carga, porque nada obrei que não fosse debaixo das ordens de El-Rei”. Apud João Lúcio de Azevedo. *O Marquês de Pombal e a sua época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, 2ª. edição com emendas (1ª. edição de 1909), p. 388.

²⁰ Idem, ibidem, p. 87.

²¹ Cf. Tiago C. P. Miranda. “Estrangeirados. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo: USP, ago-dez/90 a jan-jul/91, n. 123-124, pp. 35-70.

²² Cf. Paul Hazard. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Lisboa: Cosmos, 1948 (1ª. edição francesa de 1934).

²³ Anderson considera que o “despotismo ilustrado” aplicado nos Estados europeus, salvo alguns casos, foi mais teórico do que prático. As ambições desses “déspotas” não diferiam, portanto, daquelas de seus antecessores: “Com poucas exceções, os déspotas ilustrados esperavam alcançar seus fins aumentando suas próprias autoridades e o poder do governo central em seus Estados. Mas com a parcial exceção do desejo de uma reforma legal, nenhuma destas ambições era nova”. M. S. Anderson. *La Europa del siglo XVIII (1713-1789)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992, 4ª. reimpressão (1ª. edição em espanhol de 1968, 1ª. edição inglesa de 1966), p. 152.

²⁴ Para uma análise das diferentes definições do conceito no século XVIII, com especial atenção para o caso alemão, veja-se Miguel Baptista Pereira. “Iluminismo e secularização”. *Revista de História das Ideias: O Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982-1983, vol. 4, tomo 2, pp. 439-500.

o mesmo afínco usado para perseguir seus inimigos procurou introduzir modificações no reino e em seus domínios.

No Brasil, de modo geral, as reformas pombalinas tiveram o sentido de integração e vinculação ao Sistema Colonial, verificadas nas companhias de comércio, no fomento e diversificação agrícola, na firmação de posições coloniais – mediante estabelecimento de fronteiras, defesa das mesmas e questões comerciais relacionadas à região platina –, no reforço do quadro burocrático etc. Francisco Falcon chama a atenção para o contraditório, mas eficaz, movimento do governo do ministério pombalino que, de um lado, tinha como base um mercantilismo de tipo clássico e, de outro, o cunho ilustrado, “algo impreciso na teoria, mas inegável na prática”²⁵. Em 1777, com a morte de d. José I, chegou ao fim o gabinete pombalino, assumindo a regência d. Maria I. Começaria, então, o período que recebeu a alcunha de “viradeira”, ou seja, uma ruptura extrema na política iniciada por Pombal. Esse rompimento, todavia, não se verifica de maneira genérica e, mesmo no plano da administração colonial, além da continuidade das reformas anteriores, houve certa aceleração do processo iniciado no reinado pretérito²⁶.

Conforme Andréa Mansuy Diniz Silva, além de a maioria dos que exerciam cargos na época de Pombal ter continuado no poder, a política econômica do período pós-pombalino seguiu as mesmas linhas gerais. Assim, “não só a política de substituição de importações e de expansão do comércio foi mantida com notável continuidade durante todo o reinado de Dona Maria I e a regência *de facto* de seu filho, Dom João, após 1792, mas também o princípio do pacto colonial foi reafirmado em várias ocasiões, tanto por Martinho de Mello e Castro quanto por seu sucessor, Dom Rodrigo de Souza Coutinho”²⁷. Havia, ainda, identidade nos objetivos dos três importantes ministros de Estado, marquês de Pombal, Martinho de Mello e Castro e d. Rodrigo de Souza Coutinho, que, acreditando na importância vital do Brasil para a Metrópole portuguesa, “pretendiam estender seu território até onde fosse possível, reforçar sua estrutura administrativa, judicial e militar mediante o fortalecimento do poder absoluto da monarquia, e assegurar o desenvolvimento da economia brasileira

²⁵ Francisco Calazans Falcon. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*, op. cit., p. 483.

²⁶ Cf. Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit., p. 224.

²⁷ Andréa Mansuy Diniz Silva. “Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808”. In Leslie Bethell (org.) *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, 2ª edição (1ª. edição de 1997, 1ª. edição inglesa de 1984), vol. 1, pp. 503-504.

dentro estritamente da estrutura do pacto colonial, em outras palavras, em proveito exclusivamente da metrópole”²⁸.

O quadro econômico português em fins do século XVIII, sobretudo no que se refere à indústria, já foi apontado como um momento bastante promissor²⁹. O comércio com as nações estrangeiras, por outro lado, era próspero, com saldo positivo. A conjuntura de Portugal no período era, então, “eminentemente favorável em muitos aspectos”³⁰. Qual era o papel do Brasil, pois, nesse contexto? D. Luís da Cunha já constata, em famosa frase: “para poder preservar Portugal, [o príncipe] necessita totalmente das riquezas do Brasil, e de nenhuma maneira das de Portugal”³¹. O desenvolvimento industrial português, por exemplo, dependeu, desde seu primeiro impulso, não só das matérias-primas coloniais para serem transformadas na Metrópole³², mas também do mercado daquela que foi sua principal conquista. Entre 1796 e 1806, o Brasil importava quase que toda a produção manufatureira portuguesa (93,7%)³³. José Jobson Arruda destaca a importância do Brasil para Portugal nos últimos anos do século XVIII e princípios do XIX, momento em que, embora, segundo o autor, o comércio português com a colônia fosse deficitário, eram os produtos dela que propiciavam à Metrópole uma balança superavitária nas trocas com as nações estrangeiras³⁴.

²⁸ Idem, ibidem, pp. 479-480.

²⁹ Cf. Jorge Borges de Macedo. *A Situação Econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, 2ª. edição (1ª. edição de 1951), especialmente o capítulo intitulado “O Fomento Industrial”, pp. 101-130. Com relação ao comércio colonial do Brasil, Celso Furtado considerava que o quadro próspero era apenas uma “falsa euforia”, causada por aumento de preço dos produtos coloniais, fruto de meras questões conjunturais do período, como as guerras napoleônicas. Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000, 27ª. edição (1ª. edição de 1959), pp. 95-97. José Jobson Arruda contrapõe às considerações de Furtado, que sobrelevavam as questões conjunturais, o que nomeia de, retomando Caio Prado Jr., “ênfase dada à análise dos fatores chamados estruturais”. Por meio da qual, ao contrário, poder-se-ia verificar uma “euforia efetiva” no período em pauta. José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980, pp. 631-655.

³⁰ Albert Silbert. “Portugal Perante a Política Francesa (1799-1814)”. In Idem. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Lisboa: Horizonte, 1977, 2ª edição (1ª edição portuguesa de 1970; 1ª edição francesa de 1966), p. 47.

³¹ D. Luís da Cunha. *Instruções políticas*. (Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: CNCDP, 2001, p. 371.

³² Cf. António Moreira. “Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII”. In Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.). *Pombal Revisitado*, op. cit., vol. 2, p. 18.

³³ Cf. Jorge Miguel Viana Pedreira. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 277-278.

³⁴ José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no comércio colonial*, op. cit., p. 663 e nas pp. 643-644 ver tabelas nº 3 e nº 4, respectivamente, “Produtos Brasileiros Reexportados por Portugal” e “Produtos Brasileiros Consumidos apenas em Portugal”. Valentim Alexandre questiona a metodologia aplicada por Jobson no cálculo das balanças de comércio, que inseria junto com os outros produtos as remessas de metais preciosos, “transações não-autônomas, de carácter compensatório” e, portanto, devendo ser registradas “abaixo da linha”, por, justamente, não serem mero produto, mas servirem “de meio universal de pagamento”. Mesmo assim, refazendo os cálculos e chegando a um *superávit* para a Metrópole dos

Ora, se a situação era favorável; se a economia portuguesa crescia; se, no âmbito político, não havia maiores problemas; se até mesmo a guerra de independência dos Estados Unidos ajudou o comércio externo de Portugal³⁵; a pergunta é, então, inevitável: de que se trata a crise do Antigo Sistema Colonial? Seria ela mera evidência *sofística*? Ou, pior, fruto de grosseira teleologia?³⁶ Com referência a esta última, é sempre válido relembrar o célebre posfácio escrito por Marx em 1873. Nele, o pensador, respondendo aos seus críticos, diferenciava o “método de exposição formal” do “método de pesquisa”. Este “tem que captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”. Depois, faz-se o caminho de volta e expõe-se “adequadamente o movimento real”. “Caso se consiga isso”, concluía Marx, “e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*”³⁷. No caso em pauta, o sistema não estava fadado ao fracasso porque fracassou. A coisa é um pouco mais refinada do que isso e, talvez, pela forma da exposição, possa-se supor apriorismo ou teleologia. A questão, ainda, não é puramente empírica, mas, também, teórica. Não se trata de provar ou não o valor quantitativo dos contrabandos no Brasil. Porque eles, mesmo que tenham aumentado a partir de fins do século XVIII, não eram fator que negasse a estrutura do sistema, ao contrário, integravam-na³⁸. A coisa dá-se no âmbito da *contradição colonial*.

saldos acumulados no comércio com o Brasil entre 1797 e 1804, pondera não haver dúvidas de “que se o comércio português é superavitário em relação aos países estrangeiros, deve-o fundamentalmente à exportação de produtos coloniais”. Valentim Alexandre. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 69.

³⁵ Albert Silbert. “Portugal Perante a Política Francesa (1799-1814)”, op. cit., p. 45.

³⁶ Para referência, e resposta, às principais críticas do conceito, veja-se José Jobson de Andrade Arruda. “O Sentido da Colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. In José Tengarrinha (org.) *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, pp. 167-185.

³⁷ Karl Marx. “Posfácio da Segunda Edição”. In Idem. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3ª. edição (1ª. edição de 1983; 1ª. edição alemã de 1867), volume 1, livro primeiro, p. 26.

³⁸ “Em suma, licenças, concessões, contrabando, parecem-nos fenômenos que se situam mais na área da disputa entre as várias metrópoles européias para se apropriarem das vantagens da exploração colonial – que funciona no conjunto do sistema, isto é, nas relações da economia central européia com as economias coloniais periféricas. Não atingem, portanto, a essência do sistema de exploração colonial”. Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit., p. 91. No mesmo sentido, pontua Jobson Arruda: “Como entender o contrabando? Como um dado normal ou anormal do sistema colonial? Sem dúvida, como um elemento normal. Fruto do próprio sistema. Representa, em última instância, a disputa entre as metrópoles européias pela apropriação do excedente colonial”. José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no comércio colonial*, op. cit., pp. 327-328. Para crítica da relação entre o contrabando e a crise do Antigo Sistema Colonial, veja-se Valentim Alexandre. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, op. cit., pp. 50-52, e Jorge Miguel Viana Pedreira. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*, op. cit., pp. 303-306. Para uma boa síntese da discussão, veja-se Maximiliano Mac Menz. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado, pp. 118-121.

Que, na sua *base*, tinha uma lógica de acumulação primitiva de capitais na Europa que, não sendo fator único, “contribuía para a formação dos requisitos na passagem para o capitalismo industrial, mas, reversivamente, o industrialismo moderno envolvia um novo sistema, incompatível com o Antigo Sistema Colonial”³⁹. Isso, repita-se, na *base*. A *contradição* mesma está na inevitável constatação: “Impossível explorar a colônia sem desenvolvê-la, ainda que de modo extensivo”⁴⁰. Para defender era necessário povoar, e, ao povoar, inevitável o desenvolvimento. Se a defesa está na gênese da colonização da América Portuguesa, passado o primeiro momento, era necessário inseri-la na lógica mais geral, não do mero povoamento, mas da exploração efetiva. A exploração colonial era, assim, o meio para um determinado fim, qual seja, “a acumulação na economia européia”⁴¹. Mas esse tipo de colonização, ainda que de *exploração*, não deixava de carregar o que lhe era elementar, ou seja, que “colonização significa *sempre* ocupação, povoamento e valorização de novas áreas”⁴². É por isso que, quando esse sistema estava em pleno vapor, deu maiores forças à sua própria negação⁴³.

A crise do Antigo Sistema Colonial não era, portanto, nem, especificamente, econômica nem política, nem, ainda, social. Era *sistêmica*. Reformismo ilustrado, Revolução Industrial, independência dos Estados Unidos da América, Revolução Francesa, são elementos que já denotavam uma mudança estrutural na dinâmica do próprio Antigo Regime. Pois a crise do Antigo Sistema Colonial não é senão parte integrante da crise do Antigo Regime⁴⁴. Porque Portugal não estava no “centro desse processo”⁴⁵, pode-se apreender, sobretudo na relação com o Brasil, apenas as suas “manifestações”⁴⁶. Não bastassem as evidências que o próprio Fernando Novais aponta,

³⁹ Fernando Antônio Novais. “A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social no Brasil”. In Idem. *Aproximações*, op. cit., p. 149.

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Fernando Antônio Novais. “Colonização e desenvolvimento econômico”. In Idem, *ibidem*, p. 41. O princípio dessa idéia já fora formulado por Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942.

⁴² Fernando Antônio Novais. “Colonização e desenvolvimento econômico”, op. cit., p. 32 (grifos nossos).

⁴³ Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit., pp. 114 e 142.

⁴⁴ “Crise do sistema colonial é, portanto, aqui entendida como o conjunto de tendências políticas e econômicas que forcejavam no sentido de distender ou mesmo desatar os laços de subordinação que vinculavam as colônias ultramarinas às metrópoles européias. Elas se manifestam no bojo da crise do Antigo Regime, variando e reajustando-se ao ritmo daquela transformação. Isto significa, desde logo, que tal crise pode perfeitamente coexistir com uma etapa de franca expansão de produção e do comércio colonial, como é o caso do sistema colonial português desta época”. Idem, *ibidem*, p. 13.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 14.

⁴⁶ Não é por acaso que Novais vai sempre se referir às “manifestações da crise”, nome, inclusive, de um dos subcapítulos do terceiro capítulo de seu livro. Idem, *ibidem*, pp. 117-136.

de que forma poderíamos interpretar a análise feita pelo secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro?

Afirmava que a capitania de Pernambuco tinha mais de setenta navios, a Bahia, cento e cinqüenta, e o Rio de Janeiro “quantidade ainda mayor”, e que estes comerciavam com o Reino de Angola e a Costa da Mina, de modo que, só com esta, “empregam os Americanos entre trinta e quarenta navios por anno”. Segundo seus cálculos, de Portugal para a Costa da Mina não saía nenhum navio por ano, e para Angola, quando muito, apenas um. Levando-o à “triste” conclusão de que “no dito comércio e Navegação da Costa da Mina e Reino de Angola não parece Portugal o País dominante das suas Américas; mas são ellas as que representam o País dominante de Portugal: E que no Reyno e Estados de Angolla, não tem Portugal mais que o simples Domínio; porque o útil delle passa todo para as mãos dos Americanos”. E, mais adiante, predizia o secretário:

E bem se pode compreender que tendo os mesmos Americanos, não só o dito Algodão no seu próprio Continente; mas nos seus Portos o grande Número de Navios, que ficam acima indicados: Tendo igualmente a facilidade da Navegação; e o grande Número de Gente de Mar, versada na Carreira da Índia, que tem passado, e Continuamente passam a estabelecer-se no Brazil: Tendo em fim todas estas vantagens, não lhes será muito difficultoso de nos suplantar no Commércio, e Navegação da Ázia da mesma sorte que o tiveram de Angola. E não nos poderá Cauzar espanto se virmos quando menos o cuidarmos hum Commércio, e Navegação estabelecido entre Ázia, África e América, sem dependência ou intervenção algúa do Reyno de Portugal.⁴⁷

O que seriam as considerações de Martinho de Mello e Castro senão constatações da *manifestação* da crise na relação entre Portugal e sua principal colônia, e seus possíveis reflexos no que diz respeito aos outros domínios lusitanos, ainda que por meio de uma tomada de consciência por parte do ministro português, influenciada pelo quadro mais geral, em especial depois da independência das colônias inglesas na América em 1776. As guerras napoleônicas e a invasão de Portugal, a conseqüente

⁴⁷ “Informação (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a independência econômica do Brasil em relação a Portugal, os prejuízos que tal fato representam para a metrópole, o intenso comércio feito pelo Brasil para a África e também para a Ásia, o grande número de navios pertencentes às frotas brasileiras, nomeadamente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, mencionando o fato de o Brasil poder subsistir sem a interferência de Portugal, pois até algodão lá já tem, tanto pelas fábricas lá existentes quanto pelo comércio direto com a Índia”. ca. 1777. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 23, doc. 1976.

vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos, em 1808, são fatores que aceleraram um movimento que, antes, já estava posto no plano estrutural. Estes são fundamentais para entender, “de um lado, nosso processo de independência política, de outro, o advento do liberalismo em Portugal”⁴⁸, mas não a dinâmica anterior e a inserção de Portugal e do Brasil nela; que são, enfim, os *problemas* dos quais trata detidamente Fernando Novais⁴⁹.

O plano de reorganização da exploração ultramarina, inserido nesse quadro mais amplo, estava manifesto nas políticas administrativas estabelecidas nas diferentes partes do Império Português a partir do reinado de d. José I e do ministério pombalino. Aqui, mais ainda do que em outros períodos, o sucesso da empreitada exigia não só que a Coroa colonizasse “seus próprios colonos”⁵⁰, ou seja, adequasse a exploração dos seus domínios a um plano específico, mas que também lidasse com as singularidades de cada local.

Na ilha da Madeira, a criação da Junta da Administração da Fazenda Real, em 1775, evidenciava forte valorização da questão fiscal. Ainda no plano econômico, houve um processo de reformas visando o incremento da agricultura e do comércio insular. No período, a necessidade de defender e conhecer melhor o território foi outro ponto relevante. Com relação à população, houve empenho para se saber o número exato de habitantes de cada freguesia por meio de inúmeros recenseamentos⁵¹. Outro aspecto importante foi o combate aos freqüentes contrabandos. Em fins do século XIX, localizavam-se no Brasil os principais portos com os quais os habitantes da ilha faziam

⁴⁸ Fernando Antônio Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, op. cit., p. 298.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 15. Valentim Alexandre, sobre o uso, nesse caso, do conceito de crise, pontua: “É o conceito de vulnerabilidade, e não de crise, o que nos parece melhor exprimir a situação do império português sul-atlântico e o tipo de dificuldades com que se defronta – uma vulnerabilidade permanente, estrutural, que já vem da origem do sistema, no século XVII, revelando-se mais claramente em todas as épocas de conflito internacional aberto à escala europeia, e que se acentua no início do séc. XIX, levando ao colapso de 1807.” Valentim Alexandre. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, op. cit., p. 93. O problema, aqui, talvez esteja no âmbito de diferentes interpretações da obra de Novais. Entendemos que a *crise*, para o autor, está configurada como algo *sistêmico e geral*, dentro do qual se inseria Portugal e suas colônia, em especial o Brasil; de uma forma peculiar, sim, mas que não era estranha ao movimento mais amplo. Somente a partir daí é que se pode pensar em “vulnerabilidade” do Império Português.

⁵⁰ Essa expressão é utilizada por Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11.

⁵¹ Cf. Ana Madalena Rosa Barros Trigo de Sousa. *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*. Funchal: CEHA, 2004, pp. 29-31.

este comércio ilegal. As ordens enviadas do reino para que os administradores da Madeira se opusessem à prática foram, como em outros pontos do Império, regulares⁵².

A partir do século XVIII, o intenso comércio de ingleses e franceses na costa do Congo levou à implementação, por parte da administração portuguesa, de medidas que coibissem, ainda que com pouco sucesso, os contrabandos e garantissem o monopólio desse mercado⁵³. Para o caso de Angola, é possível observar um renovado programa político colonial. Segundo Catarina Madeira Santos, se na colonização anterior à segunda metade do século XVIII destacou-se a forte presença militar, atravessada por extremo casuísmo e experimentalismo, a partir de Pombal instituiu-se iniciativa que visava a própria idéia civilizacional. Desse modo, é possível distinguir três fases dessa empresa: a primeira, de preparação, através de inventariação dos problemas do governo em Angola, a ser feita por um capitão-general enviado por Pombal; a segunda, constituiu-se numa planificação de como se deveria agir com relação àquela região; e, por fim, a ocupação dos territórios de Angola, por meio de envio de brancos e fundação de povoados civis⁵⁴. Nas correspondências do governador d. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772) com a Coroa portuguesa eram frequentes as referências à necessidade de organização do trabalho nas minas de ferro, à importância da extração de cobre e salitre, e ao cultivo dos campos e aproveitamento mais racional dos solos⁵⁵.

Na Índia, o marquês de Pombal “promulgou as instruções mais detalhadas e severas para a reconstrução e a recuperação da velha cidade portuguesa de Goa”⁵⁶. No relatório elaborado pelo intendente geral da agricultura de Goa no final do século XVIII, tem-se idéia dos esforços dirigidos para a promoção da agricultura na capital do Estado da Índia, bem como nas outras regiões de lá. No governo de Francisco da Cunha Menezes (1786-1794), que foi, antes de ser enviado à Índia, capitão-general da capitania de São Paulo (1782-1786), houve grande incentivo à plantação de mandioca, principalmente para a fabricação de sua farinha. É o que o intendente noticiava, afirmando que o governador fizera “plantar por Sua conta em plantamento seguido no

⁵² Cf. Paulo Miguel Rodrigues. “A Madeira e o Brasil no primeiro quartel do século XIX”. In Alberto Vieira (coord.). *A Madeira e o Brasil: colectânea de estudos*. Funchal: CEHA, 2004, p. 87-88.

⁵³ Cf. Susan Herlin Broadhead. *Trade and Politics on the Congo coast: 1770-1870*. Boston: Boston University Graduate School / UMI Dissertation Services (cópia mimeografada), 1971, pp. 98-123.

⁵⁴ Cf. Catarina Madeira Santos. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, 2005, tese de doutorado.

⁵⁵ Cf. Mônica Tovo Soares Machado. *Angola no período pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – 1764-1772*. São Paulo: FFLCH-USP, 1998, dissertação de mestrado.

⁵⁶ Charles Boxer. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1ª edição inglesa de 1969), p. 208.

pomar da horta das Cazas de Taligão oito mil pés de mandioca e na baixa de outeiro da outra horta em Pangim oito mil e nove Centos pés”. Seguindo o exemplo, o coronel de artilharia João Batista Godinho realizara, “por Si e pelos Seus Officiaes, e Soldados do Seo Regimento, e outros particulares”, plantações do mesmo gênero. Às custas da câmara de Goa, mandou o governador que se fizessem em Damão reformas para “desentulhar” os “Rios que Cercão as Ilhas, e parte das Províncias”. Facilitando, por um lado, a navegação e a defesa, por outro, o “aproveitamento de muita terra” que ficava, antes do melhoramento, impedida de ser cultivada., fazendo, assim, “hum nova Riqueza efectiva do Estado”. Na sua detalhada exposição, dava conta, também, de que as excepcionais chuvas no mês de dezembro de 1791 prejudicaram a lavoura do ano posterior porque trouxeram, como efeito, inúmeros gafanhotos e bichos “que devoraram muitas sementeiras e deram hum perda Considerável”. Outro problema era a falta de habitantes, provocada pelas epidemias, que atrapalhava “os desejados fins de melhoramento de tantas fazendas abandonadas”. Mais uma vez, destacava o papel do governador Cunha Menezes, que socorreu os habitantes tão eficazmente “que hoje se Conhece os efeitos de Crescer a população” nas aldeias “e não haver doenças Crônicas como nas antigas feridas do mesmo mal tem a experiência mostrado”. Como consequência disso, “os terrenos reduzidos a mato agreste, que havia na Aldea de Valdoens, estão se cultivando com vantagem, e com a decipação daqueles matos goza aquella Aldeia hum Completo Restabelecimento das fazendas abandonadas”. Por fim, contentava-se:

Tem-se aforado em diversas Aldeas do Estado neste anno muitas propriedades devolutas como se nota nos títulos Respectivos de cada huma dellas, que se estão Reduzindo a Cultura e outras obras por conta das Comodidades a que ocorre com todas as providencias effectivas o Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador e Capitão General e o Seo Ministro Secretário do Estado prontos a animar e proteger este estabelecimento que fazem feliz o trabalho desta Intendência Geral de Agricultura cortando pelos obstaculos, que a negligencia de algumas Aldeas atrasavão os progressos delle na Reducção dos terrenos para darem as utilidades que a providencia tem oferecido⁵⁷.

⁵⁷ “Agricultura de Goa – Ano de 1792. – 1 vol”. 5 de março de 1793. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 1178.

Acompanhavam o relatório mapas detalhados da produção de mandioca nas aldeias de Goa, bem como do estabelecimento de outras culturas como a do arroz, cujos dados minuciosos das plantações, entre 1777 e 1792, eram apresentados. Seguia, ainda, descrição da produção de cada aldeia, com especial destaque para madeira, pimenta, algodão, mandioca e café.

Em memória elaborada em 1799, por ordem de d. Rodrigo de Souza Coutinho, encontramos, além da relação de cada domínio do Império Português em fins do século XVIII (Anexo 3), informações sobre a importância de cada região, com ênfase ao comércio e produções agrícolas. Em África, na capitania de Benguela, apontava-se a “Opulência de seu Commércio, e suas bellas Producções [que] attrahem a rivalidade, com que as outras Nações nos pertendem esbulhar da sua posse, empedecendo nosso Commércio, e embaraçando a navegação da nossa Marinha Mercantil”. Observava-se, também, “que as Capitánias de Angola, Benguela e Moçambique com o Rio Sena são riquíssimas pelo seu Commércio, que deve merecer o zelo e diligência dos respectivos Governadores daquelles importantes Domínios de Sua Magestade Fidelíssima”. Para o arquipélago de Cabo Verde, constatava-se que aquelas ilhas eram “de summo Commércio, e abordadas pelas Nações Estrangeiras, que alli vão fazer aguadas, e prover-se de víveres, pois que abundão em gado vacum, porco; etc. A Urzela, que constituem huma Droga de Tinturaria, se colhe em abundancia: póde-se tirar o salitre, e aproveitarem-se outras riquezas naturaes do Paiz”. Sobre Moçambique, aconselhava-se ser muito importante “aos interesses da Coroa de Portugal presidir bem estas Praças, e promover, quanto possível for, o Commércio interno e externo desta Capitania Geral”. Damão, na Índia, deveria ser, igualmente, bem fortificada para, assim, “ser mais vantajosa e de grande interesse à Coroa de Portugal; porque a ella acodem os Negociantes de todos aquelles vastíssimos Empórios Asiáticos, pois que há huma Feira continuada”⁵⁸.

Como podemos notar, havia projetos *equivalentes* para todos os domínios ultramarinos de Portugal, com três principais elementos a serem observados. A promoção de povoamentos, a defesa dos territórios e o desenvolvimento das regiões, com especial destaque, neste último, para o comércio e a produção agrícola. Essas

⁵⁸ “Memória sobre os governos e capitanias gerais, com os governos, capitanias-mores e sargentarias-mores subalternas desses governos e capitanias gerais dos Domínios Ultramarinos portugueses, no Oceano Atlântico, África, Ásia e América, disposta e coordenada por ordem e mandado do secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no ano de 1799”. 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-Geral (003)*, cx. 32, doc. 2607.

medidas, que tinham como objetivo dinamizar a exploração das conquistas, não eram, de modo geral, estranhas a um mercantilismo de tipo clássico⁵⁹. Mas, agora, sob a influência das *luzes*, ainda que difusa, a renovada política para as conquistas servia-se de inovações que vinham sendo forjadas inclusive no campo das ciências. É nesse sentido que, dada a extrema relevância em demarcar corretamente as sesmarias concedidas pelo rei, elaborou-se relatório a fim de remediar as medições que foram feitas, na América, no reinado de d. João III. Naquele tempo, realizaram-se as demarcações “sem aquela formalidade devida”. Propunha-se, então, corrigir o equívoco escriturando e marcando as terras “pelo verdadeiro rumo do Mundo”, e, assim, sanar “os Erros passados, e dando a cada hum o que lhe pertence”⁶⁰. Era ainda imbuído desse mesmo espírito que o astrônomo Francisco de Oliveira Barboza declarava ao governador da capitania de São Paulo, antes de noticiar o eclipse do sol com precisão de dia, horas e minutos de seu princípio, meio e fim:

Não há meio mais evidente de convencer aqueles entusiastas, que impunemente proferem a inconsiderada propozição = Quem sabe o que vai lá por cima? = do que hé o prognóstico dos Fenômenos celestes. Por este modo dá a conhecer o Astrónomo ao resto da humanidade que, apesar de indizíveis trabalhos e contemplações, tem chegado o homem a penetrar os segrêdos da Natureza, e a pôrse em estado de prognosticar afoitamente aqueles Fenômenos, que por continuas observações estão eternamente sujeitos a hum rigoroso, e inalterável cálculo.⁶¹

Foi por meio desses saberes que o astrônomo de “Sua Magestade” pôde, em 1788, utilizando “industrioza fórmula”, chegar a “hum perfeito conhecimento do Lugar que ocupa no Globo terrestre a Cidade de S. Paulo da América Meridional”. Aqui, “intrumentos competentes” e “Astrónomos de profissão” serviam mais diretamente aos interesses régios com relação às suas colônias, uma vez que conhecer com exatidão a localização de determinado lugar era especialmente importante para garantir a sua

⁵⁹ Cf. Eli F. Heckscher. *La Epoca Mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, 1ª. reimpressão (1ª. edição em espanhol de 1943; 1ª. edição sueca de 1931), pp. 459-495; e Pierre Deyon. *O Mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1ª. edição francesa de 1969), pp. 14-45.

⁶⁰ “Erros Sobre as Sesmarias das Terras da América e verdadeira forma de as Emendar e Regular”. 1793. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Papéis do Brasil, códice 4, fls. 292-295v.

⁶¹ “Eclipses. Carta do astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa, predizendo o eclipse do sol, visível em São Paulo (Brasil)”. 28 de Novembro de 1788. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 424.

defesa ou prevenir-se contra possíveis ataques⁶². Tudo inserido, como declarava, dez anos depois, d. Rodrigo de Souza Coutinho, nas “grandes vistas” régias “que se estendem a todos os grandes objectos políticos, administrativos de Fazenda, Militares, Maritimos Comerciais, e de Agricultura, e Artes”⁶³.

No plano da agricultura, é claro o seguimento de idéias e discussões que vinham sendo formadas desde o século XVII. No entanto, a partir da centúria seguinte houve mudanças nas formas desses discursos, assim como nos tratamentos que se deram ao tema. José Vicente Serrão divide em três períodos o pensamento agrário em Portugal: um, da primeira metade do século XVIII, que, também, pode ser aplicado ao século anterior; outro, um período de transição, por volta de 1750; e, por fim, o último quartel do século, tendo como marco a fundação da Academia de Ciências de Lisboa, em 1779⁶⁴. No primeiro momento, ainda que houvesse poucos escritos sobre o assunto, os discursos se caracterizavam por uma abordagem mais generalista⁶⁵. A partir de então, somente com o que Serrão considera uma “evolução epistemológica”, ou seja, “quando a agricultura se autonomizasse enquanto objecto de reflexão”⁶⁶, começaram a surgir mudanças no tipo de abordagem e nas propostas feitas. Foi, contudo, no terceiro quartel do século XVIII que essas idéias se avolumaram e ganharam corpo mais sólido, “estabelecendo decididamente as principais coordenadas que viriam a caracterizar a vaga agrarista dos finais do século”. Com destaque para dois pontos: “um girando em torno das condições de produção e de exploração, e o outro das questões técnicas”⁶⁷. É difícil não associar a formulação dessas idéias a certa influência do conjunto de

⁶² “Carta do astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa, determinando a situação geographica da cidade de S. Paulo, no Brasil”. 1788. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 80.

⁶³ “Discurso que recitou o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos Dom Rodrigo de Souza Coutinho no dia da abertura da Sociedade Real Maritima Militar e Geográfica para o dezenho gravura e impressão das cartas hydrograficas, geográficas e mltares, etc”. In *Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias, 1917, vol. 1, p. 27.

⁶⁴ José Vicente Serrão. “O Pensamento Agrário Setecentista (pré-«fisiocrático»): diagnósticos e soluções propostas”. In José Luís Cardoso (org.). *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, pp. 25-26.

⁶⁵ Idem, ibidem, p.34.

⁶⁶ Idem, ibidem.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 41. Sobre as idéias agrárias formuladas no âmbito da Academia das Ciências de Lisboa, veja-se, na mesma obra, síntese de Jorge Miguel Pedreira. “Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo: algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)”, pp. 66-70.

doutrinas conhecido como fisiocracia⁶⁸, mas o fato é que esse influxo tomou, em Portugal, formas específicas que se adequaram à realidade do próprio país⁶⁹.

De modo geral, a passagem das reflexões para as práticas não se deu de forma automática. No entanto, as medidas adotadas a partir do período pombalino denotam, no plano das reformas políticas, influência desse movimento⁷⁰, que, posteriormente, tornar-se-ia ainda mais evidente. Exemplos disso já se encontram mais explicitamente nas primeiras considerações elaboradas por d. Rodrigo de Souza Coutinho, antes de ser secretário de Estado. Na *Recopilação dos ofícios de 1783* – quando se encontrava em missão diplomática em Turim (1779-1796) –, para a agricultura, apontava a necessidade de comércio livre e abolição do monopólio, necessários para a abundância de mercado; e, por outro lado, no que dizia respeito à manufatura e à indústria nacional, atentava para a necessidade de boa qualidade da matéria-prima, mão-de-obra barata e capital abundante com baixo juro⁷¹. As sugestões de d. Rodrigo, muitas delas inspiradas na chamada economia clássica, em especial nas idéias de Adam Smith, não se chocavam, todavia, com os interesses do país, notando-se grande pragmatismo em algumas de suas propostas para resolver questões decisivas. Em 1784, nas *Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer em Portugal a cultura e manufatura da seda*, defendeu, em prol do incentivo à criação de novas manufaturas, o protecionismo e o empréstimo a artesãos que quisessem instaurar suas fábricas; sugeriu, ainda, a taxaço das importações dos tecidos de seda, e posterior proibição das mesmas quando a produção nacional já estivesse satisfatoriamente desenvolvida, solução “bastante audaciosa”, interpretada como indício de suas “qualidades de homem de Estado”⁷².

⁶⁸ Para uma síntese sobre a *fisiocracia*, veja-se Eric Roll. *História das Doutrinas Econômicas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, 3ª edição ampliada (1ª. edição brasileira de 1948; 1ª. edição inglesa de 1938), pp. 116-126.

⁶⁹ Cf. José Luís Cardoso. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, especialmente o capítulo intitulado “Do Agrarismo à Fisiocracia”, pp. 67-79. Para uma análise das repercussões da *doutrina política* fisiocrática em Portugal, com especial atenção para a obra de Rodrigues de Brito, veja-se, do mesmo autor, “Direito Natural e Despotismo Legal: a ordem e o discurso fisiocrático em Portugal”. In Idem. *Pensar a Economia em Portugal: digressões históricas*. Lisboa: Difel, 1997, pp. 119-135.

⁷⁰ Cf. José Vicente Serrão. “O Pensamento Agrário Setecentista (pré-«fisiocrático»): diagnósticos e soluções propostas”, op. cit., pp. 41-50.

⁷¹ Andrée Mansuy Diniz Silva. “Introdução”. In Idem (introdução e direção de edição). *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, tomo 1, pp. xvi-xviii, e pp. 5-31. Sobre as propostas de d. Rodrigo para a agricultura, nesse período, veja-se, da mesma autora, *Portrait d'un homme d'État: d. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*. 2 tomos. Lisboa/Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 / 2006, tomo 1, pp. 115-117.

⁷² Andrée Mansuy Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: d. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, op. cit., tomo 1, p. 133. E, também, Idem (introdução e direção de edição). *D.*

No Brasil, como ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, um dos exemplos das ações de d. Rodrigo de Souza Coutinho são as instruções e avisos enviados ao governador e capitão-general da Bahia, d. Fernando José de Portugal, indicando a necessidade de se fazer recenseamento da população. Discorria, ainda, sobre serem forçosos maiores investimentos na agricultura. Além disso, julgava importante que as câmaras ajudassem a custear a formação de médicos, engenheiros hidráulicos, topógrafos e contadores, indispensáveis para solucionar possíveis problemas da capitania⁷³. Para o governador de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, indicava, em instrução de outubro de 1797, a necessidade de se elaborarem mapas contendo informações detalhadas sobre a capitania. Neles deveriam constar os seguintes conteúdos: número de habitantes da capitania; ocupações que esses habitantes exerciam; relação dos casamentos, nascimentos e mortes anuais; dados de importações, exportações e produções; consumo dessas produções; dados de preços correntes dos gêneros; entrada e saída de navios dos portos de São Paulo⁷⁴.

Se o Império Português era vasto e cada parte dele tinha importância para as reformas do período, o certo é que os reflexos dessas propostas no Brasil eram de interesse ampliado, porque, como constatava Martinho de Mello e Castro nas instruções que enviou ao vice-rei do Brasil, Luiz de Vasconcelos e Sousa, “sem Brasil, Portugal é uma insignificante potência”⁷⁵. Os exemplos demonstram que, também para a América, os projetos foram semelhantes aos aplicados nos outros domínios portugueses.

Na Bahia, ainda que o açúcar fosse o principal produto e que a lavoura canavieira fosse a mais valorizada, houve forte incentivo para a cultura de gêneros diversos⁷⁶. Foi em consequência das medidas adotadas a partir do reinado de d. José I, valorizando fortemente o comércio e a agricultura, que em fins do século XVIII a economia

Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*, op. cit., tomo 1, pp. xxiv-xxvi, e, para transcrição das *Reflexões*, pp. 113-140.

⁷³ Andréa Mansuy Diniz Silva. “Introdução”, op. cit., pp. xli-xlii, e, para transcrição do documento, pp. 38-47.

⁷⁴ “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ordenando, por desejo de «Sua Magestade», que sejam enviadas anualmente informações pormenorizadas sobre a capitania”. 21 de outubro de 1797, e “Instrução de que trata a carta supra”. s/d. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Dep. do Arquivo do Estado de São Paulo, 1967, vol. 89, pp. 43-46.

⁷⁵ “Instruções de Martinho de Mello e Castro a Luiz de Vasconcellos e Sousa, acerca do Governo do Brasil”. 27 de janeiro de 1799. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862, tomo 25, p. 480.

⁷⁶ Analisando as balanças de comércio, Jobson Arruda constata a “diversificação da produção, que envolveu naturalmente um renascimento agrícola”. Assim, de 35 produtos comercializados em 1749, no período de 1796 a 1808, estes saltaram para 125. Cf. José Jobson de Andrade Arruda. *O Brasil no Comércio Colonial*, op. cit., pp. 612-621.

açucareira voltou a expandir-se. A revolução que, a partir de 1791, estourou em São Domingos, grande concorrente do açúcar do Brasil, deve ser ressaltada sem, entretanto, diminuir-se o papel das políticas metropolitanas introduzidas desde o período pombalino⁷⁷. O aumento da produção açucareira da capitania pode ser notado, também, pela grande evolução do número de engenhos: de 166, em 1759, para 400 em 1798⁷⁸.

Caso dos mais exemplares foi o Maranhão onde, depois da criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, na segunda metade do século XVIII, percebia-se a “montagem de uma economia de mercado à distância, resultante lógica da conquista e humanização da terra, até então selvagem e seminua”⁷⁹. Foi por conta dessas renovações que Raimundo Gaioso enaltecia o reinado de d. José I, que “lembrou-se de dar calor ao commercio, e á agricultura do resto de suas conquistas, e fazer a felicidade dos seus vassallos”⁸⁰. Nos mapas de exportação dos anos de 1783 e 1788 consta grande variedade de gêneros enviados do Maranhão para Lisboa e para o Porto, dentre eles, algodão, arroz, couro, café, cacau, mel, gengibre etc., com rendimentos totais aproximados de 500 a 600 contos de reis⁸¹.

De norte a sul, das capitanias mais importantes às de pouca relevância, as mudanças iam, aos poucos, sendo introduzidas na América Portuguesa. A volta da autonomia administrativa de São Paulo, em 1765⁸², inseria-se nesse plano mais geral, aqui esboçado. Os motivos para o restabelecimento da capitania eram de ordem

⁷⁷ Stuart Schwartz, a esse respeito, pondera: “O ressurgimento da economia exportadora na década de 1790 originado pela crise de São Domingos foi, em certa medida, promovido e intensificado por um notável grupo de administradores portugueses e intelectuais brasileiros que, ora de acordo, ora em conflito, procuraram fortalecer a economia brasileira”. Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1ª edição estadunidense de 1985), p. 348, síntese dos reflexos das reformas pombalinas e pós-pombalinas na Bahia encontra-se nas pp. 337-355.

⁷⁸ A estimativa é dada por Stuart Schwartz. Cf. Idem, *ibidem*, p. 343.

⁷⁹ Manuel Nunes Dias. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1971, p. 127. Ressalte-se que, sem descartar a viragem que teve a região depois da criação da Companhia, Manuel Nunes Dias dá demasiada ênfase à precariedade da situação anterior. Como o próprio escritor do prefácio de seu livro atesta. Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. “Prefácio”. In Idem, *ibidem*, pp. 11-18.

⁸⁰ Raimundo José de Sousa Gaioso. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Maranhão: SUDEMA; Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1970, edição facsimilar da primeira (1ª. edição francesa de 1818), p. 170.

⁸¹ “Mappa dos Effeitos exportados da Cidade de S. Luis do Maranhão para a Cidade de Lisboa, e Porto, em todo o Anno de 1783, e em 22 Navios”, e “Mappa circunstanciado dos Effeitos que se exportarão da Cidade de S. Luiz do Maranhão para as Cidades de Lisboa e Porto, em 26 Navios do Commercio, pertencentes ao Anno de 1788, conforme os Mappas individuaes dos respectivos Capitaens”. In Idem, *ibidem*, pp. 210/211.

⁸² No ano de 1748, a mesma carta régia que criou as capitanias de Mato Grosso e Goiás determinou a extinção do governo da capitania de São Paulo, que ficava, então, subordinado ao governador e capitão-general do Rio de Janeiro. Cf. “Provisão Regia [cópia] Abolindo o Governo Separado de São Paulo, 1748”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896, vol. 11, pp. 39-41.

geoestratégica de defesa territorial, centralização administrativa e incremento econômico. A capitania paulista passaria, nesse momento, de mera “fronteira a território” efetivo⁸³. Para que esse movimento se realizasse, os conflitos contra os espanhóis no sul do Brasil, agravados desde a invasão da colônia de Sacramento, em 1762, pelo general d. Pedro de Cevallos, foram decisivos⁸⁴. Todavia, ainda que se sobressaíssem a questão da defesa dos territórios e a ajuda que São Paulo poderia levar às regiões do sul do Brasil, não bastava restaurar a capitania pura e simplesmente. O papel do morgado de Mateus, primeiro governador desse período, e de seus sucessores, exigia o cumprimento de uma série de instruções que tinham em vista, dentre outras coisas, inserir a capitania no quadro das reformas pombalinas e pós-pombalinas. Logo que chegou na colônia, o governador, munido dessas ordens, mudou a Provedoria, que se encontrava em Santos, para a cidade de São Paulo; promoveu ampla reforma militar; cuidou, no plano econômico, de impostos e outros tipos de arrecadação; despendeu grande esforço para promover melhoria nas técnicas agrícolas e, especialmente, o desenvolvimento de produtos exportáveis, como o açúcar⁸⁵. É nesse contexto, pois, que se insere a restauração da capitania paulista bem como os estímulos para desenvolver nela uma agricultura de caráter mercantil-exportador; plano para o qual era indispensável, além de uma elite local que, de alguma forma, se empenhasse no projeto, a diligência dos capitães-generais enviados para administrá-la.

Administradores Profissionais

Dauril Alden abre seu livro *Royal Government in Colonial Brazil* narrando o cerimonial pelo qual passou d. Luís de Almeida, o marquês de Lavradio, quando, em 1767, fez juramento perante o rei e assinou livro que promulgava sua patente de governador e capitão-general da Bahia. Logo depois da descrição, Alden lançava a questão: “Quais qualidades deveria ter um governador ideal?”. Ser valoroso, prudente, responsável e experiente na guerra, argüia o procurador-geral da Coroa, em 1711, sob

⁸³ Cf. Vera Lucia Amaral Ferlini. “São Paulo, de Fronteira a Território: uma Capitania dos Novos Tempos”. In *Laboratório do Mundo: idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, pp. 19-25.

⁸⁴ Cf. General F. de Paula Cidade. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948, pp. 69 e seguintes.

⁸⁵ Cf. Heloísa Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 203-262.

influência do ataque francês ao Rio de Janeiro ocorrido meses antes. Ter sangue nobre era essencial, mas apenas isso não bastava. A idade não poderia ser pouca, já que a prudência e a experiência demandam tempo. Para completar as características necessárias desse governador ideal, o procurador-geral apontava ser indispensável que não se envolvesse em relações comerciais, uma vez que qualquer “interesse pecuniário afetaria inevitavelmente um julgamento imparcial”. Com base nessas considerações, Alden pondera ser impossível precisar até que ponto essas qualidades foram mais decisivas às escolhas feitas pela Coroa, se comparadas com as influências familiares na Corte. No caso do marquês de Lavradio, concluía, a maioria desses requisitos estavam presentes, mas, em contraposição, “ele foi inquestionavelmente favorecido em sua ascensão profissional pelo status de sua família e pelas alianças palacianas”⁸⁶.

A partir da dinastia de Bragança, a mudança na denominação da patente dos governadores, de *capitão-mor e governador* para *governador e capitão-general*, já denotava a importância marcial desses sujeitos, uma vez que para obter o título era necessária experiência militar comprovada⁸⁷. No século XVII, para a seleção desses administradores eram promovidas espécies de concursos em que, geralmente, o mais votado levava o posto, após consulta do Conselho Ultramarino ou, dependendo do caso, de outros conselhos. No XVIII, a prática passou a ser abolida, sendo a nomeação feita diretamente pelo rei, fato que revela manutenção e acentuação do “carácter profundamente elitista” dessas escolhas⁸⁸. Na passagem de um século para o outro, percebe-se, então, processo de afunilamento na obtenção dos cargos de governadores coloniais. Por outro lado, a ascensão de locais aos governos das capitanias foi cada vez mais rara e, quando ocorria, era, geralmente, nas de menor importância⁸⁹.

A 7 de março de 1761 era emitido por d. José I o estatuto do Colégio Real dos Nobres. Quem quisesse ingressar no instituto deveria ter entre 7 e 13 anos, saber ler e

⁸⁶ Dauril Alden. *Royal Government in Colonial Brazil - with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769 – 1779*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1968, pp. 3-4.

⁸⁷ Cf. Mafalda Soares da Cunha; e Nuno Gonçalo Monteiro. “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim; Mafalda Soares da Cunha. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 210.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 214.

⁸⁹ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In Maria Fernanda Baptista Bicalho; e Vera Lucia Amaral Ferlini (orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 93-115. Caso da subida de um local ao cargo de governador é o de Rafael Pinto Bandeira na capitania subalterna do Rio Grande de São Pedro. Cf. Augusto da Silva. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – IFCH, 1999, dissertação de mestrado.

escrever, ter foro de moço fidalgo, pagar pensão anual de 120 mil réis, ser de boa família e, ainda, passar pelo crivo do rei, que era quem dava o aceite aos jovens estudantes⁹⁰. As matérias ensinadas eram das mais variadas: línguas (as vivas e as mortas), retórica, poética, lógica, história, passando por física, álgebra, astronomia e, inclusive, pelas artes liberais, como cavalaria, esgrima e dança⁹¹. Dessas, destacamos duas, a saber, a matemática, que foi extinta em 1772⁹², e a arte militar. A primeira era, segundo o rei, “não só útil, mas indispensavelmente necessário a todos os que aspirarem a servir-Me na Milícia, ou por Mar, ou por Terra”. A segunda, incluía “as Regras geraes da Fortificação; os diversos methodos regulares, e irregulares de fortificar as Praças; os modos de fazer, e defender hum sitio, as Fortificações dos Campos, e Exercitos”⁹³. A educação do jovem fidalgo era, também, a formação de um futuro servidor da Coroa. Se os primogênitos da primeiríssima nobreza quase não passaram pelo Colégio dos Nobres⁹⁴, homens importantes na administração régia, como d. Rodrigo de Souza Coutinho⁹⁵, tiveram seus anos iniciais de formação nele.

Ainda com relação ao ensino⁹⁶, vale destacar a reforma empreendida na Universidade de Coimbra iniciada em 1770 com a criação da Junta de Providência Literária. Até então, o último estatuto daquela universidade datava de meados do século XVII. O principal objetivo das mudanças era modernizar o ensino da instituição. Para tanto, foram reformadas as cadeiras de teologia, cânones, leis e medicina, com introdução de novos livros e, em algumas, novas metodologias; ainda no sentido de renová-la, criaram-se as cadeiras de matemática e filosofia⁹⁷. A universidade não poderia ser vista, portanto, como algo desvinculado dos interesses do Estado, mas, ao

⁹⁰ Cf. “Carta do rei d. José em que restabelece em sua corte e cidade de Lisboa um colégio sob o nome de Colégio Real dos Nobres, com seus respectivos estatutos”. 7 de março de 1761. In Antonio Delgado da Silva. *Coleção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordens*. Lisboa, 1830-1844, 6 vols, anos de 1750-1762, pp. 776 e 778. Devo a indicação deste documento à profa. dra. Iris Kantor.

⁹¹ Para um estudo detalhado sobre o Colégio dos Nobres, veja-se Rómulo de Carvalho. *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.

⁹² Nos primeiros anos da década de 70 do século XVIII o Colégio dos Nobres passou por algumas reformas significativas. Cf. Idem, ibidem, pp. 160-178.

⁹³ “Carta do rei d. José em que restabelece em sua corte e cidade de Lisboa um colégio sob o nome de Colégio Real dos Nobres, com seus respectivos estatutos”. 7 de março de 1761, op. cit., pp. 782 e 783.

⁹⁴ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, 2ª. edição revista (1ª. edição de 1996), p. 523.

⁹⁵ Cf. Andrée Mansuy Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: d. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, op. cit., tomo 1, pp. 39-50.

⁹⁶ Para uma análise crítica da bibliografia sobre o ensino na época pombalina, veja-se António Alberto Banha de Andrade. “O Marquês de Pombal e o Ensino no Brasil (Revisão crítica do tema)”. In Maria Helena Carvalho dos Santos (org.). *Pombal Revisitado*, op. cit., vol. 1, pp. 225-241.

⁹⁷ Cf. Manuel Augusto Rodrigues. “Alguns Aspectos da reforma pombalina da Universidade de Coimbra – 1772”. In Idem, ibidem, pp. 209-223.

contrário, nas palavras de Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho, um dos membros da Junta que se formou, “como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem”⁹⁸.

O intuito pode ser claro: “criar uma geração ilustrada de burocratas e funcionários públicos”. No entanto, certificar o sucesso da empreitada não é tão simples. Kenneth Maxwell considera que a administração pombalina não chegou a colher desses frutos, tendo “um grupo muito pequeno de colaboradores”, como Cenáculo, Francisco Lemos, os “peritos estrangeiros” Vandelli e Stephens, e “alguns pequenos nobres e aristocratas ilustrados como o morgado de Mateus e o marquês de Lavradio”. Legando, assim, aos vindouros a fruição das medidas adotadas no período⁹⁹. A comprovação efetiva deste postulado não é, todavia, tarefa das mais fáceis. Se tomarmos o vastíssimo banco de dados *Optima Pars*¹⁰⁰ notaremos que no campo relativo à “formação acadêmica” dos diplomatas, governadores coloniais, e magistrados, dos 3842 nomes totais, há apenas informações sobre 89 deles. Para o século XVIII, o número de indivíduos cai para 758, com referência à formação de 32. Desses, apenas um deles consta ter estudado no Colégio dos Nobres; justamente d. Rodrigo de Souza Coutinho. Na Universidade de Coimbra, aparecem 25 nomes, sendo impossível discernir aqueles que se formaram depois ou antes das reformas pombalinas.

Ao estatuto de nobreza, indispensável aos governadores coloniais, não estava vinculada apenas a origem da família, os contatos na Corte, ou o destaque de certa *casa* no serviço régio. A educação recebida e o conjunto de saberes indispensáveis à boa administração dos governos das conquistas eram primordiais. As reformas no campo dos estudos promovidas no reinado de d. José I indicam uma tendência a “produzir um

⁹⁸ “Relação geral do estado da universidade”. 1777. Coimbra: reprodução em fac-símile, 1983, p. 232. Apud Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, 2ª. edição (1ª. edição brasileira de 1996; 1ª. edição inglesa de 1995), p. 114.

⁹⁹ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, op. cit., pp. 115-116.

¹⁰⁰ O projeto *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99) é dirigido por Nuno Gonçalo Monteiro, tendo como colaboradores Mafalda Soares da Cunha, Pedro Cardim e Fernando Dores Costa. “Deste projeto resultará a publicação de um CD-ROM com o mesmo título deste livro, e no qual se recolhem as bases de dados do projeto sobre diplomatas, governadores coloniais e magistrados que serviram a Coroa portuguesa entre os finais de Quinhentos e o primeiro quartel do século XIX”. Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim; Mafalda Soares da Cunha. “Apresentação”. In Idem. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, op. cit., p. 11, nota 1. Agradeço imensamente à profa. dra. Mafalda Soares da Cunha que, gentilmente, cedeu-me cópia do banco de dados, e ao senhor David Felismino que ma fez.

novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal”¹⁰¹. É certo que afirmar terminantemente essa intenção e, mais ainda, sua efetivação significaria trabalhar com dados, empíricos inclusive, mais contundentes, o que, por ora, como vimos, ainda se estão por levantar. Interessa-nos, nesse momento, apenas sugerir essa hipótese e, principalmente, perceber as identidades das carreiras e formações dos seis governadores da capitania de São Paulo entre 1765 e 1802.

Administradores profissionais, aqui, não deve ser entendido, então, como uma formação de tipo acadêmica desses oficiais da Coroa, como se houvesse uma escola de governadores. A idéia, ao contrário, é dar relevo ao fato de que a escolha desses sujeitos estava condicionada, cada vez mais, a uma *manifesta* gama de atributos indispensáveis à seleção, que levava em conta a experiência militar, o grau de nobreza e, também, a trajetória já percorrida no governo das diferentes partes dos domínios; tendo em conta, neste último ponto, a hierarquia na administração das conquistas, segundo a qual se era enviado para um local de menor destaque até, dependendo da atuação, progressivamente, ir-se a um de maior relevo, ou até mesmo ser indicado a cargo em algum conselho do reino.

Seria difícil encontrar alguém que, por si, desejasse sair de Portugal, entrar numa embarcação, enfrentar os perigos do mar e ir governar um local qualquer, distante de sua terra e família. Os integrantes do topo mais alto da pirâmide social portuguesa não se arriscavam, que os tempos eram outros, preferiam ocupar os postos das tropas de primeira linha ou os ofícios da Casa Real¹⁰². Os governadores coloniais, ainda que fidalgos, não eram, dentre os *grandes*, os maiores. A melhor forma de ser agraciado com mercês era servir ao rei na imensidão do Império, mais destacado do que se o fizessem no reino. Apenas a necessidade de garantir privilégios à sua *casa* valia a empreitada¹⁰³.

A nau Estrela do Mar saía do porto de Lisboa em direção ao Rio de Janeiro no dia 27 de março de 1765. A bordo dela estava o recém-nomeado governador e capitão-general da capitania de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus. Os oitenta e seis dias de viagem foram calmos, sem tormentas nem doenças, tendo como único inconveniente os vinte e dois dias de calmaria quando

¹⁰¹ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, op. cit., p. 110.

¹⁰² Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, op. cit., pp. 524-530.

¹⁰³ “Para quem sucedera numa casa com grandeza, o sacrifício só se justificava, portanto, quando existiam circunstâncias que o impunham”. Idem. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”, op. cit., p. 109.

passaram pelas ilhas de Cabo Verde, que tardaram a chegada na América. Mesmo assim, desacostumado ao cheiro e ao balanço do mar, o morgado de Mateus penou com “extraordinário enjôo” durante os primeiros trinta dias¹⁰⁴. Atravessar o atlântico em direção ao Rio de Janeiro, quando não houvesse maiores problemas, podia durar entre 55 e 65 dias. Não era incomum, porém, que os governadores sofressem um pouco durante o percurso. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça demorou-se mais do que o esperado na capital do Brasil por ter que recuperar sua saúde, “que algum tanto sofreu pelo mar”¹⁰⁵. Logo que desembarcassem, deveriam se encontrar com o vice-rei, a fim de apresentar as instruções recebidas – das quais este já teria, de antemão, ciência – para que, assim, pudessem dar início às suas “conferências” sobre o novo governo da capitania¹⁰⁶. Isto feito, seguiriam o caminho do sertão e dariam entrada na cidade de São Paulo, onde tomariam posse “na forma do costume praticado” na capitania¹⁰⁷.

As despesas desses agentes régios não eram poucas. A começar pela própria viagem, feita às custas dos novos governadores. Mas os gastos se iniciavam antes mesmo de partirem. De saída, pagavam por suas patentes e pelas propinas das homenagens que deviam ser feitas. Compravam roupas, providenciavam os víveres e mantimentos para o consumo da tripulação da embarcação que os levaria, além da remuneração do capitão de mar e guerra. No Brasil, tinham que comprar os móveis e utensílios para suas casas, e, também, carruagem e cavalos, “porque a Raynha não dá senão as paredes das Casas”. Quase sempre saíam do reino endividados, dependendo de seus soldos para cobrir seus gastos durante o governo, e tentar poupar para cumprir as pendências com seus credores. Na volta, concluída essa obrigação com a Coroa, mais

¹⁰⁴ “Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando sobre sua viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro e das conversações com o vice-rei [do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], sobre as suas instruções, entre as quais o combate [aos espanhóis] e a civilização dos índios”. 21 de junho de 1765. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 19, doc. 1687.

¹⁰⁵ “Carta de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça para Bernardo José de Lorena, participando a sua chegada no Rio de Janeiro”. 27 de abril de 1797. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 617.

¹⁰⁶ “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro”. 24 de abril de 1775, e “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro”. 24 de abril de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fls. 22, e 24-25.

¹⁰⁷ “Carta [de Bernardo Jozé de Lorena] Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro em que lhe dou parte de ter chegado a esta Capitania e de ter tomado posse de Governo della”. 8 de julho de 1788. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, p. 8.

gastos; novamente com o sustento da tripulação e o ordenado do capitão da embarcação¹⁰⁸.

D. Luís da Cunha Menezes, que governou Minas Gerais entre 1783 e 1788, quando estava no reino pediu ao Conselho Ultramarino que lhe fossem concedidas ajudas de custo na “hida e na volta de seus governos”, como “antigamente” conferia-se a quem fosse governar aquela capitania. Em resolução de agosto de 1792, a rainha d. Maria I não só negou a assistência a d. Luís da Cunha Menezes como declarou que aquilo antes praticado era “contra as Minhas Reaes Ordens com notória equivocação”¹⁰⁹. Foi com muito pesar que o vice-rei do Brasil, o conde de Rezende, deu a notícia a seu primo, amigo e, à época, governador de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, de que por conta dessa determinação régia estava impossibilitado de lhe auxiliar em suas despesas, que, caso contrário, “o faria de melhor Vontade”¹¹⁰.

Findado seu governo na capitania de São Paulo, o morgado de Mateus, defendendo-se daqueles que faziam acusações contra sua administração, sintetizava bem as dificuldades de um governador colonial:

Deixei tudo por Vossa Magestade, os filhos pequenos, a mulher, a casa, as riquezas e as comodidades, e o socego; fui arriscarme aos Mares, e a muitos perigos e o que mais he a estes infortunios, que não padeceria sem duvida alguma se eu quizesse conformarme com os que mal serviam a Vossa Magestade e aos seus Reaes interesses. Deixei já Postos grandes neste Reino adonde todos os do meu tempo, com muito difrentes serviços, se acham adiantados em Patentes e em governos. Não me escusei de ir para tão longe, estando mal convalescido de huma queda em que fiquei por morto, com o braço direito em três pedaços. Não levei intento de riquezas, porque essas ajuntaria melhor do que em São Paullo no Retiro de Matheus. Não as trouxe do Brazil, porque tudo que Vossa Magestade lá me deo, lá mesmo o gastei com o seu Real Serviço: Cheguei aqui com muito pouco, como manifestei na Casa da Moeda¹¹¹.

¹⁰⁸ “Parecer do [presidente do Conselho da Fazenda, ex-vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [Antônio Rolim de Moura Tavares], indicando os gastos que fazem os governadores ultramarinos quando tomam posse dos seus governos, particularizando os que passam ao Brasil, e sugerindo novos salários de acordo com a situação de cada capitania”. post. 1777. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 23, doc. 1981.

¹⁰⁹ “Resolução de D. Maria I negando ajuda de custo na ida e volta de d. Luiz da Cunha Menezes, e a todos os governadores”. 3 de agosto de 1792. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, código 642, fls. 531-531v.

¹¹⁰ “Carta do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Rezende, ao govenador de S. Paulo Bernardo José de Lorena, sobre não poder dar ajuda de custo ao governador”. 9 de janeiro de 1797. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, código 633, fl. 106.

¹¹¹ “Auto de justificação apresentado pelo ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, à rainha [D. Maria I] por meio de Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, em 19 itens que abordam vários aspectos de seu governo e acusações que lhe foram feitas, seguindo-se, para cada um deles, as respectivas provas, certidões, devassas, declarações de testemunhas, atestados etc.” Posterior a 5 de setembro de 1777. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 8, doc. 465.

Na ida para o exercício do serviço régio, largavam suas famílias e suas casas, cuja administração, muitas vezes, ficava por conta das esposas, que deviam se contentar em sanar possíveis dúvidas por meio de cartas, e padecerem sozinhas com as demandas que se lhes empunham, algumas delas de tirar “cem annos de vida”, tamanha complicação¹¹². Dependendo do tempo de serviço, e do exercício continuado do cargo em diferentes capitanias, deixavam também dívidas que se prolongavam por anos e anos, para o desassossego de seus beneficiários.

Em quinze de setembro de 1787, Bernardo José de Lorena, antes de partir para o governo da capitania de São Paulo, comprou de João Dias Pereira Chaves inúmeras fazendas brancas para si e para seus criados, totalizando pouco mais de dois mil e quinhentos réis. Doze anos depois, a dívida ainda não tinha sido paga. O credor já estava morto, e era seu irmão, Baltasar José Pereira Chaves, quem, com mil escusas e pedidos de licença, escrevia ao então governador de Minas Gerais. Afirmava que o irmão falecera em 1791 e deixara a incumbência da cobrança com ele, que, tratando com o irmão de Lorena, d. Brás da Silveira, este lhe disse que, como era tesoureiro da administração da casa do governador e, portanto, recebia “o que pertencia a Vossa Excelência”, faria o pagamento. No entanto, a quantia, até aquele momento, não lhe fora ressarcida, e como d. Brás estava “metido em grandes negócios, em grau de Commendador”, Chaves julgava certo que não cumpriria com o prometido. A ânsia por reaver suas perdas, ou, ao menos, parte delas, era tamanha que o credor dispensava os juros pelos doze anos, deixando a cargo de Lorena dar aquilo que achasse justo. Por fim, queixava-se de o irmão ter deixado seu cabedal, em testamento, todo em forma de dívidas a serem recebidas, das quais poucas se efetuariam, uma vez que, morrendo os devedores, seus herdeiros “dizem que não Sabem de tais dívidas”. Mesmo ciente de que se o governador morresse levaria consigo a pendência, e a dívida estaria “perdida”, rogava a deus que “Vossa Excelência hade pagar com a brevidade que puder ser”¹¹³.

O presidente do Conselho da Fazenda e ex-vice-rei do Brasil, em fins do século XVIII, emitiu um parecer no qual sugeria aumento no valor dos soldos dos

¹¹² “Carta recebida por D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, enviada por sua mulher, D. Leonor Ana Luísa José de Portugal”. 24 de janeiro de 1766. In *Arquivo da Casa de Mateus*, Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM), Subseção (SSC) 06.01, Série (SR), Correspondência; cópia fotográfica deste documento foi publicada no *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 132.

¹¹³ “Carta de Baltazar José Pereira Chaves para o governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, pedindo que lhe fosse remetida a quantia que o governador devia por algumas fazendas compradas doze anos atrás que até então não tinham sido pagas”. 4 de dezembro de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633.

governadores do Brasil, de acordo com a realidade de cada local. O governador da Bahia, segundo o conde de Azambuja, não poderia ganhar menos de seis contos e oitocentos mil réis, alegando que, além de a cidade ser muito grande, “ainda que a Bahia não hé tão cara como o Rio, de nenhum modo se pode chamar barata”. Para o governador do Pará, quatro contos por ano, “porque a Capitania hé hoje bastantemente importante, e cuido não está já tão barata”. Ao do Rio Negro, quatrocentos mil réis. Para o Maranhão, se houvesse governadores e capitães-generais, se lhes dariam três contos e seiscentos mil réis, ponderando, todavia, que para lá bastava um governador subalterno ao do Pará, com soldo de dois contos. Para o governador de Pernambuco, o conde não se “atrevia” a dar menos de quatro contos, “por ser uma Capitania antiga com bastante Nobreza e em que quando por ali passei havia bastante trabalho”¹¹⁴. Em 1765, foi estipulado ao morgado de Mateus, para governar a capitania de São Paulo, soldo de três contos e duzentos mil réis por ano¹¹⁵. Um quadro aproximado dos soldos de algumas capitanias do Brasil e das ilhas da Madeira e dos Açores, no segundo quartel do século XVIII, ficaria assim:

Tabela 1 - Soldos dos governadores do Brasil e das ilhas (segundo quartel do século XVIII)

	Capitanias	Soldos
Brasil	Bahia	4:070\$000*
	Pernambuco	3:400\$000
	São Paulo	3:200\$000
	Grão-Pará	2:800\$000
	Maranhão	2:800\$000
	Rio Negro	2:000\$000
	Piauí	2:000\$000
Ilhas	Madeira	4:000\$000
	Açores	4:000\$000

* somados o soldo mais as propinas que o governador dessa capitania recebia

FONTE: Cf. notas 30 e 31

¹¹⁴ “Parecer do [presidente do Conselho da Fazenda, ex-vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [Antônio Rolim de Moura Tavares], indicando os gastos que fazem os governadores ultramarinos quando tomam posse dos seus governos, particularizando os que passam ao Brasil, e sugerindo novos salários de acordo com a situação de cada capitania”. Post. 1777, op. cit.

¹¹⁵ “D. Luiz Antonio de Souza. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 12 de janeiro de 1765. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. José I, liv. 19, fl. 22.

A análise do valor do soldo de cada capitania é forte indício da hierarquia geográfica dos governos no Império Português. Se as capitanias mais importantes proporcionavam os maiores soldos, davam, também, mais prestígio. São Paulo, como vemos, não era a que dava o menor vencimento dentre os locais arrolados. Tampouco era o mais alto da colônia, pois que esses ficavam para as capitanias mais consideradas como Bahia, Pernambuco ou mesmo as ilhas da Madeira e dos Açores. Não sabemos qual a intensidade do efeito que surtiu a consideração do conde com relação ao aumento dos soldos no Brasil, mas, em 1790, por decreto, houve acrescentamento de seus valores em diversas capitanias da América¹¹⁶. Em São Paulo, os dois últimos governadores do período em pauta ganharam quatro contos por ano cada um (Tabela 2).

Tabela 2 – Soldos dos governadores da capitania de São Paulo (1765-1802)¹¹⁷

Governadores	Períodos	Soldos
A	1765-1775	3:200\$000
B	1775-1782	3:200\$000
C	1782-1786	3:200\$000
D	1786-1788	3:200\$000
E	1788-1797	4:000\$000
F	1797-1802	4:000\$000

A - Luis Antonio de Souza Botelho Mourão

B - Martim Lopes Lobo de Saldanha

C - Francisco da Cunha Menezes

D - José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (interino)

E - Bernardo José de Lorena

F - Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça

¹¹⁶ “Requerimento do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo e Castro de Mendonça, pedindo a (D. Maria I) que lhe aumente o soldo, tal como por Decreto de 18 de Janeiro de 1790 o aumentara ao governador e capitão-general da capitania do Maranhão, (Fernando Pereira Leite de Fogos), e, a exemplo deste, ao governador das Ilhas e outros mais”. Posterior a 18 de janeiro de 1790. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo- Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 39, doc. 3272.

¹¹⁷ Fontes: “D. Luiz Antonio de Souza. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 12 de janeiro de 1765, op. cit.; “Francisco da Cunha de Menezes. Carta Patente de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 26 de maio de 1781; “Patente do Governador Bernardo Jozé de Lorena”. 19 de agosto de 1786; “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta Patente de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 21 de agosto de 1795. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, respectivamente, liv. 10, fl. 348; liv. 20, fl. 222; liv. 19, fls. 214v e 216v. Da patente de Bernardo José de Lorena há cópia em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 373-374. Sabemos que o soldo de Martim Lopes Lobo de Saldanha foi o mesmo do seu antecessor por relação elaborada por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Cf. “Relação dos soldos dos governadores de São Paulo”. Posterior a 18 de janeiro de 1790. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo- Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 39, doc. 3272. O soldo de José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, governador interino, deduzimos que fora o mesmo que o do capitão-general anterior.

Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, com base em dados do sculo XVII, apontam que “ajudas de custo para embarcao, verbas para pagamento de um certo nmero de homens de guarda (20 ou 30) e participao na actividade comercial do territrio eram complementos remuneratrios generalizadamente atribuídos e que variavam consoante o territrio”¹¹⁸. Pelo parecer do conde de Azambuja, bem como pelos pedidos denegados de ajudas de custo, poder-se-ia supor que houve uma viragem no sculo XVIII e que esses subsdios deixaram de ser concedidos, talvez porque naquele momento estivesse “em moda dizerse mal” das gratificaes “depois que o Marquez de Pombal as qualificou com o epteto de abuzo, e corruptela”¹¹⁹. Aqui, entretanto, mais uma vez estava explcita a hierarquia da administrao dos domnios portugueses. Quando foi nomeado para governar o Estado da ndia, Francisco da Cunha Menezes, ento capito-general de So Paulo, recebeu carta do secretrio de Estado, Martinho de Mello e Castro, que, alm de comunicar a indicao, informava as quantias conferidas por “Sua Magestade” para a posse do cargo: dois contos e quatrocentos mil ris de ajuda de custo; quatro contos e oitocentos mil ris referentes a seis meses de soldos adiantados; e dois contos para o pagamento da patente, “tudo na forma que se praticou com Frederico Guilherme de Souza, a quem Vossa Senhoria vai succeder”¹²⁰. Quanto mais importante o lugar a governar, maior o valor do soldo, maior o destaque e, tambm, mais chances de garantir auxlios, inclusive, financeiros. Essa hierarquia dos domnios do Imprio Portugus e a evoluo na carreira da administrao das conquistas so possveis de se acompanhar nas trajetrias percorridas pelos governadores da capitania de So Paulo¹²¹.

¹¹⁸ Mafalda Soares da Cunha; e Nuno Gonçalo Monteiro. “Governadores e capites-mores do imprio atlntico portugus nos sculos XVII e XVIII”, op. cit., p. 207, com exemplos na nota 49.

¹¹⁹ “Parecer do [presidente do Conselho da Fazenda, ex-vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [Antnio Rolim de Moura Tavares], indicando os gastos que fazem os governadores ultramarinos quando tomam posse dos seus governos, particularizando os que passam ao Brasil, e sugerindo novos salrios de acordo com a situao de cada capitania”. Post. 1777, op. cit.

¹²⁰ “Para Francisco da Cunha Menezes. Participa se lhe que est nomeado Governador da ndia”. 11 de novembro de 1785. In *Arquivo Histrico Ultramarino (AHU), Brasil – Cdices*, cdice 424, fls. 130v-131.

¹²¹ Mafalda Soares e Nuno Monteiro, sobre a hierarquia do Imprio, certificam: “Por exigirem menos tempo de servio para a obteno de idnticas mercs, primeiro vinham o Norte de frica e as armadas da costa, depois a ndia, por fim o Reino e o Brasil em igualdade de circunstncias. A partir de 1671, o regimento de mercs continuava a beneficiar a ndia, adiante do Brasil e do Reino”. Mafalda Soares da Cunha; e Nuno Gonçalo Monteiro. “Governadores e capites-mores do imprio atlntico portugus nos sculos XVII e XVIII”, op. cit., p. 210. Sobre a hierarquia dos servios dos domnios no mbito da reforma nas concesses de mercs do *Regimento de 1671*, veja-se Fernanda Olival. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, merc e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, pp. 128-131.

D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, nasceu em 21 de fevereiro de 1722, na vila de Amarante¹²². Filho primogênito de Antonio Botelho Mourão, fidalgo da Casa Real, e neto de Mateus Álvares Mourão, em 9 de janeiro de 1749 tornou-se familiar do Santo Ofício¹²³; recebeu, em 18 de abril de 1749, foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, que “pelo dito seu Pae lhe” pertencia¹²⁴; por conta de seus serviços “feitos na Província de Entre Douro, e Minho, por espaço de 13 annos, e 9 dias em praça de soldado da guarnição do Castello de Santiago da Barra de Villa de Vianna continuados desde 18 de fevereiro de 1725 até 21 de fevereiro de 1738” e “aos de seu Tio D. Antonio Luiz de Souza Queiroz”, à época, falecido, foi agraciado, em 3 de junho de 1752, com o hábito da Ordem de Cristo¹²⁵; em 27 de julho de 1756, o rei fez-lhe mercê de “Senhorio do Conselho e Honra de Ovelha situado na Serra do Marão que divide as duas Províncias do Minho e Tras os Montes, para a sua custa fazer Villa de que se poderá chamar senhor, e usar da jurisdição que a Ley lhe permite”¹²⁶; e, em 15 de janeiro de 1758, recebeu a Comenda de Santa Maria de Vermiosa¹²⁷.

Nos *Livros Mestres* do Arquivo Histórico Militar português há registro da carreira militar de d. Luís Antonio de Souza. Em 13 de fevereiro de 1725 sentou praça como soldado no Castelo de Viana, onde era governador seu avô, com quem foi morar depois da morte de sua mãe¹²⁸. Fazendo-se os cálculos, vê-se que, espantosamente, o morgado de Mateus entrou para o serviço militar com 3 anos de idade¹²⁹. Seguindo o registro, consta, em 6 de outubro de 1749, promoção a mestre-de-campo auxiliar do “Partido do Porto”; em 9 de janeiro de 1763, a coronel; e, em 1º de agosto de 1764, “passagem para outro regimento ou baixa”, no caso, nomeação “ao governo de Castello Viana”¹³⁰. Este cargo de governador não chegou a exercer, uma vez que, em 12 de janeiro de 1765, o rei foi “servido” restituir a capitania de São Paulo “a seu antigo Estado”, indicando o

¹²² Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 54-55.

¹²³ *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*, op. cit., p. 48.

¹²⁴ Cf. “D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Foro de Fidalgo Cavaleiro”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. João V, liv. 40, fl. 40v.

¹²⁵ “D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Carta de Padrão. Tença de 12\$000 rs. e Hábito”. In Idem, d. José I, liv. 4, fl. 321.

¹²⁶ “D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Carta. Doação”. In Idem, d. José I, liv. 10, fl. 479.

¹²⁷ Cf. *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*, op. cit., p. 48.

¹²⁸ A informação da ida do morgado de Mateus para a casa de seu avô está em Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 55.

¹²⁹ Sobre essa questão, veja-se Idem, ibidem, nota 91.

¹³⁰ “Registro dos Nomes, Terras, Idades, e Serviços dos Officiães do Regimento de Bragança de que he Coronel D. Luís a quem succedeo Fernando de Souza Leitte”. In *Arquivo Histórico Militar*, Livros Mestres, Livro B24-2, fl. 1.

morgado de Mateus para administrá-la¹³¹; ainda em janeiro do mesmo ano, recebeu título do Conselho Real¹³². Em 1772 “teve carta de mercê da Alcaidaria-Mor do Castelo de Bragança”¹³³, e, já de volta a Portugal, aplicou-se à administração de sua *casa*. O posto de brigadeiro de infantaria reformado foi-lhe concedido somente em 31 de maio de 1791, alguns anos antes de seu falecimento, em 3 de outubro de 1798¹³⁴.

Os estudos do morgado de Mateus foram feitos, provavelmente, “dentro do próprio Castelo de Viana. Sua formação teria obedecido, desde então, a uma forte influência militar, com orientação do próprio avô”¹³⁵. Foi exatamente sua experiência militar que influenciou decisivamente na escolha feita pelo rei. São Paulo, como já destacamos, tinha posição estratégica na defesa do sul do Brasil contra os ataques castelhanos. Em 1762, no contexto da guerra dos sete anos, a atuação de d. Luís Antonio de Souza foi bastante destacada na contenção da invasão dos espanhóis no nordeste de Portugal, sob o comando do famoso conde de Lippe, marechal-de-campo inglês enviado para auxiliar o exército lusitano¹³⁶.

Morgado de Mateus foi casado com dona Leonor Ana Luísa José de Portugal, filha de d. Rodrigo de Souza Coutinho e, portanto, tia do, depois, 1º. conde de Linhares e secretário de Estado português, homônimo de seu avô¹³⁷. Dois pontos pesaram bastante na nomeação de d. Luís Antonio de Souza para o governo de São Paulo: a origem fidalga e a carreira militar. Nas palavras de Heloísa Bellotto: “Pertencer, de preferência, à fidalguia, ser um militar experiente, com prestígio na Corte e alto grau de fidelidade ao Rei e à Pátria, eram as características que se esperavam de um administrador colonial. Por tudo isso, foi colocado à frente dos destinos de São Paulo restaurada, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus”¹³⁸.

¹³¹ “D. Luiz Antonio de Souza. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 12 de janeiro de 1765, op. cit.

¹³² “D. Luiz Antonio de Souza. Carta. Título de Conselho”. 18 de janeiro de 1765. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. José I, liv. 19, fl. 22.

¹³³ *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*, op. cit., p. 49.

¹³⁴ Idem, ibidem. Essa promoção custou muito a receber, ainda que diversos ofícios seus e de outros tenham sido enviados à rainha. Sobre o caso, veja-se Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., pp. 341-348.

¹³⁵ Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 56.

¹³⁶ Idem, ibidem, pp. 59-60.

¹³⁷ Cf. “La Famille Paternelle de d. Rodrigo de Souza Coutinho”. In André Mansuy Diniz Silva. *Portrait d'un homme d'État: d. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, op. cit., tomo 1, pp. 18/19.

¹³⁸ Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 51.

Martim Lopes Lobo de Saldanha nasceu na vila de Estremoz, possivelmente entre a primeira e a segunda décadas do século XVIII. Filho primogênito de Jerônimo Lobo de Saldanha, moço fidalgo, e neto de Martim Lopes Lobo de Saldanha. Em 11 de março de 1746, Martim Lopes e seu irmão, Cristóvão Antonio Lobo de Saldanha, receberam do rei mercês de moço fidalgo, com mil reis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia para cada um¹³⁹. Casado com Joana Bernarda Fresneta, ligou-se a grande casa, uma vez que a mãe de sua esposa, Maria Caetana Fresneta, levou a seu casamento com Francisco Magalhães Silva Sousa “mais de 16 mil cruzados de renda”¹⁴⁰. Lobo de Saldanha sentou praça em 8 de janeiro de 1733, como soldado na província de Alentejo, passando a alferes e, depois, a tenente do Regimento da Guarnição da Praça de Elvas, posto que ocupava até, ao menos, 7 de junho de 1746. A 12 de março de 1750, recebia hábito da Ordem de Cristo, com tença de 18\$000 reis anuais¹⁴¹.

Em junho de 1762, já com quase trinta anos de serviço, por lhe ter sido conferido o Regimento de Infantaria de Olivença, o agora coronel Lobo de Saldanha pedia a d. Luís da Cunha que lhe concedesse o favor de passar alguns “camaradas distintos” para o seu comando, com o intuito de poder, assim, “ter a vaidade de ser coronel do melhor Regimento”. Não esquecia, todavia, de interceder a favor de seu irmão, que era “tenente de cavallaria há oito annos, e tem vinte de serviço”, pedindo ao ministro que, estando duas companhias de Dragões de certo regimento vagas, desse-lhe “hum por esmolla”¹⁴². Em 10 de maio de 1774 recebeu título do Conselho do rei, e em 1775 foi promovido a brigadeiro e nomeado governador e capitão-general de São Paulo¹⁴³. Para o governo da capitania, Lobo de Saldanha levou consigo, como capitão e seu ajudante de ordens, seu filho, Antonio Lobo de Saldanha¹⁴⁴.

¹³⁹ Cf. “Martim Lopes Lobo de Saldanha. Alvará. Foro de Moço Fidalgo”, e “Cristóvão Antonio Lopes de Saldanha. Alvará. Foro de Moço Fidalgo”. 11 de março de 1746. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. João V, liv. 36, fl. 273.

¹⁴⁰ “Martim Lopes Lobo Saldanha”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁴¹ “Martim Lopes Lobo de Saldanha. Carta de Padrão”. 12 de março de 1750. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. João V, liv. 41, fl. 137.

¹⁴² “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha a d. Luís da Cunha, pedindo promoção para seu irmão e que outros servissem em seu regimento”. 4 de junho de 1762; e “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha a d. Luís da Cunha, pedindo promoção para seu irmão e que outros servissem em seu regimento”. 23 de junho de 1762. In *Arquivo Histórico Militar*, Documentos Digitalizados, respectivamente, PT AHM-DIV-1-07-2-47_m0001, e m0002-m0003.

¹⁴³ Cf. “Martim Lopes Lobo Saldanha”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁴⁴ “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal sobre seu filho Antonio Lobo de Saldanha ser ajudante de ordens, com patente de capitão, e da nomeação de mais um ajudante”. 3 de dezembro de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fl. 154.

No dia 14 de junho de 1778, Martins Lopes completava os três anos pelos quais fora governar a capitania, em vista disso escreveu carta ao secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, pedindo que se lhe enviasse sucessor. Três anos, quando não houvesse nenhum impeditivo, era o tempo mínimo de permanência de um governador na localidade de sua administração. Porém, nas cartas de nomeação, logo após essa informação acrescentava-se: “e o mais que for o rei servido enquanto não enviar sucessor”. Porque se passaram mais dois anos depois desse primeiro pedido de Lobo de Saldanha, escrevia novamente ao secretário de Estado, e o fez ainda mais uma vez em 1781. Nesta última, rogava que fosse nomeado sucessor, porque sua *casa* precisava da assistência que poderia dar, além de “ter de casar” seu filho primogênito, que o havia acompanhado naquele governo, e acrescentava a isso o “estar completando seis annos de Governo, para o que me faltam já as forças” por conta da idade, das “effectivas moléstias” e das intrigas que contra ele havia naquela capitania¹⁴⁵. Somente em 1802 Lobo de Saldanha se veria livre do fardo e poderia retornar ao reino.

O peso na decisão das indicações do morgado de Mateus e de Martim Lopes parece vir, além da indispensável nobreza, dos bons serviços no campo militar, mais do que qualquer outra coisa. São Paulo foi a única capitania que governaram. Findado o serviço, voltaram para suas respectivas casas e seus regimentos. Com os três governadores efetivos seguintes é que se pode notar tanto a carreira na administração dos domínios como uma ascensão para cargos mais distintos, tendo como ponto de partida a capitania paulista.

Francisco da Cunha Menezes nasceu em 10 de abril de 1741, filho secundogênito de José Félix Cunha Menezes, que era senhor do morgado de Paio Pires e Cachoeiras, marechal-de-campo, governador das Armas da Beira, e vedor da rainha Mariana de Áustria. Sua mãe, Constança Xavier Menezes, era filha dos quintos condes de Ericeira. Cunha Menezes tinha na família administradores coloniais; como ele, também o foram seus irmãos Luís da Cunha Menezes, aquele para o qual a rainha negou ajuda de custo e que governou Goiás (1770-1783) e Minas Gerais (1783-1788); e Manuel da Cunha Menezes, na capitania da Bahia (1774-1779)¹⁴⁶. Não sabemos da carreira militar de

¹⁴⁵ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Mello e Castro sobre os seis anos de seu governo e solicitando um sucessor para o seu lugar”. 9 de abril de 1781. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 10, doc. 507.

¹⁴⁶ Cf. “Francisco Cunha Menezes”, e “Manuel da Cunha Menezes”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

Francisco Menezes, nem de seus estudos. Por decreto de 4 de abril de 1781 foi nomeado governador e capitão-general de São Paulo; em 30 de maio de 1781, como era praxe aos governadores coloniais, foi-lhe concedido título do Conselho do rei. Já como governador de São Paulo recebeu mercê do hábito da Ordem de Cristo, por portaria de 26 de maio de 1781¹⁴⁷.

Do governo da capitania paulista, Cunha Menezes foi enviado para o do Estado da Índia, por decreto de 31 de outubro de 1785, e, em 21 de março de 1800, para o da Bahia¹⁴⁸. Seu caso evidencia bem as mercês adquiridas por conta do serviço ao rei no governo das conquistas. Assim, em 26 de outubro de 1800, o príncipe regente, “tendo consideração ao distinto Serviço Que Francisco da Cunha Menezes me tem feito nos diversos empregos que tem ocupado esperando do Seu Zello, honra, e merecimento que se fará cada vez mais digno de ser por mim atendido”, dava, exatamente como remuneração desses serviços, mercê, “em duas vidas”, da Comenda de São Nicolau dos Vales da Ordem de Cristo no Arcebispado de Braga, cuja carta foi passada em 21 de novembro do mesmo ano¹⁴⁹. Foi ainda por conta desse desempenho que pôde, por graça régia, deixar os rendimentos de sua comenda da Ordem de Cristo a uma filha sua, “reconhecida e legitimada”, posto que não era casado, pouco antes de sua partida para o governo da Bahia, para que, caso morresse, ela não ficasse desamparada¹⁵⁰. Em 1805, findado seu mandato no Brasil, foi promovido a tenente-coronel. Faleceu em 12 de junho de 1812, possivelmente no reino¹⁵¹.

Porque Cunha Menezes foi para a Índia e não fora nomeado, até aquele momento, governador para São Paulo, José Raimundo Chichorro da Gama Lobo a administrou interinamente. Por não ser efetivo, alguns de seus traços diferem um pouco dos de seus antecessores e sucessores. A começar pela indicação, que não era feita pelo rei, mas

¹⁴⁷ Cf. “Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 26 de maio de 1781, “Francisco da Cunha Menezes. Carta. Título de Conselho”. 30 de maio de 1781, e “Francisco da Cunha Menezes. Carta de Padrão. Tença de 12\$000 rs, dos Almojarifados do Reino com o Hábito de Cristo”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 10, fl. 348.

¹⁴⁸ Cf. “Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general do Estado da Índia”. 19 de dezembro de 1785, e “Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania da Bahia”. 3 de outubro de 1800. In Idem, ibidem, liv. 29, respectivamente, fls. 102v e 114.

¹⁴⁹ “Francisco da Cunha Menezes. Alvará. Mercê da Comenda de S. Nicolau dos Vales”. 26 de outubro de 1800, e “Francisco da Cunha Menezes. Carta. Comenda de S. Nicolau dos Vales”. 21 de novembro de 1800. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 30, fl. 354v.

¹⁵⁰ Cf. “Francisco da Cunha Menezes.”. 21 de novembro de 1800. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. João VI, liv. 2, fls. 100-101.

¹⁵¹ Cf. “Francisco Cunha Menezes”, e “Manuel da Cunha Menezes”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

pelo vice-rei do Estado do Brasil¹⁵². José Raimundo Chichorro, eclesiástico, nasceu em Monforte, no Além Tejo, nas primeiras décadas do século XVIII, filho de André Chichorro da Gama Lobo e de Catarina Jerónima Juzarte Silva Barreto¹⁵³. Aos 16 anos de idade sentou praça como soldado; em 11 de março de 1754 passou a alferes, em 22 de março de 1758, capitão e, em 17 de setembro de 1759, capitão-de-granadeiro. Foi promovido a sargento-mor em 1º de junho de 1763¹⁵⁴, e, a partir de então, ocupou os postos de tenente-coronel e coronel-de-infantaria¹⁵⁵.

Como vemos, a escolha feita pelo vice-rei não recaiu sobre qualquer pessoa. José Raimundo Chichorro, em 1767, foi para o regimento do Rio de Janeiro, tornou-se brigadeiro, fez a campanha do Rio Grande de São Pedro, promovido, então, a marechal-de-campo, e “comandou a expedição da Ilha da santíssima Trindade, na posse dos Ingleses”¹⁵⁶. Fidalgo cavaleiro, com hábito da Ordem de Malta¹⁵⁷, em 5 de julho de 1788, às dezesseis horas, deu posse ao capitão-general Bernardo José de Lorena, para, no dia 7, às três da manhã, pôr-se em marcha à cidade do Rio de Janeiro, aonde chegou “no dia vinte e seis, participando a Vossa Excelência”, Martinho de Mello e Castro, “a tranqüilidade e socego em que ficaram aqueles omildes povos que tive a honra de Governar Interinamente”¹⁵⁸.

Bernardo José de Lorena, natural da freguesia de Santos Reis do Campo Grande, em Lisboa, nasceu em 9 de abril de 1756¹⁵⁹. Durante algum tempo, especialmente para certos genealogistas brasileiros, considerou-se que o pai de Lorena era d. Luiz Bernardo de Lorena e Távora, e sua mãe, d. Thereza de Távora. Aquele, acusado, julgado e

¹⁵² Cf. “Para o Bispo. Participa se lhe a nomeação de Francisco da Cunha e Menezes para Governador do Estado da Índia; e que o Vice Rey do Brazil deve nomear Pessoa que vá governar interinamente a Capitania de São Paulo”. 11 de novembro de 1785. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Brasil – Códices, código 424, fls. 130-130v.

¹⁵³ Cf. “José Raimundo Chichorro Gama Lobo”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁵⁴ As informações sobre a carreira militar de Gama Lobo, até 1763, estão em “Registo dos Nomes, Terras, Idades, e Serviços dos Officiães do Regimento d’Elvas”. In *Arquivo Histórico Militar*, Livros Mestres, Livro B60-1, fl. 3.

¹⁵⁵ Cf. “José Raimundo Chichorro Gama Lobo”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁵⁶ “José Raimundo Chichorro Gama Lobo”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁵⁷ Idem, ibidem.

¹⁵⁸ “Ofício do governador interino da capitania de São Paulo, brigadeiro frei José Raimundo Chichorro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando ter dado posse, no dia 4 daquele mês, ao novo governador daquela capitania, o [conde de Sarzedas], general Bernardo José de Lorena”. 29 de julho de 1788. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Administração Central (ACL), *Concelho Ultramarino (CU)*, Brasil/Geral (003), cx. 27, doc. 2229.

¹⁵⁹ Cf. “Bernardo José Maria Silveira Lorena”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

condenado à morte, junto com seus pais e outros parentes, pela tentativa de assassinato que sofreu d. José I, em 1758; esta, forçosamente reclusa no convento de Santos e, depois, no de Chelas. A versão é defendida por Maria Luiza Franco da Rocha, integrante da descendência “LEGITIMA de D. Bernardo José de Lorena que ficou no Brasil”¹⁶⁰. Mesmo não ignorando a existência de Nuno Gaspar Lorena, que, antes, levava o sobrenome Távora, nem de Maria Inácia Silveira, a autora advoga contra a possibilidade de serem progenitores do, depois, governador de São Paulo. Dois motivos são notavelmente causadores da interpretação de Maria Franco da Rocha: primeiro, o fato de, como reconhece, não ter feito investigações nos arquivos portugueses, baseando-se na documentação brasileira e na “tradição oral”; segundo, porque há de se convir que, em não havendo provas contrárias, é muito mais encantador ascender de sujeito que foi levado para a reclusão de sua mãe “escondido, pelo temor de que não lhe fizessem algum mal”, “pequetito, ainda de braço”, permanecendo por 19 anos trancado num convento, obrigado a superar sua “infância triste”, lutar para aprimorar “sua educação” e cultivar “o seu espírito com padres, que foram os seus mestres” e, com eles, aprender, “além de filosofia e belas letras”, “varias línguas”, conhecendo, inclusive, “o latim a fundo”¹⁶¹. A intenção e a argumentação podem ser das melhores, mas, infelizmente para a ilustre história de Lorena, e, certamente, felizmente para ele mesmo, os tempos não foram tão penosos como se traçou. Foi Lorena, de fato, filho de Nuno Gaspar e de Maria Inácia¹⁶². Versou-se, sim, em diversas áreas do conhecimento, mas não com os padres, recluso juntamente com sua mãe, que deve ter sido o destino de um de seus primos. Foi no Colégio dos Nobres que estudou, para o qual ingressou em 7 de abril de 1766, tendo se destacado de tal modo que, em 22 de julho de 1771, “fez o referido Collegial hum acto particular em Rethorica e Lógica, com geral aplauso”. Lá permaneceu até 31 de julho de 1771¹⁶³, indo estudar, então, na Universidade de

¹⁶⁰ Maria Luiza Franco da Rocha. “Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1940, nº. 64, p. 136.

¹⁶¹ Idem, ibidem, pp. 117-118.

¹⁶² Como consta dos inúmeros registros das mercês recebidas, abaixo citadas. Veja-se, também, “Bernardo José Maria Silveira Lorena”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁶³ “Livro 4º. de registo da entrada, sahida, profissões e actos dos collegiaes do Collegio dos Nobres (1766 a 1769)”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Colégio dos Nobres, liv. 62, p. 26.

Coimbra, em período posterior à reforma curricular, onde defendeu tese em 14 de maio de 1778¹⁶⁴.

Por alvará de 3 de fevereiro de 1766 recebeu foro de moço fidalgo, ao qual foi acrescido o de fidalgo escudeiro¹⁶⁵. Tendo sido capitão de cavalaria agregado¹⁶⁶, foi nomeado, por decreto de 28 de julho de 1786, governador e capitão-general da capitania de São Paulo. Em 9 de agosto de 1786 recebeu carta com título do Conselho régio, e, no dia 25 daquele mês, foi-lhe despachada mercê do hábito da Ordem de Cristo, para o qual foi habilitado em 22 de setembro¹⁶⁷. Em 20 de abril de 1796, Lorena comunicava ao então secretário de Estado interino, Luiz Pinto de Souza, o recebimento da carta em que lhe anunciava a nomeação para governador de Minas Gerais, atestando que passaria para vila Rica “sem a menor perda de tempo”, como ordenava ser conveniente “Sua Magestade”¹⁶⁸. Por decreto de 17 de setembro de 1801, d. João VI fez a Lorena mercê “de hum lugar ordinário de Conselheiro de Capa e espada do Conselho Ultramarino”. Em 30 de agosto de 1804, o príncipe regente o decretava deputado da Junta de Arrecadação do Tabaco, com ordenado de seiscentos mil réis anuais.

No tempo em que esteve em São Paulo, Lorena amancebou-se com uma filha da terra, que, segundo Maria Luiza Franco da Rocha¹⁶⁹, era Mariana Angélica de Bustamante Sá Leme, de importante família da capitania. Seu pai, Antonio Fortes de Bustamante Sá, era “doutor de capelo e opositor que foi as cadeiras de Coimbra”, sua mãe, Anna Maria Pinto da Silva, era filha de Isabel Caetano de Araújo e de Diogo Pinto do Rego, este, “cavaleiro fidalgo da casa real, mestre de campo dos auxiliares de São Paulo, e proprietário do ofício de escrivão da ouvidoria e correição da comarca da

¹⁶⁴ Cf. “Theses pro repetitionis actu ex Historia Ecclesiastica, jure tum naturali, canonico, publico, ac privato, cum regio selectas. (Auctor) Bernardus Josephus a Lorena”. 14 de maio de 1778. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 653.

¹⁶⁵ Cf. “Bernardo José de Lorena. Foro de Moço Fidalgo”. 3 de fevereiro de 1766, e “Bernardo José de Lorena. Foro de Fidalgo Escudeiro”. 14 de dezembro de 1776. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. José I, liv. 19, fl. 485.

¹⁶⁶ Cf. “Bernardo José Maria Silveira Lorena”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁶⁷ Cf. “Bernardo José de Lorena. Carta de Padrão. Hábito da Ordem de Cristo”. 14 de abril de 1786, “Bernardo José de Lorena. Carta de Título. Conselho”. 9 de agosto de 1786, e “Bernardo José de Lorena. Carta de Profissão. Hábito”. 26 de novembro de 1786. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 20, respectivamente, fls. 222, 222v e 372.

¹⁶⁸ “Carta de Bernardo José de Lorena ao secretário de Estado comunicando ter recebido a ordem para que passasse para a vila de Minas Gerais”. 20 de abril de 1796. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., p. 187.

¹⁶⁹ Cf. Maria Luiza Franco da Rocha. “Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena”, op. cit., pp. 130 e seguintes.

cidade de São Paulo”¹⁷⁰. Com Mariana teve três filhos, a saber, Maria Inácia, Francisca e Francisco de Assis¹⁷¹. Este, em carta de março de 1799, declarava-se a Lorena “o mais feliz menino na América”, por sua avó o ter reconhecido e, então, poder dizer-se “Neto da Excelentíssima Senhora Dona Maria Ignacia da Silveira”¹⁷². Em 4 de abril de 1818, os descendentes que Lorena deixou no Brasil foram legitimados pelo Desembargo do Paço¹⁷³.

Em 24 de maio de 1805, o príncipe regente fez a Bernardo José de Lorena mercê do título de conde de Sarzenas. No ano seguinte, pelo “valor e Limpeza de mãos com que o ditto Conde de Sarzenas procedeo sempre em Meu Serviço pela confiança que tenho de que em tudo a de que o encarregar me Servirá Com Satisfação Como athe agora o fez”, foi nomeado vice-rei do Estado da Índia¹⁷⁴, último cargo conquistado até falecer, em data incerta.

Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça era filho de Dinis Gregório Melo Castro Mendonça, e de Maria Rosa de Ataíde¹⁷⁵. Não sabemos a data de seu nascimento. Em livro de lançamento dos recibos dos governadores ultramarinos, há nome de “Antonio Manoel de Mello e Castro” encarregado do governo dos Rios de Sena, em 1779¹⁷⁶, certamente homônimo, já que, em abril de 1773, Castro e Mendonça ainda estava recebendo seu foro de moço fidalgo¹⁷⁷. Aos 16 dias de novembro de 1795, recebeu o hábito de cavaleiro noviço da Ordem de Santiago da Espada, e, no ano seguinte, era despachado pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens a comenda de Alcaria Ruiva da Ordem de Santiago, mercê recebida como recompensa aos serviços prestados por seu pai, como governador das Ilhas dos Açores, “e dos delle até ao presente, em Praça de Soldado e Capitão de Infantaria Com exercício de Ajudante das

¹⁷⁰ Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo / Livraria Martins Fontes, sem data, 3ª. edição (2ª. edição, completa, de 1940/1944), tomo 3, p.111.

¹⁷¹ Cf. Maria Luiza Franco da Rocha. “Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena”, op. cit., p. 131.

¹⁷² “Carta de Francisco de Assis a seu pai Bernardo José de Lorena”. 7 de março de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 710.

¹⁷³ Cf. “Bernardo José Maria Silveira Lorena”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁷⁴ “Bernardo José de Lorena. Carta. Conde de Sarzenas”. 24 de maio de 1805, e “O Conde de Sarzenas. Bernardo José de Lorena. Vice-rei do Estado da Índia”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. João VI, respectivamente, liv. 7, fls. 30v-31, e liv. 8, fls. 313-313v.

¹⁷⁵ Sobre seu pai, veja-se “Dinis Gregório Melo Castro Mendonça”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁷⁶ Cf. “Livro onde os governadores do Ultramar lançavam os recibos das cartas e mais papeis de serviço que levavam – 1762 a 1830 – 1 vol”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, códice 467, fl. 15.

¹⁷⁷ Cf. “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Moço Fidalgo”. 2 de abril de 1773. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. José I, liv. 28, fls. 59-59v.

ordens do dito Governador: tendo embarcado Voluntariamente por duas vezes na Guerra Contra as Argelinas”¹⁷⁸. Também por causa dos serviços de seu pai foi dispensado das habilitações para ser professo na Ordem de Cristo, na qual ingressou em 18 de setembro de 1797¹⁷⁹.

Aos 29 dias de maio de 1795, no Palácio de Queluz, decretava “Sua Magestade” ao Conselho Ultramarino que, tendo em conta “qualidade e merecimento dos serviços” de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça nas ilhas dos Açores, havia por bem nomeá-lo governador de São Paulo¹⁸⁰. O então capitão-general da capitania paulista, segundo José Joaquim Machado de Oliveira, fora nomeado para o cargo pelo ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho¹⁸¹. É por meio deste, aliás, que podemos saber que Castro e Mendonça era sobrinho do secretário de Estado antecessor, Martinho de Mello e Castro, em quem d. Rodrigo sugeria, mais de uma vez, o governador deveria sempre se espelhar¹⁸². Em maio de 1809, Castro e Mendonça foi nomeado governador de Moçambique, onde ficou até 1812, quando foi indicado para administrar a ilha da Madeira¹⁸³, cargo que não chegou a ocupar, pois que “tendo já a bagagem a bordo e quando ia a embarcar, foi de súbito atacado de uma doença, que o vitimou”¹⁸⁴. No Brasil deixou um filho, Antonio Manoel de Mello, paulista, nascido em 2 de outubro de 1802, que sentou praça de alferes com 11 anos de idade, e em 1823 ingressou na Academia Militar no Rio de Janeiro. O filho de Castro e Mendonça fez destacada

¹⁷⁸ “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta. Profissão de Hábito”. 16 de novembro de 1795, “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Alvará. Comenda”. 16 de outubro de 1795, e “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta. Comenda de Alcaria Ruiva”. 13 de agosto de 1796. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, respectivamente, liv. 18, fl. 111, liv. 27, fls 267v-268, e liv. 28, fls 135-135v.

¹⁷⁹ Cf. “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁸⁰ “Decreto da rainha D. Maria I nomeando por tempo de três a anos Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça para governador e capitão general da capitania de São Paulo”. 29 de maio de 1795. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 12, doc. 596, e “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Patente de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 19, fls 214v e 216v.

¹⁸¹ “Ao governador Mello, militar franco e enérgico, que sem pertencer á eschola terrorista do conde Lipe, era antes discípulo bem aproveitado (abstração feita á idade) de d. Rodrigo de Souza Coutinho, ao depois conde de Linhares, e ministro do gabinete portuguez que o nomeou para o governo de São Paulo [...]”. J. J. Machado D’Oliveira. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, edição fac-similada da 1ª. (1ª. edição de 1864), p. 189.

¹⁸² Cf. “[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre uma Carta de Joze Gomes de Sequeira Motta, e huma queixa que subio à Real Prezença contra elle Governador”. 19 de setembro de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Brasil – Códices*, código 424, fls. 149-149v.

¹⁸³ Cf. “Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça”. In *Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).

¹⁸⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. 40 vols. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1935-60, vol. 16, verbete “Mendonça (Antonio Manuel de Melo Castro)”, p. 902.

carreira militar no Brasil, tendo participado, inclusive, já como brigadeiro, da guerra do Paraguai, em 1865¹⁸⁵.

Fica claro, por meio das breves descrições biográficas que acabamos de fazer, a circulação desses sujeitos pelo Império Português, e a indicação de que, quanto mais serviços à monarquia faziam, maiores eram as chances de receberem mercês. Os casos citados, todavia, não são únicos. Outras trajetórias nos diversos governos das colônias atestam a mesma característica¹⁸⁶. Todos eram fidalgos e tinham experiência militar, uns mais, outros menos. Dos que fizeram uma *carreira* na administração dos domínios, a paga pelos serviços mostra-se clara: não necessariamente em benefícios amealhados localmente, mas principalmente em privilégios concedidos pelo rei, para si e para os seus descendentes. A moeda corrente parece ser essa; sem, é claro, excluïrem-se possíveis vantagens conquistadas no âmbito dos governos locais.

Os governadores coloniais foram figuras indispensáveis ao bom funcionamento das políticas metropolitanas para as conquistas. Na época em questão, a renovada estratégia por parte de Coroa de Portugal, especialmente no que diz respeito à região centro-sul do Brasil, permite refletir sobre as dificuldades de um império plástico, que tinha nesses indivíduos importantes aliados. Avaliar as distâncias reais entre objetivos e práticas é considerar que os governadores, enquanto agentes do poder régio, tinham que lidar com a especificidade das relações sociais da terra ao adequar a ela as ordens que se lhes enviavam. Além disso, essas instruções que vinham da Metrópole passavam pelo entendimento, ou pelo não entendimento, desses representantes da Coroa, os quais, embora, muitas vezes, trouxessem na bagagem experiências de governos anteriores, aprendiam sempre e de novo com cada realidade. Não bastasse isso, a ingerência do rei e de seus secretários de Estado não tinha como ser ilimitada. Entre o trono régio e a cadeira do governador havia nada menos do que a imensidão oceânica.

¹⁸⁵ Cf. Manuel Eufrasio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953 (1ª edição de 1879), tomo 1, pp. 68-70.

¹⁸⁶ Cf. Dauril Alden. *Royal Government in Colonial Brazil - with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769 – 1779*, op. cit.; para os governadores de Minas Gerais no século XVIII, Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; e, para os de Santa Catarina, Augusto da Silva. “Nobres governadores na vila do Desterro (1738-1807)”. Texto inédito, gentilmente cedido pelo autor, apresentado no (*Pequeno*) *Seminário Internacional Poder Local na Dimensão do Império Português*. Promovido pela Cátedra Jaime Cortesão e pelo Projeto Temático Dimensões do Império Português, em 2007.

Mundo, vasto mundo

Em carta de janeiro de 1779, a rainha d. Maria I enviava ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza cópia da ordem que deu ao marquês de Lavradio referente ao cumprimento do Tratado Preliminar de Limites, assinado em Santo Idelfonso no ano de 1777. Afirmava a dificuldade que se teve para cumprir alguns pontos e determinava como ficariam estabelecidas as divisões territoriais¹⁸⁷. No mesmo mês, o ministro Martinho de Mello e Castro informava ao vice-rei as inúmeras providências que deveria tomar para realizar de modo eficaz a demarcação dos limites do Brasil com os domínios de Espanha. Apontava relevantes questões a serem observadas durante os trabalhos, desde a escolha e a nomeação daqueles que comporiam a divisão para a realização das atividades, informando dos matemáticos que partiriam da Corte para a capitania, passando pela demarcação efetiva dos limites nas diversas regiões fronteiriças com as de Espanha, até, inclusive, de como deveriam ser tratados os espanhóis, com “polidez e civilidade sem adulação nem abatimento”, cuidando sempre em não “mostrar a menor desconfiança nem entrar com eles em grandes disputas, que passem insensivelmente a contestações vivas, e desagradáveis; a boa harmonia em fim com os dittos Hespanhoes”¹⁸⁸. Ainda que o tratado não tenha durado muito tempo, uma vez que em 1801 foi necessário assinar outro, foi um importante recomeço das tentativas de estabelecer acordo entre as duas coroas ibéricas. Contudo, faltou pouco para que não chegasse nem a sair do papel.

O vice-rei do Brasil, marquês de Lavradio, dava ao governador de São Paulo a notícia de que depois de requerer ao general espanhol para que saísse das terras ocupadas por ele no Rio Grande de São Pedro, e vendo que não era atendido, o então nomeado general-em-chefe João Henrique de Böhm, na madrugada do dia 1º. de abril de 1776, tomou quase sem “rezistencia” dois fortes castelhanos. Pouco antes, o sargento-mor Rafael Pinto Bandeira já tinha acomedito e arrasado o forte de Santa Tecla. A fuga dos espanhóis para Montevideu foi, então, inevitável¹⁸⁹.

¹⁸⁷ “Carta (cópia) da rainha d. Maria ao vice-rei do Estado do Brasil Luis de Vasconcelos e Souza tratando das demarcações dos limites do Brasil”. 25 de janeiro de 1779. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 25, 1898, pp. 8-17.

¹⁸⁸ “Carta (cópia) do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao vice-rei do Estado do Brasil Luis de Vasconcelos e Souza tratando das demarcações dos limites do Brasil”. 27 de janeiro de 1779. In *Ibidem*, pp. 18-39.

¹⁸⁹ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre os

Alguns meses depois dessa última nova, em novembro de 1776, o mesmo marquês justificava a Lobo de Saldanha que sua demora para responder às correspondências do governador devia-se ao grande trabalho para os quais se dedicara nos últimos tempos. Comunicava, ainda, que os sucessos das tropas portuguesas no Rio Grande de São Pedro chegaram até a Corte portuguesa, e foram agradáveis de tal modo que diversos oficiais receberam premiações, como Pinto Bandeira, promovido a coronel-comandante de uma legião e agraciado com o hábito da Ordem de Cristo, com tença de duzentos mil réis. Aliás, as informações sobre a vitória portuguesa naquela batalha chegaram a Portugal por intermédio espanhol. De Montevidéu a Cádiz levava sessenta dias para que uma carta atravessasse o oceano, do Rio de Janeiro a Lisboa, “30 e tantos”, mas o comunicado, tendo de, antes, ir do Rio Grande até a capital do Brasil, demorou a sair, pois “que he muito diferente distancia da que tinham os Castelhanos”¹⁹⁰.

Por conta dessa demora, instalou-se tremendo quiproquó. Naquele momento, as duas Cortes ibéricas estavam tratando de um pacto para cessarem as contendas que tinham na América, “tendo ambos os soberanos expedido ordens aos seus Generais para cessarem entre nós todas as Hostilidades, que estivessem principiadas, as quais a mim me chegarão em o mesmo dia que no Rio Grande se tinha praticado a ultima acção”. Chegando ao conhecimento dos castelhanos, “não fizeram combinação das épocas” e julgaram ser manifesto descumprimento do acordo, suspendendo, assim, as negociações. Os espanhóis, nas palavras do marquês, “romperam nas suas costumadas bravatas, e entraram immediatamente a dispor-se a virem tomar a sua satisfação”. Para tanto, criaram o vice-reinado de Buenos Aires e nomearam Pedro de Cevallos seu vice-rei e capitão-general de um dos exércitos. Mais ainda, o rei de Espanha, Carlos III, “mandou apromptar oito mil homens para embarcarem; huma Esquadra competente, e Navios de transporte correspondentes a estes grandes projectos; muitas Galeotas para bombas; muitas jangadas, e infinitas munições de Guerra de toda a qualidade”. Por fim, declarava que antes mesmo de sair a expedição vingadora de Espanha, o rei português já havia mandado seu embaixador entregar aos de França e Inglaterra, as duas Cortes mediadoras da negociação, manifesto expondo o equívoco e reiterando sua intenção de

espanhóis estarem fugindo do sul, pelas armas de El-Rey”. 7 de maio de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 17, 1895, pp. 111-112.

¹⁹⁰ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre um problema de comunicação que quase atrapalhou a negociação de paz com os espanhóis, e de como o governador deveria se prevenir contra estes inimigos”. 8 de novembro de 1776. In *Ibidem*, pp. 130-135.

estabelecer a paz com sua majestade católica, o rei espanhol. Este soberano, por sua vez, igualmente protestava seu desejo pela conservação do acordo. Mesmo assim, o vice-rei alertava que d. José I, “com as suas incomparáveis luzes, conhecendo a má fé dos Castilhanos”, estava certo de que estenderiam as negociações pelo tempo necessário para dar algum golpe, “que equivalha ao que nós lhes demos”¹⁹¹.

A grande preocupação era a Bahia, onde se sabia não haver tropas que pudessem defender a capitania do possível ataque. Em vista disso, ordenava o rei que dois regimentos fossem em seu socorro, “mandando mais o Brigadeiro José Custodio de Sá e Faria para ajudar ao Senhor Governador Manoel da Cunha nos diferentes serviços que lhe eram precisos para acautelar a defeza daquela Cidade”¹⁹². Todavia, o problema não se dirigiu àquela costa, mas à de Santa Catarina. Em fevereiro de 1777, os navios espanhóis renderam as tropas catarinenses, que capitularam sem lutar. Por terra, Cevallos tinha um exército, segundo o general Paula Cidade, de 9000 homens. O enfrentamento entre eles e a tropa do general Böhm, que, depois, reagrupou-se, não chegou a ocorrer, por causa, justamente, do tratado que as duas nações, enfim, resolveram firmar¹⁹³.

Eric Hobsbawn, quando compara a década de oitenta do século XVIII com a de sessenta do XX, afirma que naquela o mundo era, concomitantemente, menor e maior do que nesta. Menor, por questões que vão desde o conhecimento mais limitado que se tinha do globo terrestre até a estatura mais baixa das pessoas; maior, porque a dificuldade de transportar-se de um local a outro era enorme, significando, conseqüentemente, problemas de comunicação. O transporte por terra era o mais demorado deles. Para se ter uma idéia, usa como exemplo o informe da queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789, que, enquanto demorou 13 dias para chegar a Madri, só o faria em Péronne, “distante apenas 133 quilômetros da capital francesa”, no fim daquele mês¹⁹⁴. Nesse mesmo sentido, Fernand Braudel, preocupado com as “trocas”, atentava para o problema dos transportes. Ainda no século XVIII, os terrestres eram relativamente “ineficazes”, dado que correspondiam às dinâmicas próprias da economia

¹⁹¹ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre um problema de comunicação que quase atrapalhou a negociação de paz com os espanhóis, e de como o governador deveria se prevenir contra estes inimigos”. 8 de novembro de 1776, op. cit.

¹⁹² Idem, ibidem.

¹⁹³ Cf. General F. de Paula Cidade. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*, op. cit., pp. 92-93.

¹⁹⁴ Eric Hobsbawn. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005, 19ª edição (1ª edição brasileira de 1977; 1ª edição inglesa de 1962), pp. 27.

de então; os fluviais, por água doce, apesar de “fáceis e a preços baixos” tinham que lidar com a lentidão que podia se agravar conforme os “caprichos dos rios”; os feitos pelo mar, por fim, estavam sempre à mercê das tormentas e dos corsários, fato que impulsionou grandemente um sofisticado mercado especulativo de “empréstimo de câmbio marítimo”¹⁹⁵.

O caso relatado pelo marquês de Lavradio atesta os limites, físicos inclusive, da administração portuguesa. Um dos primeiros, e fundamentais, estudos sobre Portugal, na ótica do *império*, foi realizado por Charles Boxer¹⁹⁶. Partindo de dois marcos cronológicos – a conquista de Ceuta (1415) e o reconhecimento da independência do Brasil por Portugal (1825) –, demonstra as inúmeras contingências da Coroa portuguesa em diferentes momentos no tempo e no espaço. As estratégias, apontadas pelo autor, da administração lusitana para garantir seus domínios e/ou relações comerciais fossem no Brasil, em África, em Goa ou em Macau permitem pensar nas diversas formas pelas quais a Metrópole portuguesa lidou com o fato de possuir extenso território – ou já conquistado ou por conquistar –, passível dos obstáculos criados pela distância e pelos poderes locais.

Como as outras nações do período, compunham o reino de Portugal e seus domínios um “império de papel”¹⁹⁷, ou seja, eram dependentes das infindáveis cartas, ordens e instruções trocadas entre a Coroa e seus funcionários. As dificuldades do transporte dessas correspondências devem ser levadas em conta se quisermos perceber o tipo de centralização possível, e as barreiras que a monarquia teria que transpassar se desejasse aplicar seus desígnios às diversas localidades de seus vastos e longínquos domínios. O dirigismo metropolitano confluía-se, pois, com uma sempre relativa autonomia decisória de seus funcionários. No que diz respeito aos governadores, ainda que houvesse alguma possibilidade de criação em suas administrações, e ponderando que muitas vezes agiam primeiro para depois darem notícias ao rei e a seus secretários de Estado, esses funcionários da Coroa tiveram sempre que justificar suas ações. Alguns se dedicaram a fazê-lo até os últimos anos de suas vidas¹⁹⁸.

¹⁹⁵ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes: 1996 (1ª. edição francesa de 1979), vol. 2, pp. 306-326.

¹⁹⁶ Charles Boxer. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, op. cit.

¹⁹⁷ O termo é usado por Antonio Manoel Hespanha. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994 (1ª. edição espanhola de 1989), p. 291.

¹⁹⁸ Caso notável é o de d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão. Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., pp. 331-348.

Que esses embaraços tivessem grande peso no desenvolvimento da administração central, na periferia, o preço cobrado por essa especificidade também não era pequeno. Na tentativa de justificar e resguardar as ações do ex-governador de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha, carta enviada à rainha d. Maria I atestava exemplarmente essa questão. Certificava que, mesmo não sendo impossível “governar bem os Povos”, era “muito, e muito difficil governar sempre e em toda a occasião com acerto”. Ora, se os próprios magistrados, obrigados “a rezolver os casos conforme as regras imprescritíveis, e os factos constantes, e examinados com todas as delongas forences, muitas e muitas vezes erram, e se enganam”. O que dizer, então, dos governadores, “que se vem na necessidade de rezolver e fazer executar logo conforme a urgência dos negócios, dependentes de informações e provas que muitas vezes se não podem sujeitar a maior exame!”. Enfim, assegurava:

O Governador de qualquer das Capitánias do Brasil não hé, nem pode ser, hum simples Governador das Armas, hé também Inspector de todo o Estado Civil, Político, e Econômico para providenciar aquellas matérias que necessitam de hum remedio prompto; ao menos athe que Sua Magestade dê novas providencias: pois que aquellas distâncias desta Corte muitas vezes não dão lugar a esperar-se pelas Regias Resoluções sem hum gravíssimo incommodo, e prejuízo do Estado¹⁹⁹.

Apenas governar já era dificultoso. Governar de acordo com as vontades régias, algumas vezes sem saber se as providências tomadas consonavam com elas, muito mais complexo. Quando se chegava a uma capitania cuja autonomia administrativa estava recém-restaurada, o esforço era, então, ainda maior. Geralmente, o governador que saísse de uma capitania, além de dar posse a seu sucessor, dedicava-lhe memória sobre os principais assuntos relacionados ao governo da localidade. O morgado de Mateus, mesmo podendo tratar diretamente com o governador do Rio de Janeiro, a quem a administração da capitania esteve, até então, subordinada, não teve acesso a esse tipo de informação mais específica, ainda que fossem poucas as memórias com grande riqueza de detalhes. Baseou-se, então, nas instruções que trouxe do reino, nas conversações que travou com o vice-rei, e no modelo do Maranhão, parâmetro que devia mirar e, o quanto fosse possível, imitar. Em 22 de julho de 1766, o então conde de Oeiras recomendava que o governador de São Paulo empregasse todos os seus empenhos para fazer

¹⁹⁹ “Carta, à rainha [D. Maria I], sobre as dificuldades que teve no governo de São Paulo Martim Lopes de Saldanha”. Post. 4 de agosto de 1780. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 9, doc. 496.

prosperar a agricultura e o comércio naquela capitania, tomando como exemplo o Maranhão, “que estando tão pobres, como os de São Paulo; e entrando a cultivar algodão, que Remettem para este Reino em Rama; só huma Carregação deste genero lhes importou agora em mais de sessenta e seis contos de Reis”. Assim, “dentro em poucos annos de cultura das Terras, e Criações de Gados se acham opulentos”²⁰⁰.

D. Luís Antonio de Souza estava em posse de instruções recebidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando foi governador do Estado do Grão-Pará, e das de outros governos²⁰¹. As correspondências, pessoais ou oficiais, que trocava com Sebastião José de Carvalho e Mello igualmente serviam de apoio. Numa delas, o secretário de Estado sugeria que o capitão-general não escrevesse de próprio punho nenhuma de suas cartas, familiares ou não, “porque he melhor empregar desse tempo com mais utilidade do Real Serviço, a que Vossa Senhoria se applica tão louvável e fructuozamente”²⁰². Porque não se governa sozinho, e com o objetivo de animar os espíritos de alguns homens da capitania “que sejam capazes de discernimentos e de percepção”, o conde de Oeiras, por ordem régia, chegou a enviar ao morgado de Mateus exemplares traduzidos dos ofícios do político e pensador romano Cícero, “que o mesmo Senhor” d. José I “mandou estampar para a educação da Nobreza do seu Real Colégio desta Corte”²⁰³.

Mesmo cercado por todos esses instrumentos, d. Luís Antonio de Souza não deixava de requerer todo tipo de informação para as medidas que deveria tomar no governo de São Paulo. As cartas enviadas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado manifestam essa insegurança e o desejo por se informar. Em julho de 1765, ainda no Rio de Janeiro, o governador de São Paulo perguntava a Francisco Xavier se ele e o

²⁰⁰ “Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o governador promover a agricultura e o comércio na capitania de São Paulo e ter como exemplo o Maranhão”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 31.

²⁰¹ Cf. “Copia dos Paragrafos da Instrução que se mandou a Gomes Freire de Andrade em 21 de Setembro de 1751”, para a instrução do governador Morgado de Mateus. 1765; e “Copia de algúas Instruções que Sua Magestade mandou expedir a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador, e Capitão General do Estado do Gram Pará em 15 de Mayo de 1759, sobre a utilidade, e liberdade dos Indios”, para a instrução do governador Morgado de Mateus. 1765. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169.

²⁰² “Carta pessoal do conde de Oeiras ao governador Morgado de Mateus afirmando, dentre outras coisas, o fato de o dito governador não precisar escrever de próprio punho as cartas tanto oficiais como pessoais”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169, há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 30.

²⁰³ “Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o fazer com que os oficiais das companhias auxiliares e de ordenanças se sentissem mais estimados do que os «paizanos»”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169

conde de Oeiras estavam satisfeitos com a forma usada para enviar as informações exigidas, “porque eu não achei aqui quem me pudesse instruir; nem sei se vão conformes a ordinária formalidade”²⁰⁴. Em outras duas correspondências, datadas, ambas, de 1º de março de 1769, expressava ao então secretário de Estado da Marinha e Ultramar o “grande cuidado” com que esperava as respostas às suas questões. A urgência e a necessidade das ordens de Mendonça Furtado eram para poder “regular os distritos” das freguesias e das vilas confinantes; saber como proceder com relação ao pagamento dos párocos das novas povoações, já que os habitantes delas ainda não estavam estabelecidos totalmente e, dessa forma, não possuíam rendas suficientes para contribuir com as despesas das missas; fundar novas vilas e povoações, para o que se fazia indispensável ter acesso a “todas as Ordens, e Instruções” sobre o assunto enviadas ao secretário de Estado quando governou o Pará; lidar com os negociantes, que “acostumados á Sua antiga Rotina” não compravam os gêneros da capitania, embora já os houvesse, preferindo os do Rio de Janeiro e da Bahia. De tudo queria certificar-se ou ter uma idéia mais detalhada, para, assim, “dezembaraçar as muita dúvidas com que a cada passo me vejo atalhado”²⁰⁵.

Antes de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça tomar posse na administração paulista, d. Rodrigo de Souza Coutinho, ao comunicar-lhe a nomeação, informava que na secretaria de governo de São Paulo o capitão-general encontraria as instruções e ordens dadas a seus antecessores, além dos esclarecimentos por escrito que lhe entregaria o antigo governador. Tais eram os subsídios que dariam a Castro e Mendonça “os conhecimentos Preliminares e Locaes” de que precisava. O resto viria com o tempo e com “as Suas próprias Luzes”, pelas quais conheceria “os meios mais

²⁰⁴ “Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça [Furtado], indagando se tanto ele como o [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], estavam satisfeitos com os ofícios que tem enviado dando contas de sua missão”. 1º de julho de 1765. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 19, doc. 1694.

²⁰⁵ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando respostas às cartas que enviou propondo a fundação de novas povoações e criação de novas vilas na capitania de São Paulo, assim como a aprovação do regulamento dos Distritos tanto das freguesias como das câmaras”. 1º de março de 1769; e “Ofício (Cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando certidões, expedidas pela Provedoria, para serem registradas no Erário Régio, dando conta das doutrinas Jesuíticas, solicitando as ordens sobre a fundação de vilas e povoações na capitania do Pará, bem como instruções com relação aos carregamentos dos frutos da capitania para o reino”. 1º de março de 1769. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, docs. 348 e 349.

próprios de dirigir as suas disposições ao fim de promover a felicidade daquelles Povos, como o principal objecto a que Vossa Senhoria deve encaminhar todos os seus cuidados”. Prevenindo, contudo, que seria conveniente continuar o “Sistema de Governo” de Bernardo José de Lorena, “que tem merecido uma completa aprovação da Mesma Senhora”²⁰⁶.

Como não bastavam apenas as “luzes” dos governadores, ter conhecimentos pormenorizados do que acontecia na capitania era primordial. Com esse objetivo, a rainha ordenava, por provisão de 20 de julho de 1782, que os ouvidores das comarcas de São Paulo fizessem anualmente “memoriais dos novos estabelecimentos, factos, e cazos notáveis, e dignos de Historia”²⁰⁷. Censos, balanços, mapas de exportação, todo tipo de informação era essencial para o bom andamento da administração de um domínio que se encontrava tão distante das vistas régias. Mas não de suas ordens, ainda que, no caminho, elas corressem o risco de se perderem ou de não chegarem a tempo de uma decisão urgente, para o desespero de alguns capitães-generais. A 5, 7 e 13 de maio de 1776, Francisco da Cunha Menezes informava ao capitão-comandante de Santos, Francisco Aranha Barreto, de suas encomendas e cartas que trazia uma embarcação vinda de Lisboa. No primeiro ofício, queixava-se da demora; no segundo, explicava não ser a corveta que dera entrada naquele porto a embarcação que esperava, cujo mestre era Joaquim José Ferreira, e pedia notícias, “se sahio ou não a dita de Lisboa, e o tempo que ali faz tenção demorarse”; no terceiro, e último, ficava esclarecida a demora pela escala feita no Rio de Janeiro, o que causou surpresa e algum descontentamento ao governador, uma vez que tinha aviso “de que vinha em direitura a Santos”²⁰⁸.

As dificuldades na comunicação não eram exclusivas da capitania com o reino. Na própria colônia os embaraços foram constantes. A relativa proximidade entre São Paulo

²⁰⁶ “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça dando notícia da nomeação para o cargo de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 27 de Outubro de 1796. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 15.

²⁰⁷ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao ouvidor da comarca de Parnaguá doutor Antonio Barboza de Matos Coit.^o sobre a provisão do Conselho Ultramarino ordenando que se façam anualmente memórias sobre os feitos e fatos da capitania de São Paulo”. 1º de abril de 1785. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 85, 1961, p. 151.

²⁰⁸ “Para o Capitão Comandante da Praça de Santos Francisco aranha Barreto [sobre a demora na chegada do navio contendo cartas e encomendas]”. 5 de maio de 1776; “Para o Capitão Comandante da Praça de Santos Francisco Aranha Barreto [sobre a demora na chegada do navio contendo cartas e encomendas suas]”. 13 de maio de 1776; e “Para o Capitão Francisco Aranha Barreto Comandante da Praça de Santos [sobre, dentre outras coisas, a notícia da curveta de que é capitão Joaquim Jozé Ferreira]”. 17 de maio de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 75, 1954, respectivamente, pp. 67-68, 76-77, e 80.

e o Rio de Janeiro não impedia que os governadores ficassem, por vezes, desamparados das orientações do vice-rei. Em sucessivas cartas ao morgado de Mateus, o conde de Azambuja justificava sua falta por não “escrever com mais largueza” ao capitão-general nem responder “sobre os particulares” que lhe tinha comunicado. Isso por causa de suas moléstias e, principalmente, porque estava ocupado com as correspondências que tinha de enviar para a Corte. Em outra ocasião, lastimava-se de que nunca tivera “maior Lida do que agora”, e estando à espera de uma nau de guerra e dos governadores de Minas e de Pernambuco, não tinha tempo de responder com maior precisão às cartas de d. Luís Antonio de Souza, “que nem a pressa me permite buscar para as ver”, e o fazia apenas sobre as matérias de que se lembrava²⁰⁹.

Quando não era a falta de tempo e o excesso de trabalho, a comunicação na colônia sofria os inconvenientes dos quais as correspondências eram inevitavelmente passíveis. Afora a demora, não havia sempre a garantia de que as cartas e os ofícios chegariam intactos, ou não se perderiam durante o trajeto. Uma carta enviada pelo governador Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade, chegou aberta na vila de Itapetininga, caminho para chegar ao destinatário. O capitão-general ordenava, em outubro de 1782, que o sargento-mor da vila de Sorocaba averiguasse quem havia cometido o atrevido delito, e se outras pessoas participaram “de semelhante falta de temor e respeito; o que não he novo nesta capitania”, para que, assim, os pudesse castigar com a severidade que a ofensa exigia²¹⁰. Não tardou muito para que o evento se repetisse. Quase dois anos depois, o mesmo governador declarava-se, ao sargento-mor da vila de Parnaíba, ciente do “descaminho” de uma carta que enviara para o capitão-mor de Itu. Admirava-se e repreendia o

²⁰⁹ “Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus justificando o fato de não escrever mais extensamente para o governador”. 7 de maio de 1768; “Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus explicando, dentre outras coisas, o fato de não dar respostas às cartas do governador”. 14 de junho de 1768; e “Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus explicando o porquê de não escrever mais extensamente ao governador”. 6 de setembro de 1768. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 14, 1895, respectivamente, pp. 219-220, 220, e 223.

²¹⁰ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor das ordenanças de vila de Sorocaba Francisco Ribeiro de Moraes Pedrozo sobre uma carta sua que foi violada”. 3 de outubro de 1782. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 70.

sargento-mor não tanto pelo acontecido, mas por aquele oficial até o momento não ter cuidado da “causa do referido descaminho para se castigar a quem foi origem dele”²¹¹.

No plano das mensagens trocadas entre a Coroa e os governadores, e dos problemas causados por decisões, algumas vezes, feitas à revelia das determinações régias, há dois casos lapidares. O primeiro, foi a insistência do morgado de Mateus em certa estratégia no conflito contra os espanhóis. O segundo, o modo pelo qual Bernardo José de Lorena conseguiu recursos para a reforma e o calçamento do caminho ligando a cidade de São Paulo à vila de Santos.

A escolha de d. Luís Antonio de Souza, como já afirmamos, deveu-se em grande parte à sua experiência militar. Defender a capitania dos ataques castelhanos era um dos principais objetivos do governador. Foi com esse intuito que o morgado de Mateus idealizou, então, a “diversão” pelo oeste da capitania. Ainda nos primeiros anos de seu governo, mandou, com aprovação régia, inúmeras expedições para investigar os sertões do extremo oeste de São Paulo. Às margens do rio Iguatemi, próximo à serra do Maracaju, fez instalar o presídio de Nossa Senhora dos Prazeres. Na explicação para o uso da manobra sustentava que ao terem conhecimento das forças portuguesas naquela região, e do perigo para seus domínios, os espanhóis enviariam tropas para se defenderem. O foco da guerra se deslocaria do sul para aquela região, com a vantagem de os portugueses, já preparados, dirigirem antes suas ofensivas. Previa, inclusive, a proteção das capitanias do Mato Grosso e de Cuiabá e uma possível invasão do Paraguai, província de suma importância à Espanha. A tática, de modo geral, foi bem aceita pelas autoridades do reino, desde que os socorros ao Rio Grande de São Pedro não cessassem²¹².

O morgado de Mateus, ao que parece, estava verdadeiramente empenhado em combater os espanhóis por diversas frentes. Em 1765, ainda no Rio de Janeiro, admirava-se com o Brasil, “a melhor Terra do Mundo descoberto”, que “pelas suas imensas riquezas, e extraordinária fama, e muita fertilidade he com justa razão hoje a inveja de todas as Nações”. Em vista dessas qualidades, e da deslealdade manifesta dos espanhóis para com os portugueses, com constante desrespeito aos tratados, julgava pouco provável que se chegasse a um acordo favorável a Portugal numa negociação

²¹¹ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor da vila de Parnaíba Francisco Nunes de Siqueira sobre o descaminho de uma carta do governador”. 22 de julho de 1784. In *Ibidem*, p. 123.

²¹² A questão é detalhada por Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., pp. 117-169.

com a Coroa castelhana. A essa hipótese lançava dois meios “para recuperar o que se nos tem usurpado”: a força e a indústria. Para o primeiro, era indispensável a “poderosa mão” régia para socorrer “este Estado”, da qual resultavam as providências que tinha o encargo de cumprir, somadas à urgência, como já se referira, de seis naus que fizessem frente àquelas que “os Inimigos juntam no Rio da Prata”. Com relação ao segundo, recordava-se de que em São Paulo havia “hum facinoroso com grandes crimes”, que, temendo a pena que lhe era devida, retirara-se “com alguns companheiros a sítio inacessível donde não pode ser prezo”. Por informações do capitão-mor de Itu, sabia que junto a estes havia outros que lá iam refugiar-se, “que já passam de cento e tantos”. E, nesse momento da carta, vinha a parte da “indústria”. O governador sugeria que usassem esse sujeito para inquietar os castelhanos “nas terras que nos tem usurpado, e talvez que se lhes pudessem tomar por este meyo”. Porque, concluía, “a todo o tempo se poderia pretextar e desculpar o atentado, desaprovando o Governador, dizendo ser feito sem o seu consentimento por dezordem e desreglamento daquelle facinoroso e vadio que não tem obediência, nem domicílio certo”. D. Luís Antonio de Souza estava bastante animado para começar a batalha contra os espanhóis, mas, como não queria ser “responsável das perniciosas conseqüências que se podem seguir de atear guerra neste Paiz”, ficava aguardando o aval régio²¹³.

A proposta de usar o facínora, ainda que levantada, era facilmente descartável, pois que não se configurava em tática de guerra, mas, apenas, um complemento às outras medidas. Por outro lado, abdicar do presídio no Iguatemi e do envio de homens para aquela região, seria mais complicado. Se, em 1771, Martinho de Mello e Castro comunicava a aprovação e o louvor do rei pelas ações do governador, especialmente a construção da fortaleza e da povoação na margem setentrional do rio Iguatemi²¹⁴, no ano seguinte, o discurso era bem diferente. Mello e Castro, em primeiro lugar, expressava o estranhamento por não receber notícias do governador desde aquela última

²¹³ “Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], afirmando ser o Brasil a melhor terra do mundo descoberto; dos ardis e burlas dos espanhóis nos tratados e nas negociações em curso; pedindo autorização para usar os serviços de um criminoso e seu bando da vila de Itú, que poderia ir inquietar os presídios dos inimigos nas terras que têm usurpado à coroa portuguesa”. 3 de julho de 1765. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 19, doc. 1695.

²¹⁴ Cf. “Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, informando que deu parte ao rei das obras feitas pelo governador, e que elas foram muito bem recebidas pelo soberano”. 1º de outubro de 1771. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 170, há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 1-6.

carta de 1º. de outubro do outro ano, num “inesperado silêncio” do capitão-general. Em seguida, com relação ao Iguatemi e ao presídio lá estabelecido, afirmava que, antes de se darem os “passos” para o envio de grande número de homens àquelas paragens, era necessário ordenar que o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria fizesse “ocularmente” verificação da importância do sítio. Esse tipo de informação não poderia ser colhido com o povo nem com “paizanos”, mas com espiões e pessoas “que tenham certeza do que se passa”, acrescentando-se a isso prudência, reflexão e cálculo, tudo para se ter um “claro conhecimento das cousas tais quais ellas são, e não como cada hum as Representa”. Feitas essas considerações, relatava que o rei soubera, “com positiva certeza”, ser “impraticável” um ataque com grandes forças dos castelhanos àquela região e, mesmo se o fizessem, ter-se-ia tempo suficiente para prevenir a ação. A razão, ponderava, “clara como a luz”, demonstrava que o presídio de São Miguel, fortaleza castelhana “distante dez legoas da Serra de Maracaju”, não estava tão bem preparado como se dizia. Esse fato não fora advertido pelos “Exploradores” do Iguatemi, e como no reino só se tinham as notícias do morgado de Mateus, “se deram as providências que constam dos Offícios” remetidos ao governador. Sendo “grande imprudência mandar precipitadamente e com grande despesa forças consideráveis áquele Sitio, para o defender de hum Inimigo que não existe”, ordenava que d. Luís Antonio de Souza centrasse seus esforços em socorrer o sul do Brasil, com tropas municadas e bem preparadas para a defesa²¹⁵.

Quase um ano e meio depois, o mesmo Martinho de Mello e Castro informava ter apresentado as relações que o morgado de Mateus enviara como resposta às suas duas últimas cartas. Não se deteria em relatar o “juízo que aqui se fez sobre os extensíssimos, dispendiosos e impraticáveis Serviços de que tratam as ditas Relações”, participando apenas as “positivas Ordens” do rei. Enfatizava, então, que “Sua Magestade” reprovava a “diversão” do sertão de Iguatemi como meio para defender o Viamão e o Rio Grande de São Pedro. Sendo assim, ordenava que o governador não promovesse, nem dispusesse, nem intentasse outro serviço na capitania de São Paulo que não dois: garantir o domínio e posse do que já fora conquistado no Iguatemi, e enviar ajudas para o sul da América. Para que não houvesse mais dúvidas, ficando o governador “nesta inteligência”, concluía destacando três pontos:

²¹⁵ “Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, sobre a necessidade de defender o sul do Brasil e a dúvida sobre a real importância do Iguatemi”. 20 de novembro de 1772. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 170

§21. Em primeiro lugar: Que Sua Magestade estima muito mais a perda de huma só legua de terreno na Parte Meridional da America Portuguesa, que cincoenta leguas de Sertão descobertas no interior della.

§22. Em segundo lugar: Que ainda que os ditos Descobrimientos do Sertão fossem de hum inestimavel valor, a todo o tempo se podião, e podem proseguir: E que a Parte Meridional da America Portuguesa huma ves perdida, nunca mais se poderá Recuperar.

§23. E terceiro e ultimo lugar: Que nesta certeza, não deve Vossa Senhoria sem expressas Ordens de Sua Magestade divertir por agora os Rendimentos e Faculdades dessa Capitania, nem empregar os seos Habitantes em outro algum Serviço que não seja por huma parte o da Conservação do Ygatemy, na forma que se acha disposto no Paragrafo 5 acima referido: E por outra parte no da Defesa, Prezervação, e Segurança de Viamão e Rio Grande de São Pedro, pelos meynos e modos que ficão acima indicados, desde o Parágrafo 7 ate o Paragrafo 18 inclusivamente²¹⁶.

De nada adiantaram as determinações régias. D. Luís Antonio de Souza estava mesmo convencido, quase obsessivamente, de que aquela estratégia militar era a melhor opção. Não se tratava apenas da pouca possibilidade de um considerável ataque espanhol. O Iguatemi era longe, difícil de abastecer e de manter, passível de ataques de indígenas. Em razão dessa obstinação do morgado de Mateus, assinalou-se na Corte, segundo Heloísa Bellotto, “o início de sua queda”²¹⁷. A do presídio no Iguatemi, tomado pelos espanhóis, deu-se em 1777, no governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha.

A geografia de São Paulo tem uma característica bastante singular. Dividindo o litoral e o planalto encontra-se extensa cadeia de montanhas de difícil transposição, a Serra do Mar (Mapa 1). No começo da colonização do Brasil, e antes mesmo da chegada dos portugueses, a ligação entre as duas regiões era feita pelas trilhas dos índios, para os quais o planalto era bastante valorizado, mais até do que o litoral. No âmbito dos povoados indígenas as áreas eram, então, interdependentes, característica que se manteve na ocupação lusitana daquelas terras²¹⁸. Essa mútua colaboração entre o território que se encontrava na parte superior da serra, ou, como se costumava dizer, a região de *serra-acima*, e o da marinha necessitava obedecer a certas normas, caso a

²¹⁶ “Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, informando ter recebido as respostas às cartas enviadas por ele e que encaminha as «positivas» ordens do rei”. 21 de abril de 1774; e “Carta de Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, dando inúmeras instruções sobre a guerra contra os espanhóis e indicando alguns erros no procedimento do governador”. 21 de abril de 1774. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 170.

²¹⁷ Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 129.

²¹⁸ Cf. Pasquale Petrone. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 27-49.

capitania quisesse inserir-se efetivamente no mercado transatlântico. As antigas trilhas feitas pelos autóctones se adequavam a uma produção diminuta, não à quantidade que se esperava da agricultura a ser desenvolvida em São Paulo. Vem daí os esforços para construir caminho apropriado à nova lógica unindo a cidade de São Paulo à vila de Santos, que tinha o principal porto da capitania.

Mapa 1 – São Paulo e a Serra do Mar

FONTE: Petrone, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995, p. 43.

Todos os governadores, em níveis diferentes, empenharam-se no projeto. Foi no governo de Bernardo José de Lorena, entretanto, que se finalizou o caminho e construiu-se a tão famosa *calçada do Lorena*. Em 15 de fevereiro de 1792, o governador dava a Martinho de Mello e Castro o informe de que “finalmente” concluía-se o caminho ligando a cidade de São Paulo até o Cubatão, local de passagem para a vila de Santos. A construção, segundo Lorena, com calçamento e largura suficiente para que as tropas passassem sem a necessidade de parar, ficou tão boa que era possível seguir viagem “até de noite”. O comércio estava definitivamente facilitado. Os tropeiros nem se queixavam de pagar “quarenta reis por Besta” e “cento e vinte” por cabeça de gado, dinheiro usado para ressarcir a despesa da obra²³⁵. A responsabilidade pela conservação ficou dividida entre vilas de serra-acima e a de Santos. O percurso que ia até o pico da Serra do Mar, por conta daquelas, deste ponto até Cubatão, por incumbência desta²³⁶. Se o conserto era de suma importância, não criou tanta controvérsia quanto a forma encontrada para levantar o dinheiro a ser utilizado na empreitada.

Foi usual durante toda a colonização da América Portuguesa o emprego de recursos privados para os fins do Estado, dessa vez não seria diferente. Todavia, o procedimento obedeceu a uma dinâmica um tanto inusitada, já que o benfeitor, dono da verba que se empregaria, era falecido²³⁷. No Cofre dos Defuntos e Ausentes da vila de Santos se encontravam dois contos oitocentos mil cento e setenta e dois reis referentes à herança deixada pelo almoxarife da real fazenda Pedro Machado de Carvalho. Enquanto não se quitassem suas dívidas, a quantia deveria permanecer guardada e intocada. A despeito disso, em sessão de 23 de junho de 1789, a Junta da Fazenda, presidida pelo governador e capitão-general Bernardo José de Lorena, decidiu usar o cabedal do ex-almoxarife para terminar a construção do caminho ligando o planalto ao litoral. Tomando o cuidado para não causar prejuízo àqueles que, por ventura, tivessem direito

²³⁵ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzenas, Bernardo José de Lorena, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando que se acha concluído o caminho que liga a cidade de São Paulo a Cubatão, na vila de Santos”. 15 de fevereiro de 1792. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 566; há transcrição desse ofício em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 70-71.

²³⁶ Cf. “Escritura (Cópia) de contrato que fez a Câmara da cidade de São Paulo juntamente com as demais Câmaras das vilas de Serra Acima a respeito da conservação do caminho de Cubatão”. 7 de fevereiro de 1792; e “Termo de vereança (Cópia), folhas 232 do Livro da Câmara, em que consta o acordo de 18 de Dezembro de 1790, sobre a conservação do caminho de Cubatão”. 5 de fevereiro de 1791. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 566.

²³⁷ Sobre a reforma do caminho do mar, técnicas e mão-de-obra empregadas, veja-se Denise Mendes, *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994, dissertação de mestrado.

à herança, determinou-se que “se lhes mandará satisfazer esta quantia por huma contribuição posta em todas as Cargas, e Cavalgadas, que annualmente passam pelo sobredito caminho, até que inteiramente se complete, e satisfaça esta quantia, por não haver presentemente outros meys, pelos quaes se possa fazer húa obra tão precisa, e tão interessante (como fica dito) ao Publico, e aos Rendimentos da Fazenda Real”²³⁸.

Chegando à Metrópole o conhecimento da prática do governador, a rainha ficou bastante insatisfeita. Assim, repreendeu-o fortemente, recordando que por regimento se não podia tomar dinheiro dos “Auzentes” nem permitir que o fizessem, independente da urgência ou relevância da precisão. Desse modo, a Junta da Fazenda ignorou e quebrou as determinações régias ao aplicar “o producto da herança por empréstimo para os Caminhos da Serra do Cubatão”. Além disso, justificava-se aquele disparate com outro “peor”, qual seja, o de se passarem dezoito anos sem que a conta do almoxarife estivesse “liquidada”, uma vez que por provisão era determinado “que as contas se ajustem com brevidade; o que concorda muito mal com dezoito annos de demora”. Asseverava a rainha que a validade de qualquer intento não dava direito aos governadores ou ministros de “aniquilar os Regimentos, e Ordens dos Meus Tribunaes”. Acrescentando a isso a incompatibilidade com “a boa fé, com o Direito público, e com a jurisprudência distributiva” que os filhos daquele funcionário régio, estando no reino, ficassem “privados violentamente de seus bens em benefício dos que vivem na Capitania, e que tem Cabedal, e Lucros que devem empregar em sua utilidade”. Por fim, ordenava que o dinheiro “dos Auzentes” fosse imediatamente ressarcido²³⁹.

Em resposta às determinações régias, Lorena redargüia que não era só a conta de Pedro Machado que se encontrava atrasada, mas havia outras na mesma situação, e que a responsabilidade não era da Junta que vigorava, “onerada com este trabalho além do expediente ordinário”. Quanto ao proveito do caminho, não era apenas para os paulistas, “mas principalmente para a Fazenda de Sua Magestade”, beneficiada pelos direitos que resultassem do comércio daquela capitania. Por fim, justificava que nunca estivera na apreciação da Junta da Fazenda poder prejudicar os testamentários do almoxarife,

²³⁸ “Assento (Cópia) que se fez em junta de 23 de Junho de 1789, sobre o dinheiro que se achava no Cofre dos defuntos, e auzentes da Villa de Santos, pertencente á herança de Pedro Machado, para ser aplicado por imprestimo a factura do caminho que vai desta Cidade para a dita Villa”. 23 de junho de 1789. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 566, há cópia deste assento também em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fl. 68.

²³⁹ “Carta da rainha d. Maria a Bernardo Jozé de Lorena sobre a proibição de se usar dinheiro do cofre dos ausentes”. 9 de maio de 1791. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 76-78.

“porque ao tempo em que se concluísse a Liquidação da Conta, certamente se havia de achar aquelle Dinheiro restituído ao Cofre”. Mesmo tendo isso em consideração, e ainda que as ações praticadas foram sempre comunicadas à Corte, executaria prontamente as decisões régias²⁴⁰. Em 1º de dezembro de 1792, “continuando a dar execução á Ordem Régia de 9 de maio de 1791”, o governador informava que por recibo do tesoureiro da Provedoria dos Ausentes da vila de Santos ficava patente que o dinheiro que se tirara por empréstimo já estava de volta naquele cofre²⁴¹.

Mesmo que agissem em prol da Coroa, os governadores, em alguns momentos, extrapolavam os limites de seus poderes. Não foram raras as ocasiões em que outros funcionários régios mencionaram ou fizeram lembrar a esses sujeitos quem era o soberano dos domínios os quais estavam encarregados de administrar. Martinho de Mello e Castro, na carta em que procurava desvencilhava o morgado de Mateus da idéia de valorizar excessivamente o Iguatemi, destacava a “obrigação” que tinham os capitães-generais das diversas capitanias e seus habitantes de socorrerem uns aos outros, porque, firmava, a “Capitania de São Paulo, o Rio Grande de São Pedro, e as mais Colônias Portuguesas são todas de Sua Magestade; e os que as Governam são todos Vassalos Seus”²⁴². Em 1791, o conde de Rezende reconhecia, a Bernardo José de Lorena, os defeitos que pudesse ter como administrador régio, mas, em contrapartida, orgulhava-se de ser “o vassalo mais obediente ás Ordens de Sua Magestade”. Concluindo, com as mesmas palavras enunciadas por Mello e Castro, dizia serem, tanto São Paulo como as outras capitanias, domínios “da Raynha”, e que os “homens honrados a quem ella as confia cuidam unicamente do bem público, porque sendo útil aos Povos também hé de vantagem á Mesma Senhora”²⁴³.

Sendo extensa a distância entre o soberano e os governadores, e a autoridade destes, suficiente para que cometessem abusos, no final do século XVIII sucessivas ordens e determinações delimitavam ainda mais os poderes dos capitães-generais. A

²⁴⁰ “Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria sobre o caminho de Cubatão e do empréstimo que se tomou do cofre dos ausentes”. 3 de junho de 1792. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 75-76

²⁴¹ “Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria comunicando que o dinheiro do cofre dos ausentes utilizado para a construção do caminho de Cubatão já fora restituído”. 1º de dezembro de 1792. In *Ibidem*, p. 81.

²⁴² “Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, sobre a necessidade de defender o sul do Brasil e a dúvida sobre a real importância do Iguatemi”. 20 de novembro de 1772, op. cit.

²⁴³ “Carta do vice-rei conde de Rezende a Bernardo Jozé de Lorena sobre as palavras da última carta do governador”. 8 de agosto de 1791. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 269-270.

partir de então, se mandassem presos para o reino os magistrados, sem ordem régias, responderiam com seus bens pelos danos e perdas a eles causados²⁴⁴. Com referência às tropas militares, não poderiam dar baixas de oficiais sem o expresse aval do príncipe regente²⁴⁵. Tampouco tinham a permissão de dar patentes honoríficas “sem Especial Ordem” de d. João VI²⁴⁶, nem “multiplicar” os postos das tropas auxiliares e de ordenanças, como se tinha praticado no governo de Pernambuco, ou mesmo modificar a “organização e composição actual destes Corpos” sem representar ao príncipe e aguardar a sua aprovação, excetuando-se em momentos de guerra ou em casos de ereção de novas vilas ou povoações, para os quais deveriam ser sempre respeitados os regimentos e provisões²⁴⁷.

Submeter sempre ao rei a autoridade dos governadores era forma segura de contê-los e impedir excessos. No entanto, para uma eficaz administração das conquistas, era urgente a necessidade de comunicação menos morosa. Nesse ponto, a Corte espanhola saiu na frente. Desde 1767 foi estabelecido correio marítimo entre Espanha e a região platina²⁴⁸. Em 21 de setembro de 1796, d. Rodrigo de Souza Coutinho perguntava a Bernardo José de Lorena da possibilidade de se estabelecer “correio das cartas dessa Capitania com o Reino, e com os outros Domínios Ultramarinos”²⁴⁹. Quatro anos depois, o governador Castro e Mendonça afirmava ter recebido ordens segundo as quais estava proibido deixar sair dos portos da capitania embarcações de guerra ou mercantes para

²⁴⁴ “Provizão do Conselho Ultramarino sobre declarar ao Governador os cazos, em que podem mandar presos os Ministros de Vera Branca” 14 de março de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 63-64.

²⁴⁵ “Provizão do Conselho Ultramarino sobre Proibir aos Governadores o Reformar, e dar Baixa aos Officiaes de Tropas pagas, Milicias, e Ordenanças etc.”. 12 de maio de 1801. In *Ibidem*, p. 229.

²⁴⁶ “Provizão do Conselho Ultramarino Prohibindo aos Generaes o Passarem Patentes Honorificas.”. 24 de março de 1802. In *Ibidem*, pp. 261-262.

²⁴⁷ “Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o abuso e irregularidade com que os governadores do Brasil procedem, contrariando os regimentos e ordens régias, criando novos postos de milícias e ordenanças sem ter autoridade para tal”. 22 de fevereiro de 1802. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 34, doc. 2742; “Provizão do Conselho Ultramarino para se absterem os Generaes de Multiplicarem Patentes Militares de Milicias como abaixo declara”. 4 de abril de 1802; e “Carta de Sua Alteza Real sobre o Provimto dos Postos Milicianos, e Ordenanças etc.”. 20 de julho de 1802. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., respectivamente, pp. 262-263 e 258-259.

²⁴⁸ Cf. Manoel Lelo Bellotto. *Correio Marítimo Hispano-Americano*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Assis, 1971.

²⁴⁹ “Ofício do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador Bernardo José de Lorena sobre vias de comunicação e da possibilidade de instauração de correio”. 21 de setembro de 1796. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 25, op. cit., p. 165; há cópia desse ofício em *Ibidem*, vol. 45, p. 489.

Lisboa ou outras capitanias sem que levassem malas do correio²⁵⁰. Essas determinações faziam parte do Alvará régio que, em 20 de janeiro de 1798, sancionava o correio marítimo entre Portugal e suas colônias²⁵¹. Até então, os capitães-generais tinham que receber suas ordens, escrever as respostas e despachá-las pelos primeiros navios que partissem, se lá os houvesse. Para o desenvolvimento de um correio interno em São Paulo, houve diligências desde o governo do morgado de Mateus²⁵². Demorou mais de trinta anos para que fosse posto em vigor. Somente em 28 de julho de 1798 se criaram duas linhas de correio entre a cidade de São Paulo e Santos. A partir daí, outras como estas foram sendo estabelecidas²⁵³.

Há duas clássicas interpretações sobre o sistema administrativo do Império Português, a saber, a de Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), e a de Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder* (1958). Para Prado Jr., mesmo advertindo o equívoco de se fazerem juízos de valor tendo como parâmetros “noções” de nosso tempo, o sistema administrativo colonial aparece como *confuso, caótico e irracional*. Sintetizado na seguinte passagem:

A complexidade dos órgãos, a confusão de funções e competência; a ausência de método e clareza na confecção das leis, a regulamentação esparsa, desconstruída e contraditória que a caracteriza, acrescida e complicada por uma verborragia abundante em que não faltam às vezes até dissertações literárias; o excesso de burocracia dos órgãos centrais em que se acumula um funcionalismo inútil e numeroso, de caráter mais deliberativo, enquanto os agentes efetivos, os executores, rareiam; a centralização administrativa que faz de Lisboa a cabeça pensante única em negócios passados a centenas de léguas que se percorrem em lentos barcos à vela; tudo isso, que vimos acima, não poderia resultar noutra coisa senão naquela monstruosa, emperrada e ineficiente máquina burocrática que é a administração colonial.²⁵⁴

²⁵⁰ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participando a Ordem Régia que determinara que as embarcações mercantes e de guerra, com destino a Lisboa ou a outras capitanias, levassem as malas do correio”. 5 de janeiro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 16, doc. 796.

²⁵¹ Cf. “Alvará com força de lei criando os correios marítimos”. 20 de janeiro de 1798. In Antonio Delgado da Silva. *Coleção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordens*. Lisboa, 1830-1844, 6 vols, legislação de 1791 a 1801, pp. 479-482. O único trabalho que conhecemos sobre o tema é o de Armando Mário O. Vieira. *Subsídios para a História do Correio Marítimo Português*. Porto: Núcleo Filatélico do Ateneu Comercial do Porto, 1988.

²⁵² Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., pp. 240-241.

²⁵³ Cf. Manuel Eufrasio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...*, op. cit., tomo 1, p. 207.

²⁵⁴ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1942, p. 331.

Já na argumentação de Faoro, ressaltando a adiantada centralização de Portugal, a administração colonial é apresentada como transposição bem feita da reinol. Por vezes, é claro, o “turbulento conquistador, caudilho ou potentado” poderia dar algum trabalho a algum ministro português, “reinol de nascimento”, mas esse prontamente agiria para o controlar, o dominar “e, se necessário, garroteá-lo”²⁵⁵. Era a ordem do reino de Portugal que se instaurava com segurança desde os primeiros momentos da colonização:

Com as vilas se instaurava, nas praias e no sertão, a palavra rígida, inviolável e hierática das Ordenações. A colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa e regulamentar. Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole.²⁵⁶

As considerações dos dois autores podem parecer mutuamente excludentes. Não obstante isso, Laura de Mello e Souza propõe que ambas sejam consideradas complementares. Distingue o critério de Faoro como o baseado na *Lei*, e o de Prado Jr., na *Realidade*. Desse modo, contrapõe os dois e mostra como ambos são possíveis no caso específico das Minas do século XVIII. Considera, ainda, como prática da Coroa fazer obedecer às leis sem, no entanto, esquecer-se das especificidades da colônia: ser “acre e doce”, “bater e assoprar”, ao mesmo tempo²⁵⁷.

Ora, como já se ressaltou, uma das realidades da qual a Metrópole deveria dar conta era o fato de o Império Português se estender por múltiplos espaços territoriais além-mares. Os governadores e capitães-generais foram um dos principais aliados da Coroa nessa tentativa de adequar os propósitos régios às diferentes situações encontradas nas localidades a governar. A partir da segunda metade do século XVIII, com projetos certos para as conquistas, esses sujeitos tiveram suas importâncias redobradas. Tendo que lidar com as dificuldades que se lhes impunham e sendo freqüentemente lembrados de suas obrigações e cobrados pelo bom cumprimento delas. Na capitania de São Paulo, com a volta da autonomia administrativa, e o

²⁵⁵ Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2v. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, 10ª. edição (1ª edição de 1958; 2ª edição revista, alterada e ampliada de 1975), vol. 1, p. 184.

²⁵⁶ Idem, ibidem, p. 168.

²⁵⁷ Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, pp. 97-98. A questão é retomada pela autora em *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América portuguesa do século XVIII*, op. cit., pp. 26-40.

desenvolvimento de uma série de reformas, o quadro apresentava-se de forma ainda mais evidente.

Capítulo II
SÃO PAULO RESTAURADA

Em 1791 era publicada por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa a *Memória sobre o preço do açúcar*, na qual José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, então deputado do Santo Ofício¹, tratando do pioneirismo português no cultivo do açúcar, afirmava:

Mas ao tempo em que as nossas fábricas de açúcar se achavam já muito melhoradas, com mais de noventa e sete anos de adiantamento do que as de todos os estrangeiros, e nós quase senhores únicos dêste comércio, se descobriam, para nós desgraçadamente, as minas de ouro, que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da agricultura, para trabalharmos nas de mera representação.

A riqueza rázida daquelas minas, que tanto tem aumentado a indústria dos estrangeiros, chamou a si quase todos os braços das nossas fábricas de açúcar: êste cego abandono fêz que elas fôssem logo em decadência.²

E, mais adiante, concluía:

Portugal perdeu a superioridade da sua agricultura e do seu comércio pela cegueira com que correu atrás de uma representação e de uma sombra de riqueza, sem ver que deixava atrás de si o precioso corpo que ela representava: sem dúvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo.³

Pouco mais de vinte e cinco anos antes, por volta de 1765, o recém nomeado governador e capitão-general da, igualmente, recém restaurada capitania de São Paulo, cuja administração estava desde 1748 subordinada à capitania do Rio de Janeiro, enviava ao rei d. José I trinta perguntas a respeito de como proceder no governo da capitania paulista. Tais questões foram dirigidas ao ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, que, então, as comunicou ao rei, que “de sua propria voz” as respondeu. Na pergunta nº. 18, o governador e capitão-general d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, indagava se deveria “procurar descobrimentos de Minas”. Ao que o rei, categoricamente, respondeu: “De nenhuma forma; antes impedir inflexivelmente estes descobrimentos”⁴.

¹ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. “Apresentação”. In *Obras Econômicas de J. J da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 15.

² J. J. da Cunha Azeredo Coutinho. “Memória sobre o preço do açúcar”. 1791. In *Ibidem*, p. 182.

³ *Idem*, *ibidem*, p. 184.

⁴ “Copia das perguntas que fez o Governador e Capitam General de Sao Paullo Dom Luís Antonio de Souza em Lisboa ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Oeiras; e das respostas que a ellas deo o mesmo Senhor escritas da sua propria Letra em o mesmo papel por Rezolucoens de Sua Magestade que Deos guarde”. 1772. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777), C00420, livro 169.

A instrução era para que, mesmo durante as incursões em territórios novos, cujo intuito óbvio era a procura por “haveres” – leia-se, ouro e pedras preciosas –, não se usasse a errada tática de ir direto a uma serra, por exemplo, em busca de tais objetivos, ainda que o governador os considerasse um bom incentivo à exploração dos sertões da capitania⁵. Do contrário, seria o mesmo que entregar o ouro para o ladrão, uma vez que os aventureiros portugueses, ainda não estabelecidos adequadamente em tais territórios, não teriam meios nem forças para defendê-lo de possíveis ataques castelhanos. A estratégia era avançar em segredo, de dez em dez léguas, e construir povoações, “recolhendo e civilizando” os índios que fossem encontrados no caminho, ensinando-os a trabalhar e dando-lhes ferramentas; a mesma coisa com os vadios, dispersos pelos sítios volantes⁶.

Uma Empresa Exportadora

Em 22 de julho de 1766, Sebastião José de Carvalho e Mello, então conde de Oeiras, explicava ao governador de São Paulo os dois motivos para que se impedisse, com prudência e “por todos os meios indiretos”, o estabelecimento de minas de ouro na praça de Santos. Em primeiro lugar porque, “pelo cálculo da Aritimética Política, e Econômica do Estado”, a agricultura se mostrava mais útil do que as minas, numa diferença que ia “de vinte contra um”; depois, ainda que as minas fossem mais úteis, não seria sensato permiti-las em lugares vizinhos às costas marítimas, como a praça de Santos. À questão da segurança somava-se a lógica da aritmética política e econômica do Estado, com influência clara das reformas no campo da agricultura próprias do período⁷. Nessa lógica, mais útil ainda eram as minas de ferro, como as que começavam

⁵ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 213.

⁶ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza informando o porquê de não permitir novas descobertas de minas de ouro”. 22 de julho de 1766, e “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza informando a aprovação do rei de proibir o descobrimento das minas do rio Pardo”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)*, C00420, livro 169; há cópia dessa última carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 21.

⁷ Cf. José Vicente Serrão. “O Pensamento Agrário Setecentista (pré-«fisiocrático»): diagnósticos e soluções propostas”. In José Luís Cardoso (org.). *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, pp. 23-50.

a ser descobertas nos arredores da vila de Sorocaba, das quais d. Luís Antonio dava as primeiras notícias ao rei e ao secretário de Estado⁸.

Que o cultivo da terra e de seus frutos e os descobrimentos de ferro tivessem preferência não significa que as minas de ouro foram de todo abandonadas. No governo de d. Luís Antonio de Souza (1765-1775) houve inúmeros pedidos para exploração de territórios recém descobertos⁹. No de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), surgiram novas notícias de descobertas de ouro na região de Apiaí, que, no começo do século XVIII, foi ocupada justamente por conta da extração aurífera¹⁰. Em cartas de 11 de abril de 1776, o governador e capitão-general dava ordens para que se não comesçassem as extrações de ouro sem as devidas averiguações que deveriam ser feitas por quatro especialistas¹¹. Dez dias depois, os oficiais da câmara de Sorocaba, responsáveis pela tarefa, enviaram carta a Lobo de Saldanha noticiando a nomeação dos especialistas e a descoberta de outras terras, vizinhas às primeiras, suspeitas de serem próprias para a extração do precioso metal¹².

A produção de ouro da capitania paulista na segunda metade do século XVIII era bastante insignificante. A Casa de Fundição de São Paulo – primeira a ser criada no Brasil, em fins do século XVI¹³ – fora restabelecida em 1766 e voltava a funcionar somente em 1770, após oito anos de extinção¹⁴. Em 1772, o morgado de Mateus proibia que qualquer qualidade de ouro fosse fundida em outro lugar que não na restaurada

⁸ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza sobre as minas de ferro, ‘mais uteis que as do Ouro’”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)*, C00420, livro 169.

⁹ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., p. 213.

¹⁰ Cf. Manuel Eufrazio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953 (1ª edição de 1879), tomo 1, pp. 85-86.

¹¹ Cf. “Para os Juizes Ordinarios e Officiaes da Camara da Villa de Sorocaba [sobre a descoberta de pinta de ouro]”. 11 de abril de 1776, e “Para o Thenente José Pereira da Silva em Sorocaba [sobre os irmãos Joaquim e João de Almeida Pedrozo não extraírem ouro, sem sua autorização, das terras em que foi descoberto]”. 11 de abril de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1954, vol. 75, pp. 19-21.

¹² Cf. “Para a Camera de Sorocaba [sobre o exame das terras em que se acharam pinta de ouro]”. 2 de maio de 1776. In *Ibidem*, pp. 58-59.

¹³ Sobre as primeiras extrações das minas em São Paulo, e, especialmente, seus administradores gerais e provedores, veja-se Francisco de Assis Carvalho Franco. *História das minas de São Paulo: administradores gerais e provedores (séculos xvi e xvii)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1961.

¹⁴ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 213-216.

Casa. Mesmo sendo pequena a produção de ouro de São Paulo¹⁵, a medida deixou descontente o vice-rei do Estado do Brasil e governador do Rio de Janeiro, capitania onde, até então, tinham os paulistas que quintar seu ouro. D. Luis Almeida Soares Portugal, o marquês de Lavradio, em carta de 9 de fevereiro de 1776, reclamava a Lobo de Saldanha da medida tomada pelo antecessor, e pedia que o governador enviasse cópia das “ordens positivas de EL-REY” a esse respeito, pois, segundo o vice-rei, muitos sentiam-se oprimidos em ter que levar seu ouro para a cidade de São Paulo, por ser o caminho distante e dificultoso¹⁶. Não sabemos da resposta dada por Lobo de Saldanha ao vice-rei, mas em 18 de maio do mesmo ano o governador informava ao ouvidor de Paranaguá do problema que vinha tendo com a Intendência do Rio de Janeiro, desejosa da liberação de fundir lá os ouros que “as Partes” quisessem levar. Ordenava que se não autorizasse tal coisa, e que todo ouro fosse fundido somente na Casa de Fundição de São Paulo, uma vez que isso era praticado nas demais capitanias, nas quais jamais se permitiria que o ouro de uma comarca se fundisse em outra¹⁷.

O fato é que, a partir da segunda metade do século XVIII, a produção aurífera da América Portuguesa, em franco declínio¹⁸, não era mais a menina-dos-olhos da Coroa lusitana¹⁹. A “representação” e a “sombra de riqueza” da extração aurífera, às quais se

¹⁵ O que podemos notar pelos dados do ouro fundido na cidade de São Paulo nos anos de 1793, 1794 e 1795; respectivamente: 502 marcos, 1 onça e 11 grãos ~ 1 kg e 760 g; 536 marcos, 3 onças e 18 grãos ~ 1 kg e 961 g; e 346 marcos, 3 onças, 2 oitavas e 60 grãos ~ 1 kg e 222 g (sendo 1 marco = 8 onças, 1 onça = 28g, 1 oitava = 1/8 de onça e 1 grão = 49,8 mg). “Mappa em que se mostra todo o oiro que foi apresentado nesta Real Caza da Fundição da Cidade de São Paulo, e quinto que delle se tirou para Sua Magestade em cada hum dos mezes do anno”. 1793, 1794 e 1795. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 643, fls. 482-484. A título de comparação, Virgílio Noya Pinto, no seu “contorno da produção brasileira de ouro”, mostrava que a média anual em quilogramas da produção aurífera de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, para os anos de 1795-1799, era de 4.399. Virgílio Noya Pinto. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979, 2ª edição (1ª edição de 1972), pp. 112-117.

¹⁶ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre ordens do anterior governador da capitania, Morgado de Mateus, para que se fundisse o ouro na capitania”. 9 de fevereiro de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1895, vol. 17, pp. 100-102.

¹⁷ “Para o Doutor Ouvidor de Parnaguá [sobre, dentre outras coisas, fundir-se obrigatoriamente na Casa de Fundição de São Paulo o ouro aqui descoberto, em vez de enviá-lo para o Rio de Janeiro]”. 18 de maio de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., pp. 87-89.

¹⁸ Na década de 30 do século XX, os dados apontados por Simonsen já mostravam que a exportação do ouro do Brasil, em meados de 1760, atingira mais de 2 milhões de libras, e, passados os anos de 1776, não chegava nem a 1 milhão de libras, e seguia caindo. Cf. “Valores aproximados da exportação e do mil reis no período colonial”. In Roberto C. Simonsen. *A História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 8ª edição (1ª edição de 1937), anexo à p. 382.

¹⁹ Vale lembrar, ainda, o famoso cálculo feito por Simonsen, segundo o qual, mesmo nos tempos áureos da produção de ouro, a exportação do metal nunca conseguiu ultrapassar a do açúcar. Cf. “Valores aproximados da exportação e do mil reis no período colonial”. In Roberto C. Simonsen. *A História Econômica do Brasil (1500-1820)*, op. cit., anexo à p. 382.

referia J. J. da Cunha Azeredo Coutinho, deixavam de ser as principais catalisadoras dos esforços metropolitanos, que, então, voltavam-se cada vez mais para a produção de gêneros agrícolas exportáveis para o mercado europeu. Caio Prado Jr., em sua *História Econômica do Brasil*, analisando esse reflorescimento agrícola, apontava o declínio da mineração como um fator interno e negativo, graças ao qual a agricultura “volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização”²⁰.

No caso da capitania de São Paulo, nesse período, saltam aos olhos as questões referentes à conquista e à defesa das regiões do Sul que, desde o fracasso do Tratado de Madri (assinado em 1750), estavam em disputa com os espanhóis. Contudo, “consolidar o Domínio das Capitanias do Brasil”²¹ significava também, e principalmente, estabelecer e desenvolver na colônia, inclusive na capitania paulista, uma economia capaz de dar conta da nova conjuntura, não só no âmbito das relações entre a Metrópole e suas colônias, mas no âmbito da economia mundial. Nesse sentido, o grande papel de d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, primeiro governador da São Paulo restaurada, e de seus sucessores foi *conhecer* o estado da agricultura paulista; *organizar* uma produção cuja lógica, até então, obedecia às dinâmicas de um mercado interno, e, assim, adequá-la ao mercado externo; e, enfim, *desenvolver* tanto essa produção como a infra-estrutura da capitania (caminhos, passagens, portos etc.) com o intuito de facilitar seu escoamento.

A agricultura voltada para exportação não era novidade na história de São Paulo. A produção de trigo, durante os anos 1630 a 1680, já foi apontada como fator importante tanto para o desenvolvimento do planalto como para o chamado “surto bandeirante” de 1628 a 1641, que “relacionava-se muito mais ao desenvolvimento da economia do planalto do que – como a maioria dos historiadores paulistas tem colocado – à demanda por escravos no litoral açucareiro”²². Os principais consumidores desse trigo eram as capitanias da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e, inclusive, Angola.

²⁰ Caio Prado Jr. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, 28ª. edição (1ª. edição de 1945), pp. 79-80.

²¹ Em carta de 26 de janeiro de 1765, o marquês de Pombal, à época conde de Oeiras, informava a d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão: “As Copias incluzas da Carta, que na mesma data desta acabo de escrever ao Conde da Cunha, e dos documentos, que a acompanharam, darão a Vossa Senhoria a idéa mais clara, com que El Rey Nosso Senhor o podia mandar instruir para Vossa Senhoria entrar no seu Governo com hum cabal conhecimento das principais dispoziçoens, com que Sua Magestade desde o princípio do Seu feliz Reinado tem procurado consolidar o Dominio das Capitanias do Brazil pelos meyoys mais próprios, e efficazes; não só emquanto ao estabelecimento da economia interior do mesmo Estado; mas ainda emquanto a conservação, e defeza delle contra os seus confinantes, e orgulhosos inimigos [...]”. In: *Arquivo do Estado de São Paulo, Avisos-Cartas Régias (1765-1777)*, C00420, livro 169.

²² John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 76.

Segundo Jonh Monteiro, há poucas evidências que sustentem a relação das bandeiras com um grande comércio de escravos indígenas entre São Paulo e outras capitanias²³. A captura dos índios estaria, desse modo, muito mais ligada ao desenvolvimento da economia do planalto paulista e à crise de abastecimento de mão-de-obra cativa para a região. A esse respeito, Luiz Felipe de Alencastro é mais ponderado ao afirmar que, mesmo que as bandeiras não fossem feitas com o intuito de vender índios para as regiões do norte do Brasil, elas foram “originadas pela quebra do tráfico atlântico”, em disputa com os holandeses. Num processo de “substituição de importação” segundo o qual os índios do sul cultivavam alimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro que faziam “as vezes dos produtos europeus, platenses e brasileiros nas praças de aquartelamento da América portuguesa”, num quadro de aguda falta de cativos e de alimentos²⁴. Ao vincular habilmente São Paulo ao comércio com as principais capitanias do período, Alencastro pôde explicar a decadência e fim da grande produção de trigo paulista de forma direta e nada obscura, motivada pelo restabelecimento de um comércio “regular” com a Metrópole e o ressurgimento do trato negreiro, findada a guerra contra os holandeses.

Ainda que a produção da capitania não estivesse, antes de fins do século XVIII, ligada a um grande circuito exportador sem depender de fatores conjunturais, é possível detectar indícios de uma produção mercantil paulista em períodos mais remotos. No caso mais específico da vila de São Paulo pode-se, inclusive, inferir que em fins do século XVII havia uma significativa comercialização de produtos locais, “o que garantia um determinado nível de circulação e de acumulação de capitais, justificando todo um comércio de gêneros de outras regiões e até de produtos importados, desde que não praticado a preços exorbitantes”²⁵. Na última década do século, a descoberta das minas de ouro significou o fortalecimento de um movimento iniciado anteriormente, ou, nas palavras de Ilana Blaj, “assistimos” não a “uma nova configuração da vila nem a uma ruptura brusca com o padrão anterior, ao contrário, à consolidação de todo um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite local. A articulação com o núcleo mineratório dinamizará este quadro mas não

²³ “Sem dúvida, alguns – talvez muitos – cativos tomados pelos paulistas chegaram a ser vendidos em outras capitanias. Mas este comércio restrito não explica nem a lógica nem a escala do empreendimento bandeirante.” Idem, *ibidem*, pp. 76-77.

²⁴ Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 194-199.

²⁵ Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002, p. 108.

será, de forma alguma, responsável por sua existência”²⁶. Um dos méritos do estudo de Ilana Blaj, divisor de águas na historiografia paulista, é que a autora, ao apontar certo nível de mercantilização em São Paulo, não caiu na tentação de imputar à capitania um caráter autonomista. Ou seja, esse processo de mercantilização não negava o *sentido da colonização*²⁷, antes o reforçava, na medida em que São Paulo funcionou, em determinados momentos, como espécie de suporte às principais capitanias da colônia, fossem elas produtoras de açúcar ou de ouro.

Em geral, a historiografia que antecede o estudo de Ilana Blaj aponta como marco do desenvolvimento de algum nível de riqueza em São Paulo o período posterior a 1765²⁸. A continuidade dessa interpretação pode ser percebida em estudos que tratam justamente da capitania paulista na época do desenvolvimento de uma economia de exportação.

No trabalho de Thereza Petrone, estudo pioneiro sobre a lavoura canavieira paulista, é destacado o caráter decadente da agricultura anterior ao restabelecimento da autonomia administrativa de São Paulo. Se atentarmos para o estudo de Petrone, notaremos que ela investiga a lavoura canavieira mirando a posterior produção de uma agricultura exportadora de café²⁹. O que fundamenta a análise da autora é perceber como a cultura açucareira voltada para o mercado externo possibilitou o desenvolvimento de estruturas fundamentais para a, ulterior, cultura e comercialização do café. Não é por acaso que os marcos temporais adotados são 1765, com o governo do morgado de Mateus, e 1850/1851, período em que a *exportação* de café ultrapassou a de açúcar. Nesse sentido, ao indagar-se sobre a proveniência dos primeiros senhores de engenho da São Paulo restaurada bem como do capital inicial para o investimento na produção, Petrone expõe a dificuldade, documental inclusive, de provar alguma hipótese a esse respeito³⁰. Não obstante, considera que a capitania antes do desenvolvimento da lavoura canavieira de exportação era pobre e cultivava apenas uma

²⁶ Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, op. cit., p. 125.

²⁷ Cf. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942, pp. 13-26.

²⁸ Cf. Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, op. cit., pp. 39-85.

²⁹ Cf. Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, pp. 7-9.

³⁰ Cf. Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., pp. 58-59.

agricultura de subsistência³¹. O fato é que para a hipótese defendida pela autora não importa tanto de onde vinha essa elite, nem com que cabedais foi possível montar a lavoura açucareira exportadora na capitania, bastava detectar e investigar tanto a produção como a infraestrutura estabelecida a partir dela.

Outro estudo fundamental sobre São Paulo que adota, por motivos diferentes, a mesma visão sobre o período anterior a 1765, é o de Heloísa Bellotto. Quando trata da economia da capitania antes do governo de d. Luís Antonio de Souza, Bellotto tem como base os estudos de Alfredo Ellis Jr. e o relato de alguns cronistas, segundo os quais a decadência econômica de São Paulo era consequência da dispersão econômica e da penúria da agricultura³². Ellis Jr. considerava que mesmo o comércio entre São Paulo e as regiões das minas era parco, uma vez que a produção paulista não dava conta daquele crescente mercado. A insuficiência de condições para forjar uma economia longe do isolamento e da decadência foi, segundo o autor, agravada ainda mais com a construção do Caminho Novo e a consequente concorrência com o Rio de Janeiro. A situação da economia paulista, nessa interpretação, só não se agravou porque o mercado das regiões das minas era grande e não poderia depender apenas dos produtos fluminenses³³. Ora, o que interessa à análise de Bellotto não é especificamente a economia paulista, mas a trajetória de um dos administradores da capitania. Economia, política administrativa e conflitos de interesses em São Paulo, entre 1765 e 1775, são pontos investigados e esclarecidos que, todavia, estão sob a égide do objeto de estudo: não a capitania de São Paulo, mas o próprio morgado de Mateus.

Um dos principais argumento utilizados para justificar a miséria de São Paulo é a dispersão populacional para as regiões das minas. Mesmo o clássico estudo de Maria Luiza Marcílio, que, ao demonstrar um crescimento populacional de 425% em São Paulo entre 1690 e 1765³⁴, põe por terra esse argumento, carrega consigo a imagem isolacionista da capitania. Assim, ao referir-se à sociedade paulista até 1765, utiliza qualificações como “violência e selvageria” associadas à “falta de justiça e de leis”. Os

³¹ Mesmo considerando que havia produção de açúcar e aguardente em São Paulo, ainda que pequena, antes da restauração, afirmava que a capitania “jazia numa grande pobreza”. Idem, *ibidem*, pp. 10-12.

³² Dentre eles, José Arouche de Toledo Rendon, Marcelino Pereira Cleto e J. J. Machado de Oliveira. Cf. Heloísa Liberali Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., p. 204-206.

³³ Cf. Alfredo Ellis Jr.; e Miriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*. Biblioteca Academia Paulista de Letras, vol. 11. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979, 2ª edição (1ª edição de 1950), p. 99.

³⁴ Maria Luiza Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulistana (1700-1836)*. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 2000, p. 71.

governadores do período após restauração da capitania foram, desse modo, os principais interventores nessa sociedade, graças a eles foram “impostos” os “padrões, normas, leis e condutas da Metrópole e da cultura portuguesa”³⁵. Supõe, talvez por influência de um marxismo mais ortodoxo, que por ser “elementar” a divisão do trabalho na sociedade paulista ela era “organizada em bases muito igualitárias e homogêneas”³⁶. Estrapolando, aqui, tipos de relações possíveis aos chamados homens livres pobres para toda a sociedade colonial paulista.

Somando questões relacionadas aos interesses suscitados por cada objeto de estudo e os limites interpretativos e documentais de cada época, temos, especialmente a partir dos anos 70 do século XX, aquilo que Ilana Blaj nominou como convivência, “às vezes lado a lado”, de “imagens cristalizadas, inovações, permanências e renovações”³⁷. Estudos mais recentes, a seu modo e em níveis diferentes, vêm demonstrando como, apesar de não fazer parte do grande eixo mercantil da colônia, algum nível de produção, comércio e riqueza desenvolveu-se na região paulista até 1765³⁸.

O que pretendemos com esse estudo está longe de uma *revisão historiográfica*, tão em voga em trabalhos, e escolas, mais recentes. Não desejamos, ainda, construir uma interpretação a despeito dos estudos anteriores. Mas, a partir deles – alguns, como os citados, clássicos da historiografia paulista – perceber o processo pelo qual a economia e a agricultura da capitania passaram a inserir-se no comércio atlântico. Aliás, a agricultura paulista, antes de 1765, poderia ser classificada de “orientada à subsistência”, sim. Todavia, isso só seria possível se o termo “subsistência” tivesse o

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 156.

³⁶ Cita para embasar seu argumento, dentre outros, Alfredo Ellis Jr., que considerava o “meio rude” um “agente democratizador”. Cf. Alfredo Ellis Jr. *Capítulos da história social de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1944, pp. 101-103; e Maria Sylvania de Carvalho Franco, de quem, ao que parece, toma emprestada a idéia de associar a divisão social do trabalho pouco elaborada à insustentabilidade de formas de “estratificação social”. Cf. Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 4ª. edição (1ª edição de 1969). Cf. Maria Luíza Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulistana (1700-1836)*, op. cit., p. 162-163, especialmente nota 38.

³⁷ Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, op. cit., p. 85.

³⁸ Dentre eles: Milena Fernandes Maranhão. *A Opulência Relativizada. Significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga, 1648-1682*. Campinas: UNICAMP, 2001, dissertação de mestrado; Idem, *O Moinho e o Engenho. São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português (1580-1720)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado; para o caso particular de uma vila, Madalena Marques Dias. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608-1646)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001, dissertação de mestrado; sobre as “mulheres senhoriais paulistas” no processo de formação da vila de São Paulo, Igor Renato Machado de Lima. *O fio e a trama: trabalho e negócios femininos na Vila de São Paulo (1554-1640)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, dissertação de mestrado; sobre os negociantes na cidade de São Paulo, Maria Aparecida de Menezes Borrego. *A Teia Mercantil: Negócios e Poderes em São Paulo Colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado.

sentido que lhe deu Caio Prado Jr.: uma produção destinada “ao consumo e à manutenção da própria colônia”³⁹. Assim, a grande virada não foi no sentido de uma economia miserável para uma economia fértil. Em vez disso, a economia paulista deixou de ser voltada para o abastecimento interno, a colônia, e passou a dirigir-se ao mercado externo, a Metrópole. É, então, a partir de 1765 que a *empresa exportadora*, ou seja, o esforço, o empreendimento por parte da Coroa, de seus governadores e demais ministros para o desenvolvimento e estabelecimento de um tipo específico de produção agrícola, enquadrada nas reformas e propostas próprias do período, apresentou-se como importante mote na administração da capitania.

Logo que chegou ao Brasil, d. Luís Antonio de Souza descreve ao conde de Oeiras, em carta de 22 de junho de 1765, o fascínio da capital do Estado, o Rio de Janeiro. Com relação à agricultura daquela capitania, contava com bastante admiração da abundância e qualidade das terras. E asseverava:

E se se conseguisse reduzi-las [as terras] a cultura, desterrando a negligencia e ocio dos naturaes, não necessitaríamos de cousa alguma dos Países Estrangeiros; antes lhes poderíamos vender em abundância as sedas, os algodões, os Linhos; as madeiras, os couros, os trigos, os grãos, as carnes, os peixes porque de tudo mostra a experiência se pode recolher em muita cópia⁴⁰.

Pouco menos de quatro anos depois, já estabelecido em São Paulo, o morgado de Mateus comentava ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as várias cartas e ofícios, enviadas a ele por Sebastião José de Carvalho e Mello, nas quais recomendava “toda a applicação, e cuidado no aumento da lavoura, e estabelecimento do comércio”, os dois principais meios para fazer enriquecer e povoar as terras da capitania⁴¹. Nesse ofício, o governador e capitão-general dava conta, ainda, de alguns gêneros da capitania cujo comércio poderia ser de interesse para a Coroa portuguesa: os pinheiros do porto de Paranaguá, que poderiam ser usados para

³⁹ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., pp. 151 e seguintes.

⁴⁰ “Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Mello], comunicando suas impressões sobre o Rio de Janeiro, afirmando que em suas terras se poderia produzir de tudo; vencido o ócio dos seus habitantes, não se necessitaria de coisa alguma dos países estrangeiros”. 22 de junho de 1765. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 19, doc. 1688.

⁴¹ Dentre elas: “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza sobre o governador promover a agricultura e o comércio na capitania de São Paulo”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo, Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420*, livro 169; há cópia dessa carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 31.

mastros de navios; “huma coisa a que chamão =Embé= de que se fazem boas cordas”; a salsaparrilha que havia no rio de Piracicaba; a erva de anil; o arroz, que “hé admiravel e dá-se em qualquer parte”. Por fim, certificava que somente a existência de tais gêneros não bastava, era preciso que homens de negócio comprassem os produtos da capitania e os fizessem passar para o reino. Igualmente, era necessário fazer algumas melhorias indispensáveis para concretizar tal meta: “facilitar os caminhos, abrir passagens nas serras, e alguns passos nos Rios”⁴².

Embora o açúcar tenha sido o principal gênero exportado por São Paulo em fins do século XVIII, a produção da capitania era bastante variada, e isso foi incentivado pela administração portuguesa⁴³. O anil, por exemplo, bastante valorizado no mercado internacional e cuja erva tinha fácil produção no Brasil, estava na pauta dos produtos a serem explorados. No governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha a erva já era encontrada em abundância na capitania⁴⁴. Em 9 de novembro de 1776, o governador informava ao secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, da grande qualidade do anil que se produzia em São Paulo e remetia algumas amostras dele. Em abril de 1778, o ministro respondia que se poderia fazer um “grande Ramo de Commércio” com tal produto⁴⁵. Quatro anos mais tarde, o então governador Francisco da Cunha Menezes ordenava ao capitão-mor da cidade de São Paulo, Manoel de Oliveira Cardoso, que não permitisse nenhuma pessoa agir contra a plantação da erva de anil, “que hé ramo de negócio tão útil para esta capitania”, completando que castigaria aqueles que deixassem fazer estrago a ela sem atentarem para o prejuízo causado “a este Estado” e ao “Bem comum”⁴⁶. Mesmo com todos os cuidados e com a demanda, na Metrópole, do corante

⁴² “Ofício do Governador e Capitão General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta das medidas tomadas para o fomento da lavoura e do comércio.” 1º de março de 1769. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc 347.

⁴³ Luna e Klein dispensam importante atenção ao estudo de uma produção de víveres em São Paulo, que em fins do século XVIII representavam, segundo os autores, 1/3 da exportação da capitania. Cf. Francisco Vidal Luna; e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006 (1ª. edição estadunidense, sob outro título, de 2003), p. 108.

⁴⁴ Cf. Carlos Borges Schmidt. “O Anil – Cultura e industria em São Paulo, na época colonial”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 44, 1948, p. 167.

⁴⁵ “Carta de Martinho de Mello e Castro para o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre o cultivo de anil na capitania de São Paulo”. 28 de abril de 1778. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 111-111v.

⁴⁶ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da cidade de São Paulo Manoel de Oliveira Cardoso sobre o cuidado que deve ter com a plantação da erva para o anil, e evitar que ajam contra essa empresa”. 9 de novembro de 1782. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, vol. 85, p. 73.

feito da erva do anil, a produção da capitania nunca foi grandiosa e a qualidade, ainda que boa, não era a esperada⁴⁷.

A madeira foi outro produto bastante explorado. Em 1766, d. Luís Antonio de Souza alertava para a iminente extinção de algumas árvores necessárias para a fabricação do atinado, couro curtido. O conde de Oeiras deu, então, orientações para que o governador não permitisse o uso dessas árvores como lenha nem o corte das que ainda não tivessem tamanho suficiente. A regra era extrair as maiores e deixar as menores crescerem e espalharem suas sementes, propagando “estas espécies de Árvores utilíssimas ao Comércio”⁴⁸. Mais tarde, o mesmo governador indicava ao secretário dos negócios do Ultramar, Martinho de Mello e Castro, o grande número de pinhais na capitania de São Paulo, que poderiam ser usados como mastros. O secretário respondia ao governador, em outubro de 1771, que, de fato, esse era um importante artigo para o Arsenal Real, para a navegação portuguesa e, ainda, para os próprios habitantes da capitania. Enviava instruções detalhadas, escritas pelo mestre construtor do Arsenal Real Manoel Vicente, sobre como deveriam ser cortadas e escolhidas as madeiras. Por fim, lembrava da indispensável necessidade de haver “sujeito inteligente” para escolher as madeiras boas, saber cortá-las e conduzi-las ao embarque nos portos com “direção e economia”⁴⁹.

Em março de 1797, o próprio príncipe regente, d. João VI, lembrava ao governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça da importância das madeiras e paus do Brasil para o uso da marinha real e a reexportação para as nações estrangeiras. Dessa forma, determinava que, sendo de propriedade “exclusiva” da real coroa “todas as Mattas e Arvoredos a borda da costa, ou de rios que desemboquem imediatamente no Mar”, ficava proibido, por ora e futuramente, dar sesmarias em tais lugares, e ordenava que o governador verificasse o meio pelo qual se poderiam restituir as terras já dadas. Mandava, igualmente, que Castro e Mendonça fizesse “levantar” mapas dos lugares onde existiam as tais madeiras, indicando seus respectivos nomes, propriedade e usos.

⁴⁷ Cf. Carlos Borges Schmidt. “O Anil – Cultura e indústria em São Paulo, na época colonial”, op. cit., p. 169.

⁴⁸ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza informando do cuidado que deve ter com árvores úteis ao comércio, proibindo que se as usem como lenha e cuidando para que não fiquem extintas”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169.

⁴⁹ “Carta de Martinho de Mello e Castro ao governador de São Paulo sobre a importância das madeiras de pinhais”. 1º de outubro de 1771, e “Relação dos Paos de pinho que são precisos para as matreaçoens das Naos fragatas e Embarcaçoens miudas e ligeiras que se achão feitas neste Arcenal da Ribeira das Naos.” 22 de julho de 1771. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 170.

Para a boa administração do empreendimento, apontava quatro princípios: o primeiro, a conservação das “mattas e arvoredos”; o segundo, a economia nos cortes e conduções (já ressaltado mais de vinte anos antes por Martinho de Mello e Castro); o terceiro, a facilitação das remessas das madeiras; e, por último, que se mostrasse o preço de cada peça tirada “dos mesmos Arvoredos e Mattas”⁵⁰.

No governo de Francisco da Cunha Menezes (1782-1786), é possível notar grande empenho em estabelecer e desenvolver a produção do linho cânhamo, usado na fabricação de tecidos e cordas. Em cartas a diferentes oficiais da capitania, o governador mandava que se fomentasse a cultura da linhaça, protegendo e animando “esta tão útil como interessante plantação”. Enviava junto às determinações algumas sacas com sementes para que os oficiais as repartissem entre os “mais curiosos lavradores” de suas respectivas vilas. Foram enviadas sementes, principalmente, para as vilas de Paranaguá, Curitiba, Itu e São Sebastião⁵¹. Em 1798 continuavam as recomendações régias para que se cultivasse o linho cânhamo em São Paulo, e, mais, pedia-se o estabelecimento de um “méthodo” segundo o qual os negociantes remetessem o “importante gênero” para a Metrópole⁵². Pouco mais de dois meses após a primeira orientação régia para Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, o secretário de Estado enviava nova carta em que reafirmava a confiança de “Sua Majestade” no cuidado do governador em dilatar a cultura do cânhamo, mas devia renovar as ordens nesse sentido, determinando, enfim, que fizesse pagar por conta da Real Fazenda todo o cânhamo produzido na capitania e o

⁵⁰ “Carta de Sua Majestade a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre as madeiras e paus do Brasil”. 13 de março de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1967, vol. 89, pp. 33-34.

⁵¹ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor da praça de Santos Francisco Aranha Barreto sobre ele remeter duas sacas de linhaça para o sargento-mor Francisco José Monteiro”. 3 de março de 1785, “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor Francisco José Monteiro sobre ele remeter duas sacas de linhaça para o capitão-mor da vila de Santos Lourenço Ribeiro de Andrade”. 3 de março de 1785, “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover essa cultura”. 3 de março de 1785, “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Aranha ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover essa cultura.” 3 de março de 1785, “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade informando que remete a norma para preparação do linho cânhamo.” 7 de maio de 1785, “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor de auxiliares da vila de Parnaguá Francisco Joze Monteiro ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover essa cultura.” 22 de agosto de 1785. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., pp. 146-147 e 158.

⁵² “Carta do Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre animar a Cultura do Linho Canhamo.” 16 de fevereiro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 62-63; há cópia dessa carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Brasil – Códices, códice 424, fls. 147-147v.

remettesse para o Arsenal Real⁵³. A produção foi estimulada de tal forma que em outubro de 1783 foi criada na capitania do Rio Grande de São Pedro a Real Feitoria do Linho Cânhamo⁵⁴.

A farinha-de-pau, ou farinha-de-mandioca, foi um produto que no começo do século XVIII deixou de povoar as descrições sobre o Brasil. No fim do século, todavia, vinha à tona com importância redobrada, adquirindo destaque como gênero de exportação⁵⁵. D. Rodrigo de Souza Coutinho, reiteradas vezes, informava ao governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça as ordens régias para recomendar que fosse incentivada a produção de farinha-de-pau, bem como as remessas da mesma para o Reino⁵⁶; sem, entretanto, proibir o livre comércio do gênero, fosse para os portos de São Paulo ou para os das outras capitanias⁵⁷. Em novembro de 1800, o secretário de Estado noticiava ao governador de São Paulo a “conta”, que estivera presente ao príncipe d. João, do intendente geral da polícia da Corte e Reino, pela qual ficava exposta a “prompta sahida, e venda” da farinha-de-mandioca carregada por navios que saíam dos portos do Pará e Maranhão. Ordenava, então, que o governador animasse mais e mais a produção do gênero e se empenhasse para fazer grande volume de exportação da farinha para o Reino:

não só em os Navios Mercantes, e da Praça, senão também em as Charruas [tipo de veleiro], Correios Maritimos, e mais Embarcaçoens de Guerra da Coroa, nos lugares Commodos para a sua Conducção, sem embaraço das respectivas Manobras, e Governo das mesmas Embarcaçoens; e Vossa Senhoria animará os Negociantes dessa Praça a fazerem as maiores remessas possíveis, as quaes possão abundar, e supprir os Mercados, e Praças deste Reino.⁵⁸

A idéia era que a farinha-de-mandioca pudesse substituir as importações de trigo, e outros grãos, feitas no Reino. Em dezembro de 1801, Castro e Mendonça, em resposta

⁵³ “[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre Linho Cânhamo, etc.”. 23 de abril de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 147v-148.

⁵⁴ Cf. Maximiliano Mac Menz. “Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação”. In *Afro-Ásia*. n.º 32, 2005, pp. 139-158.

⁵⁵ Cf. Pinto de Aguiar. *Mandioca: pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, pp. 59-62.

⁵⁶ Cf. “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre promover a cultura da farinha de pau”. 16 de agosto de 1797, e outra de mesmo teor em 9 de abril de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 42 e p. 65.

⁵⁷ Cf. “Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre a Farinha de Páo”. 28 de janeiro de 1799. In *Ibidem*, p. 131.

⁵⁸ Cf. “Carta do Secretario de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre recomendar ao General o fazer augmentar a Cultura da Mandioca”. 7 de novembro de 1800. In *Ibidem*, pp. 220-221.

à determinação do secretário de Estado, afiançava que, em vista das “reppetidas Ordens” a ele dirigidas, fomentaria não só a produção do gênero como a exportação da “maior quantidade possível” dele⁵⁹.

Dos minerais, destaque-se o salitre, gênero privativo à Fazenda Real e utilizado para fazer pólvora, e o ferro, cujas minas despertavam grandes esperanças no Reino⁶⁰. Nos diversos mapas de exportação das embarcações que saíam da capitania⁶¹ encontramos, ainda, goma, algodão, arroz, café, couros, barbatana, banha, aguardente, melaço e, é claro, açúcar em diferentes tipos e em quantidades bem superiores aos outros produtos⁶².

Quando, em 1767, um navio vindo de Lisboa chegava ao porto de Santos, o governador morgado de Mateus prontamente enviou ao encarregado da embarcação, João Ferreira de Oliveira, ordens para que não a deixasse sair sem levar cargas da capitania paulista. Ao que, em carta de 26 de junho do mesmo ano, João Ferreira lamentava explicando que o navio já estava com sua carga pronta na Bahia, e que esta era “de tão grande porte, que senão carrega com menos de seis centas caixas de assucar, fora madeiras, e tabaco, e solla, couros, e outros effeitos”. Afirmava, ainda, que, além de o dinheiro para a referida carga já se encontrar na Bahia, o dono do navio não dera ordem “para aqui comprar nenhuns effeitos, o que sucederia se em Lisboa soubessem, que neste Porto e Capitania há effeitos que se possão carregar para Lisboa, e para isto se conseguir era preciso que os Lavradores dos effeitos, e Serradores das madeiras se antecipassem a fabrica-los, e te-los promptos para quando chegasse qualquer Navio, pois do Contrario será preciso estar aqui hum Navio hum anno á espera de alguma Carga, e isto hé perdição para os donos”. O encarregado do navio terminava a carta declarando que, de sua parte, sentia não ter feito o pouco açúcar que poderia fazer naquele ano, a fim de aproveitar a ocasião, “mas por conta de Obras que ando fazendo no tal Engenho, e outros estorvos, ainda o não pude botar a moer, o que pertendo fazer

⁵⁹ Cf. “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino”. 15 de dezembro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 18, doc 896.

⁶⁰ Cf. “Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] acuzando a recepção de diferentes Officiaes, e sobre Sua Alteza Real ordenar ao General anime a Producção do Salitre assim Naturaes, como Artificiaes”. 20 de agosto de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 173.

⁶¹ Salvo quando indicado, sempre que nos referirmos a *exportação* estaremos tratando de envio de produtos para fora do Brasil; não, apenas, da capitania.

⁶² A listagem dessas embarcações com seus respectivos mapas é extensa. Para arrolamento detalhado, veja-se o apêndice 1.

dia de São Pedro, o que Deos me dér irá em outros Navios que Segundo a Carta que tenho do meu Contratador, e Caixa do Contracto do Sal, espero aqui brevemente mais Navios”⁶³.

João Ferreira de Oliveira, ele mesmo um produtor de açúcar, bem sabia, como podemos notar em sua carta, que o estabelecimento de um comércio exterior na capitania de São Paulo dependia de inúmeros fatores que se relacionavam e impulsionavam mútuo desenvolvimento. Não bastava possuir engenho, era necessário possuir mercado, e, mais ainda, dever-se-iam gerar condições favoráveis para que, por exemplo, os navios chegassem ao porto de Santos com o expresse intuito de carregar os produtos da capitania paulista. Para tanto, era preciso garantir não só algo elementar, ou seja, que os produtos já estivessem prontos quando os navios lá atracassem, mas, igualmente, coisas mais complicadas como estabelecer, o que anos mais tarde se fez, um caminho que ligasse aquela que foi a grande área produtora de açúcar da capitania, a região de *serra acima*, ao litoral⁶⁴.

Em 1770, o morgado de Mateus destacava, em ofício ao conde de Oeiras, a atuação do capitão de cavalaria auxiliar Baltazar Rodriguez Borba na tarefa de desobstruir a parte de passagem do rio Pequeno que atravessava o caminho da serra de Cubatão. A obra resultou em quinze léguas de navegação, possibilitando a comunicação entre as Aldeias de Carapicuíba e Barueri, a freguesia de Santo Amaro e a vila de Parnaíba, e, além disso, facilitando “o navegar por agoa todos os transportes pezados, que vierem da Villa de Santos, desde o alto da Serra em té esta Cidade [de São Paulo]”⁶⁵. A preocupação com este e outros caminhos também acompanhou os governadores que sucederam ao morgado de Mateus. Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça apontava, em sua *Memória sobre a comunicação da Villa de Santos com a cidade de S. Paulo*, as melhorias feitas no caminho de Cubatão durante o governo de

⁶³ “Carta (cópia) de João Ferreira de Oliveira ao Morgado de Mateus dando conta do motivo pelo qual o navio, vindo de Lisboa, de que é encarregado, não pode levar cargas da capitania de São Paulo”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc. 347.

⁶⁴ Heloísa Bellotto cita esse caso e afirma que, de fato, não se tratava de simples “má vontade gratuita dos responsáveis pelos navios”. Havia gêneros na capitania, como aponta o próprio encarregado do navio, mas eles não chegavam para “rastrear” as grandes embarcações. Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 221.

⁶⁵ “Ofício (2ª via) do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário do reino, conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre as obras para a abertura do caminho para serra do Cubatão e do empenho do capitão de Cavalaria Auxiliar Baltazar Rodrigues Borba”. 27 de março de 1770. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 6, doc 360.

seus antecessores: no de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1765-1782) foi feito, por sua ordem, um aterro próximo ao rio Grande, “que, pelas suas inundações, fazia invadiavel aquella Estrada”; já no de Francisco da Cunha Menezes (1782-1786) houve aperfeiçoamento do caminho; José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, governador interino (1786-1788), “mandou fazer o aterrado que vai do fim da serra até a margem do Rio Cubatão, que pelas suas inundações, e a do Rio das pedras que vem da serra, encharcavão aquelle lugar”⁶⁶.

Os caminhos deveriam ser feitos sem dar despesa alguma à Real Fazenda. Contando, portanto, com a participação dos habitantes da capitania para a tarefa. Aos governadores caberia, apenas, dispendir “diligências” e “atenções” a fim de conduzir os paulistas⁶⁷. Ficava também às expensas dos paulistas o conserto dos caminhos, que deveriam ser feitos periodicamente, mantendo a passagem livre e sem incômodos⁶⁸.

O volume de exportação que se esperava da capitania paulista exigia que o trânsito de *serra-acima* para o litoral não fosse feito mais pelo lombo humano em trilhas indígenas, mas por mulas ou cavalos em caminhos que permitissem a circulação de grande quantidade de gêneros⁶⁹. Era necessário estabelecer essa rota de comércio tanto para as vilas do planalto e para, especificamente, o porto de Santos, como para vilas economicamente menos importantes, como São Sebastião e Jacareí⁷⁰, e, inclusive, para as vilas mais afastadas da capitania⁷¹. No governo de Bernardo José de Lorena (1788-

⁶⁶ “Memoria sobre a comunicação da Villa de Santos com a cidade de S. Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra, e sobre o principal comercio que há, com a europa, e os Portos d’America por esta Via”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1899, vol. 29, p. 113.

⁶⁷ Martim Lopes Lobo de Saldanha utiliza o termo “desconfiados paulistas” para explicar tal condução. “Ofício (1ª e 2ª vias) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os novos caminhos abertos por mar entre São Paulo e Rio de Janeiro, facilitando a comunicação entre estas duas capitanias”. 10 de novembro de 1775. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 6, doc 388.

⁶⁸ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor das ordenanças da vila de Mogi Mirim ordenando que se conserte os caminhos de Cubatão, Sapucaí e Calção de Couro.” 19 de março de 1783. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 82.

⁶⁹ Sobre a construção do caminho e, principalmente, sobre a região de Cubatão desde princípios do século XVI até fins do XIX, veja-se Inez Garbuio Peralta. *O Caminho do Mar. Subsídios para a História de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.

⁷⁰ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara da vila de São Sebastião dando seu parecer sobre a abertura de um caminho para a região de serra acima”. 9 de julho de 1784, e “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Jacareí para que se faça abrir o caminho novo que há de encontrar com o que vem da vila de São Sebastião”. 17 de fevereiro de 1785. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., respectivamente, pp. 121 e 38-39.

⁷¹ Em 30 de agosto de 1799, com relação à construção de caminhos para as vilas mais afastadas da capitania, como a Ilha de Santa Catarina, d. Rodrigo de Souza Coutinho afirmava a Antonio Manoel de

1797) o caminho ligando a cidade de São Paulo à vila de Santos foi terminado e calçado. Coube a Castro e Mendonça consertar o restante do percurso, mandar calçar a praça de Cubatão (ponto de ligação entre o fim da serra e a vila de Santos) e fazer os “rascunhos necessários para se guardarem as Mercadorias que sobem, e os productos do Paiz que descem para Santos”⁷².

Se, na primeira metade do século XVIII, a construção de caminhos esteve ligada principalmente ao envio seguro dos quintos régios contra possíveis e constantes desvios, na segunda metade, o interesse voltava-se mais para o estabelecimento de estruturas que facilitassem a exportação de gêneros agrícolas⁷³. Mesmo assim, o combate aos contrabandos não deixava de ser um importante aspecto na administração da economia da capitania de São Paulo, na segunda metade do século XVIII e inícios do XIX. Em ofício de 3 de fevereiro de 1788, o secretário de Estado, Martinho de Mello e Castro, lembrava a Bernardo José de Lorena da confiança que “Sua Majestade” dispensava ao governador para que combatesse, com “toda a sua vigilancia”, os contrabandos e descaminhos na capitania⁷⁴. Em 16 de outubro do mesmo ano, Lorena respondia ao ministro afirmando que tinha tomado todas as providências e cuidados com o porto de Santos e com as estradas que ligavam São Paulo às outras capitanias⁷⁵. A grande dificuldade era cuidar da “multidão infinita de pequenos Portos, e enseadas solitárias” como as que existiam na vila de Ubatuba⁷⁶. Em janeiro de 1797, o príncipe regente mandou ao Brasil uma esquadra, composta de cinco naus de linha, três fragatas e alguns bergantins, a fim de realizar uma expedição de segurança e defesa dos domínios

Mello Castro e Mendonça que tal empreendimento era “sobre maneira Capaz não só de ser util ao Commércio, senão também sufficiente, e próprio para segurar a deffeza das Capitanias Marítimas, promovendo a sua immediata correspondência, com os Estabelecimentos e Capitanias mais centrais”. “Do dito Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre Sua Alteza Real ordenar ao General faça subir a Sua Real Prezença húa informação circunstanciada do estado, em que se acha o projetado Caminho para comunicação da Ilha de Santa Catharina com esta Capitania”. 30 de agosto de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 174.

⁷² Cf. Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. “Memória sobre os objetos mais interessantes da Cap. de S. Paulo entregue ao Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio José da Franca e Horta..., 1802”. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1964, tomo 18, p. 242.

⁷³ Cf. Paulo Pereira dos Reis. *O Caminho Nôvo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 43.

⁷⁴ “Ofício do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena sobre os contrabandos”. 3 de fevereiro de 1788. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 25, 1898, p. 69; e, cópia do mesmo documento, no vol. 45, 1924, p. 420.

⁷⁵ “Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre os contrabandos e descaminhos que ocorrem na capitania, bem como do desconhecimento de fábricas das que são proibidas”. 16 de outubro de 1788. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., p. 18.

⁷⁶ Cf. “Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao conde de Rezende, vice-rei do Brasil, sobre o contrabando que se faz do porto da vila de Ubatuba”. 16 de abril de 1795. In *Ibidem*, pp. 292-293.

portugueses⁷⁷. Nas instruções enviadas ao chefe da esquadra, Antonio Januário do Valle, considerava o secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho que seria um “grande e distinto Serviço” se fossem descobertos os lugares por onde os navios estrangeiros contrabandeavam com o interior do Brasil. Dava, ainda, plenos poderes para que o chefe da esquadra visitasse “indistintamente” embarcações estrangeiras que estivessem nas costas do Brasil⁷⁸.

A determinação era para tomar o maior cuidado com navios estrangeiros que, com o pretexto de fazerem arribadas de emergência nos portos do Brasil, comerciavam com os habitantes locais. Era o caso do navio dinamarquês chamado *Minerva* que chegou ao Rio de Janeiro, vendeu suas cargas e, também, “carregou assúcar, couros, e outras Mercadorias, para o Porto e Falmouth”⁷⁹. Alguns negociantes estrangeiros, por sua vez, projetavam descarregar por contrabando no Brasil as fazendas inglesas, anteriormente destinadas à França e proibidas por decisão do diretório executivo daquele governo⁸⁰. Outro meio, ainda, pelo qual se passou a introduzir produtos estrangeiros por contrabando no Brasil foi a falsificação dos selos da alfândega portuguesa. O governador de São Paulo deveria, então, ordenar aos juízes e administradores da alfândega da capitania que não se fiassem nos selos das fanzendas, mas que comparassem as remessas de mercadorias com as “Nottas, e Avizos, que receberem do Superintendente Geral das Alfândegas”, bem como castigar aqueles que fossem cúmplices do delito⁸¹.

Com relação às arribadas forçadas dos navios estrangeiros, a ordem era para “enfastia-los”, polidamente e sem nenhuma grosseria, com visitas regulares, rigorosas e demoradas, “acompanhadas de muitas atenções aparentes, [até] que finalmente este

⁷⁷ “Carta da rainha d. Maria I ao vice-rei do Brasil d. José de Castro, conde de Rezende, dando notícia da esquadra que mandou vir para o Brasil, e recomendando que faça cumprir todas as ordens e instruções que o comandante da expedição da mesma traz consigo.” 7 de Janeiro de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 20-21.

⁷⁸ “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho a Antonio Januario do Valle dando instruções para a expedição às costas do Brasil.” 7 de janeiro de 1797, e “Carta de Sua Magestade ao Sobredito Antonio Januario do Valle”. 7 de janeiro de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 21-28.

⁷⁹ “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre um navio dinarmques que desembarcou mercadorias e carregou outras no Rio de Janeiro e do cuidado que o governador deve tomar a fim de evitar tais inconvenientes.” 2 de janeiro de 1798. In *Ibidem*, p. 47.

⁸⁰ “Do dito Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], em que participa haver o Directorio do Governo de França prohibido a introduccão das mercadorias Inglezas etc.” 31 de março de 1798. In *Ibidem*, p. 51.

⁸¹ Cf. “Do Mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], sobre a Falcificação dos Sellos das Alfandegas etc”. 7 de outubro de 1799. In *Ibidem*, pp. 169-170.

Commércio interlopio cesse por si mesmo, a força de dar grandes perdas”⁸². Em carta de janeiro de 1801, Castro e Mendonça comunicava a d. Rodrigo de Souza Coutinho que não tinha percebido contravenções nem das embarcações “nacionais” nem das estrangeiras que nos portos da capitania entravam. Reafirmava, entretanto, que seguia atento e pronto para executar as ordens e instruções régias a esse respeito⁸³. Não obstante as convicções do governador, em setembro do mesmo ano o príncipe regente, devido às continuadas arribadas forçadas, pretexto para os navios estrangeiros entrarem nos portos do Brasil e comerciarem com eles, ordenava que se pusesse “em todo o seu rigor” o conteúdo da provisão de 8 de fevereiro de 1711 e do alvará de 5 de outubro de 1715. A provisão e o alvará, de modo geral, proibiam a entrada de navios estrangeiros nos portos do Brasil. Exceto se fossem, comprovadamente, obrigados por alguma tempestade ou falta de mantimentos, e, em tais casos, deveriam ser ajudados sem, todavia, permitir-lhes comerciar. Os navios que não tivessem justificativa plausível seriam “confiscados”, e para tanto era necessário fazer um “rigoroso exame em todos os Navios” que fossem aos portos do Brasil e verificar, de forma minuciosa, “se a cauza da arribada delles hé falça, ou verdadeira”⁸⁴.

Os navios das nações estrangeiras eram convencidos, a toda prova, a não atracarem nos portos da capitania. Já os portugueses, instigados de tal forma que, muitas vezes, algumas obrigações dos capitães dos navios eram informalmente “disfarçadas”, a fim de que se dirigissem mais vezes e em maior número aos portos da capitania. Mesmo que isso significasse, por vezes, sofrer algum abuso. Como o fez o capitão do navio Santa Rita que, tendo partido de Lisboa em direção ao porto de Santos, arribou no de São Sebastião e lá ficou com excessiva demora, sem aparente necessidade nem excusas⁸⁵. Formalmente, o comércio, não só para a capitania de São Paulo, mas para

⁸² “Do dito Secretario [de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre recomendar toda a vigilancia nas arribadas dos Navios Estrangeiros etc.” 20 de setembro de 1798. In *Ibidem*, p. 65.

⁸³ “Ofício do governador e capitão general de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que, nos portos desta capitania, não tem chegado contrabando de navios estrangeiros ou nacionais, e que está pronto para efetuar qualquer diligência a fim de fazer a devida arrecadação à Junta da Fazenda Real.” 21 de janeiro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 16, doc 813.

⁸⁴ “Carta de Sua Alteza Real sobre os Contrabandos e o mais que abaixo se declara”. 2 de setembro de 1801. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 244-245.

⁸⁵ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao juiz-de-fora da vila de Santos doutor Marcelino Pereira Cleto informando que recebeu a carta na qual se lhe participava a demora do Navio Santa Rita no porto da vila de São Sebastião.” 3 de outubro de 1785, e “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de São Sebastião Manoel Lopes da Ressureição informando que recebeu a carta na qual se lhe participava a demora do Navio Santa Rita no

todo o Brasil, vinha sendo facilitado desde as primeiras décadas do reinado de d. José I. As leis, os alvarás e decretos isentaram dos direitos de entrada e saída, ou qualquer emolumento, gêneros como o arroz e o anil⁸⁶. De quebra, desde setembro de 1765, sucessivos alvarás aboliram as frotas e esquadras para as capitanias do Brasil e de outros pontos do Império, deixando livre a navegação daqueles que quisessem comerciar⁸⁷. Em abril de 1799, d. Rodrigo de Souza Coutinho informava ao governador de São Paulo que o príncipe regente, “querendo favorecer os Negociantes”, ordenava que os navios que estivessem armados de forma suficiente para a própria defesa pudessem partir dos portos paulistas sem a necessidade de fazer comboio⁸⁸.

Por um lado, os negociantes eram estimulados. Por outro, na capitania, os lavradores também o eram. Assim, “Sua Majestade” ordenava que os lavradores de São Paulo não fossem obrigados a dar negros nem carros para o serviço da Coroa a menos que fosse urgente. O mesmo com relação aos gêneros tomados para a “Fazenda Real”, que deviam ser sempre “pagos pelo preço corrente pois que assim se animão as plantações, e não se prejudica ao Povo”⁸⁹.

Além das plantações, deviam os governadores promover por todos os meios, exceptuando-se o da violência, o consumo dos produtos metropolitanos, naturaes ou manufaturados, na colônia. Os vinhos do Porto, Carcavelos, Barra a Barra, Figueira; os azeites; o sal; o vinagre; as manufaturas de seda, lã, linho e “trastes de Luxo, trabalhados em Lisboa ou no Porto”⁹⁰. Preocupando-se sempre em “animar e favorecer a Agricultura, e o Commercio, afim de que haja a maior extracção dos fructos dessa

porto da vila de São Sebastião, e ordenando que o capitão-mor mandasse o dito navio partir imediatamente para seu porto de destino.” 3 de outubro de 1785. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 172-173.

⁸⁶ Sobre o arroz: Decretos de 1º de julho de 1761 e de 18 de maio de 1773. Cf. Antonio Delgado da Silva. *Coleção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordens*. Lisboa, 1830-1844, 6 vols, respectivamente, suplemento aos anos de 1750-1762, pp. 814-815, e suplemento aos anos de 1763-1790, p. 301. Sobre o anil: Alvará de 9 de julho de 1764. Cf. João Pedro Ribeiro. *Índice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filippino com hum Appendice*. 7 vols. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1805-1820, vol. 2, p. 66.

⁸⁷ Entre eles, os de 10 e 27 de setembro de 1765. Cf. Antonio Delgado da Silva. *Coleção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordens*, op. cit., legislação de 1763-1774, pp. 221-222 e 402-403.

⁸⁸ “Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], amplexando o poderem sahir os Navios sem Comboy” 15 de abril de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 147.

⁸⁹ “Do mesmo [secretario de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre várias providencias dos Governos” 1º de outubro de 1798. In *Ibidem*, pp. 68-70.

⁹⁰ “Do referido Secretário d’Estado sobre procurar augmentar nesta Capitania o uzo, e consumo de todas as Produçoens, naturaes e o mais que abaixo se declara”. 24 de julho de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 40-41.

Capitania”⁹¹, e o envio deles para Portugal. De um lado, a colônia enviava os mais variados gêneros agrícolas para os portos do reino, de outro, seguiria consumindo os produtos metropolitanos, em especial as manufaturas.

No famoso alvará de 5 de janeiro de 1785, em que d. Maria I proibia as manufaturas têxteis nas capitanias do Brasil, estava claro o intuito de “resguardar condições para o incremento da indústria metropolitana portuguesa”⁹². Esse intuito, no entanto, já fora afirmado durante a regência de d. José I e o ministério do marquês de Pombal. Em 1765, o morgado de Mateus, entusiasmado com a possibilidade de crescimento da produção de algodão, informava a Sebastião José de Carvalho e Mello que mandara trazer do Rio de Janeiro “mestres tecelões” para estabelecer uma fábrica na capitania paulista⁹³. O conde de Oeiras respondia ao governador que o rei ficara ciente da informação de que tinha dado início a uma “Fabrica de Algoduens” na vila de Santos, “e o mesmo Senhor manda participar a Vossa Senhoria, que será melhor suspender esta, e as mais manufaturas, e promover a Lavoura, porque a Política de todas as Nações tem estabelecido receber das Colônias Ultramarinas os Frutos, e Materiaes Crus, assim como as Terras os produzem para serem Lavrados, e dirigidos na Europa, e se Remetterem depois della as Manufacturas; por cujo principio se deve Vossa Senhoria applicar a promover com grande força a lavoura do Algodão para ser aqui transportado em Rama”⁹⁴.

É claro que *exportar* não significava tão-somente enviar as produções para a Metrópole. Os mapas de exportação de São Paulo para outras capitanias comprovam isso⁹⁵. Entretanto, é preciso “desbastar”, como ensinava Caio Prado Jr., do “cipoal” de eventos e dados aquilo que dá *sentido* a determinado objeto⁹⁶. A própria Coroa portuguesa incitava um livre comércio entre as capitanias, uma vez que isso significava desenvolver a produção delas, estimular o comércio de modo geral, e abastecê-las de

⁹¹ “Do mesmo Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre participar haver subido á Real Presença de Sua Magestade as Cartas de Officio, que decorrem de N.º 7 até N.º 37 etc. etc.” Post. outubro de 1797. In *Ibidem*, pp. 97-102.

⁹² Fernando Antônio Novais. “A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII”. In Fernando Antônio Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 80. Há cópia do alvará às pp. 81-82 da mesma obra.

⁹³ Ernani Silva Bruno. *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966, p. 94.

⁹⁴ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza informando que fez presente ao rei o fato de estar principiando em Santos uma fábrica de algodão, ao que ordena que a suspenda, deixando para as colônias ultramarinas só a promoção das lavouras”. In *Arquivo do Estado de São Paulo*, Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169.

⁹⁵ Cf. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 244-245, docs. 21-24.

⁹⁶ Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 13.

víveres essenciais à subsistência⁹⁷. Uma análise que supervalorize o mercado interno pode ofuscar o fato de que o primeiro meio pelo qual a agricultura da capitania de São Paulo passou de uma economia de abastecimento da colônia para uma de exportação não foi a mera vontade de seus governadores nem apenas a *luz* própria deles. É preciso ressaltar a importância desses administradores em tal empreendimento sem, entretanto, esquecer que havia ordens expressas da Metrópole para que se desenvolvesse esse tipo de agricultura na capitania. O *sentido* do estabelecimento de uma agricultura de exportação é enviar produtos para Portugal, e não para o mercado interno. Isso não quer dizer que não existisse um mercado interno, mas que o *sentido* dessa economia que passa a ser estabelecida em São Paulo, nunca é demais repetir, é o envio de produtos para a Metrópole. Caso contrário, com perdão do trocadilho, desenvolvê-la não faria sentido⁹⁸.

A relação de Portugal com o fomento agrícola no Brasil, e a imbricação, na ação governamental, de questões ligadas a agricultura, indústria e comércio já estavam, como vimos, evidentes nas políticas do período pombalino, sendo continuadas e incrementadas nos ministérios posteriores. O *novo padrão de colonização*, termo cunhado por José Jobson de Andrade Arruda⁹⁹, se insere, então, como algo que “emerge do âmago” do Antigo Sistema Colonial, do elo, portanto, entre Metrópole e colônia agora posto num novo modelo. Segundo o qual a colônia passaria, cada vez mais, a constituir-se enquanto consumidora de produtos industrializados da Metrópole e produtora, em contrapartida, de matéria-prima, víveres e gêneros a serem reexportados.

⁹⁷ Em carta ao governador de São Paulo, d. Rodrigo de Souza Coutinho declarava a respeito das informações que tinha recebido sobre algumas câmaras da capitania paulista: “Outro abuso que ahi se tem introduzido, consiste nos danos que se seguem à Agricultura, das proibições que muitas vezes fazem as Câmaras para a saída dos gêneros para fora, com o pretexto, de que senão venha a exprimentar falta na terra, sendo indubitável, que taes proibições (que só se devem pimir em caso de extrema necessidade) produzem ordinariamente todo o mal, sem fazerem bem algum, quando pelo contrário a inteira e livre circulação de todos os gêneros, e a segurança de hum mercado, onde os preços só dependem da concorrência, são os melhores meios de procurar huma segura abundância.” “Do mesmo [secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre várias providencias dos Governos”. 1º de outubro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 68-70.

⁹⁸ Análise, já bastante conhecida, que supervaloriza o mercado interno encontra-se em João Fragoso. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 2ª. edição (1ª. edição de 1992). Para uma boa crítica à obra e, principalmente, à análise quantitativa do autor, veja-se Maximiliano Mac Menz. *Entre dois impérios : formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado, especialmente, pp. 110-118.

⁹⁹ Cf. José Jobson de Andrade Arruda. “Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII” . In *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (7 a 12 de Julho de 1997). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 3, pp. 213-228.

Tendo isso em mente, é possível entender o papel que teve São Paulo a partir da segunda metade do século XVIII, bem como as reformas empreendidas na capitania.

Ouro Branco

Ter engenho, mesmo que ele não fosse de grande porte¹⁰⁰, era privilégio de poucos. Nas palavras de Pedro Calmon, em sua *História do Brasil*: “Não tinha engenho quem queria, como um canavial, que alguns escravos, em terra boa, plantavam facilmente; mas quem podia, como propriedade, que correspondia a riqueza, espírito organizador, autoridade”¹⁰¹. Os dados de recenseamento feito em vilas e freguesias durante o governo do morgado de Mateus comprovam que a concentração de riqueza da capitania estava nas mãos de algumas famílias. Alice Canabrava, em artigo intitulado *Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67*, trabalhou com números que englobam 72,03% da população estimada para o ano de 1766, e 74% de suas famílias¹⁰². Como podemos notar (Tabela 3), o coeficiente de C. Gini¹⁰³ da população que possui alguma riqueza declarada varia de 0,60 a 0,78. Já o coeficiente da população total (com riqueza declarada e sem nenhuma riqueza) oscila entre 0,75 e 0,93. A análise destes dados permitiu a Canabrava concluir: “Estamos, portanto, em presença de uma tendência bem caracterizada, comum a todas as populações da capitania de São Paulo em 1765-67, quanto à estrutura da distribuição de riqueza, que se caracteriza por alto grau de concentração”¹⁰⁴. Diferentemente da autora, entretanto, que encarava essa característica como evidência da decadência da capitania paulista, interpretamos tais dados como indicativos da constituição de uma elite local,

¹⁰⁰ Sobre os diferentes tipos de engenho, Cf. Ruy Gama. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1983, pp. 86 e seguintes.

¹⁰¹ Pedro Calmon. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, 2ª edição (1ª edição de 1946), vol. 2, p. 355. Sobre a complexidade da organização de um engenho, observa Vera Lucia Amaral Ferlini: “O engenho apareceu como conjunto produtivo peculiar, novo, onde as atividades necessárias para a transformação da cana em açúcar foram organizadas segundo critérios de ordem, hierarquia, especialização, seqüência e disciplina”. In *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Editora Brasiliense / CNPq, 1988, p. 104.

¹⁰² Alice P. Canabrava. “Uma Economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67”. In Idem. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: HUCITEC / UNESP / ABPHE, 2005 (artigo publicado originalmente em 1972), pp. 169-202.

¹⁰³ De maneira resumida, o coeficiente de Corrado Gini (1884-1965) implica em demonstrar a concentração (desigualdade) e distribuição (igualdade) de qualquer variável (entre 0 e 1). No caso estudado, quanto mais próximo de 1, maior é o nível de concentração da riqueza, por conseguinte, quanto mais próximo de 0, maior é sua distribuição.

¹⁰⁴ Idem, ibidem, p. 188.

concentradora da maior parcela da riqueza da capitania, contraposta a uma população de pequenos lavradores, prestadores de serviços, vadios, mendigos, etc., o que, feitas as devidas ressalvas, não era incomum nas outras capitanias do Brasil.

Tabela 3 - Coeficiente de C. Gini da riqueza em vilas e freguesias da capitania de São Paulo (1765-1767)

Localidades	Coeficiente de C. Gini (população com riqueza)	Coeficiente de C. Gini (população total)
São Paulo	0,74	0,88
Santo Amaro	0,61	0,75
Cotia	0,70	0,87
Nazaré	0,60	0,81
Guarulhos	0,75	0,83
Juqueri	0,67	0,78
Sorocaba	0,74	0,89
Itu	0,78	0,88
Parnaíba	0,68	0,87
Jundiaí	0,73	0,83
Mogi-Mirim	0,66	0,80
Mogi-Guaçu	0,66	0,76
Taubaté	0,76	0,91
Guaratinguetá	0,69	0,88
Jacareí	0,77	0,93
Mogi das Cruzes	0,70	0,84
Pindamonhangaba	0,70	0,90
Santos	0,78	0,89
São Sebastião	0,76	0,91
Ubatuba	0,61	0,84

FONTE: Alice P. Canabrava. "Uma Economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765-67". In Idem. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: HUCITEC / UNESP / ABPHE, 2005, p. 187.

Os elementos apresentados por Alice Canabrava, em suma, demonstram que a concentração da riqueza da capitania de São Paulo, no momento de sua restauração, estava em poder de poucas famílias, de uma elite local. Elite local, é bom ressaltar, que estava tão longe de ser comparada, em termos de quantidade de riqueza, às grandes produtoras de açúcar do Nordeste como de ser associada à mera agricultura de subsistência.

Embora o processo de mercantilização de São Paulo, como já apontamos, seja anterior à descoberta das minas e ao comércio de abastecimento com as capitanias extratoras de metais preciosos¹⁰⁵, a partir de aí é possível verificar significativo desenvolvimento das estruturas tanto econômicas como sociais da capitania. Na fase

¹⁰⁵ Cf. Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, op. cit., p. 125.

mais importante da extração aurífera (1690-1765), como já indicamos, a população paulista mais que quadruplicou¹⁰⁶. A expansão do mercado teve tal fôlego que surgiram no Oeste paulista, já nesse período, áreas produtoras de açúcar para o abastecimento das minas. Foi esse negócio de abastecimento, aliás, que permitiu que uma parcela da população acumulasse riqueza suficiente para, na segunda metade do século XVIII, pôr em prática uma agricultura não mais de abastecimento mas visando o mercado externo.

Já em 1950, Alfredo Ellis Jr. levantava a hipótese de que a produção açucareira de São Paulo, no século XVIII, teve início por conta da demanda de suas regiões vizinhas, especialmente as áreas mineradoras, que, mandassem esse açúcar vir do nordeste, por exemplo, o custo do transporte – animais, fretes, etc. – seria tão alto que “se tornaria proibitivo”¹⁰⁷. Enunciava, assim, o “ciclo do açúcar”, ou o “pequeno ciclo do açúcar”, iniciado por volta de 1760 e findado em meados de 1860. Trabalhando, ainda, com a idéia de ciclos, o autor associava o “ciclo do açúcar” ao “ciclo do luar” (1729-1875), indispensável tanto para o transporte da produção agrícola como para a ampliação do comércio paulista, principalmente em Sorocaba, onde existiam feiras para venda desses e de outros animais¹⁰⁸. Ellis detectava cinco principais mercados consumidores do açúcar paulista: as “Gerais”; Goiás; Mato Grosso; o sul do Brasil; a Europa e o Prata, via porto de Santos. Além da população local, os consumidores do açúcar da capitania de São Paulo, em 1780, totalizariam, segundo o autor, meio milhão de pessoas¹⁰⁹. Porque voltava os olhos para São Paulo e, mais ainda, para o mercado de abastecimento, o autor apontava como fator “causador” do desenvolvimento de caminhos ligando o planalto ao litoral a própria produção açucareira (“superprodução”), que, ampliada principalmente pela venda às regiões das minas e ao sul do Brasil, necessitava de escoamento para outros polos. Nesse sentido, considerava que a “calçada do Lorena”, por exemplo, não

¹⁰⁶ Cf. Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, op. cit., p. 71.

¹⁰⁷ Alfredo Ellis Jr. ; e Myriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*, op. cit., pp. 99-100. A esse respeito ver as considerações, no mesmo sentido, de Mafalda P. Zemella. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC: Edusp, 1990, 2ª edição (1ª edição de 1951), pp. 59-60.

¹⁰⁸ Sobre o comércio de gado em Sorocaba, veja-se Maria Thereza Schorer Petrone. *O Barão de Iguape. Um empresário na Época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, principalmente, pp. 102-123. Para um importante estudo sobre a vila de Sorocaba no século XVIII e XIX, veja-se Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e Sobreviver em uma vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

¹⁰⁹ Alfredo Ellis Jr. ; e Myriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*, op. cit., pp. 102-104.

era senão “mera consequência fatalizada pelo açúcar paulista”¹¹⁰. A “teimosia” paulista em se isolar¹¹¹ funcionava como explicação para o fato de, segundo Ellis, a capitania “quase não” exportar “o produto para regiões de além-mar”¹¹².

Um ano após a publicação da primeira edição do livro de Ellis Jr., Mafalda Zemella, sua orientanda, apontou dois tipos de personagens na São Paulo após a descoberta das minas: aquele que, sonhando com o lucro rápido da extração, só pensava no caminho de ida para a região aurífera; e, o outro, que pensava na ida e na volta, eram os “mercadores, tropeiros, comboieiros e boiadeiros” interessados no mercado de abastecimento das regiões mineradoras¹¹³. Com a proibição da construção de engenhos naquelas regiões, os paulistas concorriam com o açúcar e com a aguardente produzida no Rio de Janeiro¹¹⁴. O porto de Santos passou a ter sua importância ampliada, já que era o meio pelo qual se fazia o comércio das minas com a Europa; por ele entravam mercadorias que iam desde artigos de vestuário até escravos africanos¹¹⁵. Contudo, em 1725 estava finalmente terminado o “caminho novo” que ligava o porto do Rio de Janeiro a Minas Gerais, fazendo concorrência com Santos. A descoberta de minas nas regiões de Mato Grosso e Goiás, segundo Zemella, garantiram o comércio e a continuidade da produção açucareira da capitania de São Paulo¹¹⁶.

Na década de 60 do século XX, no premiado ensaio de Ernani Silva Bruno, o renascimento da cultura canavieira em São Paulo era datado dos anos 1750-1760. Mesmo considerando que o período de 1730 a 1775 caracterizou-se pelo declínio da produção agrícola paulista¹¹⁷, o autor apontava evidências da cultura canavieira bem como da construção de engenhos na região de serra-acima. Mais ainda, evocava a carta de 1767, na qual o morgado de Mateus referia-se ao açúcar de Itu, mais barato por ser

¹¹⁰ Alfredo Ellis Jr. ; e Myriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar*, op. cit., pp. 131-137.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 131.

¹¹² Idem, ibidem, p. 143.

¹¹³ Mafalda P. Zemella. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*, op. cit., p. 55.

¹¹⁴ “Tais produtos entravam nas Gerais pelo vale do Camanducaia e pelo morro de Gravi. Com o tempo, a produção foi aumentando e as lavouras de cana se alastrando pela zona onde hoje ficam as cidades de Jundiá, Campinas, Itu, Capivari, Porto Feliz, Piracicaba, etc.” Idem, ibidem, pp. 59-60, nota 64.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 61.

¹¹⁶ Idem, ibidem, p. 63. Ilana Blaj, apontando os caminhos “novo” e “velho” como principais abastecedores das regiões do planalto paulista e extratoras de ouro, considerou o “entrecruzamento” deles como fator da “expansão da teia mercantil paulistana”. Mais ainda, afirmou que “os arrendamentos dos contratos e dos direitos de passagem tornaram-se cada vez mais rentáveis, sendo monopolizados nas mãos da elite local”. *A trama das tensões*, op. cit., p. 276.

¹¹⁷ Ernani Silva Bruno. *Viagem ao País dos Paulistas*, op. cit., p. 90.

produzido em engenhocas¹¹⁸. Entretanto, a grande produção açucareira paulista só começaria, segundo Silva Bruno, em meados de 1775¹¹⁹.

É necessário não desconsiderar, pura e simplesmente, os trabalhos ditos *tradicionais*, pois eles revelam pontos importantes para novas pesquisas. Esse é o caso das obras supracitadas. Há questões abordadas com as quais a historiografia não trabalha mais. Como, por exemplo, a idéia de ciclos de Alferdo Ellis Jr. No entanto, a exposição que ele fez desses ciclos sobreleva aspectos a serem considerados na economia paulista. A hipótese que nos toca, destacada por esses autores, é a de que a produção de açúcar da capitania de São Paulo, mesmo antes de 1765, toma certo impulso por conta de um comércio de abastecimento das capitanias vizinhas.

De aí, tiramos duas conclusões. Em primeiro lugar, que foi por meio desse comércio, tanto de açúcar como de outros gêneros, que uma parte dos habitantes da capitania conseguiu acumular algum cabedal. Depois, que a produção açucareira de São Paulo, pós-restauração de 1765, não começa do nada, mas de experiências anteriores que tomam, a partir de então, nova proporção e dinâmica.

Dois períodos são decisivos nessa nova fase da agricultura açucareira em São Paulo: um, é o ano de 1765 e os esforços do morgado de Mateus em desenvolver a agricultura a tal nível que chegasse a ser um “empreendimento visando o mercado mundial”¹²⁰; o outro, é o governo de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, até 1802, marco da consolidação da lavoura canavieira e da produção de açúcar para o mercado externo. Dos inúmeros produtos exportados por Santos e Rio de Janeiro, principais ports escoadouros do açúcar paulista, o “açúcar branco” foi o artigo que teve maior saída, para ambos os ports, durante os anos de 1796 e 1811¹²¹. Aliás, o “açúcar branco”, segundo José Jobson Arruda, era “um dos principais produtos brasileiros na reexportação metropolitana”¹²².

As áreas produtoras de açúcar em São Paulo localizavam-se no litoral e em duas diferentes áreas da chamada região de *serra-acima*. Os grandes produtores do litoral eram Ubatuba e São Sebastião. Na primeira área de *serra-acima*, o gênero foi fabricado

¹¹⁸ Ernani Silva Bruno. *Viagem ao País dos Paulistas*, op. cit., p. 92. As cartas citadas por Silva Bruno encontram-se em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 23, p. 385 e vol. 67, p. 19.

¹¹⁹ Idem, ibidem, pp. 105-131.

¹²⁰ Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., p. 12.

¹²¹ Cf. José Jobson de A. Arruda. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 184 e p. 271.

¹²² Idem, ibidem, p. 355.

principalmente em Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cunha e São Luís do Paraitinga. Essa região não foi grande produtora de açúcar porque aí existiam outros tipos de plantação, ou seja, “a cana de açúcar não monopolizou todas as forças dessa área”¹²³. Já o chamado “quadrilátero do açúcar”, segunda área de serra-acima, e a mais considerável produtora de açúcar da capitania, abrangia as vilas de Sorocaba, Itu, Porto Feliz, Piracicaba, Mojmirim, Jundiaí e Campinas¹²⁴. Em outras áreas, fora desse “quadrilátero”, desenvolveu-se alguma produção do gênero, por exemplo, “Atibaia, Bragança, os arredores de São Paulo e Parnaíba”¹²⁵.

Cá está, em linhas gerais, a divisão geográfica da produção açucareira de São Paulo apresentada, em 1968, por Maria Thereza Petrone. Julgamos que ela ainda é válida e que, diga-se de passagem, o trabalho de Petrone, assim como o de Suely Robles de Queiroz¹²⁶, permanece um dos mais importantes estudos sobre a cultura do gênero na capitania de São Paulo. Não obstante, entendemos que, nesse agrupamento, valha destacar, além do “quadrilátero do açúcar” salientado por Petrone, um segundo quadrilátero, cuja produção, com efeito, era bastante inferior à do primeiro. Das dez maiores produtoras no ano de 1799 – para o qual temos mais dados –, seis concentravam-se no primeiro, duas no segundo, e duas situavam-se fora dos quadriláteros. Vale lembrar que essa divisão é utilizada porque facilita a análise da geografia da produção açucareira em São Paulo; à época, a capitania era separada em duas zonas, serra-acima (englobando o que, atualmente, chamamos de Oeste e de vale do Paraíba) e litoral. Temos, então, em serra-acima, os dois quadriláteros, mais Parnaíba, Jacareí, Mogi das Cruzes e Itapetininga, conjunto de vilas do qual a única com volume considerável era a primeira. No litoral, sobrelevamos especialmente São Sebastião, com uma das maiores produções do ano. Porque não trabalhamos com dados do século XIX, fizemos uma pequena modificação na rota do primeiro quadrilátero, formulado por Petrone, e não consideramos Mogi Guaçu, região da qual se tem notícia de engenhos em 1819¹²⁷; no seu lugar, apontamos como marco a vila de Mojmirim¹²⁸. Outro aspecto a

¹²³ Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 39.

¹²⁴ Petrone chama de “quadrilátero do açúcar” a área formada por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. Idem, ibidem, p. 41.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 53.

¹²⁶ Suely Robles Reis de Queiroz. “Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo 21. São Paulo: Museu Paulista / USP, 1967, pp. 241-262.

¹²⁷ Cf. Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., p. 51.

¹²⁸ A idéia desse quadrilátero foi originalmente formulada por Caio Prado Jr., que, ao tratar do “crescimento” da população de São Paulo em fins do século XVIII, indicava importante região da

levar em conta é a divisão administrativa. Das regiões que compõem a geografia açucareira da capitania (Mapa 2), todas são vilas, exceção feita à freguesia de Piracicaba¹²⁹, que fazia parte da vila de Itu, mas aparece sozinha nos quadros e mapas das produções de açúcar elaborados na época.

Mapa 2 - Geografia da produção açucareira na capitania de São Paulo (1799)

FONTE: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 243, doc. 20.

capitania onde se produzia açúcar: “Tal crescimento se verifica particularmente na área central da capitania, entre os rios Mogi, Piracicaba e Tietê, grosseiramente o quadrilátero compreendido entre as vilas de Mogí-guassú, Jundiaí, Porto Feliz e Piracicaba (esta ainda simples freguesia)”. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, op. cit., p. 75.

¹²⁹ Sobre a importância da freguesia de Piracicaba como produtora de açúcar, veja-se Maria Thereza Schoper Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., p. 47-49.

O primeiro quadrilátero concentrava a primeira, a terceira e a quarta maiores produtoras no ano de 1799 (Tabela 4 e Mapa 3); o segundo, a quinta do ano, além de vilas com menor volume de açúcar. No mesmo ano, a soma da produção do primeiro quadrilátero totalizava 136.991 arrobas, a do segundo, 16.458, perfazendo, junto com as outras regiões, 153.449 para serra-acima. Da marinha, a vila de São Sebastião deve ser observada, já que teve produção da ordem de 39.893 arrobas, a segunda maior da capitania. O caso de São Sebastião atesta a importância de uma análise que leve em conta o conjunto da produção paulista.

Tabela 4 - Maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo (1799)

	vilas	arrobas (mil)
Q1	Itu	73,51
	S. Sebastiao	39,89
Q1	Porto Feliz	30,67
Q1	Campinas	16,88
Q2	Guaratinguetá	9,09
Q1	Sorocaba	5,74
Q1	Jundiaí	4,75
	Parnaíba	4,68
Q1	Mojimirim	3,53
Q2	Lorena	2,96
Q1	Piracicaba	1,92
Q2	Paraitinga	1,40
Q2	Pindamonhangaba	1,29
Q2	Taubaté	1,05
Q2	Cunha	0,66

Q1 = primeiro quadrilátero

Q2 = segundo quadrilátero

Fonte: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 243, doc. 20.

Mapa 3 - Geografia dos maiores produtores de açúcar da capitania de São Paulo (1799)

FONTE: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 243, doc. 20.

Tendo como base os mapas de engenhos da região de serra-acima entre 1793 e 1799¹³⁰, é possível tecer algumas observações sobre a produção açucareira do período. Um primeiro aspecto a ser notado diz respeito à evolução do quadro das regiões produtoras do gênero (Tabela 5). Nota-se que Itu fabricou sempre a maior quantidade dele. Dezoito vezes mais do que a segunda maior produtora em 1793, até duas vezes mais em 1799; ao passo que o volume de açúcar das outras vilas ia crescendo, a

¹³⁰ Para os dados ref. ao período de 1793-1798, que utilizamos nas tabelas, mapas e gráficos que seguem, exceto quando houver indicação em contrário: “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 14, doc 698. Para o período de 1799: *Anais do Museu Paulista*. Tomo 15. São Paulo: Museu Paulista, 1961, p. 243, doc. 20. Conhecemos apenas a publicação do “Resumo Geral dos Engenhos”, cruzando os documentos citados, feita por Corcino Medeiro dos Santos. O autor indica a publicação de todos os mapas na obra do Prof. Amaral Lapa, intitulada *Campinas Colonial*. A obra, entretanto, ao que parece, nunca veio a lume. Cf. Corcino Medeiro dos Santos. “Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico do Departamento Artístico-Cultural da Secretaria Municipal da Prefeitura do Município de São Paulo, 1974, vol. 186, ano 37, p. 158.

diferença entre Itu e elas diminuía, todavia não deixava de ser considerável. É interessante apontar, também, que no ano de 1793 Sorocaba, cuja economia era centrada principalmente no comércio de gado, foi a segunda maior produtora de açúcar, e, até 1797, estava entre as quatro maiores da região¹³¹. Outro aspecto a se destacar é o processo de ascensão da produção de Guaratinguetá, passando de sexto a quarto lugar, entre 1794 e 1799.

Tabela 5 - Evolução do quadro da produção açucareira dos dois quadriláteros do açúcar mais a vila de Atibaia (1793-1799)

	1793	1794	1795	1796	1797	1798	1799
1º	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu
2º	Sorocaba	Porto Feliz	Campinas	Porto Feliz	Porto Feliz	Porto Feliz	Porto Feliz
3º	Campinas	Campinas	Porto Feliz	Campinas	Campinas	Campinas	Campinas
4º	Porto Feliz	Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	Guaratinguetá	Guaratinguetá
5º	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí	Guaratinguetá	Sorocaba	Sorocaba
6º	Lorena	Guaratinguetá	Guaratinguetá	Guaratinguetá	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí
7º	Pindamonhangaba	Lorena	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim	Mojimirim
8º	Mojimirim	Mojimirim	Lorena = Piracicaba*	Lorena	Lorena	Lorena	Lorena
9º		Atibaia	Atibaia	Piracicaba	Paraitinga	Paraitinga	Piracicaba
10º		Cunha	Cunha	Pindamonhangaba	Piracicaba	Pindamonhangaba	Paraitinga
11º				Cunha = Taubaté*	Pindamonhangaba	Piracicaba	Pindamonhangaba
12º					Taubaté	Taubaté	Taubaté
13º					Cunha	Cunha	Cunha
14º					Atibaia	Atibaia	

* produziram o mesmo volume de açúcar

Ainda com base nos mapas de engenhos, é possível notar a curva¹³² tanto da produção como do número de engenhos da capitania de São Paulo no período. Os dados da *Evolução do Crescimento* (Tabela 6) associados ao gráfico do *Número de Engenhos e Produção* (Gráfico 1) da região de serra-acima permitem acompanhar o desenvolvimento e a consolidação da produção de açúcar, caracterizada por um crescimento contínuo.

¹³¹ Sobre a produção açucareira na vila de Sorocaba, veja-se Adilson Cezar. *Notas para a Lavoura Canavieira em Sorocaba*. São Paulo: Fundação Dom Aguirre, 1984, especialmente, pp. 43-67.

¹³² Vale lembrar que, como os dados não são absolutamente confiáveis, mais ainda por termos encontrado muitas diferenças nas somas dos diferentes “Mapas” das vilas de serra-acima, aquilo que mais interessa é a *curva*, ou seja, não precisamente os números, mas a notável evolução da produção e do número de engenhos.

Tabela 6 - Evolução do crescimento de engenhos e da produção de açúcar na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1793-1799)

Anos	Engenhos	Arrobas de Açúcar
1793	79	41.708
1794	103	52.402
1795	134	58.439
1796	210	80.870
1797	272	102.789
1798	359	124.759
1799	433	153.449
Crescimento total	548%	368%

Gráfico 1 - Número de engenhos e produção de açúcar da região de serra-acima (1793-1799)

Outra análise possível de ser feita diz respeito à utilização da mão-de-obra. Maria Thereza Petrone destacou a dificuldade de tirar conclusões sobre a produtividade dos escravos nos engenhos paulistas “somente com os dados numéricos referentes à produção e ao número de trabalhadores”. A justificativa é o fato de que havia nas fazendas de São Paulo cultura de outros gêneros concomitantemente com a produção de açúcar¹³³. De fato, se observarmos os dados dos mapas de engenhos da capitania, veremos que a maior quantidade de escravos para o período de 1793 a 1798 é de 78 cativos para o engenho de Salvador de Oliveira Leme, de Sorocaba, cuja produção variava entre 20 e 60 arrobas anuais. O maior produtor de açúcar do ano de 1798 foi José Manuel de Mesquita, de Itu, que possuía 73 escravos e produziu naquele ano 2.800 arrobas de açúcar, ou seja, 46 vezes mais do que Salvador de Oliveira Leme. Na mesma vila de Itu, o engenho de Estanislão de Campos, com 72 escravos, produziu 1.600 arrobas de açúcar no ano de 1798, quase a metade da produção de José Manuel de Mesquita. Aliás, os dez sujeitos que possuíam o maior número de escravos não são os mesmos dez maiores produtores de açúcar no ano de 1798. Os primeiros, dividem-se entre as vilas de Sorocaba, Itu, Paraitinga e Campinas; os segundos, concentram-se todos na vila de Itu (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7 – Os dez maiores proprietários de escravos na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)

Nome	Vila	Escravos	Arrobas Produzidas
Salvador de Oliveira Leme	Sorocaba	78	55
José Manuel de Mesquita	Itu	73	2.800
Estanislão de Campos	Itu	72	1.600
Joaquim Jose de Almeida	Sorocaba	66	1.500
José do Amaral Gurgel	Itu	65	2.000
José Ferreira de Castilhos e José Faustino de Alvarenga (em sociedade)	Paraitinga	63	1.400
Vicente da Costa Taques Goes	Itu	57	1.500
Bárbara Dias Leite	Itu	54	220
Antonio Ferraz de Campos	Campinas	53	1.520
Antonio Ferraz Pacheco	Itu	51	1.590

¹³³ Maria Thereza Schorer Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo. Expansão e Declínio (1765-1851)*, op. cit., p. 113.

Tabela 8 – Os dez maiores produtores de açúcar na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)

Nome	Vila	Escravos	Arrobas Produzidas
José Manuel de Mesquita	Itu	73	2.800
Antonio de Barros Penteado	Itu	40	2.500
Maria Dias Leite	Itu	36	2.400
Vicente do Amaral Campos	Itu	23	2.100
José do Amaral Gurgel	Itu	65	2.000
Josefa de Goes	Itu	50	2.000
Estanislão de Campos	Itu	72	1.600
José de Goes Pacheco	Itu	32	1.600
Antonio Ferraz Pacheco	Itu	51	1.590
Bento Dias Pacheco	Itu	33	1.550

É evidente que se considerarmos os dados totais por vilas perceberemos que as três maiores produtoras de açúcar (Itu, Porto Feliz e Campinas) no ano de 1798 são também as vilas com maior número de escravos. No entanto, nas outras, cuja produção é bastante inferior, se comparada a essas três, a relação da produção de açúcar com o número de escravos não é equivalente (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 - Produção de açúcar (em arrobas) na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)

Gráfico 3 - Número de escravos na região de serra-acima da capitania de São Paulo (1798)

Como vimos (Tabela 6), o aumento do número de engenhos na região de serra-acima foi de 548% e o da produção apenas, se comparado a este, de 368%. Porque o volume da produção não acompanhou o número de engenhos estabelecidos na capitania? Em primeiro lugar, em razão da baixa produtividade dos engenhos. Em 1798, dos 329 engenhos que fizeram açúcar no ano, apenas 7 produziram entre 2.000 e 2.800 arrobas; 36, entre 1.999 e 1.000 arrobas; e aproximadamente 87% dos engenhos produzia menos de 1.000 arrobas do gênero (Tabela 9). Para se ter uma idéia, se compararmos com a produção baiana no século XVIII, o fenômeno fica ainda mais evidente. Em 1786, a Bahia produziu aproximadamente três vezes mais do que a capitania toda de São Paulo em 1798¹³⁴. Todavia, São Paulo tinha 417 engenhos, enquanto a Bahia, 150. A média de arrobas de açúcar produzido por engenho na capitania baiana era 2.667, na paulista, apenas 300. Ainda no que diz respeito à produtividade da capitania, na vila de Itu, maior produtora de açúcar de São Paulo, dos 103 engenhos existentes, somente 32 deles davam conta de mais de 70% da produção total no ano de 1798 (Tabela 10).

¹³⁴ Em 1786, a produção baiana foi de 400.000 arrobas de açúcar, a paulista, em 1798, 152.840 arrobas. Os dados da produção da Bahia estão em Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1ª edição estadunidense de 1985), p. 150. Os de São Paulo, em *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, tomo 15, p. 243, doc. 20.

Tabela 9 - Produtividade dos engenhos de açúcar da região de serra-acima (1798)

produção (@)	Nº. de engenhos
entre 2.800 e 2.000	7
entre 1.999 e 1000	36
entre 999 e 100	194
menos de 100	92
total	329

Tabela 10 – Produtividade dos engenhos de açúcar da vila de Itu (1798)

	Nº. de engenhos	produção (@)	% da produção total
	32	45.631	70,6
	71	18.980	29,4
total	103	64.611	100

Explicação que dá conta da baixa produtividade dos engenhos paulistas, e, também, da pouca relação entre quantidade de escravos e volume de açúcar produzido anualmente, é o fato de que a produção de São Paulo não era, como já indicamos, única e exclusivamente voltada para a fabricação de açúcar. Esse aspecto é relevante para entendermos como, mesmo sendo o principal gênero da capitania nesse período, além do açúcar outras produções foram importantes. Se observarmos os mapas das cargas transportadas do porto de Santos para o de Lisboa, veremos que, depois do açúcar, há outras mercadorias exportadas em quantidades consideráveis. Peguemos, como exemplo, os gêneros carregados pelo navio Santos Mártires Triunfo do Mar, em 1797, do porto de Santos para o de Lisboa. De açúcar, somados os diferentes tipos (branco fino, branco redondo, branco batido e mascavado macho), constam 28.085 arrobas. Em seguida, há 5.002 arrobas de arroz e 2.374 arrobas de couro. O restante, em quantidades bem menores, são café, goma, anil, sola, tábuas e miudezas¹³⁵.

¹³⁵ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte”. 17 de agosto de 1797. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 683.

O tamanho das propriedades em São Paulo variava muito. No vale do Paraíba, de 8 a 14000 alqueires paulistas¹³⁶. Se comparados aos da Bahia e de Pernambuco, eram, em média, menores, assim como também o foram os do Rio de Janeiro¹³⁷. Este dado, no entanto, como já demonstrou detalhadamente Maria Thereza Petrone, não pode ser, na capitania paulista do período em pauta, relacionado à produtividade dos engenhos¹³⁸. Não eram necessariamente as maiores fazendas que produziam as mais altas quantidades de açúcar. O que reforça a idéia de uma diversificação agrícola.

Mesmo com considerável produção de víveres e outros gêneros que poderiam deslocar a mão-de-obra dos engenhos açucareiros, é possível evidenciar maior especialização da produção e aumento da mão-de-obra escrava empregada na lavoura da cana ao longo do período em pauta. Não possuímos dados que permitam calcular com precisão o crescimento do número de escravos na capitania de São Paulo em fins do século XVIII¹³⁹. Muito embora Luna e Klein usem sobretudo dados do século posterior, os censos de 1777 permitem detectar aumento da razão da masculinidade dos cativos nas regiões açucareiras, indicando alta proporção de escravos vindos de fora, em contraste aos nascidos no Brasil, em que a razão de masculinidade aparece mais equilibrada¹⁴⁰. É possível, também, no cômputo geral das regiões açucareiras, indicar crescimento dos proprietários de escravos entre fins do século XVIII e meados do XIX¹⁴¹.

Com relação ao padrão da posse de escravos é possível fazer algumas observações, tendo em conta a realidade de outras capitanias, muito embora os dados que conseguimos coligir sejam de períodos diversos. Em 1798, os 103 engenhos da vila de Itu que produziram açúcar, os 43 de Porto Feliz, e os 35 de Campinas tinham,

¹³⁶ Cf. Ana Sílvia Volpi Scott. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836): estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do Vale do Paraíba e região da capital de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987, dissertação de mestrado, p. 229. Cada alqueire paulista equivale a 24200 metros quadrados.

¹³⁷ Cf. Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, p. 347.

¹³⁸ Cf. Maria Thereza Schorer Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., pp. 59-78.

¹³⁹ Os dados referentes ao número de escravos que nos trazem os “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo” não são adequados para uma análise da sua evolução, porque alguns engenhos não indicam a quantidade de escravos que possuem, e, noutros, o número de escravos não está declarado anualmente, mas por um resumo total.

¹⁴⁰ Francisco Vidal Luna; e Herbert Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*, op. cit., p. 180.

¹⁴¹ Cf. Iraci Del Nero da Costa. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992, pp. 27-29, e, para o vale do Paraíba, entre 1779 e 1829, veja-se Ana Sílvia Volpi Scott. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836): estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do Vale do Paraíba e região da capital de São Paulo*, op. cit., p. 226.

respectivamente, um total de 2066, 767 e 531 escravos. Com média entre 20 e 15 escravos por engenhos, mediana entre 17 e 11 cativos por propriedade¹⁴², e coeficiente Gini entre 0,334 e 0,346. No Rio de Janeiro, em 1778, a média era de 36 escravos por unidade produtiva, moda¹⁴³ de 30, e coeficiente de Gini de 0,522. Na Bahia, por sua vez, ainda que “a maioria dos senhores de escravista não se dedicava à produção açucareira, e sim a outras atividades econômicas, ou viviam na zona urbana, onde a concentração de riqueza em escravos era muito menor”¹⁴⁴, os números são bem mais elevados. Em 1816-1817, nas vilas de São Francisco e de Santo Amaro, grandes produtoras de açúcar, a média estava entre 69 e 62 escravos por proprietário, com coeficiente Gini entre 0,21 e 0,3. Comparação entre as três regiões demonstra que mesmo possuindo uma produção comparativamente menor, o padrão de posse de escravos de São Paulo não diferia muito do Rio de Janeiro; e estes, conjuntamente, eram bastante diferentes ao da Bahia, com maiores produção e número de cativos. Por outro lado, “a massa de proprietário fluminenses era marcadamente mais heterogêneo do que a paulista e a baiana”¹⁴⁵, ou seja, havia poucos proprietários com grande número de escravos, o que comprova o alto valor do coeficiente Gini, enquanto na Bahia e em São Paulo a posse era mais equânime (Tabela 11).

Tabela 11 – Padrão da posse de escravos de engenhos de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (1778-1817)

Localidades (ano)	Nº. médio de escravos	Moda	Mediana	Coeficiente de Gini
Rio de Janeiro (1778)	35,98	30	-	0,522
Itu (1798)	20,05	6 e 17 (bimodal)	17	0,334
Porto Feliz (1798)	17,83	13	15	0,336
Campinas (1798)	15,17	8, 10 e 12 (trimodal)	11	0,346
V. de S. Francisco (1816-17)	69,5	-	-	0,210
V. de Santo Amaro (1816-17)	61,8	-	-	0,300

FONTE: Para Bahia e Rio de Janeiro: Iraci Del Nero da Costa. “Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, 1988, nº. 28, pp. 111-113. Para São Paulo: “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit.

¹⁴² Mediana é “o valor que divide um conjunto ao meio”. Sua vantagem, em relação à média, é que “não é sensível a valores extremos”. Alexandre Sartoris. *Estatística e introdução à economia*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 39.

¹⁴³ Moda é o valor que aparece maior número de vezes. No caso das vilas de São Paulo, como encontramos dois (bimodal) ou três (trimodal) valores com a mesma frequência de surgimento, calculamos a mediana. Para as outras capitanias não temos os dados das medianas.

¹⁴⁴ Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, p. 360.

¹⁴⁵ Iraci Del Nero da Costa. “Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, 1988, nº. 28, p. 113.

Na capitania de São Paulo, ainda que não o número de cativos não fosse alto, com o aumento da produção na ordem de 368%, é claro que a inversão de capitais deveria ser, também, cada vez maior no que diz respeito à mão-de-obra. Em 23 de abril de 1791, oficiais da câmara de Itu, dentre eles dois senhores de engenho¹⁴⁶, comunicavam, com grande satisfação, que todo mês de setembro, “ou Outubro mais ou menos”, estaria no porto de Santos uma embarcação vinda de Benguela com mais de trezentos escravos, “para ali se disporem”. A notícia fora dada a todos os moradores, para que se preparassem naquele período, a fim de encontrar “melhor comodidade” nesse comércio¹⁴⁷. A entrada regular de escravos pelo porto de Santos evidencia o desenvolvimento cada vez maior da agricultura da capitania. Se, por um lado, ganhavam os agricultores, mais especificamente os senhores de engenho, garantindo a mão-de-obra tão necessária, por outro, ganhava a Coroa com a arrecadação do imposto na alfândega de Santos¹⁴⁸. Os direitos pagos na compra dos escravos de Benguela comprovam esta relativa periodicidade do envio de cativos para a capitania de São Paulo, bem como de sua venda para as vilas de *serra-acima* (Tabela 12).

Tabela 12 - Direitos dos escravos de Benguela vendidos para serra-acima (1791-1795)

Ano	Rendimento (Réis)
1791	877.500
1792	18.000
1793	0
1794	670.500
1795	1.012.500

FONTE: "OFÍCIO (Autógrafo e Cópia) do juiz de fora e da alfândega de Santos, Sebastião Luiz Tinoco da Silva, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, informando o cálculo dos direitos cobrados, nos cinco anos pretéritos, pelos ferros e escravos, e, igualmente, as pautas que regulam a dita alfândega com relação à cobrança dos direitos referentes a gêneros importados". 28 de janeiro de 1796. In Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 12, doc 625.

¹⁴⁶ O presidente da câmara Lourenço de Almeida Prado e o vereador José da Cunha Castanho constam na lista de senhores de engenho dos “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op.cit.

¹⁴⁷ “Carta dos oficiais da vila de Itu ao governador Bernardo José de Lorena sobre uma embarcação no porto de Santos com escravos vindos de Benguela”. 23 de abril de 1791. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., p. 337.

¹⁴⁸ Com relação à notícia da entrada dos escravos de Benguela em Santos, o vice-rei do Brasil, conde de Rezende, em 20 de janeiro de 1791, protegendo os interesses do Rio de Janeiro, queixou-se ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, alegando que se isso ocorresse a capital do Brasil sofreria grandes perdas nos seus rendimentos. Cf. Maximiliano Mac Menz. *Entre dois Impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*, op. cit., p. 200.

A entrada de escravos no porto de Santos não é exclusiva da última década do século XVIII. Desde fins da década de 70 eram despachados escravos, às centenas, vendidos, principalmente, para as vilas de serra-acima (Tabela 13). É claro que, se compararmos com a entrada de escravos nos portos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro¹⁴⁹ a quantidade não é lá muito grande, mas, para São Paulo, o número de escravos e a contínua entrada deles na capitania são significativos.

Tabela 13 - Relação dos escravos despachados na alfândega de Santos (1779-1786)

Ano	Quantidade de Escravos
1779	407
1780	393
1781	255
1782	176
1783	134
1784	133
1785	252
1786	276

FONTE: "Relação dos escravos que se têm despachado na alfândega de Santos desde 1779 a 1786". s/d. In Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Papéis do Brasil, código 4, fl. 274.

A Coroa sabia da importância do comércio de escravos, tanto para a arrecadação régia como para o aumento da cultura dos frutos da terra. É nesse sentido que, em outubro de 1798, d. Rodrigo de Souza Coutinho ressaltava, ao governador Castro e Mendonça, a relevância da exportação cada vez maior da cachaça paulista para os portos africanos. Para tanto, era necessário fazer diminuir a venda dela no mercado do Brasil. Afirmava, então, que por ordem régia devia-se pôr uma “taxa forte” sobre a cachaça consumida na colônia, e, por outro lado, “aliviar de todo, ou ao menos diminuir consideravelmente o Imposto de toda a que se exportar para África”¹⁵⁰. Não possuímos

¹⁴⁹ Só para se ter uma idéia, entre 1791 e 1800 entrou uma média anual de 9.878 escravos no porto de Rio de Janeiro, maior importador de cativos da América. Cf. Manolo Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 64-69.

¹⁵⁰ “Do mesmo [secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre várias providências dos Governos” 1º de outubro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 68-70.

dados para os últimos anos do século, mas desde 1789 embarcações partiam do porto de Santos com destino a Benguela e Angola (Tabela 14).

Tabela 14 - Saída de embarcações do porto de Santos para Benguela e Angola (1789-1795)

Ano	Embarcação
1789	Paquete da Ásia (Galera)
1793	Cabo Frio (Corveta)
1794	Flora (Galera)
1794	Parlamento Ligeiro (Sumaca)
1795	Conceição (Corveta)

FONTE: "Relação das embarcações que saíram do porto de Santos antes e depois do governo de Bernardo José de Lorena". 20 de dezembro de 1802. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 19. doc. 937.

Conforme crescia a produção e a exportação do açúcar de São Paulo, a necessidade de mão-de-obra aumentava. Não bastava, entretanto, garantir mão-de-obra e uma produção volumosa. Ter mercado certo para o açúcar paulista era indispensável. Nesse sentido, dever-se-ia cuidar, dentre outras coisas, de sua reputação. À qualidade inferior do açúcar paulista era associado o descuido na fabricação. Todavia, era causada principalmente pelo mau acondicionamento do açúcar e, também, pelas fraudes praticadas¹⁵¹. Na representação que fez o paulista Diogo de Toledo Lara Ordonhes, estava clara a importância de se criar uma Mesa de Inspeção na capitania paulista, nos mesmos moldes das instaladas, em 1751, no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão, a fim de assegurar a lisura na exportação das mercadorias paulistas.

Lara Ordonhes contava que no período da criação das ditas Mesas a capitania de São Paulo não comerciava com Lisboa, nem, conseqüentemente, com a Europa, “huma só arroba de Assúcar, nem outro algum effeito”. Depois, começando-se a fabricar na capitania um pouco de anil e açúcar em maior quantidade, esses produtos eram levados,

¹⁵¹ Cf. Suely Robles Reis de Queiroz. “Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial”, op. cit., pp. 189-204, e Maria Thereza Schorer Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., pp. 178-186.

por comerciantes de Santos, ao Rio de Janeiro para serem enviados a Portugal. Declarava que só na administração de Francisco da Cunha Menezes (1782-1786), começaram a sair do porto de Santos navios carregados com produtos da capitania em direção a Lisboa. A liberdade de encaminhar produtos ao Rio de Janeiro para que lá fossem exportados continuava tanto nesse governo como no do sucessor José Raimundo Chichorro (1786-1788). O governador Bernardo José de Lorena (1788-1797), entretanto, além de promover grande desenvolvimento da agricultura, vetou, no ano de 1789, “a exportação de todos os gêneros de Embarque para outra qualquer Capitania: para deste modo facilitar-se o Comercio directo para Portugal: o que conseguiu com grande beneficio dos Povos que regia”. Antes da proibição, o açúcar da capitania se confundia com o do Rio de Janeiro, pois que, despachado por aquele porto, chegava a Lisboa sob seu nome, preservando naquela praça “a mesma reputação que tinha adquirido o do Rio pela authority da Meza de Inspeção”. Enfim, quando começou a ser conhecido como o “Açúcar de Santos”, a reputação do açúcar paulista caiu muito, e, por conseguinte, seu preço. Diogo de Toledo alegava que esse fato era motivado pelo costume de enviar caixas nominadas “açúcar branco fino” ou “açúcar branco redondo” com açúcares de qualidades inferiores misturados aos declarados; “o que se deve atribuir em parte à ignorância, e aos descuidos d’alguns Fabricantes de Assúcar, e em parte à malícia e má fé dos mesmos, e dos que o comprão e o tornão a vender, ou o envião para Lisboa”. Para pôr fim a essa “dezordem”, propunha que fosse criada uma Mesa de Inspeção em Santos, “ou com a mesma Jurisdição das outras, ou subordinada à do Rio de Janeiro”¹⁵².

Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça tinha a mesma opinião de Diogo de Lara. Findado seu governo, dedicou uma memória ao seu sucessor, Antonio José da Franca e Horta, na qual considerava que a falta de inspeção do açúcar paulista era causa da sua má fama. O grande problema era a falsificação do açúcar. O cálculo que fazia Castro e Mendonça, a título de exemplo, era o seguinte: um senhor de engenho, que, normalmente, tinha sua produção já comprometida com um credor, produzindo mil arrobas de açúcar, vendendo-o como “fino” e entregando, no lugar, “batido” ou “redondo”, que valiam duzentos reis, lucraria nas mil arrobas duzentos mil reis. Mais ainda, esse senhor de engenho ganharia na quantidade de açúcar produzido, uma vez

¹⁵² “Do Mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], em Que remete húa Representação de Diogo de Toledo Lara Para Sua Excelência Informar” 27 de março de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 142-144.

que o açúcar mais puro “diminua mais huma quarta parte do pezo primitivo”¹⁵³. A questão, para a qual não atentava esse suposto senhor de engenho falsificador, era que esse ato influiria, negativamente, no comércio geral da capitania, já que o comprador lesado não voltava a negociar os produtos paulistas. Por isso, Castro e Mendonça reafirmava a necessidade de uma fiscalização “ativa e vigilante”, só possível com o estabelecimento de uma Mesa de Inspeção na capitania¹⁵⁴.

Não obstante a falta de Mesa de Inspeção em São Paulo, tanto a produção como a exportação de açúcar para o mercado além-mar cresceram durante o período em pauta. Como já destacamos, houve considerável comércio entre São Paulo e outras capitanias, além disso, o mercado de abastecimento da colônia, fosse com víveres fosse com o próprio açúcar, era bastante valorizado pelos paulistas¹⁵⁵. Mesmo assim, afirmar, pura e simplesmente, que nesse período “não prevalecia em São Paulo a agroexportação escravista” e que a “economia paulista se assentava, principalmente, na produção de subsistência e naquela voltada para o mercado interno colonial”¹⁵⁶, é desconsiderar alguns aspectos importantes da agricultura que passa a se estabelecer na capitania. Que a posse de grande quantidade de escravos concentrou-se nas mãos de poucos,

¹⁵³ Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. “Memória sobre os objetos mais interessantes da Cap. de S. Paulo entregue ao Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio José da Franca e Horta..., 1802”. In *Anais do Museu Paulista*, tomo 18. São Paulo: Museu Paulista, 1964, pp. 227-268.

¹⁵⁴ Petrone leva em conta, ainda, o problema do transporte do açúcar, que, no caminho para o porto de Santos, poderia estragar. Cf. Maria Thereza Schorer Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., p. 180-181.

¹⁵⁵ Comprovam esse fato as inúmeras cartas de câmaras de São Paulo pedindo que se proibissem as plantações de tabaco e cana-de-açúcar, bem como as fábricas de aguardente em Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, porque estavam prejudicando o comércio paulista com aquelas capitanias. Cf. “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Guaratinguetá a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco nas Minas Gerais”. 4 de novembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila Nova de São Luis do Paraitinga a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco na região das minas”. 18 de novembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Pindamonhangaba a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco nas Minas Gerais”. 19 de novembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 25 de novembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Mogi das Cruzes a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 9 de dezembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proibam as fábricas de aguardente e de tabaco nas regiões das Minas”. 27 de dezembro de 1775, “Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da Vila de Jacaré a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 30 de dezembro de 1775. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 7, doc 397.

¹⁵⁶ João Luís Fragoso. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, op. cit., p. 138.

especialmente os senhores de engenho, não significa que uma agricultura de “subsistência” fizesse frente à de exportação¹⁵⁷. De fato, é até válido afirmar que em São Paulo não *predominava* a “agroexportação escravista”, uma vez que os senhores de engenho, que possuíam as maiores quantidades de cativos, não eram numericamente majoritários na capitania. Agora, a partir dessa constatação, inferir que São Paulo era “assentada” numa economia de subsistência e voltada para o mercado interno, é exagerar um pouco. Para afirmar isso, seria necessário compulsar a produção açucareira da capitania e comparar com a quantidade exportada pelo porto de Santos, e pelo Rio de Janeiro, grande reexportador do açúcar paulista, frente àquilo que circulava internamente. Não temos, por ora, condições de fazer esse cálculo. Resta-nos ponderar, por um lado, que as reformas empreendidas na capitania só foram possíveis por conta de uma nova dinâmica na produção agrícola, não mais exclusivamente voltada para o abastecimento, mas, agora, para o mercado além-mar. Isso implicou não apenas o desenvolvimento de infra-estruturas para esse comércio, o desenvolvimento em grande escala da lavoura canavieira, o aumento no número de concessões de sesmarias¹⁵⁸, e, inclusive, a crescente entrada de escravos pelo porto de Santos, bem como o estabelecimento de comércio com Benguela e Angola. O aumento de embarcações que atracavam no porto de Santos em busca de produtos da capitania para o comércio transatlântico também evidencia essa tendência (Tabela 15).

¹⁵⁷ Na Bahia, no contexto de reestruturação da economia açucareira, o quadro, nesse aspecto, é equivalente ao de São Paulo. Cf. Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*, op. cit., pp. 357-358.

¹⁵⁸ Para a capitania de São Paulo, excluindo o que atualmente é o Estado do Paraná, Elizabeth Darwiche detectou entre 1765 e 1802 total de 415 sesmarias concedidas. Elizabeth Darwiche Rabelo. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980, p. 53. Comparando com período anterior ao estudado, temos como exemplo o caso de Jundiá, em que entre 1699 e 1770 foram concedidas 11 sesmarias, e, entre 1770 e 1802, 21. Cf. Miyoko Makino. *Jundiá: povoamento e desenvolvimento (1655-1854)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1981, dissertação de mestrado, pp. 72-74.

Tabela 15 - Quantidade de embarcações que entraram e saíram do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)

Ano	Embarcações
1774	1
1775	1
1785	1
1786	1
1788	1
1789	2
1790	2
1791	5
1792	8
1793	4
1794	11
1795	5
1796	3
1797	3
1798	3
1799*	5
1801	3
1802	2

* os dados desse ano foram completados com as informações contidas em *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25

Fonte: Apêndice 1

Com relação ao preço do açúcar no porto de Santos, é possível verificar alta entre 1790 e 1794. Dessa data até 1796 há queda e, depois, nova subida até meados de 1800 (Gráfico 4). Que as flutuações do preço do açúcar estivessem relacionadas a questões da própria capitania, como a qualidade do produto paulista que chegava nos portos portugueses, é certo. No entanto, não podemos ignorar a influência que os preços no mercado mundial exerciam sobre os produtos coloniais¹⁵⁹. Em carta de 27 de janeiro de 1755, Sebastião José de Carvalho e Mello fazia uma série de considerações ao desembargador João Bernardo Gonzaga, que se encontrava na Bahia, a respeito do preço do açúcar. Começava afirmando que a única ingerência que poderia ter o rei seria

¹⁵⁹ Maximiliano Menz demonstra como os preços do açúcar do Rio de Janeiro, entre 1796 e 1820, acompanhavam, apesar de sofrerem mais oscilações, os preços do mercado londrino. No caso de São Paulo, a tendência de alta, entre 1796 e 1800, seguida de queda, acompanha os preços do Rio de Janeiro e de Londres, mesmo que neste a queda ocorra aproximadamente dois anos antes. Cf. Maximiliano Mac Menz. *Entre dois Impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*, op. cit., p. 269.

sobre o preço do açúcar consumido nos territórios portugueses, que não passavam de cinco a seis mil caixas anuais. O restante, produzido pelo Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco era comercializado por mercadores estrangeiros, e, desse modo, sua compra estava condicionada a preços que fossem ou equivalentes ou mais baratos do que os da França e da Inglaterra. Quanto a isso, enfatizava, o rei nada podia fazer, não tinha poderes para coagi-los a comprar por determinado preço, que não o do mercado corrente. Se a esses mercadores era sempre livre comprar ou não, de acordo com a maior conveniência do negócio, o rei lançava o desafio para que se descobrisse o meio pelo qual os mercadores passassem a comprar os açúcares de seus vassallos ao preço que estes bem quisessem. Àquele que solucionasse a questão, provocava Sebastião José de Carvalho, daria “a melhor Comenda das Ordens Militares, e outros grandes prêmios”¹⁶⁰.

Gráfico 4 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)

Fonte: Apêndice 2.

¹⁶⁰ “Carta do Marquês de Pombal [para João Bernardo Gonzaga]”. 27 de janeiro de 1755. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Papéis do Brasil, avulsos 3, nº 11.

Na história dos preços, as guerras tiveram papel definidor nos movimentos e flutuações. No final do século XVIII e princípio do XIX, o advento do império napoleônico e a subsequente guerra de proporções mundiais, cujos pólos mais evidentes foram Inglaterra e França, confluíram para uma alta geral dos preços, que, na colônia, refletiu sobremaneira¹⁶¹. Com relação ao preço do açúcar no mercado mundial, é possível verificar alta durante o período que vai de 1796 a 1800, e seus evidentes reflexos no preço do produto comercializado no porto de Santos (Gráfico 4). A partir de então, e até o ano de 1802, houve acentuada e brusca queda, que pode ser explicada pelo fato de Inglaterra e França terem declarado um cessar-fogo, conhecido como Paz de Amiens, e, com isso, na iminência de se restabelecer a economia das duas potências, sobreveio retração na demanda de produtos, inclusive os de origem colonial¹⁶². Com efeito, a alta dos preços do açúcar no mercado mundial empolgou de tal maneira os produtores paulistas que muitos deles resolveram investir ou no aumento de suas fábricas ou, ainda, na construção de novas. Não contando com a baixa repentina do preço do açúcar, fizeram-se em dívidas a fim de animar seus possíveis ganhos. A atuação das câmaras das vilas produtoras de açúcar, frente ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, foi decisiva para que os credores não exercessem as dívidas dos donos de engenhos nem nas propriedades de suas fábricas nem em seus escravos, mas, apenas, as tomassem dos rendimentos que proviessem do comércio de seus produtos. Baseando-se na provisão de 26 de abril de 1760, que concedia tais privilégios à capitania do Rio de Janeiro, e, por tabela, às regiões, como São Paulo, que estivessem sob sua administração, o governador Castro e Mendonça estabeleceu, em ofício de 16 de abril de 1801, que pelo período de um ano fosse observada para a capitania paulista aquela provisão¹⁶³.

¹⁶¹ Sobre esta influência, pondera José Jobson de A. Arruda: “Como resultado das dificuldades comerciais, os preços tenderam a subir, principalmente os dos gêneros cujo abastecimento se dificultava, isto é, os gêneros coloniais”. José Jobson de A. Arruda. *O Brasil no comércio colonial*, op. cit., p. 340.

¹⁶² Sobre a relação entre a Paz de Amiens e os preços dos produtos coloniais, Cf. Javier Cuenca Esteban. “The Markets of Latin American Exports, 1790-1820. A Comparative Analysis of International Prices”. In Lyman L. Johnson; e Enrique Tandeter. *Essays on The Price History of Eighteenth-Century Latin America*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1990, pp. 378-379. Sobre o preço da exportação e reexportação do açúcar branco brasileiro no período de 1796 a 1811, Cf. José Jobson de A. Arruda. *O Brasil no Comércio Colonial*, op. cit., pp. 355-363.

¹⁶³ “Ofício (Cópia) do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos senhores juiz presidente e oficiais da camara da cidade de São Paulo, e ao senhor doutor desembargador e ouvidor geral Joaquim Jozé de Almeida determinando que se observassem os privilégios, durante um ano, da provisão de 26 de Julho de 1760 para a capitania de São Paulo”. 16 de abril de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 17, doc 845.

Os comerciantes, por seu turno, queixavam-se contra o que chamavam de “grande vexame”. Declaravam que não poderia ser dos desejos régios privilegiar a uns vassallos em detrimento e prejuízo de outros, que contribuíam muito mais para o “aumento das rendas Reaes”. As pretensões dos senhores de engenho não eram senão para reter o “cabedal alheio”, ou mesmo para se estabelecerem com grandes engenhos às custas dos investimentos dos comerciantes. Solicitavam, enfim, que o rei denegasse o pedido dos produtores de açúcar de São Paulo, tão afastados daqueles senhores das capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro como de merecerem tal regalia¹⁶⁴.

De fato, a prerrogativa não era estranha aos desígnios da Coroa lusitana. Quase dois séculos antes, em 1612, uma provisão real determinava que a cobrança das dívidas de senhores de engenho só atingisse metade de suas produções, e, no caso dos lavradores, até dois terços¹⁶⁵. Não obstante as queixas dos comerciantes, em ofício de maio de 1801, o governador de São Paulo informava ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, d. Rodrigo de Souza Coutinho, que instaurara o privilégio da provisão de 1760 pelo tempo de um ano, declarando, também, que estava à espera da “Decisão de Sua Alteza Real” para aplicá-lo por tempo indeterminado¹⁶⁶. Espécie de reforço às solicitações de Castro e Mendonça, em junho do mesmo ano, oficiais da câmara da vila de Porto Feliz, dentre eles os senhores de engenho André Dias de Aguiar e Miguel João de Castro¹⁶⁷, escrevem carta endereçada ao próprio príncipe regente d. João VI, na qual pediam a continuidade da concessão, destacando o intuito de “promover o aumento do Comércio, e da Agricultura e especialmente as Fábricas do Assúcar, que fazem hoje a base principal destes Vastos Domínios”¹⁶⁸. Por alvará de 6 de julho de 1807, o privilégio era, finalmente, estendido aos senhores de engenho paulistas¹⁶⁹.

¹⁶⁴ “Requerimento dos comerciantes da capitania de São Paulo ao príncipe regente [D. João], solicitando que os senhores de engenho não recebessem a prerrogativa de não serem executados em razão de suas dívidas”. ant. 2 de maio de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 33, doc. 2691.

¹⁶⁵ Cf. Pedro Calmon. *História do Brasil*, op. cit., vol. 3, p. 919. Na nota 28 da mesma obra, Pedro Calmon cita um requerimento, de 28 de novembro de 1613, no qual dois negociantes lisboetas pediam “para ser revogada a provisão de 1612”. Ibidem, vol. 2, pp. 362-364.

¹⁶⁶ “Ofício do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão de 26 de Julho de 1760”. 2 de maio de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 17, doc 845.

¹⁶⁷ Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit.

¹⁶⁸ “Carta dos oficiais da Câmara da vila de Porto Feliz (juiz ordinário Andre Diaz de Aguiar, vereadores Antonio de Arruda Sá, Manoel Jozé de Sam Payo, Antonio de Arruda Leite, procurador do concelho Miguel João de Crasto), ao príncipe regente D. João, solicitando a observação da provisão de 26 de Julho

O caso da disputa entre os senhores de engenho e os comerciantes da capitania já aponta que no estímulo ao desenvolvimento da produção açucareira paulista voltada para o mercado externo, a mediação, por parte dos governadores e da administração régia em geral, de conflitos entre distintos interesses foi essencial para que, já em princípios do XIX, o açúcar paulista, se nos for permitida tal metáfora, deixasse de ser só *açúcar* e passasse a poder ser considerado *ouro branco*.

O Rei e Seus Vassalos

Durante 17 anos (1748-1765) a capitania de São Paulo foi regida pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, que não dava conta de território tão extenso¹⁷⁰. Em 1765, não só foi nomeado um governador para a capitania paulista como este veio com uma série de instruções a cumprir, a fim de inseri-la no quadro das reformas do período. Pois bem, esse governador, assim que chega, muda a provedoria de Santos para São Paulo; promove uma reforma militar, segundo a qual, dentre outras coisas, ficava estabelecido que os soldos dos sargentos-mores e dos ajudantes das tropas auxiliares deveriam ser pagos pelas câmaras das respectivas vilas da capitania; no campo econômico, além do cuidado com impostos e outros tipos de arrecadação, há grande esforço para fomentar, como já ressaltamos, a produção agrícola da capitania¹⁷¹. Ora, implementar essa série de mudanças significou lidar e, por vezes, aliar-se a uma elite local que, nesse momento, já estava estabelecida e inserida na administração da capitania paulista. No século XVI a

de 1760 para a capitania de São Paulo por tempo permanente, concedendo, assim, o privilégio de os produtores de açúcar não terem seus bens confiscados, e de poderem pagar suas dívidas pelo rendimento da produção de suas fábricas”. 27 de junho de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 17, doc 863. Na publicação dessa carta feita pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encontramos a seguinte informação, em nota, sobre André Dias de Aguiar: “Era neto de D. Simão de Toledo Piza e primo do capitão André Dias de Almeida, paulistas que fizeram figura na história da capitania no século XVIII. Deixou grande descendência, sendo um dos seus filhos o conselheiro Manoel Dias de Toledo, que foi lente da academia de S. Paulo, presidente de Minas Geraes e deputado geral em 1840.” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, vol. 6, 1902, pp. 471-472.

¹⁶⁹ Cf. Maria Thereza Schorer Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, op. cit., p.135.

¹⁷⁰ Em carta de 13 de junho de 1764, o conde da Cunha, vice-rei do Brasil e governador da capitania do Rio de Janeiro, ressalta a “impossibilidade que há para poder governar a Capitania de São Paulo o Governador do Rio de Janeiro” pelo fato de a capitania ser “tão larga e tão distante desta”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896, vol. 11, p. 211.

¹⁷¹ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*, op. cit., pp. 250 e seguintes.

associação entre Coroa e colonos aparece como peça fundamental do estabelecimento do domínio e da colonização, conciliando poder, formação de patrimônio e distribuição de cargos¹⁷². Na segunda metade do XVIII, no plano do incremento da lavoura paulista, essa aliança se renova. Ou, como considerou Florestan Fernandes, no famoso artigo intitulado *A Sociedade Escravista no Brasil*: “Uma Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, procura apoio nos vassalos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial”¹⁷³.

De fato, o que moveu, em primeiro lugar, o restabelecimento da autonomia administrativa da capitania de São Paulo foi uma questão geo-estratégica. São Paulo funcionava como barreira entre as regiões do sul, em disputa com os espanhóis, e as principais capitanias mais ao norte¹⁷⁴. Além disso, os paulistas deviam enviar tropas para enfrentar o inimigo castelhano.

Em carta de 1765, o conde de Oeiras lembrava ao vice-rei do Brasil, o conde da Cunha, da necessidade de cooperação entre ele e o novo governador de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza, para a “boa execução” das ordens régias. Pedia, ainda, a união com o governador de Minas Gerais, Luis Diogo Lobo da Silva, para, com os três governos juntos, superarem-se as forças enviadas pelos castelhanos e, também, pelos franceses, “com elles inseparavelmente coligados”. Destacava que as maiores forças do país eram as tropas auxiliares e de ordenanças. Instigava, por fim, a lembrança do vice-rei para a expulsão dos holandeses de Pernambuco, “no tempo da sua mayor força, e melhor disciplina”, graças à disposição de negros e das ordenanças. E que, para os vastos sertões do Brasil, não era tão indispensável a ordem e a disciplina das tropas, mas sujeitos acostumados à terra e a sobreviver sem a absoluta necessidade de envio de suprimentos, caso houvesse corte de algum comboio. “Lembra”, insistia o secretário de Estado, “que para esta pequena Guerra de insultos vagos, e de emboscadas, e surpresas por caminhos incognitos, são muito mais aptos os naturaes desses Países, do que os

¹⁷² Cf. Rodrigo Monteferrante Ricupero. *Honras e Mercês. Poder e Patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, tese de doutorado.

¹⁷³ Florestan Fernandes. “A Sociedade Escravista no Brasil”. In *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p. 34.

¹⁷⁴ Heloísa Bellotto, com relação à importância militar da capitania, afirma: “Também não deve ser desprezada a hipótese de São Paulo vir a constituir um tampão defensivo entre a área hispano-americana e a região da mineração. Paralelamente cobriria a defesa da Capital recém-transferida”. Heloísa Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 46-7.

Estrangeiros que podem ir a elles”¹⁷⁵. No mesmo ano, o conde de Oeiras, em resposta a duas cartas do governador de São Paulo, comunicava o contentamento do rei com as providências tomadas pelo morgado de Mateus para “conciliar os ânimos dos Paulistas” para que participassem da guerra contra os espanhóis. Reiterava que a vitória na disputa contra os espanhóis dependia desses sujeitos: “porque huma dúzia de Sertanejos práticos do País, val nesses matos, desfiladeiros, e passagens de Rios, mais do que cem Soldados Europeus”¹⁷⁶.

A *lenda negra* dos paulistas bravos, aventureiros e cruéis, criada nos séculos XVI e XVII¹⁷⁷, ganhava, nesse contexto, novas facetas. É preciso balizar o autonomismo, a especificidade e a audácia dos paulistas. Que Pernambuco fosse mais importante para a Metrópole do que São Paulo, inclusive economicamente, explica que tivessem maior atenção e que lá se fundassem diocese e bispado muito antes do que em São Paulo¹⁷⁸. Não se trata de maior ou menor fidelidade ao rei, mas de interesses relacionados à própria capitania. São Paulo, até 1765, não estava inserida no mercado atlântico, Pernambuco, sim¹⁷⁹.

Vale considerar o outro lado da história, ou seja, como a Coroa portuguesa utilizou-se desse mito dos paulistas para cooptá-los. Assim, o morgado de Mateus era instruído a exultar o espírito dos paulistas, lembrando de seus antepassados e de seus grandes feitos. Fazendo com que os “principaes daquela Capitania” tivessem ciência de que levantar alguns terços de auxiliares ou de ordenanças era, antes de tudo, um meio para o renascimento da “glória dos Seus Progenitores”. A idéia era mexer com a vaidade dos paulistas, e, para tanto, o governador devia fazer-se coronel de um dos

¹⁷⁵ “Carta do secretário de Estado, conde de Oeiras, ao vice-rei do Brasil, conde da Cunha, sobre a guerra contra os espanhóis, de como proceder e de como deve ajudar ao novo governador da capitania de São Paulo d. Luís Antonio de Souza”. 26 de janeiro de 1765. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

¹⁷⁶ “Carta do conde de Oeiras em resposta às enviadas por d. Luís Antonio de Souza no dias 21 a 26 de junho de 1765, em que, dentre outras coisas, o ministro de Estado elogia a forma com que o governador age para lidar com os ‘ânimos’ dos paulistas”. 20 de novembro de 1765. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

¹⁷⁷ Para uma análise tanto da *lenda negra* como da *lenda dourada* dos paulistas, veja-se Raquel Glezer. *Chão de terra – um estudo sobre São Paulo colonial*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992, tese de livre-docência, p. 47.

¹⁷⁸ O bispado em São Paulo foi criado somente na segunda metade do século XVIII. Para uma relação dos primeiros bispos da capitania, veja-se José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945-1948, 2ª. edição (1ª. edição de 1820), 9 v, vol. 8, pp. 300-306.

¹⁷⁹ Laura de Mello e Souza, ao comparar as duas capitanias, Pernambuco e São Paulo, afirma que, diferentemente dos pernambucanos, os paulistas foram, “quase sempre, uma pedra no sapato, e a arte de bem governar consistia muitas vezes em fazer com que o Estado metropolitano conseguisse tirar proveito desses homens difíceis.” Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 139-140.

regimentos, intitulado, agora, “Regimento do General”. E o mesmo governador e capitão-general, por vezes, apareceria, quando o terço fizesse seus exercícios militares, montado a cavalo diante de seus oficiais e soldados. Tudo a fim de “fomentar a vaidade dos Paulistas”¹⁸⁰.

A diferenciação estava também no plano alegórico. Por isso, o rei determinava que os oficiais das companhias auxiliares e de ordenanças pudessem usar uniformes, divisas e cairéis no chapéu, embora não fosse permitido no Reino¹⁸¹; de ouro ou prata para os oficiais e de lã para os soldados¹⁸². Com relação aos soldados, ofício tão mal visto pelos homens livres pobres da capitania (aqueles que, além dos negros e índios, o exerciam)¹⁸³, o governador de São Paulo havia de tratá-los de modo a distingui-los dos “paizanos”, ou seja, dos que não serviam nas tropas, para que sentissem e soubessem que eram “mais estimados”, não importando que fossem brancos, pardos ou índios¹⁸⁴.

Em maio de 1775, o vice-rei do Brasil, marquês de Lavradio, comunicava ao governador Martim Lopes Lobo de Saldanha que enviara parecer sobre como proceder para cumprir as instruções régias, especialmente no que dizia respeito à defesa do Rio Grande de São Pedro. Num primeiro momento, lembrava da importância que, no passado, tiveram os paulistas para acrescentar territórios aos domínios régios. Reconhecendo, ademais, o grande valor dos descendentes desses vassalos da real coroa: “os Netos de huns homens, que com a mayor destincção, e utilidade do Serviço de nosso Augusto Amo se impregarão no aumento e Glória deste Estado”. Cá já está enunciada a forma pela qual, segundo o marquês de Lavradio, o governador Lobo de Saldanha deveria conquistar os paulistas para que se sujeitassem ao real serviço, especialmente na defesa das regiões do sul. Afirmava que os paulistas eram “sumamente vaidozos” e que esse era o ponto para lhes sujeitar a “razão”. Afagar-lhes a

¹⁸⁰ “Carta (Copia) do secretario da marinha e ultramar, conde de Oeiras, ao vice rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, sobre como se deve proceder na guerra contra os castelhanos e como fazer para que os paulistas se empenhem nessa questão”. 26 de janeiro de 1765. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

¹⁸¹ Cf. Nanci Leonzo. “As Companhias de Ordenanças na capitania de São Paulo – das origens a governo do Morgado de Matheus”. In *Coleção Museu Paulista, série de História*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, vol. 6, p. 181.

¹⁸² “Carta do rei d. José ao governador e capitão-general d. Luís Antonio de Souza sobre a obrigatoriedade de servirem nas Tropas Auxiliares todos os habitantes da capitania, sem exceção”. 22 de março de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

¹⁸³ Sobre o processo de recrutamento na capitania de São Paulo, veja-se Enrique Peregalli. *Recrutamento Militar no Brasil Colonial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁸⁴ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza sobre o fazer com que os oficiais das companhias auxiliares e de ordenanças se sentissem mais estimados do que os «paizanos»”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

vaidade. Uma mão seduziria e acariciaria os que merecessem, enquanto a outra, castigaria e ensinaria aos insubordinados o peso da autoridade superior. Assim, acrescentava o vice-rei:

Que eu Governador hia na Idea de lhes fazer as mayores distinções. Que eu havia de chamar para o pé de mim todos os que fossem dignos do nome de Paulista, assim como eu mostraria o meu dezagrado a todos aquellos que não procedessem como devião.

Falandolhes por este modo, eu faria hoje algumas distinções àquelles que o merecessem, esperansandoos de que quando chegasse a Real Presença de EL-REY Meu Senhor a informação do seu merecimento, que seriam infinitamente mais crescidas aquellas mesmas distinções; e que a proporção destes beneficios, eu Castigaria aquellos que não parecessem descendentes dos honrados Paulistas.¹⁸⁵

Anos depois, seguindo essa mesma política de sedução, o marquês de Lavradio pedia que o governador de São Paulo espalhasse entre os paulistas a notícia de que os castelhanos diziam aos sete ventos que desejavam ardentemente vingar-se deles. Mesmo que promettessem tratá-los com caridade, de suas partes, tirariam a vida de todos os paulistas que caíssem em suas mãos. Os espanhóis diziam ter informações de que os paulistas não eram mais como os seus antepassados, não tinham o mesmo valor, e, vivendo em regozijo, haviam perdido a glória de seus avós. Por fim, o vice-rei declarava confiar muito nos paulistas e estar certo de tomariam “a competente satisfação da injúria” com a qual os atacavam¹⁸⁶. Na transcrição feita pelo Arquivo do Estado de São Paulo, há, em nota, a seguinte consideração a respeito dessa mensagem: “Isto parece não ser mais do que uma intriga inventada pelo Vice-Rey para estimular os brios dos Paulistas”¹⁸⁷. Se o fato declarado pelo marquês é verdadeiro, ou não, é impossível saber. Agora, que a máxima “conveniência” em torná-lo notório aos paulistas possa, seguramente, ser encarada como mais uma das estratégias para mexer na “vaidade” desses homens, é indubitável.

¹⁸⁵ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre como melhor agir para o cumprimento das instruções régias.” 27 de maio de 1775. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol 17, op. cit., pp. 1-20.

¹⁸⁶ “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre questões relativas à guerra contra os espanhóis, e da notícia que deve divulgar aos paulistas”. 26 de março de 1777. In *Ibidem*, pp. 208-211.

¹⁸⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 211.

Cargos superiores das companhias de ordenanças eram um bom incentivo para que os mais importantes habitantes da capitania concretizassem projetos que, de outra forma, trariam despesas à Fazenda Real. Em algumas notas em forma de minuta, datadas de período posterior a 1770, encontramos a informação de que o governador d. Luís Antonio de Sousa deu a certo Antonio de Souza o cargo de capitão-mor por ele ter construído, com muito dispêndio, a igreja matriz da “Nova Povoação de São Luiz de Guaratuba”, em 1767¹⁸⁸. Evidência da recompensa de serviços prestados já nos primeiros anos da administração da capitania restaurada, ser nomeado capitão-mor trazia consigo, além dos privilégios e do poder vinculados ao cargo, a garantia da continuidade das prerrogativas inerentes ao ofício, uma vez que a partir de 1749 o posto tornou-se, de trienal, vitalício¹⁸⁹.

Além de cargos, outro modo de presentear os bons vassalos era a distribuição de mercês de Hábitos das Ordens Militares¹⁹⁰. Em julho de 1766, o conde de Oeiras se dizia informado do “ardente zello” de alguns paulistas “para concorrerem com as suas fazendas, com o seu trabalho, e com o seu tempo para as úteis disposições” às quais o governador tinha dado princípio. Explicava que, com o tempo, deveriam ser nomeadas as pessoas “mais principais” e que mais tivessem se destacado para que ganhassem mercê do Hábito da Ordem de Cristo¹⁹¹. Com relação ao desembarque de alguns estrangeiros nas costas do Brasil, tão combatido pela Coroa, temerosa do contrabando, aqueles que rechaçassem a entrada de navios ou pequenas embarcações seriam igualmente recompensados. Desse modo, reconheceriam a “Benigna Mão de huma Augusta Senhora, sempre prompta a premiar, e beneficiar os seus Vassalos, quando nelles reconhecer merecimentos e virtudes”¹⁹².

¹⁸⁸ “Notas (Minuta) que mencionam a fundação das vilas de Atibaia, Mogi-Mirim, Faxina, Piracicaba, Guaratuba e outras, relacionando o que é preciso informar sobre cada uma delas: número de fogos, de familiares habitantes, com sua identificação completa. Também se devia informar sobre as possibilidades de agricultura destas vilas e o estado do progresso de suas lavouras”. 22 de março de 1770. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 6, doc 357.

¹⁸⁹ Cf. Graça Salgado (coord.). *Fiscais e Meirinhos. A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / Arquivo Nacional, 1990, 2ª. edição (1ª. edição de 1985), p. 404.

¹⁹⁰ Sobre a questão da concessão de mercês de hábitos das Ordens Militares como instrumento de recompensa da Coroa portuguesa, veja-se Fernanda Olival. *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

¹⁹¹ “Carta do conde de Oeiras a d. Luís Antonio de Souza sobre o governador honrar aos vassalos que mais se distinguirem com algumas mercês de hábitos”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169; há cópia dessa carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 15.

¹⁹² “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ordenando que sejam nomeados os auxiliares contra os franceses

No que diz respeito à agricultura, vimos os esforços dos governadores para introduzir certo tipo de produção em São Paulo. O projeto dependia de todos os habitantes da capitania, em especial de uma elite com cabedal suficiente para aplicá-lo. Considerações sobre a produção da capitania, algumas com referências ao desenvolvimento da exportação, em fins do século XVIII e inícios do XIX, estiveram presentes inclusive nos discursos de pessoas ligadas à administração paulista¹⁹³. Mesmo que esses arrazoados estivessem relacionados a preocupações específicas de determinados grupos e interesses por vezes pontuais, e, certamente, eles estavam, o estopim desse movimento foi dado por uma pressão enorme por parte da Metrópole para que tais produções agrícolas fossem desenvolvidas¹⁹⁴. Todavia, apenas estimular a produção de gêneros exportáveis não bastava. Era preciso certificar-se de que ela não seria feita a esmo, sem obedecer a preceitos e técnicas específicas. O incentivo ao seu desenvolvimento e à sua racionalização estava expresso tanto na recomendação para o uso do arado como nas inúmeras remessas de livros sobre o cultivo dos mais variados produtos feitas por d. Rodrigo de Souza Coutinho para que o governador Castro e Mendonça vendesse entre os moradores de São Paulo.

O arado era já um velho rival dos paulistas, que não o queriam usar, e dos governadores, que não o conseguiam inserir na agricultura da capitania. O morgado de Mateus tentara, com pouco sucesso, “doutrinar” os paulistas e introduzir o uso do instrumento¹⁹⁵. O desejo do rei era que a agricultura fosse promovida pela introdução de novos artigos e aperfeiçoamento dos “antigos métodos de cultivar o Terreno, e recolher, e preparar as suas produções”. Em 1798, ordenava que Castro e Mendonça fomentasse o uso de bois, arados e a economia das lenhas, especialmente nos engenhos de açúcar, “inculcando o método de Queimar as Canas já moídas, como praticam os Inglezes, e Francezes nas Antilhas”. Com esse intuito, instruía-o, ainda, a persuadir as câmaras da capitania a darem prêmios àqueles que primeiro introduzissem tais

para que sejam recompensados”. 22 de março de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 35.

¹⁹³ Dentre eles, Marcelino Pereira Cleto. “Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la”. 25 de outubro de 1782, e Manoel Cardoso de Abreu. “Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso”. 1783, especialmente o capítulo 13. In *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, respectivamente, pp. 11-52 e pp. 53-87.

¹⁹⁴ Análise de alguns desses discursos encontra-se em Ana Paula Medicci. *Entre a ‘decadência’ e o ‘florescimento’: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridade públicas (1782/1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, dissertação de mestrado.

¹⁹⁵ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 217-221.

reformas¹⁹⁶. O governador, em agosto do mesmo ano, enviava carta à câmara da cidade de São Paulo comunicando as intensões régias com relação ao modo de proceder na agricultura da capitania. Anexava à carta uma memória sobre as orientações de “Sua Majestade”, em que constavam quatro aspectos a serem difundidos: primeiro, uma agricultura própria para o “país”, em especial os gêneros necessários à subsistência e aqueles que tivessem uma “infallível exportação para fóra”; segundo, o uso do arado, e, como recomendava o rei, a listagem dos nomes daqueles que primeiro fizessem a introdução desse instrumento em suas lavouras para que fossem premiados; terceiro, a “transplantação e introdução de alguma nova planta”, como o cacau e a baunilha, já cultivados em alguns lugares do Brasil; e, por último, a introdução, o melhoramento e o aperfeiçoamento de máquinas e engenhos, utilizadas tanto na limpeza e processamento de algodão, arroz, café como na produção de açúcar, aguardente, anil, e outros¹⁹⁷.

Anos depois, obtendo pouco resultado as determinações anteriores relativas ao uso do arado, a ordem era para que não se concedessem sesmarias sem a “cláusula” de que parte das terras fossem cultivadas com aquele instrumento; a mesma coisa se faria com as sesmarias já conferidas¹⁹⁸. De modo geral, pressões sociais, das mais variadas ordens, interferem no desenvolvimento e no uso de técnicas novas, especialmente no que diz respeito à produção agrícola¹⁹⁹. A dificuldade de introduzir o uso do arado parece menos ligada a um possível desmazelo dos paulistas do que a uma crença, movida por experiências anteriores, de que esse instrumento não era compatível ao tipo de terra cultivada no Brasil. De pouco valeria a vinda de colonos açorianos, a fim de ensinar e difundir novas técnicas na capitania paulista²⁰⁰. Os casos indicam que colonos, fossem alemães ou franceses, estivessem em Porto Alegre ou em Guarapuava, seguiam

¹⁹⁶ “Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o desejo de ‘Sua Majestade’ em aumentar a agricultura e das práticas que devem ser fomentadas para que este fim tenha êxito.” 4 de janeiro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 48-49.

¹⁹⁷ “Registo da carta que sua excellencia escreveu a esta Camara, cujo teor é o seguinte.” 14 de agosto de 1798, e “Memoria dos objectos, que de recommendação de Sua Magestade, e por utilidade publica devem promover os juiz e vereadores da Camara desta Cidade [de São Paulo].” s/d. In *Registo Geral da Camara Municipal de S. Paulo (1796-1803)*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, vol. 12, pp. 256-260.

¹⁹⁸ “Carta do Secretario de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] recommendando ao General as providencias necessarias, para facilitar a Introduçõ do Arado na Agricultura desta Capitania, como igualmente não embarace a entrada dos Povoadores do Rio Grande de São Pedro, e de Santa Catharina para esta mesma Capitania etc.”. 18 de maio de 1801. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 237.

¹⁹⁹ Cf. T. K. Derry e Trevor I. Williams. *Historia de La Tecnología*. 3 vols. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984, 7ª edição (1ª edição em espanhol de 1977; 1ª edição em inglês de 1960), vol. 3, p. 987.

²⁰⁰ Proposta feita por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Cf. “Memória Economico Politico da capitania de São Paulo”. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 81-247.

utilizando as mesmas técnicas dos autóctones²⁰¹. O arado existe em diversos tipos, próprios para terrenos e cultivos específicos. Os raramente utilizados em São Paulo, na época colonial, não eram os mais adequados à “lavoura em terras tropicais e subtropicais, ainda mal libertas de seu revestimento florestal”²⁰². Implementá-lo, ademais, significava trabalho redobrado na limpeza da terra, a fim de adequá-la para que pudesse “receber a aração mecânica”²⁰³. Some-se a isso a força da convicção de que usá-lo seria danar a terra, e teremos a introdução desse instrumento, em São Paulo, apenas na segunda metade do século XIX²⁰⁴.

Seguindo a tentativa de inculcar nos paulistas técnicas específicas de cultivo agrícola, encontramos as inúmeras remessas de livros para serem vendidos na capitania. Os livros versavam, de modo geral, sobre métodos de cultivo e produção de potássio, salitre, açúcar, cânhamo, canela, cochonilha (inseto usado para fazer tintura), urumbeba (espécie de cacto, utilizado na criação da cochonilha), batata, cravo, tabaco, quinaquina (árvore considerada medicinal), algodões, sobre reforma dos alambiques, transporte de produtos para Portugal, queijos, minérios, anil, café e, inclusive, abelhas²⁰⁵. A

²⁰¹ O caso dos colonos alemães é apontado por Sérgio Buarque de Holanda, o de Guarapuava, por Rosângela Ferreira Leite, ambos em fins do século XIX. Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, 5ª. edição, revista (1ª. edição de 1936), pp. 36-40, e Rosângela Ferreira Leite. *Nos Limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado, pp. 149-166.

²⁰² Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 3ª edição (1ª edição de 1957), p. 206.

²⁰³ Maria Luíza Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulistana (1700-1836)*, op. cit., p. 180.

²⁰⁴ D. Luís Antonio de Souza propôs, em 1766, que fosse utilizado um tipo menos pesado de arado (já empregado em algumas regiões de Portugal), que apenas riscasse a terra e não penetrasse tão profundamente nela, evitando, assim, danificá-la. Esse instrumento nunca foi enviado à capitania. Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos e Fronteiras*, op. cit., 204-208.

²⁰⁵ Dos inúmeros títulos enviados, destacamos: “Alcalis Fixos Tomo 1.º / Potassa”; “Artes de Fazer a Colla”; “Árvore Assucareira”; “Assucares do Rio”; “Collecção Ingleza sobre o Canamo”; “Concideraçõens Candida sobre a natureza do assucar”; “Cultura Americana”; “Cultura da Canella de Goa”; “Cultura da Urembeba”; “Cultura da Urubeba”; “Cultura das Batatas”; “Cultura do Canamo”; “Cultura do Canamo por Dechamel”; “Cultura do Cravo Girofe”; “Cultura do Tabaco na Virgínia”; “Cultura do Tabaco nos Estados Unidos da America”; “Cultura do Tabaco por Boston”; “Cultura do Tabaco por Smith”; “Cultura, e opolencia do Brazil”; “Descripção da Quina do Brazil”; “Descripção da Quina Quina”; “Extracto do methodo de se fazer Nitrato de Potassa, ou salitre de Chaptal”; “Extracto do modo de se fazer o Salitre nas Fabricas de Tabaco da Virginia”; “Extracto do Salitre”; “Extracto sobre o methodo de se preparar a Potássia”; “Folhetos da Cultura das Urumbebas”; “Folhetos do Cravo Girife”; “Helmintologia Portugueza”; “Instrucção sobre a combustão dos vegetaes”; “Memória sobre a Caneleira”; “Memória sobre a Cultura da Canelleira”; “Memória sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, por Frei Jozé Marianno da Conceição Velloso”; “Memória sobre a cultura dos Algodoeiros por Arruda”; “Memória sobre a Plantação dos Algodoens”; “Memória sobre a pratica de fazer o Salitre”; “Memória sobre a Reforma dos Alambiques, por João Manso Pereira”; “Memória sobre o Loureiro Cinamomo, ou Caneleira de Ceylão, por Manoel Jacinto Nogueira Gama”; “Memória sobre o método económico de transportar para Portugal a Agoardente”; “Memória sobre o Salitre, transladada de Theodoro D’ Urtubie”; “Memória sobre os Queijos de Roquefort”; “Método de preparar a Cochonilha”; “Mineralogia de

quantidade de cada título enviado variava, aproximadamente, entre 3 e 100, e os livros eram desde simples folhetos até edições luxuosas com estampas “iluminadas”. Dentre as obras há a famosa *Cultura e Opulência do Brasil*, escrita pelo padre jesuíta João Antônio Andreoni, que, pouco tempo após a publicação, em 1711, foi proibida e destruída por ordem da Coroa portuguesa, principalmente, por divulgar “as rotas do ouro e os processos de produção das mercadorias que constituíam a parte mais importante das trocas da metrópole: o fumo e o açúcar”²⁰⁶. Ora, o livro é, antes de tudo, um modelo estrito de como agir tanto na produção dos principais gêneros exportados para a Metrópole quanto no trato com escravos e demais senhores de engenho e lavradores. De tal forma que, se fora proibido e queimado em princípios do século XVIII, com o risco da conquista de outras nações, em fins do mesmo século e princípios do XIX²⁰⁷ figurava como importante referência na produção da capitania de São Paulo. Os conselhos e normas lá expostas, outrora arriscadas, agora se faziam indispensavelmente úteis²⁰⁸.

Vendo a prosperidade da agricultura das colônias de outras nações, foi “Sua Majestade” servida mandar imprimir livros com instruções “do que a experiência tem mostrado ser mais útil, e vantajoso”. Os livros deveriam ser vendidos a fim de “indemnizar” o valor da impressão feita pela Real Fazenda²⁰⁹. Em janeiro de 1800, d. Rodrigo de Souza Coutinho reiterava ao governador Castro e Mendonça para que os vendesse com a maior “brevidade” e remetesse o produto da venda para ser restituído à

Bergman”; “O Fazendeiro do Brasil Tomo 1º, parte 2ª (Assucar)”; “O Fazendeiro do Brasil Tomo 2º, parte 1ª (Anil)”; “O Fazendeiro do Brasil Tomo 3º, parte 2ª (café)”; “Pipireira Negra, por Frei Jozé Marianno da Conceição Velloso”; “Tratado das Abelhas”.

²⁰⁶ João Antônio Andreoni (André João Antonil). *Cultura e Opulência do Brasil (texto da edição de 1711)*. Introdução e vocabulário por Alice P. Canabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, 2ª. edição (1ª. edição de 1923), p. 29. André Mansuy Diniz Silva transcreve uma Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de março de 1711 em que são destacados os “perigos de se divulgarem os itinerários dos caminhos para as Minas”. In André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 52-53. Sobre a apreensão do livro, veja-se também Laura de Mello e Souza. “A conjuntura crítica no mundo luso-brasileiro de inícios do século XVIII”. In Idem. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América portuguesa do século XVIII*, op. cit., pp. 78-108, especialmente a partir da parte intitulada “A proibição de um livro perigoso”, à p. 84.

²⁰⁷ No início do XIX foram feitas diversas reedições do texto. Uma reedição integral, entretanto, surgiu apenas em 1837. Cf. André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva, op. cit., p. 16.

²⁰⁸ As cartas de d. Rodrigo de Souza Coutinho para Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, informando a remessa de livros para serem vendidos na capitania paulista, são inúmeras, citaremos apenas a direção delas, sem o título, a fim de não estender demais a nota. Cf. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 35, 43, 47-49, 51, 131-132, 145, 146, 166, 197, 198, 202, 209, 218, 219 e 240.

²⁰⁹ “Do referido Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre introduzir maior facilidade, e melhor methodo na cultura, e preparo das produções do Paiz, e outros objectos, que abaixo se declaram” 3 de abril de 1798. In Ibidem, p. 51.

Real Fazenda²¹⁰. Esse era o problema. Vender os livros tornou-se tarefa quase impossível, uma vez que não havia lavradores que os quisessem comprar. Castro e Medonça decidiu, num primeiro momento, dar alguns e, em fevereiro de 1802, apontava como única saída distribuí-los gratuitamente, cubrindo as despesas com os valores arrecadados do novo imposto da contribuição literária. O fato de a Coroa insistir em *vender* tais livros, excusando-se do ônus da impressão deles, significou “obstáculo” adicional à acolhida por parte dos paulistas dos manuais agrícolas, pelos quais se espalharia mais facilmente uma política agrícola específica²¹¹.

De pouco, ou de quase nada, adiantaria para o crescimento da capitania uma agricultura exportadora se os produtos paulistas continuassem sendo levados ao porto do Rio de Janeiro, e não ao de Santos. Prática comum em São Paulo, foi incentivada até mesmo por governantes da capitania fluminense.

Em ofício de julho de 1776, o marquês de Lavradio informava ao governador e capitão-general Lobo de Saldanha da importância da plantação do tabaco, bem como de sua disseminação tanto na capitania de São Paulo como na do Rio de Janeiro. Considerando que seria muito conveniente que se praticasse como na Bahia, “com a sua Cultura, Colheita, e fabrico”, aproveitava para comunicar que lhe foram remetidos daquela capitania alguns mestres que sempre se ocuparam no fabrico de tabaco. Porém, continua o marquês, as vilas do Rio de Janeiro não eram as mais próprias para a produção do gênero como o eram as vilas paulistas de Taubaté, São Luis do Paraitinga, Ubatuba e São Sebastião. Sabendo da abundância e fertilidade das terras desses lugares, mandou que os mestres da Bahia lá fossem promover a plantação e fábrica do tabaco para serem, depois, enviados ao porto do Rio de Janeiro e, de lá, “lhes dar sahida, enviando-os para o Porto de Lisboa, e os das Costas do Mina, que hé o modo com que sempre se tem dado sahida ao Tabaco da Bahia”.

Todo esse intróito do marquês preparava a derradeira informação de que ele tinha escrito aos capitães-mores e comandantes das referidas vilas da capitania de São Paulo para que “fizessem promover nos seus respectivos Dstrictos os referidos Estabelecimentos, pela forma, e método que determinassem os Mestres, obrigando os Povos a praticarem tudo o que elles mandassem observar a este respeito”. Ora, o

²¹⁰ “[Carta] Do Sobredito Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre o General fazer vender com brevidade, os Impressos, e remetter o seu Producto ao Official Maior da Mesma Secretaria”. 29 de janeiro de 1800. In *Ibidem*, p. 202.

²¹¹ Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005, pp. 111-112.

marquês, do alto de sua benevolência, acabou passando por cima da autoridade do governador de São Paulo, e, como bem sabia disso, conclui:

Vossa Excelência perdoeme o mandar eu na sua Capitania, donde conheço nam devo determinar couza alguma, o que fiz tão somente por ter descoberto o meio com que a dita Capitania póde restabelecer da ruína, e decadência em que se acha, fazendose em breve tempo muito opulenta, e não querer, que houvesse a mínima demora em se praticar, o que me ocorreu para o seu aumento, afim de se lhe não demorar por mais tempo esta grande felicidade.²¹²

Deixando de lado o abuso do vice-rei em mandar na capitania de outrem, o que interessa, nesse momento, é destacar que, certamente, a produção de tabaco ajudaria muito no desenvolvimento da agricultura exportadora da capitania, e, também, traria riquezas para seus produtores. No entanto, tal bem-aventurança, segundo o marquês de Lavradio, só estaria completa se o tabaco produzido por São Paulo fosse exportado para Lisboa ou para Costa da Mina pelo porto do Rio de Janeiro. Não é por acaso que ele dá grande destaque a essa condição, quase corriqueira, já que todos, inclusive os da Bahia, a praticavam. A despeito dos esforços do vice-rei, a produção de tabaco não chegou a vingar na capitania paulista²¹³.

O envio de gêneros de São Paulo para a capital do Brasil não era raro. O açúcar estava na pauta dos produtos paulistas que eram reexportador pelos portos fluminenses. A grande confusão causada quando, anos mais tarde, Bernardo José de Lorena centralizou as exportações de açúcar da capitania no porto de Santos tem relação com os interesses desses mesmos negociantes do Rio de Janeiro, para os quais, ao que parece, o marquês de Lavradio dava grande atenção²¹⁴.

Em 1789, por ordem do governador de São Paulo, era determinado que só podiam ser enviados sem licença para fora da capitania paulista os milhos, feijões, farinhas, toucinhos, fumos “e todos os pomos e raízes que a terra produzir”. Por outro lado, os

²¹² “Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre a importância de se cultivar o tabaco na capitania de São Paulo”. 12 de julho de 1776. In *Ibidem*, pp. 117-119.

²¹³ Cf. “Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre o General Informar por aquella Secretaria da razão porque desta Capitania se não exporta Tabaco para o Reino com se pratica na Bahya etc.” 8 de junho de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., p. 164.

²¹⁴ Em projetos e medidas tanto do marquês de Lavradio como de seu sucessor, conde Rezende, é evidente a proteção ao “mercado do Rio”. Maximiliano Mac Menz. *Entre dois Impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*, op. cit., p. 202; sobre as queixas do vice-rei contra a centralização do comércio no porto de Santos ordenada por Lorena, pp. 200-201.

açúcares, gomas, arrozes e aguardentes não podiam sair sem licença, e, caso houvesse comprador em Santos que os quisesse carregar em algum navio que lá se encontrasse, estes deviam ser vendidos a eles, pelos preços que se pagavam no Rio de Janeiro. Não podiam, em hipótese alguma, sair tais gêneros da capitania se nela houvesse quem os quisesse comprar²¹⁵. Anos mais tarde, Lorena contava a seu sucessor do esforço para evitar a saída dos produtos paulistas pelo porto do Rio de Janeiro, dizendo que os negociantes de São Paulo mereciam o nome de “caixeiros” dos comerciantes do Rio. Explicava, por fim, que antes da centralização das exportações em Santos, pagava-se a dízima na Alfândega do Rio de Janeiro, e apresentava-se a guia de pagamento no porto de Santos. Agora, a situação estava invertida: “fica aqui o dinheiro e vai para lá o papel”²¹⁶.

O juiz de fora da praça de Santos, em março de 1788, justificava ao secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, a demora da galera Santa Rita naquele porto. Afirmava que a ruína da embarcação era iminente, já que a carga pronta para ser enviada das vilas da capitania para Santos fora extraviada para o Rio de Janeiro, e, outras, transportadas por diversas sumacas. Para resolver o problema, lamentava que tivera de utilizar um poder que não tinha, qual seja, o de mandar descarregar todas as sumacas, evitando seus deslocamentos e, em seguida, comunicando ao marechal, e governador interino, José Raimundo Chichorro da Gama Lobo²¹⁷. O problema relatado não era exclusivo do governo interino de Raimundo Chichorro. Seu antecessor, Francisco da Cunha Menezes, enviou diversas cartas para o capitão-mor de Itu, e senhor de engenho, Vicente da Costa Taques Goes e Arruda para que fizesse despachar para o porto de Santos os açúcares produzidos na vila, e, assim, garantir o carregamento das embarcações que lá atracavam e ficavam a espera do gênero²¹⁸.

²¹⁵ “Ordem de Lorena para que os generos da capitania de São Paulo fossem exportados pelo porto de Santos”. 28 de dezembro de 1789. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo / Typografia Andrade & Mello, 1901, vol. 31, pp. 189-199.

²¹⁶ “Carta de Bernardo Jozé de Lorena a Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça com inúmeras informações sobre o estado das coisas na capitania de São Paulo”. s/d. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 204-210.

²¹⁷ “Ofício do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real”. 17 de março de 1788. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 532.

²¹⁸ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Arruda expedir os açúcares da vila para embarcação que se encontra no porto de Santos”. 15 de abril de 1785. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 154.

O comércio com o Rio de Janeiro era bastante comum entre as vilas da marinha da capitania paulista, uma vez que aquele porto era mais próximo delas do que o de Santos. Os esforços, por meio de cartas e ordens, empreendidos por Bernardo José de Lorena a fim de evitá-lo foram inúmeros. Em julho de 1788, o governador enviava carta ao capitão-mor da vila de São Sebastião pedindo informações sobre os preços a quantidade de açúcar produzido lá e em suas vizinhanças. Mandava que o capitão-mor não permitisse a saída do produto para o Rio de Janeiro enquanto houvesse quem o comprasse na capitania ou o embarcasse para a Europa no porto de Santos. E, insistia Lorena, “se nisto houver algum inconveniente desses Povos, me dará logo parte”²¹⁹. Ora, o senhor de engenho era, antes de tudo, um empresário. E, como tal, venderia seu produto a quem oferecesse um preço melhor. Além disso, é bem possível que já tivessem uma relação estabelecida com os comerciantes do Rio de Janeiro. Uma das queixas contra a ordem de 1789 fazia referência justamente a essa questão. Reclamava o tenente-coronel da vila de Ubatuba, Cândido Xavier de Almeida e Souza, que em Santos não havia mais de quatro comerciantes, e, unidos, davam sempre o menor preço aos produtos. Firmava que o interesse do lavrador era vender seus gêneros a quem melhor os pagasse, independente de quem fosse²²⁰.

As vilas da marinha não eram as únicas que comerciavam com o Rio de Janeiro. Mesmo os produtores da região de serra-acima costumavam tratar com os negociantes fluminenses. Ao saber que os senhores de engenho de Itu estavam exigindo um preço exorbitante por seus açúcares e, desse modo, estorvando o carregamento de um navio que se encontrava no porto de Santos, Bernardo José de Lorena enviou, ao capitão-mor daquela vila, carta reprovando a ação. O capitão-general dizia-se admirado pela tola procura e andança dos senhores de engenho atrás dos negociantes da distante capitania do Rio de Janeiro, se comodamente poderiam esperar que compradores fossem às suas casas “comprar quanto se puder fabricar”. Pelo que se pode depreender da carta de Lorena, os senhores de engenho de Itu declararam um preço absurdo por seus açúcares ao comprador de Santos para não terem que vendê-los a ele e, assim, poder tratar com os do Rio. A atitude era encarada como falta grave com a “Pátria” e com a própria

²¹⁹ “Carta (cópia) de Bernardo José de Lorena para o capitão-mor da vila de São Sebastião pedindo informação sobre a produção de açúcar daquela vila e para que se não passem açúcares para o Rio de Janeiro”. 18 de julho de 1788. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 538.

²²⁰ “Parecer sobre a conveniencia dos generos de S. Sebastião e Ubatuba serem exportados pelo porto de Santos”. 15 de outubro de 1797. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol 31, op. cit., pp. 189-198.

capitania. Pedia, então, ao capitão-mor da vila, que chamasse a sua presença todos os senhores de engenho e exclamasse que não se podia acreditar numa “ação tão feya”, declarando que todos aqueles que, inocentes dessa injúria, vendessem seus produtos como se costumava fazer, ficariam “muito” na “lembrança” do governador. Caso alguém insistisse, “esquecido do bem do Estado e da sua própria conveniência, só por alguma má intenção”, o capitão-mor não o deixaria vender, para pessoa que fosse, por valor menor do que “o exorbitante preço”, mesmo que isso significasse perda dos gêneros por não haver quem os comprasse. Se o transgressor intentasse vender por menos, seria preso²²¹.

Mesmo após a centralização das exportações no porto de Santos, a vigia do capitão-general era constante. Quase três anos passados, o secretário do governador comunicava ao capitão-mor de Itu da ordem de aprontar todo o açúcar da vila e enviá-lo a Santos, pois, tendo produzido onze mil trezentas e vinte arrobas, só tinha encaminhado ao porto pouco mais de uma centena²²².

Oito anos depois da ordem de 1789, na administração de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, as reclamações das vilas do litoral continuavam²²³. Castro e Mendonça, contrário à determinação anterior, trabalhou para que ela fosse eliminada pouco a pouco e, finalmente, deixar livre o comércio em novembro de 1798²²⁴. O rei considerava adequada a liberdade do comércio, a venda de produtos para quem desse o melhor preço e o fim do monopólio de um único porto, no entanto, era preciso garantir que o comércio direto entre Santos e Lisboa continuasse e, ainda, crescesse. A “sinistra impressão” que se tinha era que na administração de Castro e Mendonça esse comércio diminuía substancialmente. O rei aconselhava, então, que o governador meditasse sobre a questão e descobrisse os meios “com que se poderia fazer reviver e animar o Commercio directo de Santos com os Portos do Reino”²²⁵. Análise das saídas de

²²¹ “Carta (cópia) de Bernardo José de Lorena para o capitão-mor da vila de Itu sobre os senhores de engenho daquela vila não embarçarem o comércio de açúcar do porto de Santos”. 15 de março de 1789. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fls. 538-538v.

²²² “Carta (cópia) do secretário José Romão Jeunot para o capitão-mor da vila de Itu sobre mandar remeter o açúcar produzido na vila para o porto de Santos”. 6 de dezembro de 1792. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 546.

²²³ Cf. “Provisão do Conselho Ultramarino sobre o requerimento da Camara da Villa de São Sebastião”. 27 de novembro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 29, op. cit., pp. 130-134.

²²⁴ Cf. “[Carta] para o dito secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre ter facilitado o Comercio interior da Capitania”. 15 de abril de 1799. In *Ibidem*, pp. 135-136.

²²⁵ “Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre diferentes objectos que abaixo se declaram”. 4 de novembro de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São*

embarcações do porto de Santos aponta que, depois de 1789, o número delas subiu consideravelmente (Gráfico 5). Se a isso se deve acrescentar o crescente volume da produção da capitania, a centralização das exportações dos principais gêneros naquele porto é, todavia, a consequência mais evidente. Com a liberdade, é claro que ao menos as vilas da marinha retomariam o comércio com o Rio de Janeiro²²⁶.

Gráfico 5 - Saída de embarcações do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)

FONTE: Tabela 15.

As estratégias para garantia e efetivação de interesses não vinham só por parte da Coroa portuguesa, na figura dos seus governadores e capitães-generais. A elite colonial também agiu no sentido de assegurar a manutenção e, se possível, a reprodução de suas riquezas e poderes, fosse no âmbito mais restrito de suas ligações interpessoais²²⁷ fosse na dinâmica da administração colonial. A produção açucareira insere-se, aí, como

Paulo, vol. 89, op. cit., pp. 190-195; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, códice 424, fls. 172-175v.

²²⁶ Vale lembrar que o sucessor de Castro e Mendonça, Antonio José da Franca e Horta, reinstaurou a ordem de Lorena e a centralização das exportações no porto de Santos.

²²⁷ Carlos de A. P. Bacellar mostra a importância do casamento na “construção, manutenção e transmissão de fortunas” das elites do Oeste paulista. Carlos de A. P. Bacellar. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU / Unicamp, 1997, pp. 97 e seguintes.

potencializadora de nova relação entre essa elite e o poder real, na medida em que além de proporcionar maior riqueza, ampliou, em algum sentido, o estatuto social de determinados sujeitos. Por sinal, é justamente com o argumento de que a enorme distância da vila de Jundiá estava prejudicando a lavoura dos “engenheiros” da freguesia de Campinas, que lá deviam ir para “servirem os cargos da Republica da ditta Villa”, que, em abaixo-assinado de outubro de 1797, pediu-se a elevação da freguesia em vila²²⁸. Na portaria de 16 de novembro do mesmo ano, o governador e capitão-general Castro e Mendonça ordenou, então, que se fizesse erigir a povoação da freguesia de Campinas em vila, atendendo, assim, aos pedidos dos moradores que alegavam, dentre outra coisas, o fato de os “homens bons” serem “obrigados a ir servir a referida Villa de Jundiah de oito, dês, doze, e catorze léguas de distância, o que lhes causava maior vexame e prejuizo, por deixarem ao desamparo as suas cazas, familias, Lavouras de assúcar, em que a maior parte delles se occupam”²²⁹. Das 44 assinaturas da petição enviada pelo vigário da freguesia de Campinas ao governador de São Paulo, 22 são de senhores de engenho²³⁰.

À fundação de vilas vinculava-se a possibilidade de ascensão social, e um meio de preservar ou obter determinados benefícios. As câmaras municipais funcionaram, muitas vezes, como um primeiro espaço dentro do qual, e pelo qual, um sujeito se destacava socialmente²³¹. De mais a mais, competiam às câmaras as mais variadas ordens de assuntos relativos às suas respectivas vilas, “fossem de natureza administrativa, policial ou judiciária”²³². A extensão do poder das câmaras variou, na América Portuguesa, de um lugar para outro; umas com mais, outras com menos²³³. Na

²²⁸ “Carta do vigário da freguesia de Campinas, Joaquim José Gomes, expondo o desejo dos moradores de Campinas para que a dita freguesia seja elevada à categoria de vila”. s/d [provavelmente 29 de outubro de 1797, data do atestado incluso]. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 3, 1913, 3ª edição (1ª edição e 1894), pp. 3-5.

²²⁹ “Portaria do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, elevando a freguesia de Campinas em vila, sob o nome de vila de São Carlos”. 16 de novembro de 1797. In *Ibidem*, pp. 11-12.

²³⁰ Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit.

²³¹ Cf. Edmundo Zenha. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto progresso Editorial S. A., 1948, p. 92.

²³² Victor Nunes Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, 2ª edição (1ª edição de 1948), p. 61.

²³³ No caso de Salvador, por exemplo, a câmara, no século XVIII, tinha poder de influencia tão grande que a coroa precisou e utilizou dela para executar, nas vilas circunvizinhas, “suas determinações, sobretudo no que dizia respeito à área fiscal”. Cf. Avanete Pereira Sousa. “Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII)”. In Maria Fernanda Bicalho ; e Vera Lucia Amaral Ferlini. *Modos de Governar. Idéias e práticas no Império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 321-322.

capitania de São Paulo, ainda que esse poder não fosse, de todo, tão amplo, a influência delas ante a autoridade régia foi significativo instrumento na defesa dos interesses da elite colonial.

As câmaras, instâncias emblemáticas do prestígio social, como também o foram as companhias de ordenanças e as casas de Misericórdia²³⁴, funcionaram, no processo de implementação e consolidação da lavoura açucareira exportadora na capitania de São Paulo, como um veículo pelo qual as elites locais puderam estabelecer, quando a situação o permitisse, algum tipo de negociação com a Coroa lusitana. Os governadores e capitães-generais, dado que seus papéis tiveram grande valor nas políticas de centralização das épocas pombalina e pós-pombalina, situaram-se como espécie de intermédio entre esses dois pontos, a colônia e a Metrópole. Todavia, é preciso destacar que considerar esse nível de negociação como evidência da *não* exploração da Metrópole sobre suas colônias é, no mínimo, perigoso. A negociação em tempo algum exclui a exploração; no limite, a torna mais perversa. No caso em pauta, complexa sobremaneira a dinâmica da exploração colonial.

Se, por um lado, os paulistas não eram de fino trato nem tão obsequiosos quanto se desejava no cumprimento das designações régias²³⁵. Por outro, a autonomia e o isolamento que os distanciavam da Metrópole não tiveram a proporção que se costumou alegar²³⁶. Os abusos, quando cometidos, não podiam ultrapassar o limite do tolerável, caso contrário, ainda que tardasse, seriam punidos. Assim, quando os irmãos Lourenço Leme e João Leme, possuidores de grande cabedal e prestígio, estavam prestes a receber as patentes de, respectivamente, provedor dos quintos das minas de Cuiabá e mestre-de-campo regente, recaíram sobre eles pesadas acusações: de participação em estupro a assassinato. Mesmo refugiando-se em fazendas ou reunindo grupo armado para auxiliar na fuga que se estendeu por mais de um mês, não foi possível escapar da condenação. Lourenço Leme foi morto enquanto dormia numa casa abandonada. Seu irmão,

²³⁴ Sobre a Misericórdia de São Paulo, veja-se Laima Mesgravis. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

²³⁵ Realmente, não foram os paulistas, ricos ou pobres, demasiado “fixos na obediência cega ao seu soberano” como queria fazer crer Luís dos Santos Vilhena. “Recopilação de Notícias da Capitania de São Paulo”. 1802. In *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 110.

²³⁶ Para a questão do isolamento paulista e, mais especificamente, paulistano, veja-se Ernani Silva Bruno. *Histórias e Tradições da cidade de São Paulo*. 3 vols. São Paulo: Hucitec / Secretaria Municipal da Cultura, 1991, 4ª. edição (1ª. edição de 1953), vol. 1, pp. 38-44. A idéia de isolamento de São Paulo exerce influência inclusive em análises em que o “presente é explicado pelo passado”. Assim, o “dinamismo da metrópole contemporânea, o seu processo de crescimento econômico a partir da lavoura cafeeira, a industrialização, etc. são explicados pelo culto de «valores» desenvolvidos no isolamento do planalto”. Raquel Glezer. *Chão de terra – um estudo sobre São Paulo colonial*, op. cit., pp. 43-45.

“remetido para a Bahia, onde mandou a relação do Estado fazer-lhe os autos sumários e estando as culpas provadas, e não alegando o reo, cousa relevante em sua defesa, o condenou á morte; e foi degolado em alto cadafalso no ano de 1723; e foi condenado em seis mil cruzados para as despesas da relação”²³⁷.

O rei não era onisciente nem onipresente, mas tampouco sofria de acefalia²³⁸. Poderia ser tanto implacável qual ferro como maleável qual couro sem, todavia, perder sua “extraordinária consistência”²³⁹. A Coroa lusitana não podia prescindir de um bom vassalo. E se os casos de índios exibindo símbolos das Ordens Militares em suas tangas foram raros²⁴⁰, o uso de presentear reis e nobres africanos com hábitos da Ordem de Cristo não o foi²⁴¹. Na lógica da metáfora da organização corpórea da sociedade, a cabeça (ou o cérebro) ao enviar suas ordens deparava-se com imenso percurso, não livre de obstáculos, pelo qual deviam passar suas informações até que chegassem à mais longínqua célula; e quanto mais extenso fosse o corpo maiores seriam as dificuldades trazidas a seu regente. Não é o caso de relativizar o absolutismo. Trata-se, apenas, de entender as nuances desse poder, e, além disso, as estratégias pelas quais ele se manteve, fosse no combate às intrigas palacianas fosse na conquista dos confins de Matamba, fosse, ainda, no desenvolvimento da agricultura exportadora na capitania de São Paulo.

²³⁷ Pedro Taques Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo / Livraria Martins Fontes, sem data, 3ª. edição (2ª. edição, completa, de 1940/1944), tomo 3, p. 35.

²³⁸ A referência ao “sistema de governo” português na época moderna (diga-se, século XVII) como sendo característico de uma “burocracia descerebrada” é feita por Antonio Manoel Hespanha. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994 (1ª. edição espanhola de 1989), p. 288.

²³⁹ Tomamos emprestada a metáfora utilizada por Sérgio Buarque de Holanda ao referir-se à “implantação” do europeu num “país estranho”. Sérgio Buarque de Holanda. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000, 1ª. reimpressão da 3ª. edição de 1990 (1ª. edição de 1945), p. 16.

²⁴⁰ Esse exemplo foi apresentado pela Profª. Drª. Fernanda Olival no curso de extensão *Mobilidade Social no Portugal Moderno e no Império Português (séculos XVI-XVIII)*. Promovido pela Cátedra Jaime Cortesão da FFLCH/USP, e ministrado entre os dias 21 e 23 de setembro de 2005.

²⁴¹ Cf. David Birmingham. *Portugal e África*. Lisboa: Vega, 2003 (1ª. edição inglesa de 1999), p. 97.

Capítulo III
ENTRE OS QUE SERVEM A SUA MAJESTADE

Em carta a seu primo, frei Gaspar da Madre de Deus¹, Pedro Taques Paes Leme dava notícia do andamento dos “escritos” aos quais deu início sob o título de “Nobiliarchia Histórica, e Genealógica dos Lemes da Capitania de São Paulo”, cujo objetivo era fazer ver ao mundo a importância dos paulistas, bem como de sua família, “Soccorrendo, Conquistando, e Descobrimdo”². A 31 de maio de 1775, em outra carta, Taques expressava entusiasmo, ao abade beneditino, pelas últimas descobertas que fizera em algumas memórias da Torre do Tombo. “Aqui tenho descoberto”, afirmava, “o que totalmente ignorávamos do nosso Ascendente Pedro Leme. Agora Saberá, que este Fidalgo veio da Madeira para o Serviço de El Rey D. João o 3º, mandado por seu Pai Antão Leme da Camera, e as instâncias de seus Tios ou Armeiro mor, e outros Illustres Fidalgos”³. E, desse modo, continuava descrevendo os achados sobre o parente fidalgo, com quem casara, de quem era neto, filho, avô, como veio parar na América etc.

Essa busca pela origem da família, de seus ascendentes, não era por acaso nem mero passatempo. Convém notar como, no caso da capitania de São Paulo em fins do século XVIII, a construção de genealogias, qual a feita por Pedro Taques⁴, insere-se em certa tradição, e estratégia, de reputar a determinada família feitos dignos, exercício de importantes cargos, e, principalmente, origem *fidalg*a. Todavia, isso não significa que todos aqueles que se intitulavam nobres realmente o fossem. Que um ou outro sujeito tivesse algum parente *fidalg*o, é bem possível. Contudo, é necessário entender que essa “nobreza da terra” – e no caso de São Paulo isso é bem claro – era mais “da terra” do que “nobreza”. Tendo isso em mente, é possível perceber com mais clareza o sentido social das tramas para que se fosse reconhecido enquanto “nobre”, enquanto um “principal da terra”; e, aqui, a construção de genealogias é mais dentre os diversos instrumentos para se forjar essa distinção. Fundamental para essa realidade, em que social, político e econômico estavam absolutamente imbricados.

¹ “Súmula biográfica” de frei Gaspar da Madre de Deus, elaborada por Affonso de E. Taunay, encontra-se em frei Gaspar da Madre de Deus. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Editora Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1975, pp. 7-26.

² “Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar da Madre de Deus, dando notícia do livro que está escrevendo, e outras coisas”. 29 de novembro de 1775. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1894, vol. 4, pp. 10-20.

³ “Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar da Madre de Deus, dando notícia das descobertas genealógicas que fez sobre o seu ascendente Pedro Leme, e outras coisas”. 31 de maio de 1775. In *Ibidem*, pp. 21-24.

⁴ Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo / Livraria Martins Fontes, sem data, 3ª. edição (2ª. edição, completa, de 1940/1944).

Nem Bugres Rebeldes Nem Mansos Fidalgos

Os estratagema utilizados para a obtenção de riqueza, prestígio e poder, no caso de São Paulo na segunda metade do século XVIII, foi apontado como fruto de disputa pontual entre uma elite antiga e uma elite que estava se constituindo na capitania paulista⁵. Não havia, entretanto, contendas entre dois blocos, ou seja, famílias antigas *versus* comerciantes. Havia, sim, desavenças entre inúmeros blocos, entre famílias antigas, entre comerciantes, entre grupos que se uniam num momento e, em outro, entravam em conflito, numa relação difícil de apreender e sintetizar, a menos que se faça caso a caso. Dentro desse plano, a elaboração de genealogias, portanto, não estava vinculada a uma rivalidade específica, mas à construção de instrumentos reiterativos de certa distinção social, que, ao mesmo passo, incluíam alguns poucos e excluía a grande massa indigna de compor esse grupo, na visão dos genealogistas, tão homogêneo.

Se, por um lado, é indispensável apreender esse movimento dos “homens-bons” da capitania, num outro sentido, é necessário ter certa cautela com as crônicas e relatos de viagem. Porque para um viajante francês, por exemplo, acostumado a um tipo específico de pompa, afetação e riqueza, a diferença entre um bugre e o mais distinto dos paulistas poderia ser quase imperceptível⁶. É claro que poderíamos presumir alguma má vontade por parte

⁵ Cf. Kátia Maria Abud. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo: FFLCH – USP, 1985, tese de doutorado, p. 86.

⁶ Esse choque entre a realidade da Europa e a da América Portuguesa, em especial da capitania de São Paulo, fica evidente nas declarações, datadas de 1767, que d. Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão, fidalgo da Casa Real e acostumado às coisas do reino, faz a respeito do estado em que achou a capitania paulista: “Observey as Povoações, e achey que todas são pequenas, ainda as de mayor nome, faltas de gente, e Sem nenhum modo de ganhar a vida, os Campos incultos, tudo cuberto de Mata brava, a Lavoura por mau methodo, pois só se planta em mato virgem pelo pouco que custa, e pela repugnância que tem de Se Sugeitarem ao mayor trabalho de cultivarem os Campos como nesse Reyno. Apenas colhe cada hum para Seu Sustento próprio, muito pouco sobeja para se vender ao publico. Ninguém trata de aproveitar os effeitos do Paiz, por Cuja cauza se acha o Povo reduzido á mais Lastimoza pobreza. [...] A disperção, que Se costuma habitar não permite a devida Civilidade nem a necessaria Doutrina Espiritual, de que procede, que esquecidos os homens das obrigações com que nascerão, seguem a dezordem natural dos Seus costumes, huns adormecendo-se nos Vícios, outros cometendo execrandos delictos, de que todos os dias se Ouvião as tristes noticias.”. Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao rei [D. José I], dando conta do estado em que achou a capitania, descrevendo e dando sugestões do que poderia ser feito a respeito das fortalezas, das tropas pagas e das ordenanças, da Provedoria, das povoações e da situação dos moradores. 1º de dezembro de 1767. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc 333. Sobre a ascendência e posição social de d. Luís Antonio de Sousa, ver Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, pp. 53-67, e, para uma síntese biográfica do mesmo, veja-se “Quadro Orgânico-funcional do Sistema e Subsistemas de Informação da Casa de Mateus”. In *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, pp. 46-49.

desse suposto viajante em reconhecer a elite de lugar tão física e simbolicamente distante. Mas o fato é que a elite paulista não era a elite francesa nem a reinol nem a baiana. É preciso, entretanto, observar qual é o universo dessa elite, até onde ela poderia chegar, e até onde não. Porque, assim como os paulistas não eram um bando de índios ignorantes da língua portuguesa⁷, havia diferenças entre as diversas *camadas sociais* da capitania.

É necessário, aqui, destacar brevemente algumas questões importantes sobre a mestiçagem paulista em especial. Não podemos chegar ao extremo de, como já foi costume, reputar aos paulistas descendências de “homens de qualidade, de fidalgos de sangue, da velha nobreza portuguesa e hispânica que para nós e nossos filhos conquistou, povoou e construiu a nossa pátria, grande e unida”⁸. Os paulistas eram, com efeito, descendentes de indígenas; são muito raros, nas genealogias, os casos em contrário⁹. Ora, mas não eram também os outros habitantes do Brasil? Lembremos que o frei Jaboatão abria o seu *Catálogo Genealógico* citando o casamento do português Jerônimo de Albuquerque com a índia Arco-Verde, depois, d. Maria do Espírito Santo Arco-Verde, dos quais descenderiam os principais da capitania de Pernambuco¹⁰.

⁷ Sérgio Buarque de Holanda, já em 1945, propunha interessante interpretação a respeito da língua-geral: “[...] Nada impede, com efeito, que êsses testemunhos [sobre o uso da língua-geral em São Paulo] aludissem sobretudo às camadas mais humildes (e naturalmente as mais numerosas) do povo, onde a excessiva mistura e a convivência de índios quase impunham o manejo constante de seu idioma. [...] Que os paulistas das classes educadas e mais abastadas também fossem, por sua vez, muito versados na língua-geral do gentio, comparados aos filhos de outras capitanias, nada mais compreensível, dado seu gênero de vida”. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, 5ª. edição (1ª. edição de 1936), pp. 90. Essa discussão encontra-se na nota 2 do capítulo IV, pp. 88-96. Trata-se de artigos publicados pelo autor em 1945 no jornal *Estado de São Paulo* e inseridos no livro a partir da 2ª. edição, de 1947. Um pouco mais recentes, as considerações de John Monteiro sustentam que a língua-geral imputada aos habitantes de São Paulo nada mais era do que o “português colonial, corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas”. “Parece provável”, pondera Monteiro, “que, acompanhando a evolução do regime de escravidão indígena ao logo do século XVII, tenha se desenvolvido uma forma ancestral do dialeto caipira, aliás fortemente marcado pela presença de palavras de origem guarani. A população escrava, de fato predominantemente guarani porém crescentemente heterogênea a partir da segunda metade do século, era basicamente bilíngüe, apesar de muitos índios sentirem dificuldades de expressar-se em português”. John Monteiro considera, ainda, que o domínio da língua-geral em São Paulo fosse, já em meados do século XVII, exclusivo de especialistas. John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, 4ª. reimpressão (1ª edição de 1994), pp. 164-165.

⁸ Henrique Oscar Wiederspahn. “Significado da Nobreza Paulistana Tradicional”. In Afonso de E. Taunay et alii. *São Paulo em Quatro Séculos*. 2 vols. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, vol. 2, p. 81.

⁹ Cf. Carlos da Silveira. “Famílias Paulistas. Alguns nomes ilustres”. In *Ibidem*, vol. 1, p. 178, e, para uma listagem dos estudos genealógicos sobre São Paulo publicados em revistas e anuário, pp. 205-210. Lembramos, ainda, que, imbuído das teorias científicas sobre as raças, próprias do período, Alfredo Ellis afirmava ser raro o sertanista de São Paulo “que não tivesse entre os seus próximos ascendentes um genuíno representante da raça de bronze [ou seja, um indígena]”. Alfredo Ellis. *Raça de Gigantes: a civilização no Planalto Paulista*. São Paulo: Editorial Hélio Ltda., 1926, p. 61.

¹⁰ Cf. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão. “Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caramurus na Bahia ...”. 1768. In Pedro Calmon. *Introdução e*

Seja como for, ao “homem-bom” paulista estava patente quem era quem na capitania. Quem era seu partidário, quem era digno de apreço, quem era merecedor de privilégios. E, caso – e, às vezes, não tão por acaso assim – esse sujeito se esquecesse dos deveres e/ou prerrogativas de algum indivíduo, os governadores, ou outros ministros da administração régia, haveriam de o lembrar. Exemplo disso encontramos no ofício de 4 de junho de 1783, no qual o governador Francisco da Cunha Menezes ordenava, a diversos capitães-mores de vilas da capitania paulista, que fosse escolhido determinado número de homens para serem recrutados como soldados. Advertia o governador para que preferissem sempre os vadios e desocupados, se os houvesse, e, caso contrário, deveriam ser escolhidos aqueles que, mesmo “ocupados na Agricultura”, fizessem menos falta a ela, e fossem “menos úteis a essa Republica”¹¹.

Três anos mais tarde, em janeiro de 1786, o mesmo governador, em sentido inverso, repreendia o capitão-mor da vila de Sorocaba, Cláudio Madureira Calheiros, por querer recrutar filhos de pessoas importantes da capitania, como do mamposteiro das bulas¹² e do tenente-coronel Paulino Aires¹³. “Não menos me admiro”, admoestava o governador, “de que em húa Povoação, como essa, e que eu observe pela lista [nominativa], não ache Vossa mercê hum tão pequeno número de soldados, sem querer hir entender com os filhos de Mamposteiro das Bullas, e com os do Tenente Coronel Paulino Ayres; quando deve entender que estes são privilegiados, por serem filhos de hum Oficial Mayor, e aqueles gozão das graças concedidas a seu Pay: Assim o deve Vossa mercê ter entendido, e ficar advertido para se haver com mais acordo e ponderação nas diligências do Real Serviço”¹⁴.

notas ao catálogo genealógico das principais famílias, de frei Antônio de Santa Maria Jaboaão, 2 vols. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985, vol. 1, pp. 47-48. Devemos a Rodrigo M. Ricupero a referência à obra de Jaboaão.

¹¹ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Mogi das Cruzes ordenando que escolha cinco nomes de sujeitos para recrutar como soldados”. 4 de junho de 1783. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1961, vol. 85, p. 83. Ofícios com o mesmo teor foram enviados para os capitães-mores de mais 20 vilas.

¹² Mamposteiro era um arrecadador de esmolas destinadas a resgatar os cativos de guerra. Cf. Antonio Manoel Hespanha. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994 (1ª edição espanhola de 1989), pp. 211-212. Não conseguimos saber o nome do mamposteiro a quem se referia Francisco da Cunha Menezes.

¹³ Paulino Aires de Aguirra foi senhor de engenho com 71 escravos, além de possuir “fazenda de criar” e exportar para o Rio de Janeiro “anualmente 200 bois”. Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e Sobreviver em uma vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 107.

¹⁴ “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Sorocaba Claudio Madureira Calheiros ordenando que corrija o equívoco que contra pessoas privilegiadas da capitania”. 19 de janeiro de 1786. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 184.

Os privilégios, aos quais se referia o governador, poderiam tomar desde formas mais diretas, como a desobrigação de exercer o posto de soldado nas companhias militares, até as indiretas, como a brandura no tratamento de desertores. José de Medeiros Souza, filho do capitão José de Souza Nunes, era soldado auxiliar de cavalaria da companhia do capitão Policarpo Joaquim de Oliveira. Tendo que se apresentar para fazer o destacamento na cidade de São Paulo, o soldado passou, ocultamente, para o Rio de Janeiro e lá se recolheu, sem apresentar-se ao capitão da companhia de que fazia parte. Sendo o “desobediente soldado” genro do capitão-mor da vila de Parnaíba, o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha desejou mostrar a sua “clemência”, em vez de o castigar. Enviou carta a Antonio Correia de Lemos Leite, o sogro do soldado, na qual asseverava que se José de Medeiros Souza não se apresentasse imediatamente ao seu capitão, “fardado e pronto para o serviço”, o prenderia e castigaria, “como merece a sua rebeldia”, e, para que não restassem dúvidas sobre a gravidade da questão, completava afirmando que a pena seria estendida “a todos os que para semelhantes desobediências” o ajudassem¹⁵.

Dentre os meios para se destacar, e inserir-se no rol dos dignos de privilégios, havia a posse de altos cargos nas companhias militares. Uma das tarefas iniciais do morgado de Mateus, enquanto primeiro governador da São Paulo restaurada, foi a reorganização militar da capitania¹⁶. Preocupou-se com o recrutamento dos soldados e com a cooptação dos “principais da terra” para os cargos mais importantes, tanto nas companhias de ordenanças como nas tropas auxiliares. As mesmas prerrogativas dos oficiais das tropas pagas foram, então, estendidas aos das auxiliares e, depois, até mesmo aos das ordenanças¹⁷. Os privilégios não eram apenas desejados, mas a todo momento reafirmados e reivindicados.

Em representação à rainha, capitães-mores de ordenança da capital e de diversas vilas da capitania lembravam das prerrogativas concedidas a eles e às tropas auxiliares de São Paulo, “com os mesmos foros, franquezas, e privilégios de tropa paga”, conforme, no reino, o alvará de 24 de novembro de 1645, e, na capitania, as cartas de d. Pedro II ao governador

¹⁵ “Para o Capitão Mor da Parnaíba Antonio Correya de Lemos Leyte [sobre o filho de um capitão e genro do dito capitão mor dever se apresentar ao capitão da companhia auxiliar de cavalaria, da qual é soldado]”. 16 de julho de 1776, e “Para o Capitão de Cavalaria Auxiliar da Villa de Parnaíba Policarpo Joaquim de Oliveira [sobre o genro do capitão mor que é soldado da companhia de auxiliar de cavalaria]”. 16 de julho de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1954, vol. 75, pp. 160-163.

¹⁶ Sobre a reorganização militar da capitania no governo do morgado de Mateus e, especialmente, sobre as companhias de ordenanças, veja-se Nanci Leonzo. “As Companhias de ordenanças na capitania de São Paulo – das origens a governo do Morgado de Matheus”. In *Coleção Museu Paulista, série de História*, vol. 6. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, pp. 124-239.

¹⁷ A listagem desses privilégios encontra-se em Nanci Leonzo, *ibidem*, p. 210.

Artur de Sá Menezes, de 11 de setembro de 1697 e 6 de outubro de 1698. Informavam, ainda, que em carta de 22 de março de 1766, ao morgado de Mateus, o rei d. José I ao criar os terços de auxiliares e ordenanças “lhes assignalou novamente os mesmos foros, franquezas, e privilegios de Tropa paga”. Alegando que foram “privados” dessas prerrogativas e tratados de modo bastante inferior aos auxiliares, suplicavam à rainha que restituísse a eles esses direitos. Justificando, por fim, que os capitães-mores não só se igualavam aos mestres-de-campo e coronéis dos terços auxiliares nas funções referentes à chefia de corpos militares, mas os excediam “no continuado de todo o dia, e de todo o anno no Commandamento das suas Villas respectivas”¹⁸.

Com relação às distinções, nunca é demais destacar seu valor também no plano simbólico. Assim, um sujeito *digno* levaria consigo algum sinal que mostrasse ou o cargo que ocupava ou a mercê que recebera. Era freqüente que oficiais das ordenanças, tendo baixa ou por velhice ou por outro motivo, seguissem usando as insígnias e galões de seus postos, ainda que essa prática fosse proibida¹⁹. Contudo, o fato de os “principais da terra” quererem ser vistos como “nobreza” é apenas uma face dessa realidade, uma vez que se insere no rol das honrarias, das distinções, incansavelmente buscadas, que, quando obtidas, deveriam ser, obviamente, exibidas. Roupas, títulos, insígnias, gestos, bens materiais formam um conjunto simbólico indispensável à diferenciação entre os diversos *grupos sociais* da colônia.

A necessidade de criar conceitos que dêem conta da realidade de uma sociedade tão complexa como a do Brasil colonial é, pois, evidente. Essa busca não é exclusiva das discussões contemporâneas. Florestan Fernandes, em 1976, já apontava a indispensabilidade de “precisão no uso de conceitos e categorias históricas apropriados à compreensão, descrição e interpretação” da sociedade colonial. Para tanto, a fim de captar essa “diferença específica”, propunha, heterodoxamente, o uso “simultâneo” de conceitos e categorias históricas como *casta*, *estamento* e *classe* para o entendimento da divisão social na América Portuguesa. A partir daí, Fernandes pôde sintetizar a sociedade colonial como composta por um “núcleo central” dominante, de brancos, e, no extremo, os escravos “índios, negros ou mestiços”. À margem, a população livre pobre, “que se identificava com o segmento dominante em termos

¹⁸ “Provizão do Conselho Ultramarino sobre o General informar no Requerimento dos Capitaens Mores da Cidade, e Villas da sua dependencia”. 11 de outubro de 1798, e “Representação mencionada na Carta Supra” s/d. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1967, vol. 89, pp. 162-163.

¹⁹ “Para o Doutor Ouvidor de Parnagua Antonio Barboza de Matos Coutinho [sobre, dentre outras coisas, os oficiais de ordenança que tiveram baixa do posto não poderem usar as insígnias nem galões]”. 25 de junho de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., pp. 129-130.

de lealdade e de solidariedade, mas que nem sempre se incluía na ordem estamental”. O núcleo central – dependendo do caso, com ou sem a população livre pobre – “abrangia os vários estamentos em que se dividia socialmente” o grupo dominante. O elo que tinham os escravos com esse “núcleo estamental” se dava enquanto pertencentes a uma “subordem de castas”. A relação estamental valia, portanto, para o *grupo dominante*, ou, como queria Fernandes, “raça dominante”, e tinha um sistema de hierarquias próprio. A conexão, por outro lado, entre esse grupo e os escravos se dava no nível da relação de castas porque estes “gravitavam fora” da ordem estamental²⁰.

Ora, *Brasil colonial* não é apenas uma distinção temporal, trata-se, de fato, de uma “formação social específica”²¹. Além da convivência de relações de tipo estamental com as de castas, há um complicador a mais. O senhor colonial não era simplesmente um “aristocrata”, carregava junto à face senhorial, a empresarial. No seu “horizonte de vida” estavam incluídas preocupações de produção, preço, circulação e venda de mercadorias. O próprio estatuto senhorial se dava por meio da circulação de uma mercadoria: o escravo²². Em especial, o africano.

Se, anteriormente, os escravos *negros* estiveram ligados a dinâmicas internas das sociedades africanas e, por isso, o volume de cativos que porventura fossem comercializados, geralmente, não passava de duas dezenas ou menos, a partir do contato com os europeus e com a demanda crescente dos pólos coloniais da América esse número cresceu sobremaneira²³. O comércio atlântico de cativos produziu, em África, nova dinâmica a essas relações entre senhores e escravos. Além disso, a ligação e a demanda eminentemente mercantis criaram distorções nas sociedades fornecedoras de cativos: deliberada promoção de razias, seqüestros de pessoas, rigor abusivo nas leis, invenção de novos delitos²⁴.

²⁰ Florestan Fernandes. “A Sociedade Escravista no Brasil”. In Florestan Fernandes. *Circuito Fechado. Quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: HUCITEC, 1976, pp. 32-33.

²¹ Fernando Antônio Novais. “A evolução da sociedade brasileira: alguns aspectos do processo histórico da formação social no Brasil”. In Fernando Antônio Novais. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005. O texto de Novais foi apresentado, em versão inglesa, em comunicação de 1976, e publicado originalmente, em português, em 1979.

²² Idem, ibidem, pp. 147-148.

²³ Sigo, aqui, as considerações de Alberto da Costa e Silva: “Antes da expansão do comércio atlântico, não eram muitos os [escravos] que se punham, de cada vez, à venda. Seis, oito, uma dúzia, duas dezenas, na maior parte dos casos. Os números só chegavam às centenas onde o grande mercador era o rei e, em geral, nas zonas vinculadas de alguma forma ao comércio com o Mediterrâneo, o mar Vermelho e o Índico”. Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002, pp. 118-119.

²⁴ Cf. Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*, op. cit., p. 418.

No caso da sociedade colonial da América Portuguesa, a própria estratificação social, sob os aspectos do conceito de casta, insere-se numa nova determinação. Max Weber, ao teorizar sobre o conceito de castas, tendo por base a sociedade indiana, percebeu que a mediação se dava por meio da religião, da “ação tradicional”, da, enfim, “ordem divina”²⁵. No caso do escravismo moderno, o que mediava e determinava a relação de castas era, em primeiro lugar, a atividade mercantil, tanto de quem vendia o escravo como de quem o comprava. Se nos fosse permitido, enquanto *tipo-ideal*, ou seja, enquanto *realidade racionalmente construída*, seria possível, tomando certa liberdade, traçar paralelos entre as normas sociais atribuídas por Weber à relação de castas da sociedade hindu, e as normas entre senhores e escravos do escravismo moderno.

Quatro são as normas sociais destacadas por Weber: endogamia, barreiras rituais, hereditariedade e religiosidade. A endogamia, “incluindo as regras dietéticas e de comensalidade”²⁶, era comum na relação entre senhores e escravos. Mesmo que no Brasil, especialmente no início da colonização, houvesse casamentos entre brancos e índios, a união, por matrimônio, entre *senhores* e *escravos* era socialmente inconcebível. As barreiras rituais na escravidão moderna eram enormes, tanto como o foram na sociedade hindu; o deus católico, por exemplo, estava muito mais próximo, inclusive em termos alegóricos, do senhor branco e possuidor de *fidelíssima alma* do que do escravo negro com sua alma pagã. A hereditariedade é outro fator importante a ser considerado: assim como o filho do senhor de escravos era o *sinhozinho*, o do escravo já tinha sua condição definida antes mesmo de deixar o ventre materno. O caráter religioso, por fim, é importante enquanto fundamento da organização social hindu, e enquanto justificativa para a escravidão moderna²⁷.

Se, por um lado, as “bases essencialmente *estáticas* do conceito de castas”²⁸ estão postas nas relações do escravismo moderno, por outro, há especificidades fundamentais que devem ser consideradas. A escravidão, em África, antes do contato com os grandes mercadores de *almas*, teve, sobretudo, características mais voltadas ao aumento de braços para os trabalhos realizados em determinadas famílias ou aldeias. Em muitos casos, a relação do senhor com o escravo foi como a do pai com o filho, e a possibilidade de o escravo integrar-se, a médio

²⁵ Cf. Sedi Hirano. *Castas, Estamento e Classes Sociais. Introdução ao pensamento de Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, 2ª. edição (1ª. edição de 1974), pp. 26-37.

²⁶ Idem, ibidem, pp.28-29.

²⁷ Sobre esse último ponto, afirma Luiz Felipe de Alencastro: “Considerava-se justo o comércio e a posse de negros, visto que muitos deles, deportados para Portugal, se tornavam cristãos”. Luiz Felipe de Alencastro. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 53.

²⁸ Sedi Hirano. *Castas, Estamento e Classes Sociais*, op. cit., p. 29.

prazo, na linhagem do grupo que o acolhia estava garantida²⁹. É claro que essa inserção na linhagem era mais limitada, devido às lógicas do próprio clã. Existia mobilidade social para o *escravo*, todavia relativa, na medida em que o único elemento que o ligava a determinada linhagem era seu senhor³⁰. Nas sociedades africanas também houve relações baseadas na violência, submissão e “morte social” do escravo³¹. Entretanto, a grande virada, entre a lógica *africana* e a *européia*, começa com a origem e a quantidade da demanda por cativos.

A escravidão moderna, além de exercer enorme influência no processo histórico das sociedades africanas, pôs o escravo numa relação completamente diferente. Ele não era apenas um estrangeiro submetido a um senhor numa sociedade alienígena, ele era mercadoria a ser *vendida* e a circular num mercado transoceânico. Na escravidão moderna, portanto, a trama era estritamente ligada a um tipo específico de produção de mercadoria³². Ou seja, a gênese da escravidão moderna está vinculada não só à garantia da posse de terra nas mãos de certo grupo, mas, outrossim, à necessidade de mão-de-obra adequada a uma *produção mercantil exportadora*. Nessa realidade, portanto, – sem excluir a possibilidade de, posteriormente, outros fatores tomarem proporções importantes – em primeiro lugar vem o fator econômico. As conseqüências que este trouxe às *sociedades abastecedoras de cativos* foram significativas tanto no que diz respeito à espécie de vínculo que estabeleceram com as *sociedades consumidoras de cativos*³³ como no que se refere ao próprio movimento interno delas³⁴.

²⁹ Wyatt MacGaffey. *Religion and Society in Central África. The Bakongo of Lower Zaire*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986, p. 25.

³⁰ Idem, ibidem, pp. 31-32.

³¹ Cf. Alberto da Costa e Silva. *A Manilha e o Libambo*, op. cit., p. 87.

³² O debate sobre a gênese da escravidão moderna já foi muito fecundo. Cremos que, dentre as hipóteses suscitadas, a melhor saída é enunciada por Vera Lucia Amaral Ferlini, uma vez que indica a possibilidade de articulação entre as mais notórias teorias que, anteriormente, eram apresentadas como mutuamente excludentes: a da fronteira aberta e a da falta de mão-de-obra. “Há”, afirma, “dois movimentos a apreender no processo de constituição da moderna produção mercantil escravista. De um lado, a centralização e a concentração da produção, dirigidas pelo capital mercantil e que pressupunham o monopólio de terras para suas determinações. De outro, mas ao mesmo tempo processo de constituição da moderna produção mercantil, essa concentração exigia ponderável número de um tipo específico de trabalhadores, o que só era possível, naquela época, pela compulsão” Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra Trabalho e Poder*. São Paulo: Editora Brasiliense /CNPq, 1988, pp. 21-22. Para uma síntese do debate, veja-se a mesma obra, pp. 17-24. Para uma síntese crítica das teorias em torno da escravidão, veja-se Jacob Gorender. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991, 2ª. edição (1ª. edição de 1990).

³³ Para uma análise teórica da escravidão enquanto “sistema social de produção”, veja-se Claude Meillassoux. *Antropologia da Escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995 (1ª. edição francesa de 1986).

³⁴ Há inúmeros trabalhos que estudam o contato dos europeus com as sociedades africanas, alguns dos quais analisando-no sob o ponto de vista africano. Além dos já citados, veja-se Susan Herlin Broadhead. *Trade and Politics on the Congo coast: 1770-1870*. Boston: Boston University Graduate School / UMI Dissertation Services (cópia mimeografada), 1971; John Thornton. *The Kingdom of Kongo. Civil War and Transition, 1641-*

Na América, por sua vez, o resultado foi uma organização social atípica. Uma sociedade patrimonial, senhorial e escravista. Na qual apenas possuir escravos não bastava “para o exercício do poder ou gozo da estima social”³⁵. E cuja realidade precisava que ter cabedal – ao qual se incluíam os cativos – não garantia, por outro lado, a certeza de ascensão social; mas que possuí-lo era, muitas vezes, um acertado primeiro passo. Aqui, vale lembrar o famoso diálogo escrito no século XVII por Ambrósio Fernandes Brandão, em que, na interlocução entre Alviano e Brandônio, a certo momento, aquele lembrava a este da origem pouco nobre dos povoadores do Brasil, “degredados e gente de mau viver”. Ao que Brandônio consentia sem expressar qualquer dúvida, acrescentando, porém, que tais homens tornaram-se *ricos*, e, justamente por esse motivo, suas naturezas ruins foram, pouco a pouco, sendo deixadas de lado. Os filhos desses homens, completava Brandônio, “já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos”³⁶.

É essa sociedade descrita em linhas gerais que encontramos em São Paulo no período estudado. De um lado a *gente de prol*³⁷, de outro, os *escravos*, em princípio os indígenas, depois os africanos, cuja entrada na capitania seguia, como vimos, crescendo. À margem no que diz respeito à hierarquia social, mas peça indispensável ao funcionamento dessa sociedade, os *homens livres pobres*³⁸. O que nos toca, por ora, é tentar acercar-nos da *gente de prol*.

A questão que se coloca quando da crítica ao uso da designação “nobreza da terra” não se dá no âmbito da quantificação; se tal termo aparece ou não na documentação coeva e

1718. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1983, 1a. edição; Beatrix Heintze. “Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)”. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, janeiro/junho, 1984; António Custódio Gonçalves. *Le lignage contre l’Etat. Dynamique politique Kongo du XVI^{ème} au XVIII^{ème} siècle*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Universidade de Évora, 1985; Anne Hilton. *The Kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford University Press, 1985, 1a. edição; Joseph C. Miller. *Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1995 (1ª. edição inglesa de 1976). Devo a indicação bibliográfica bem como parte dessa discussão à prof. dra. Marina de Mello e Souza.

³⁵ Laima Mesgravis. “Os Aspectos Estamentais da Estrutura Social do Brasil Colônia”. In *Estudos Econômicos*, vol. 13. São Paulo, 1983, p. 799.

³⁶ Ambrósio Fernandes Brandão. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Organização e Introdução de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massagana, 1997, 3ª edição integral segundo apógrafo de Leiden (1ª edição de 1962).

³⁷ *Gente de prol* ou *homens de prol* são termos usados por Antonio Candido. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, 9ª. edição (1ª. edição de 1964), pp. 49, 63 e 110.

³⁸ Sobre o papel dos homens livres pobres em São Paulo, no governo do morgado de Mateus, veja-se. Lucas Jannoni Soares. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa: São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, dissertação de mestrado.

quantas vezes e em quais lugares isso, se for o caso, ocorre. Invocar, pura e simplesmente, uma volta à empiria significa ficar com apenas um aspecto da questão; significa, enfim, fazer a história sob o ponto de vista do objeto, ou, ao menos, intentá-lo. O que apontamos aqui não é a validade ou não do termo “nobreza da terra” enquanto expressão do imaginário, ou, melhor ainda, do discurso de determinado grupo da sociedade do Brasil colonial. O ponto em destaque diz respeito à transformação de um *termo* da época, com todas as implicações de seu uso, em *conceito*, alicerce para pensarmos e trabalharmos nosso objeto. Em mais recente artigo sobre a definição do conceito de “nobreza da terra”, Fernanda Bicalho destaca seu objetivo de discutir não o termo, e em que momento ou não ele possa aparecer na documentação, mas aquilo que chama de “construção e legitimidade de utilização do conceito a partir de certos atributos das elites coloniais de diferentes capitanias”³⁹. O plano de apoio da exposição são as ponderações de Evaldo Cabral de Mello⁴⁰ e a análise que o autor tece ao caracterizar o ideário da açúcarocracia pernambucana, que, ao findar a dominação holandesa, passou a se autodenominar “nobreza da terra”. Mello, historiador perspicaz, não se deixa cair na armadilha de seu objeto e demonstra a estratégia, por parte dessa açúcarocracia, em construir e atribuir a si novo estatuto. Não mais seriam apenas os “principais”, mas a “nobreza” da terra. Para Mello, portanto, “nobreza da terra” não é *conceito*⁴¹. A diferenciação fundamental é como um grupo se via, ou esforçava-se para ser visto, e como o historiador e

³⁹ Maria Fernanda Bicalho. “Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In *Almanack Braziliense*, nº. 2, novembro 2005, p. 24, nota 11. O termo aparece também em alguns artigos da obra coletiva *O Antigo Regime nos Trópicos*. Cf. João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰ Especialmente na obra *Rubro Veio*. Cf. Evaldo Cabral de Mello. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição revista e aumentada (1ª. edição de 1986).

⁴¹ A esse respeito, veja-se Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.180, nota 56. Fernanda Bicalho, ao longo do mencionado texto, comete, se nos for permitido destacar, um pequeno deslize quando se refere ao, mais uma vez controverso, “conceito” de “bandos”. À nota 21, aponta que “o termo *bandos* encontra-se na documentação”. E, mais adiante, quando cita o tipo de negociação entre senhores e escravos, afirma: “No entanto, os escravos também participavam nas lutas entre *bandos* da *nobreza da terra*”. Claro está que há certa confusão entre *termo* e *conceito*. Usar, entre aspas, um termo da época com o intuito de ilustrar o imaginário ou a construção de determinado discurso, é algo válido. É isso que, no nosso entender, faz Evaldo Cabral de Mello. Com o “propósito de mergulhar neste mundo que já não é o nosso e cuja diferença pode nos chocar”. Maria Fernanda Bicalho. “Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, *op. cit.*, nota 21, p. 26, e p. 27. Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, 2ª. edição revista (1ª. edição de 1989), p. 17.

outros *cientistas do espírito* forjarão conceitos e categorias que dêem conta da complexidade de determinada realidade⁴².

Para São Paulo, no período estudado, poderíamos pensar em uma *açucarocracia paulista*, para usar um conceito que Evaldo Cabral de Mello forjou para o Pernambuco colonial⁴³. No entanto, teríamos dois problemas difíceis de superar. Em primeiro lugar, trabalharíamos única e exclusivamente com os senhores de engenho, excluindo toda uma gama de outros produtores, além dos comerciantes. Caso especial na análise da hierarquia social da capitania de São Paulo, estes últimos conseguiram acumular e/ou ampliar cabedal e, ainda, inserir-se na administração da capitania. Se, no âmbito da *capitania* de São Paulo sua dimensão é menor, no que se refere à *cidade* é de se levar em consideração⁴⁴. O segundo senão deve-se ao fato de o período em pauta ser o da *formação* dessa *açucarocracia paulista*. Se pudéssemos datar, sua *consolidação* seria posterior aos primeiros anos do século XIX.

Gente de prol, homens bons, principais da terra são, ao fim e ao cabo, a *classe dominante*. Conceito marxista por excelência, não foi, contudo, plenamente desenvolvido pelo filósofo. Restou aos seus comentadores a tarefa de fazê-lo. O mais importante deles talvez seja Georg Lukács, que em seu *História e Consciência de Classes* teorizou sobre o conceito e sua validade para sociedades anteriores ao capitalismo (“pré-capitalistas”)⁴⁵. Inicialmente, apontava a “confusão *inextricável*” dos “elementos econômicos com os políticos, religiosos, etc., na estrutura econômica objetiva” das sociedades estamentais ou de castas, contraposta à capitalista, em que a disposição da sociedade em camadas “tende a ser uma estratificação em classes pura e exclusivamente”⁴⁶. A implicação disso é que nas sociedades capitalistas as formas jurídicas não têm o poder de provocar mudanças nem “formais” nem “materiais” nas “estruturas econômicas”. Em contrapartida, nas “pré-capitalistas” não há separação possível entre essas duas, uma vez que estão “materialmente, *pelo seu conteúdo, inseparavelmente*

⁴² Vale lembrar que na realidade do reino, já em fins do séc. XVI, com todas as implicações sociais relativas à honra e à distinção de um grupo que não fazia parte da *fidalgia*, mas queria se diferenciar dos simples cidadãos, os termos *nobre* e *nobreza* passaram a ter um sentido menos específico, “surgem como substantivo colectivo quando até então eram apenas adjectivo qualificativo”. Joaquim Romero de Magalhães. “Os nobres da governança das terras”. In Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim; Mafalda Soares da Cunha. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 69.

⁴³ Cf. Evaldo Cabral de Mello. *Rubro Veio*, op. cit.

⁴⁴ Para a primeira metade do século XVIII, veja-se Maria Aparecida de Menezes Borrego. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado. Para a segunda metade, Kátia Maria Abud. *Autoridade e Riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: FFLCH-USP, 1978, dissertação de mestrado.

⁴⁵ Cf. Georg Lukács. *Historia y consciencia de clase*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975 (1ª. edição alemã de 1923), especialmente o capítulo intitulado “Conciencia de clase”.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 59 (grifos do autor).

entrelaçadas”⁴⁷. Isso não quer dizer, todavia, que o fator econômico – de, por exemplo, circulação de mercadorias ou mesmo de crescimento de uma produção visando o mercado externo – não tivesse relevância. Ao contrário, significa que nessas sociedades a existência econômica, mesmo não sendo de modo algum irreal, estava disfarçada. No caso estamental, pelos próprios “privilégios desfrutados pelo estamento”. A questão para Lukács se dá ao nível de uma “consciência estamental” que “se orienta a uma totalidade que não é a unidade econômica real, viva, senão a caduca fixidez da sociedade que constituiu em seu tempo os privilégios estamentais”⁴⁸. A consciência de classe, da qual o autor trata mais especificamente, e a própria idéia de *classe dominante* só seriam possíveis numa “sociedade articulada de um modo *puramente econômico*”, portanto, capitalista⁴⁹. Se o Brasil colonial – e, mais precisamente, São Paulo – estava longe da sociedade estamental à qual Lukács aludia, por outro lado, não chegava a se acerrar da capitalista propriamente dita⁵⁰.

Frente a essa dificuldade, julgamos ser melhor usar um termo “inócuo e mais ambivalente”⁵¹. Qual seja, *elites*. No entanto, somente trocar um termo por outro, mesmo que este seja mais adequado, significa avançar pouco no debate. É necessário ariscar e, ao menos, propor um conceito que possa dar conta dessa *camada* da sociedade colonial. No caso em pauta, na capitania de São Paulo em fins do século XVIII e princípios do XIX. Para tanto, convém destacar um trecho de uma carta escrita pelo conde de Oeiras:

Também será muito Conducente para o mesmo fim de fomentar a vaidade dos Paulistas que o mesmo Governador apareça algumas vezes montado a Cavallo diante do dito Terço quando fizer exercicio: Que nomeie por Coronel Comandante de baixo das Suas Ordens (Como sempre Sucede quando os Coronéis São Generaes, ou Príncipes Soberanos) a N. ou outro que seja mais authorizado, e Conciderável por cabedal e séquito⁵².

⁴⁷ Idem, ibidem, p. 62 (grifos do autor).

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 63.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 64 (grifos do autor).

⁵⁰ Destaque-se que a interpretação de Lukács, na qual nos fiamos, é uma dentre outras possíveis. Para a teoria marxista-leninista de classes, por exemplo, o conceito surge de todo e qualquer “modo antagônico de produção”, assim, como classe dominante e classe dominada, ter-se-ia “escravistas e escravos, senhores feudais e servos camponeses, burgueses e proletários”. F. V. Konstantinov. *El materialismo histórico*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1978 (1ª. edição soviética de 1951).

⁵¹ É desse modo que Nuno Gonçalo Monteiro qualifica o termo *elite*, ao discutir a preferência de usá-lo ao tratar dos oficiais das câmaras no reino. Cf. Nuno Gonçalo Freitas Monteiro. “Elites Locais e Mobilidade Social em Portugal nos Finais do Antigo Regime”. In Nuno Gonçalo Freitas Monteiro. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 43; ver especialmente as pp. 43-47.

⁵² “Carta (Copia) do secretario da marinha e ultramar, conde de Oeiras, ao vice rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, sobre como se deve proceder na guerra contra os castelhanos e como fazer para que os paulistas se

Meditemos, por um momento, sobre essa passagem escrita por Sebastião José de Carvalho e Mello. O princípio dela é comunicar ao vice-rei do Estado do Brasil, o conde da Cunha, como os paulistas deveriam ser cooptados a fim de que participassem da luta contra os espanhóis no sul da colônia. Instruía, dessa forma, que o governador de São Paulo aparecesse montado a cavalo diante do terço de auxiliares ou de ordenanças quando houvesse exercícios militares, com o intuito de “fomentar a vaidade dos paulistas”. Em seguida, afirmava que abaixo do governador e capitão-general nomear-se-ia um coronel-comandante, e, para tal, escolher-se-ia “N.”, ou seja, algum dos “principais” da capitania, “ou outro que seja mais autorizado, e Considerável por cabedal e séquito”. O que nos interessa, nesse momento, é essa tríade apontada pelo conde de Oeiras: *autorizado* e considerável por *cabedal* e *séquito*. Essa definição nos parece extremamente adequada para conceituarmos a *elite colonial paulista*. Não porque seja dada pela documentação; aliás, parece pouco provável que, nessa pequena menção, o secretário de Estado estivesse interessado em definir com precisão o que entendia por “principais da terra”. Mas porque, a partir dela, seja possível uma aproximação melhor daquilo que entemos como *elite* dessa sociedade.

Num exercício de iluminação mútua entre a teoria e a empiria, podemos afirmar, então, que a *elite colonial paulista* do período em pauta não era um grupo homogêneo e estático, mas sujeitos que estavam em constante e complexa relação, cuja identidade, a fim de tornar, de algum modo, inteligível tal objeto de estudo, pode ser enfeixada nessa tríade que *tomamos* de Sebastião de Carvalho e Mello. Sujeitos que sejam autorizados, ou seja, que não possuam qualquer tipo de autoridade, mas autoridade *socialmente* reconhecida (e, no nosso caso, o âmbito dela é a capitania de São Paulo); que possuam cabedal, ou seja, riqueza num sentido amplo (terras, escravos, etc.); e, por fim, que possuam séquito, ou seja, pessoas que, reconhecendo ou dependendo da importância social e/ou econômica de tal sujeito, sigam-no, ou, ainda, sirvam-no⁵³.

empenhem nessa questão”. 26 de janeiro de 1765. In *Arquivo do Estado de São Paulo*. Avisos-Cartas Régias (1765-1777) – C00420, livro 169

⁵³ Aqui, distanciamos-nos da *teoria das elites* que, salvo as diferentes correntes que teve ao longo do tempo, com seus respectivos pensadores, tinha como característica comum considerar o poder político mais “determinante” do que os outros. Nossa proposta para a análise de São Paulo no período em pauta é, ao contrário, perceber a articulação, na composição dessas elites, de diversos tipos de poderes, sem, todavia, hierarquizá-los. Norberto Bobbio. “Elites, Teoria das”. In Norberto Bobbio; Nicola Metteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, 5ª. edição (1ª. edição italiana de 1983), pp. 385-391.

Para a capitania de São Paulo, já foram formulados critérios de divisão dos estratos sociais. Elizabeth Darwiche Rabelo, ao estudar as elites paulistas na segunda metade do século XVIII, utiliza-se de “índices socio-econômicos que incluem profissão, renda e educação”⁵⁴. Para dividir e analisar tais estratos, a autora parte da conceituação do historiador francês Roland Mousnier, segundo a qual a “estratificação em ordens ou status” leva em consideração antes a “estima, honra, dignidade, atribuídas pela sociedade às funções sociais que podem ter ou não ter relações com a produção dos bens materiais” do que a “fortuna”, “capacidade de consumir”, ou mesmo o “papel” de certo sujeito “na produção dos bens materiais”⁵⁵. Dessa forma, a sociedade paulista é dividida em três estratos: inferior, médio e superior. Cada qual com uma série de ocupações: para o inferior, pequenos agricultores, jornaleiros, agregados, pequenos comerciantes e outros; para o médio, criadores, donos de tropa, negociantes, profissionais liberais, militares, funcionários e clero; para o superior, senhores de engenhos e alto clero.

O problema da divisão feita por Elizabeth Darwiche está no fato de que um sujeito poderia exercer mais de uma função. Poderia ser senhor de engenho, com grande produção, e capitão-mor de uma companhia de ordenança, por exemplo. Ou ainda possuir uma pequena engenhoca com produção bastante limitada. Será que este senhor de engenho tinha o mesmo prestígio social do que aquele que, além de grande produtor de açúcar, possuía um dos cargos de maior prestígio numa vila? Teria esse mesmo pequeno senhor de engenho maior prestígio do que um grande negociante da cidade de São Paulo inserido na administração da capitania? Julgamos que não seja o caso. Mesmo a autora aponta, em outra passagem de seu trabalho, que as “elites dirigentes” eram compostas por senhores de engenho, integrantes do alto clero e alguns grandes negociantes⁵⁶. Reconhece, ainda, que embora os senhores de engenhos se destacassem na capitania em algumas áreas essa não foi a atividade econômica por excelência. Havia a possibilidade, também, de negociantes e donos de tropa exercerem os tão almejados “cargos políticos”⁵⁷.

⁵⁴ Elizabeth Darwiche Rabelo. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980, pp. 70-71.

⁵⁵ Roland Mousnier, “Problemes de Stratification Sociale”. In *Actes du Colloque Internacional (1966)*. Presses Universitaires de France, 1968, p. 8. Apud Elizabeth Darwiche Rabelo de Almeida. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*, op. cit., p. 70, nota 70.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 158.

⁵⁷ Idem, ibidem.

A inserção dos comerciantes⁵⁸ em funções administrativas, tanto municipais como militares, da cidade de São Paulo na segunda metade do século XVIII já foi analisada sob o ponto de vista de uma disputa entre famílias antigas paulistas, ligadas a uma “nobreza metropolitana”, contra “burgueses”, muitos deles reinóis, gozando de “confiança da Metrópole”⁵⁹. Kátia Abud afirma, com certo exagero, que a partir do século XVIII houve o estabelecimento de “aliaça” entre o “Estado português” e um “novo grupo ascendente que começava a ser detentor do poder econômico”⁶⁰. Segundo a autora, as contendas que se estabeleceram na cidade de São Paulo não seriam, portanto, senão um reflexo dessa constatação.

Talvez no âmbito da cidade de São Paulo essa relação pontual e conflituosa entre comerciantes e antigas famílias seja perceptível. Uma vez que o número de comerciantes na capital era significativo. Pensando na capitania paulista, é difícil separar com tamanha clareza as disputas envolvendo os diversos agentes dessa sociedade. Mais ainda sabendo que muitas vezes houve alianças entre comerciantes e as “famílias da terra”⁶¹. É por isso que *elite*, da forma como apresentamos, permite uma melhor apreensão dos conflitos entre esses sujeitos. Fossem eles comerciantes ou senhores de engenho, aliados ou não. Não havia uma divisão estritamente rígida com, de um lado, os senhores de engenho de famílias antigas e, de outro, os comerciantes. Ao contrário, havia relações das mais variadas ordens, entre os mais variados grupos da *elite paulista*. Que, num momento, podiam estar unidos por interesses afins, e, em outro, disputando entre si de forma implacável.

Desse modo, retomando a tríade proposta para a *elite colonial paulista*, não bastava que o sujeito tivesse cabedal apenas. Era necessário ser autorizado, isto é, possuir um cargo na vereança, um posto militar, um ofício nas Casas de Misericórdia, um hábito das Ordens Militares, alguma coisa, enfim, que lhe conferisse destaque. Porque autoridade, aqui, não se refere única e exclusivamente ao poder de mando, mas, também, ao prestígio socialmente reconhecido. Exercer um cargo na câmara, por exemplo, era um primeiro meio de ascender socialmente⁶². Na segunda metade do século XVIII, elas foram a porta de entrada para

⁵⁸ Usamos *comerciantes* como um termo genérico. Para uma discussão sobre os diferentes tipos de atividades mercantis e uma caracterização mais precisa, veja-se Maria Aparecida Borrego. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*, op. cit., pp. 66-74.

⁵⁹ Cf. Kátia Maria Abud. *Autoridade e Riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, 1978, dissertação de mestrado, pp. 4-5.

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 79.

⁶¹ Como aponta a própria Abud. Cf. Idem, ibidem, p. 101.

⁶² Idem, ibidem, p. 102.

aqueles que começavam a galgar os primeiros degraus na administração da capitania. Principalmente porque os cargos municipais ficavam, muitas vezes, vagos, já que, depois da reforma militar empreendida pelo morgado de Mateus, eram preferidos especialmente os postos das tropas auxiliares⁶³.

Em carta de 25 de junho de 1768, oficiais da vila de Santos queixavam-se, ao rei d. José I, de que, por não se pagarem mais “propinas” para os oficiais daquela câmara e por não os isentarem de algumas obrigações, os moradores preferiam ocupar os postos das tropas auxiliares, nas quais podiam gozar de certas prerrogativas, escusando-se de servir como vereadores, procurador, almotacel ou tesoureiro⁶⁴. No ano seguinte, d. José I enviou carta ao governador de São Paulo afirmando que, em vista da preferência que tinham os habitantes em servir nas tropas auxiliares, e desse fato não poder prejudicar o exercício dos ofícios camarários, determinava que se concedesse à câmara de Santos os mesmos privilégios da de São Paulo⁶⁵. Com efeito, passou a haver uma predileção pelos altos postos das tropas auxiliares ou de ordenanças, deixando margem para que, com maior freqüência, os cargos das câmaras fossem ocupados por pessoas que, do contrário, não os exerceriam. É isso que o ouvidor Salvador Pereira da Silva comunicou ao rei em carta de 15 de dezembro de 1770, constatando que passavam a servir nas câmaras “pessoas indignas, sendo as beneméritas oficiais e soldados auxiliares”⁶⁶. Em duas cartas, de 19 de dezembro de 1767 e de 5 de dezembro de 1770, oficiais da câmara da cidade de São Paulo se lamentavam ao rei o fato de que, depois da criação em 1766 dos dois Regimentos de Cavalaria e Infantaria Auxiliar, ficando os seus oficiais desobrigados a servirem os cargos da “República”, as câmaras perderam os mais “beneméritos” sujeitos que anteriormente as ocupavam⁶⁷.

⁶³ As escusas de oficiais auxiliares para não servirem em câmara não foi exclusiva da capitania de São Paulo. Mesmo no Rio de Janeiro houve casos semelhantes. Cf. Christiane Figueiredo Pagano de Mello. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no Centro-Sul da América*. Niterói: UFF, 2002, tese de doutorado, pp. 59-60.

⁶⁴ “Carta dos oficiais da Câmara da vila de Santos ao rei [D. José I], reclamando pelo fato de já não terem os privilégios que tinham antigamente, de receberem certos rendimentos ou serem isentos de certos pagamentos, embora oficiais de outras câmaras ainda os tivessem”. 25 de junho de 1768. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc 337.

⁶⁵ Cf. “Ordem [do rei d. José I] de 18 de Abril de 1769 para [o governador e capitão-general d. Luís Antonio de Souza] a respeito dos privilegios, e propinas, que pede a Camera da Praça de Santos”. 18 de abril de 1769. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 237, fl. 107.

⁶⁶ “Ordem de 19 de agosto de 1771, para informar sobre a Conta, que dá o Ouvidor daquela Comarca de servirem nas Camaras pessoas indignas”. 19 de agosto de 1771. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 237, fl. 116.

⁶⁷ “Ordem de 22 de Novembro de 1771, para informar na representação, que fazem os Officiaes da dita Camera [da cidade de S. Paulo], de não ter esta sujeitos benemeritos por serem todos privilegiados, como Officiaes e

Mesmo havendo a possibilidade de os comerciantes ocuparem ou cargos da “República” ou postos militares, suas presenças nem sempre eram vistas com bons olhos. Na administração de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, subiu à Metrópole a notícia de que o governador propusera para altos postos sujeitos desqualificados para ações militares importantes, dentre eles, alguns comerciantes⁶⁸. Em janeiro de 1799, o secretário de Estado, d. Rodrigo de Souza Coutinho, pedia explicações a Castro e Mendonça do porquê sugerir para oficiais dos Regimentos de Milícias “pessoas menos dignas e capazes para o Real Serviço”⁶⁹.

A natureza dessas queixas, que desmereciam comerciantes ou outros sujeitos, deve ser levada em conta. É interessante notar que, no caso da escolha dos oficiais das câmaras, eram consultados os “principais” da capitania. A votação era feita entre estes indivíduos sob a supervisão do ouvidor geral. Portanto, não era qualquer um que conseguia exercer os ofícios municipais. No que se refere à patente de capitão-mor de Ordenança, por exemplo, a escolha era feita pelos oficiais das câmaras de suas respectivas vilas. Elegiam três nomes e, dentre eles, o governador selecionava um para o posto. A patente devia, ainda, receber confirmação régia. Ora, podemos concluir que alianças eram indispensáveis para alguém que quisesse ascender a tais funções. Mesmo quem almejasse a patente, por exemplo, de capitão-mor, deveria garantir que os oficiais escolhidos para a câmara de sua vila fossem seus partidários, garantindo, assim, certo número de seguidores. Porque se o *séquito* de um sujeito eram os oficiais da tropa sob seu comando ou alguém que dele dependesse⁷⁰, também o eram seus parentes e amigos.

Soldados Auxiliares”. 22 de novembro de 1771. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 237, fl. 117.

⁶⁸ Carta (Cópia) acusando o governador e capitão general, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, de empregar pessoas incapazes para os altos postos militares”. 21 de outubro de 1798[?]. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 15, doc 722.

⁶⁹ “[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre ter proposto pessoas menos dignas para Oficiais dos Regimentos de Milícias”. 29 de janeiro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fl. 161.

⁷⁰ Com relação aos agregados, cuja concentração foi maior no meio urbano, Eni de Mesquita considera: “Se por um lado, para esses elementos era necessário procurar a proteção de uma família, para o proprietário também era interessante a sua manutenção, que significava projeção política, em um tipo de sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de «arcos» que o seguiam”. Eni de Mesquita Samara. “O papel do agregado na região de Itu: 1780-1830”. In *Coleção Museu Paulista, série de História vol. 6*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, p. 42. Ainda no que diz respeito aos agregados, mesmo considerando a utilização desse grupo pelos “potentados”, Alzira Campos demonstra que, além de fenômeno urbano, era mais freqüente na população “economicamente mais fraca”. Alzira Lobo de Arruda Campos. *Os agregados no tempo dos capitães gerais. O exemplo da cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1978, dissertação de mestrado, pp. 135 e 163. Para uma análise dos agregados numa realidade diversa daquela das regiões de agricultura exportadora, veja-se Lucila Reis Brioschi. *Criando história: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, tese de doutorado, pp. 174-195.

A indicação de nomes para os altos postos das tropas milicianas, ao contrário do posto de capitão-mor das ordenanças, era feita diretamente pelo governador⁷¹. Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, as reclamações inclusive com relação aos comerciantes, eram motivadas mais por disputas de interesses entre pessoas e grupos rivais específicos do que por contendas entre um grupo genérico contra outro. No caso do protesto em oposição às indicações do governador Castro e Mendonça, o alvo direto não eram nem os comerciantes nem os sujeitos tidos como inaptos aos ofícios militares, mas a própria administração do capitão-general que, à época, estava envolvido em algumas querelas, uma delas contra o bispo da capitania.

Na resposta que enviou a d. Rodrigo de Souza Coutinho, Castro e Mendonça, no que diz respeito aos comerciantes, defendia-se afirmando que no estado em que estava a América quem não se aplicasse ao comércio, “ou em grosso ou pelo miúdo”, inevitavelmente cairia na miséria. Dava como exemplo as antigas famílias da capitania das quais, segundo o governador, restavam apenas as lembranças, já que estavam ausentes os “antigos gênios povoadores e que tinham sido n’outro tempo o terror dos índios”. Em outros tempos, continuava, as famílias antigas de São Paulo disputavam os cargos da governança “e lugares de distinção, e isto muitas vezes com as armas nas mãos”, naquele momento, porém, tais famílias estavam em absoluto esquecimento, constando sua existência apenas “pelos escriptos públicos e porque ainda se vêem conservados seus sobrenomes por muitos tão pobres e indigentes quanto são pertinazes em guardar os antigos brasões da sua nobreza”. Constatava, por fim, que, não fossem nomeados os negociantes, não haveria pessoas que tivessem “possibilidade para se tratarem com a decência que exigem os mencionados postos”,⁷².

No ofício do governador, segue uma lista intitulada “Relação dos Officiais Superiores incluídos nas minhas propostas, expondo circunstanciadamente as razões que os habilitavam para os empregos que exercem”. Nela, quatro são os principais pontos para justificar a indicação de um sujeito: o considerável estabelecimento em bens; o bom desempenho de um cargo ou posto anterior; a ascendência ou ligação com famílias importantes; e, no caso dos negociantes, o fato de já não desempenharem a atividade, senão “em grosso”. Sempre que se

⁷¹ No governo de Castro e Mendonça, as tropas auxiliares foram reformadas e passaram a ser denominadas milícias. Cf. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., pp. 169-176.

⁷² “Ofício do governador e capitão general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a capacidade dos negociantes exercerem os postos milicianos”. 3 de novembro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 15, doc 722.

refiria a um comerciante, Castro e Mendonça afirmava ter conhecimento de que fulano ou sicrano fora mercador, mas que já não exercia mais a função, apenas sendo negociante “em grosso”, o que era regra geral no Brasil. E, asseverava o capitão-general: “Quem informa o contrário, ou não tem conhecimento d’América, ou forma d’ella huma idea tão chimérica, como a de suppor famílias subsistentes n’hum País, onde não há casas hereditárias não sendo mantidas por comércio”⁷³.

O casamento foi instrumento indispensável para a manutenção e proliferação dos poderes, econômicos inclusive, das famílias da elite colonial paulista⁷⁴. Por esse motivo, a união entre a filha de uma família antiga da capitania e um negociante reinól era perfeitamente possível⁷⁵. É notável como, na defesa de seus escolhidos, Castro e Mendonça enfatizava a decadência das famílias antigas da capitania. Mais significativo ainda é o fato de que, na “Relação” que elaborou, o governador, por outro lado, acentuava o parentesco dos oficiais promovidos. São comuns, inclusive para aqueles que possuíam negócios, expressões do tipo “aparentado pelo casamento com boa gente”, “aparentado com as melhores famílias”, ou “casado com uma das principais senhoras desta Cidade”. Caso exemplar é o de Francisco José de Souza, apontado como mercador, e promovido por Castro e Mendonça a tenente-coronel do Regimento de Paranaguá. O capitão-general informava que propusera o oficial para o posto “por ter servido muitos annos de Capitão”, destacando a inteligência e iniciativa na execução do “Real serviço”⁷⁶.

O sogro de Francisco José de Souza era Cláudio de Madureira Calheiros, membro de família antiga da capitania, casado com dona Ângela de Siqueira, filha de João da Costa Aranha e ascendente de importante família paulista, com parentes exercendo ofícios eclesiásticos e seculares⁷⁷. Cláudio de Madureira Calheiros foi o capitão-mor repreendido

⁷³ Idem, ibidem. Sobre a inserção dos comerciantes nas tropas auxiliares, veja-se Christiane Figueiredo Pagano de Mello. *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII*, op. cit., pp. 173-177.

⁷⁴ Cf. Alzira Lobo de Arruda Campos. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 159.

⁷⁵ Muriel Nazzari demonstra como as alianças matrimoniais em São Paulo sofreram mudanças no século XVIII. Se, por um lado, os dotes das filhas que se casavam, ainda que continuassem sendo dados, não eram tão grandiosos quanto os do século anterior. Por outro, casar “uma filha com um comerciante foi, pois, um costume que possibilitou que famílias paulistas aumentassem sua riqueza e, com isso, tivessem êxito na manutenção de seu status”. Muriel Nazzari. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (1ª. edição estadunidense de 1991), p. 143.

⁷⁶ “Ofício do governador e capitão general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a capacidade dos negociantes exercerem os postos milicianos”. 3 de novembro de 1799, op. cit.

⁷⁷ Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealógica*, op. cit., tomo 1, p. 183-184.

pelo governador Martim Lopes Lobo de Saldanha por querer recrutar filhos de sujeitos importantes, a quem nos referimos no começo do capítulo. Calheiros também era homem destacado na capitania paulista. Foi fiel do Regimento de Sorocaba (1775) e, a partir de 1782, capitão-mor da mesma vila. Além disso, era senhor de engenho e recebeu sesmarias em inúmeros lugares da capitania: Rio Claro (Itapetininga) (29 de maio de 1770 e 9 de maio de 1791); Ribeirão Pirapora (2 de junho de 1779); Rio Pirituba (16 de dezembro de 1799); Rio do Anhembú, Estrada de Iguatemi, Três Ponte, Restinga da Goiabeira e Rio Turvo (29 de maio de 1780); Restinga da Goiabeira (15 de maio de 1781); Rio do Anhembú (28 de janeiro de 1782); Barra Sarapuú (Sorocaba) e Tatuí Mirim (23 de fevereiro de 1782); Rio Itapetininga (8 de agosto de 1788)⁷⁸.

O fato de Francisco José de Souza ter casado com a filha de importante família da capitania garantia não só a sua idoneidade, mas, no seu caso, o exercício de um dos postos de maior destaque, o de capitão-mor, que ocupou como sucessor de seu sogro⁷⁹. Nos *Mapas de engenhos* da capitania de São Paulo do período de 1793 a 1798, consta, inclusive, o nome de Francisco José de Souza como dono de um engenho na vila de Sorocaba⁸⁰.

Francisco José de Souza, mercador, unido por matrimônio a destacada família da capitania, senhor de engenho, capitão-mor, é exemplo daquilo que Stuart Schwartz considera um “sistema” segundo o qual “vários critérios de graduação” social consubstanciavam-se “em cada indivíduo”⁸¹. É por isso que, ao caracterizar aquilo que entendemos por *elite colonial paulista*, destacamos três pontos: a autoridade socialmente reconhecida, o cabedal e o séquito. Entendemos que tais elementos não poderiam existir separadamente. Não bastava possuir apenas um ou dois deles. Era necessário possuir os três ao mesmo tempo. As estratégias que

⁷⁸ Cf. “Patentes, Provisões e Sesmarias Concedidas nos Annos de 1721 a 1820, localizadas nos municípios de: Parnahyba, São Roque, Araçariguama, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva (hoje Faxina), Apiahy e Capão Bonito, por João Baptista de Campos Aguirra”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 27, p. 315; e “Sesmeiros e Posseiros: sesmarias concedidas nos municípios de Jundiahy, Campinas, Ytu, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Sorocaba, Itapetininga, Faxina, Tatuhy, Apiahy, Capão Bonito, Botucatu, até 1820, por João Baptista de Campos Aguirra”. In *Ibidem*, vol. 34, p. 279.

⁷⁹ No Registro Geral de Mercês, em 14 de maio de 1800, consta a carta patente de capitão-mor das ordenanças da vila de Sorocaba “que vagou por falecimento de Claudio de Madureira Calheiros que o exercia”, confirmando, portanto, Francisco José de Souza no dito posto, destacando que “não haverá soldo algum de Minha Fazenda mas gozará de todas as honras Privilégios Liberdades Izempções e Franquizas, que em razão delle lhe pertencem”. “Francisco José de Souza. Carta Patatente. Capitão-mor.” In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 30, fl. 189v.

⁸⁰ Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 698.

⁸¹ Stuart Schwartz. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1ª edição estadunidense de 1985), p. 213.

membros, novos ou antigos, dessa elite utilizaram para garantir seus interesses estavam vinculadas, como procuramos demonstrar, à relação entre esses elementos, segundo a qual possuir um deles era condição inicial para obter os demais.

O mais importante ao se estabelecer esses critérios não é tanto, ao menos no trabalho ora apresentado, especificar os grupos que dominavam, que reuniam em suas mãos os atributos necessários para a composição do que entendemos por elite. Mas destacar as disputas para conquistar e/ou garantir a posse desses elementos. Assim, se, por um lado, pecamos na precisão da definição dos grupos, suas redes etc., sobrelevamos aquilo que julgamos mais interessante apreender nessa sociedade. Qual seja, a busca de grupos diversos, não homogêneos, por autoridade, cabedal e séquito. Grupos que tinham nos *paulistas de gerações* seus principais representantes, ou seja, naqueles cujas famílias tinham antigüidade suficiente para povoar as genealogias. Mas que, cada vez mais, foram também sendo compostos por indivíduos do *reino*, em especial comerciantes. Se, por uma questão semântica, estes não puderem ser nomeados elite *paulista*, é certo, porém, que fizeram parte da elite *da capitania* de São Paulo⁸².

Caim e Abel

Eva, após a expulsão do paraíso, dera à luz Caim. E, tempos depois, concebeu Abel. Caim, que era lavrador, certa feita ofereceu a deus o fruto produzido em suas terras. Abel, por sua vez, deu os primogênitos de suas ovelhas. A atenção de deus, então, voltou-se mais para este, e aquele, diante dessa ausência do pai-eterno, deixou-se tomar pela inveja e assassinou seu próprio irmão. É a essa passagem do *Antigo Testamento* que alude João Antonio Andreoni quando comenta a relação que tinham muitos senhores de engenho entre si. Em inúmeros lugares do Brasil, certificava o padre luquense, eram estes sujeitos “muito chegados por sangue e pouco unidos por caridade”, e a desavença era causada pelo “interesse”, “bastando

⁸² Caso lapidar é o de Antonio de Sousa Macedo, português, que, conseguindo acumular cabedal nas regiões das minas, foi a São Paulo onde não só casou-se com a filha de uma das mais importantes famílias da capitania, mas exerceu cargos nas câmaras, postos militares, e tornou-se “proprietário de dezoito engenhos”. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*. São Paulo: FFLCH-USP, 1979, tese de doutorado, p. 232.

talvez um pau que se tire ou um boi que entre em um canavial por descuido para declarar o ódio escondido e para armar demandas e pendências mortais”⁸³.

Em São Paulo, o mais famoso conflito entre famílias importantes ocorreu com os Pires e os Camargos. Recheada de desavenças marcadas por mortes, disputa de poderes, períodos de apaziguamento e de confrontos armados, a contenda tem princípio incerto. O homicídio de Leonor Camargo e de seu irmão Antônio Pedroso cometido pelo marido e cunhado Alberto Pires, e o subsequente acerto de contas da família Camargo. As diferenças entre Fernando de Camargo e Pedro Taques de Almeida, da família Pires, e o assassinato deste⁸⁴. É difícil precisar a gênese do conflito. Nos anos 1650, a coisa chegou a configurar-se em batalhas armadas entre os dois grupos mais seus seguidores na vila de São Paulo; aqui, a questão posta era o controle dos cargos da câmara. A intervenção do governador-geral do Brasil, conde de Atouguia, foi essencial e resultou no revezamento do controle da câmara de São Paulo pelas duas famílias até, ao menos, a segunda metade do século XVIII⁸⁵.

Disputas entre parentes, entre famílias, entre a elite da capitania não são exclusivas do período abarcado por nosso estudo. Devemos destacar, entretanto, que restaurar São Paulo enquanto capitania-geral, sob os moldes de um projeto específico, significou adotar uma série de reformas que exerceram considerável impacto na sociedade paulista. A inserção da economia da capitania no mercado além-mar sobrelevou a figura dos produtores agrícolas, em especial os senhores de engenho. Os negociantes, por suas partes, também se beneficiaram com o fluxo crescente de importação e exportação nos portos paulistas. Não bastasse o âmbito econômico da restauração, o plano trazido pelo primeiro governador, em 1765, e continuado pelos ulteriores punha em evidência a questão da defesa territorial e organização militar. A mais clara das estratégias para a defesa do território era seu povoamento, ou seja, a fundação de vilas, que, também, foi motivada pelo alto crescimento demográfico na capitania⁸⁶. Entre 1765 e 1802, foram criadas 15 novas vilas em São Paulo (Anexos 1 e 2). Erigi-las implicava,

⁸³ André João Antonil. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 78.

⁸⁴ Para uma análise, baseada na lógica da *vendetta*, das lutas entre essas famílias, veja-se Luiz de Aguiar Costa Pinto. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1980, 2ª. edição (1ª. edição de 1943), pp. 37-94.

⁸⁵ Cf. John Manuel Monteiro. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 201-202, e Ilana Blaj. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002, p. 328.

⁸⁶ Entre 1765 e 1808 o crescimento demográfico da capitania foi de 148%. Cf. Maria Luiza Marcílio. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulistana (1700-1836)*. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 2000, p. 71.

dentre outras coisas, a criação de câmara e a eleição de seus oficiais. Já a reestruturação militar trouxe a organização da população, o recrutamento, a criação de altos postos e a nomeação de sujeitos para os compor.

É nesse quadro de estabelecimento de uma agricultura exportadora, de desenvolvimento de infra-estruturas ligadas a essa produção, de defesa territorial e conseqüente criação de cargos, de, enfim, políticas administrativas determinadas que se inserem as disputas entre a elite paulista. Elas estavam ligadas, retomando as reflexões de Antonil, a “interesses” de ordem econômica, política ou simbólica, e atingiam desde reinóis recém-chegados no Brasil até parentes, amigos e famílias antigas da capitania.

A união e a paz entre os que serviam ao rei em São Paulo foram por diversas vezes destacadas pelos governadores como princípios indispensáveis ao bom funcionamento da administração da capitania. O morgado de Mateus atestava que as vilas e povoações da capitania “estariam muito mais adiantadas se as grandes contendidas, disputas e conflitos de interesses de Jurisdições e de ambição entre os Estados Eclesiásticos, seculares e civil, de que já tinha avizado, não houvessem retardado os progreços”⁸⁷. Martim Lopes Lobo de Saldanha, seu sucessor, apontava a prudência como virtude essencial no governo da capitania, sem a qual tudo seria perdido. Era necessário ter a prudência, inclusive, de disfarçar alguns inconvenientes que pudessem levar a inimizades, das quais nasciam “embrulhadas prejudiciais ao serviço”⁸⁸.

Os abusos de poder associados às rivalidades apontadas pelo morgado de Mateus e à falta da prudência animada por Lobo de Saldanha não eram incomuns. Na vila de Mojimirim, bastou que o furriel José Manoel de Queiros estivesse no coro da igreja para que o capitão Antonio Luiz de Moraes Pissarro o prendesse. Com o assoalho mal preparado, o andar de cima do edifício fazia, ao ser pisado, cair terra em quem estivesse embaixo e, provavelmente, deve ter sujado o capitão. O governador, ao saber do ocorrido, enviou carta ao capitão repreendendo-o e afirmando que a nenhum oficial era permitido prender ou soltar outro sem ordem superior nem razão justificável como flagrante delito. Certificava, ainda, que excessos

⁸⁷ “Notas (Minuta) que mencionam a fundação das vilas de Atibaia, Mogi-Mirim, Faxina, Piracicaba, Guaratuba e outras, relacionando o que é preciso informar sobre cada uma delas: número de fogos, de familiares habitantes, com sua identificação completa”. Posterior a 22 de março de 1770. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 6, doc 357.

⁸⁸ “Para o Capitão José Correa Lemos Marzagam em Taubathe [sobre a necessidade de se ter e promover a união entre os que são servidores da majestade, e outras coisas]”. 12 de abril de 1776, e “Para o Capitão Policarpo Joaquim de Oliveyra em Parnahiba [sobre a importância em conservar a paz entre aqueles que servem à alteza real]”. 13 de abril de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1954, vol. 75, pp. 24-26.

como esse davam margem às parcialidades que abundavam na capitania, às quais tinha “natural aversão” e cuidava em “evitá-las e extingui-las”, obrigando que os oficiais também o fizessem⁸⁹.

As intrigas e falsas informações eram comuns entre possíveis desafetos. Espalhar que o capitão-general estava contra algum oficial foi uma das estratégias usadas para manchar a reputação de um inimigo. Em abril de 1776, Lobo de Saldanha certificava ao capitão Dionizio de Oliveira Guimarães, da vila de Iguape, que ele não estava em desagrado do governador, e ordenava que fosse dito aos que divulgaram a falsa notícia para irem à cidade de São Paulo falar-lhe e explicar o ocorrido ou seriam presos⁹⁰.

No curioso livro de Luiz Edmundo estão expostos, com algumas ilustrações acompanhando, os diferentes modos de tratar e cumprimentar do Brasil colonial no século XVIII. Determinava a regra que tirasse o chapéu, por exemplo, aquele que estivesse sempre “melhorado no lugar”, ou seja, quem descesse uma ladeira deveria cumprimentar primeiro quem a subisse, quem estivesse numa cadeirinha o faria também a quem passasse a pé. O bom-tom mandava que não se encarassem as pessoas a fim de reparar se correspondiam ou não à saudação. Diante de uma sentinela, dever-se-ia sempre retirar o chapéu. Os humildes e escravos, ao cumprimentar o vice-rei, prostravam-se a seus pés⁹¹. Afora o caráter anedótico que se possa apanhar, a etiqueta tinha função de destaque na estrutura social do Antigo Regime⁹². Tratar, por exemplo, os grandes eclesiásticos ou seculares por *senhor* em vez de *excelência*, ou por *excelentíssimo*, *ilustríssimo* ou *reverendíssimo* a quem não merecesse, era incorrer em pena passível de multa e até prisão, dependendo do caso⁹³.

Se nas relações sociais do Brasil e, mais ainda, da capitania paulista o modelo reinol não imperava, não significa que, principalmente para a elite, certo protocolo fosse de somenos importância. Assim, um capitão deveria saudar devidamente um juiz de fora e sua esposa ao

⁸⁹ “Para o Capitão Antonio Luiz de Moraes Pissarro em Mogy merim [questionando, dentre outras coisas, a razão pela qual o furriel Jozé Manoel de Queyrós foi preso, e afirmando-se contra as parcialidades que ocorrem]”. 18 de julho de 1776. In *Ibidem*, pp. 164-165.

⁹⁰ “Para o Capitão Dionizio de Oliveira Guimaraens em Iguape [afirmando que não está o capitão em desagrado do governador]”. 23 de abril de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 75, 1954, p. 40.

⁹¹ Cf. Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. 3 vols. Rio de Janeiro: Conquista, 1956, 4ª. edição (1ª. edição de 1932), vol. 2, pp. 351-352.

⁹² Para uma análise sociológica dessa questão no âmbito da corte, veja-se Norbert Elias. *La Sociedad Cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, 1ª. reimpressão (1ª. edição alemã de 1969).

⁹³ Essas normas encontram-se no “Alvará de 29 de janeiro de 1739” e no “Alvará de 15 de janeiro de 1759. Declarando e Ampliando a Lei de Tratamento”. In Hélio de Alcântara Avellar. *História Administrativa do Brasil*. Vol. 5. Rio de Janeiro: DASP, 1970, pp. 223-228.

cruzar com eles. O caso é que disputas poderiam trocar as coisas e a norma, dependendo da situação, tornar-se-ia motivo de protesto. Foi o que se passou com o capitão auxiliar Antonio José de Carvalho, que, na tarde do último dia da celebração de uma festa religiosa, encontrara o juiz de fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, e sua esposa à beira da janela mirando as “companhias dos Pretos” que por lá passavam. Carvalho, ao se deparar com a autoridade, cortejou-a, como também o fizeram outras pessoas que percorreram o mesmo trajeto. O juiz de fora, sentindo-se insultado por o capitão tê-lo saudado, enviou carta ao governador da capitania queixando-se do fato. Lobo de Saldanha estranhou muito o caso e, pedindo que o capitão comandante de Santos, Francisco Aranha Barreto, averiguasse em segredo a tal “historieta”, afirmava que se Antonio José de Carvalho não cumprimentasse o juiz de fora e a sua esposa seria prontamente repreendido, mas o contrário era de se admirar e só poderia ser fruto de “cega paixão”, explícita nas contas e despachos que contra ele faziam⁹⁴.

Não era a primeira vez que se desconsiderava o capitão. Era comerciante, e isso, unido às possíveis inimizades que tinha, talvez influenciasse no fato de sua presença, bem como seu cortejo, nem sempre serem benquistos. Em outra ocasião, ao apresentar um requerimento seu ao escrivão da vila de Santos foi, por este, desacreditado. O governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, em carta ao mesmo juiz de fora daquela vila, expressava, mais uma vez, sua absoluta surpresa com o ocorrido. Declarava que “nem no Reino, e muito menos na América, onde qualquer branco faz huma figura atencível, se poria semelhante dúvida a hum capitão de auxiliares, inquestionavelmente nobre, como outro que de posto semelhante da Tropa paga”. Pontuando, ainda, ser inevitável no Brasil, e principalmente em São Paulo, que os capitães usassem dos “manejos” do comércio para sobreviverem, e se mercadores, traficantes, tropeiros, condutores, que compunham as tropas, não pudessem desfrutar dos privilégios de seus postos poucos seriam aqueles que se disporiam a ocupá-los. Por fim, ordenava que o juiz de fora repreendesse o “orgulhoso” escrivão avisando-lhe que se repetisse “semelhantes intrigas” seria levado preso “em ferros” e merecidamente castigado⁹⁵.

As disputas não eram movidas apenas por questões ligadas à opinião e ao sentimento desfavorável a outrem. Também não se restringiam a prisões indevidas nem a desdém por sujeitos tidos como menos dignos. Não raramente, combinaram-se tocaia, pólvora e bala.

⁹⁴ “Para o Capitão Francisco Aranha Barreto Comandante da Villa de Santos [sobre diversos assuntos]”. 13 de abril de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., p. 26.

⁹⁵ “Para o Doutor Juiz de Fora da Villa de Santos [sobre a intriga entre um escrivão e um capitão de auxiliares]”. 2 de abril de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., pp. 7-8.

No princípio do governo do morgado de Mateus, José Monteiro da Silva, da freguesia de Facão⁹⁶, foi acusado de matar Manoel Fernandes Vidal, feitor de Felix Gomes de Siqueira. Quando da morte do feitor, levantou-se devassa contra a família Monteiro da Silva, a fim de apurar o caso. A averiguação, no entanto, não conseguiu chegar ao criminoso. Diante disso, Felix Gomes dirigiu requerimento ao ouvidor-geral de São Paulo, Salvador Pereira da Silva, pedindo que a devassa contra aquela família fosse refeita, já que, por serem muito poderosos, estiveram sob a proteção de alguns sujeitos importantes da freguesia, dentre eles o juiz Francisco José de Macedo⁹⁷. Não temos conhecimento do motivo da desavença entre as duas famílias, sabemos apenas que Felix Gomes de Siqueira tinha algumas “demandas” com José Monteiro da Silva e, segundo aquele, este já o tinha avisado de que se não abrisse mão delas “lhe meteria no corpo duas balas”. O alvo, portanto, não era o feitor, que, “por engano”, foi morto⁹⁸.

Felix Gomes atribuíu ao juiz a culpa de, com ajuda do padre José Gomes da Silva Granito, proceder de forma iníqua, instruindo os depoentes de “como deveriam jurar”, ou, ainda, chamando pessoas que não estavam a par do caso. Afirmava que pedira ao juiz para convocar determinadas testemunhas, que tinham conhecimento do acontecido, e este respondeu que, de sua parte, não consideraria tais depoimentos. Não por acaso o juiz tomava o partido do acusado. Era casado com Mariana Francisca, uma de suas primas-irmãs⁹⁹. Gomes de Siqueira lembrava ao ouvidor-geral que José Monteiro era irmão de João Monteiro e de Domingos Monteiro, que, junto com seus primos Francisco Gomes e Manoel da Silva Granito, abriram um caminho na fazenda de José Álvares de Oliveira e foram repreendidos pelo mesmo ouvidor-geral. Ora, Manoel da Silva Granito, primo de Monteiro, era irmão do padre Silva Granito. Havia, portanto, uma família ocupando algumas das principais funções da

⁹⁶ A freguesia de Facão pertencia, à época, à vila de Guaratinguetá. Só no governo de Francisco da Cunha Menezes foi elevada à categoria de vila, sob o nome de vila de Cunha.

⁹⁷ “Requerimento de Felix Gomes de Siqueira, morador na freguesia de Facão, distrito de Guaratinguetá, ao [ouvidor geral da comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva,] solicitando que se refaça a devassa que foi tirada contra seus inimigos da família Monteiro da Silva que, por terem muito poder, vinham cometendo muitas injustiças e prejuízos naquela região”. Post. 16 de março de 1767. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc 330.

⁹⁸ “Requerimento que fez Felix Gomes de Siqueira contra José Monteiro por haver morto o Seo feitor Manoel Fernandes Vidal, entendendo que o matava a elle”. Post. 16 de março de 1767. In *Idem*, *ibidem*.

⁹⁹ Cf. “Lista dos oficiais, soldados e mais pessoas que pertencem a freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Facan de que [é] Capitão Nuno dos Reis, cópia oferecida ao Instituto pelo sr. Benedito Marcondes, amanuense da Secção Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo”. 1777. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 41, 1942, p. 235.

freguesia¹⁰⁰. Não era à toa que Siqueira reclamava do poder dos Monteiro e Silva, da falta de justiça e abundância de “mortes públicas, ferimentos, uso de armas proibidas pelas Leys de Sua Majestade”. Numa passagem bastante truncada de seu requerimento, Siqueira contava um fato ocorrido com João Monteiro da Silva no momento de sua prisão, cujas datas e motivos ignoramos. Na ocasião, houve intervenção de alguns oficiais da vila de Taubaté, ao que tudo indica, a favor de João Monteiro, de tal forma que “chegarão a pronunciar que o Capitão e soldados pareciam Fariseus, e que não temiam cousa alguma porque tinham muito dinheiro e outras cousas mais de que eu não sou sciente para informar a Vossa Excelência”¹⁰¹.

Dessa história, não dispomos da resposta do ouvidor-geral nem do desenvolvimento das queixas de Felix Gomes de Siqueira. Investigando a trajetória desses sujeitos, descobrimos que o juiz Francisco José de Macedo esteve, anos depois, no posto de capitão e era senhor de engenho em Guaratinguetá¹⁰². João Monteiro Silva e seu primo Manoel da Silva Granito receberam de governadores patentes de, respectivamente, capitão da 2ª. Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria de Milícias e ajudante das ordenanças, da vila de Cunha¹⁰³. José Álvares de Oliveira, dono da fazenda onde estes abriram indevidamente um caminho, foi sargento-mor das ordenanças da vila de Cunha, depois capitão-mor e, ainda, dono de um engenho na mesma vila¹⁰⁴. Com relação a Felix Gomes de Siqueira, sabemos que ocupou o posto de alferes e que passou a morar na vila de Taubaté, onde, em 1778, obteve

¹⁰⁰ O que, na verdade, não foi incomum na capitania. Cf. Elizabeth Darwiche Rabelo. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*, op. cit., p. 137.

¹⁰¹ “Requerimento que fez Felix Gomes de Siqueira contra José Monteiro por haver morto o Seo feitor Manoel Fernandes Vidal, entendendo que o matava a elle”. Post. 16 de março de 1767, op. cit.

¹⁰² Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit.

¹⁰³ Cf. “Requerimento de João Monteiro Silva pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação da patente do posto de capitão da 2ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria de Milícias da vila da Cunha”. Anterior a 1782, e “Requerimento de Manuel da Silva Granito, por seu procurador, Domingos José Soares Barros, pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação do posto de ajudante e "supra" das Ordenanças da vila de Cunha, que já estava vago por não ter requerido confirmação da primeira patente, no prazo determinado”. Anterior a 9 de setembro de 1805. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 48, doc. 3786, e cx. 58, doc. 4416.

¹⁰⁴ Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit., “Requerimento do sargento-mor Agregado das ordenanças da vila da Cunha, José Álvares de Oliveira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente”. Anterior a 19 de junho de 1792. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc. 574, e “Requerimento de José Álvares de Oliveira, por seu procurador, Joaquim Luís Pereira, pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação do posto de capitão-mor das Ordenanças da vila de Cunha para o qual foi nomeado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Antônio José da Franca e Horta)”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 52, doc. 4040.

concessão de sesmaria de algumas terras¹⁰⁵. É de se notar, outrossim, que Siqueira foi casado com Joanna Maria da Silva, falecida em 1763, e, depois, com Anna Joaquina de França, filha do capitão-mor Antonio Galvão de França. Sua primeira esposa, Joanna Maria da Silva, era filha de Nicolau Monteiro da Silva, de Portugal, e de Florencia da Silva, da freguesia de Facão¹⁰⁶. Assim sendo, Felix Gomes fora ligado, por matrimônio, à família Monteiro da Silva, e, se assim é possível considerar, a ela permaneceu vinculado, uma vez que teve dois filhos com sua primeira esposa.

Como podemos perceber, aos conflitos estavam vinculadas complexas relações em que autoridade, cabedal e séquito tinham, por um lado, influências decisivas no desfecho dessas disputas, e, por outro, funcionavam como elemento a motivá-las. A terra foi um dos pontos sobre os quais se desenrolaram inúmeros litígios. Fosse pela posse efetiva dela¹⁰⁷ fosse pela construção e conservação de caminhos. Estes eram, como já ressaltamos, fundamentais para o desenvolvimento da capitania e de sua produção agrícola. Não apenas porque ligavam as principais regiões produtoras aos portos, mas, também, por unirem vilas de São Paulo a outras da própria capitania ou de capitanias circunvizinhas.

Consertar um caminho, tão importante quanto abri-lo, sempre foi tarefa das mais difíceis. Mesmo sendo responsabilidade de particulares, o serviço não era extensivo a todos os habitantes da capitania. Os oficiais auxiliares, por exemplo, tinham a obrigação apenas de conservar as “testadas de suas propriedades nos caminhos públicos” e nos particulares somente se eles passassem por suas terras e fossem percorridos nos dias de ato religioso; quanto aos particulares “feitos de mão comum”, estavam desobrigados por terem isenção dada por privilégio do ofício¹⁰⁸. A preservação dos caminhos não foi o único inconveniente e motivo de querelas. Construí-los já era, por si, superar grandes obstáculos. Dever-se-ia, antes

¹⁰⁵ Cf. “Requerimento de Manuel Antônio Alvares, Simão Martins Silva e Félix Gomes de Sequeira a (D. Maria I) pedindo confirmação da sesmaria de umas terras que lhes foram dadas pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Martim Lopes Lobo de Saldanha)”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 32, doc. 2805.

¹⁰⁶ Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. 9 vols. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905, vol 7, p. 417, e vol. 8, pp. 212-214.

¹⁰⁷ Cf. Afonso de E. Taunay. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951, 4ª. edição (1ª. edição de 1931), vol. 2, 2ª. parte, pp. 10-18, e Ana Paula Medicci. *Entre a “decadência” e o “florescimento”: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridades públicas (1782/1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, dissertação de mestrado, pp. 64-66.

¹⁰⁸ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara da vila de Atibaia sobre a obrigação que têm os auxiliares da freguesia de Nazaré em consertar os caminhos”. 13 de julho de 1784. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 85, 1961, p. 122.

de mais nada, engajar pessoas para a empreitada. Muitas vezes era difícil conseguir quem se dispusesse a trabalhar na abertura de caminhos, mesmo que fossem dados auxílios com mantimentos e pagamento de jornadas¹⁰⁹. Além disso, a concorrência para que passassem próximo a fazendas de um ou de outro sujeito, facilitando a saída de seus produtos, ajudou, em algumas ocasiões, a deixar a empresa ainda mais complicada.

A construção do chamado caminho novo da Piedade, ligando a região do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro, ilustra bem as dificuldades que envolviam tal empreitada. O vai-e-vem das correspondências, as intrigas e as diferentes decisões foram intensas. Em julho de 1775, o capitão de cavalaria auxiliar de Taubaté, José Correa Leme Marzagão, ficou encarregado de comandar a abertura do caminho da região de Paraíba Nova. A questão que se colocava dizia respeito ao percurso que deveria fazer o caminho, as regiões por onde passaria e por qual distância da margem do rio Paraíba a passagem era menos penosa¹¹⁰. Estavam envolvidos sujeitos com importantes funções na capitania, incluindo o vigário de Campo Alegre, padre Henrique Carvalho, que, em agosto de 1775, questionava a honradez do capitão-mor da vila de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, conhecidamente contrário à construção do caminho tão próximo à margem do rio Paraíba como previa o projeto¹¹¹. Na verdade, a disputa era se o caminho passaria pela região da Paraíba Nova e pela freguesia de Campo Alegre ou partiria da freguesia da Piedade, mais tarde vila de Lorena, indo direto, pela parte mais ao sul do rio Paraíba, à freguesia de São João Marcos no Rio de Janeiro.

Afora as disputas entre os diversos agentes da capitania, o caso em pauta evidencia a dificuldade que tinham os governadores em discernir a validade das informações que recebiam. Sob influência do sargento-mor Inácio José Cherem, o governador Lobo de Saldanha convenceu-se de que o caminho de São João Marcos era difícilimo de ser construído e que era melhor mesmo seguir o projeto de Paraíba Nova. Mais ainda, o capitão-general deu plenos poderes ao vigário de Campo Alegre para arbitrar no que fosse necessário a fim de que a empreitada se desenvolvesse satisfatoriamente¹¹². Quanto a Cherem, quando chegou a Lobo

¹⁰⁹ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão Joaquim de Meyra e Sequeira ordenando que se abra o caminho da povoação de Piracicaba”. 19 de junho de 1782. In *Ibidem*, p. 12.

¹¹⁰ As cartas sobre a construção desse caminho são inúmeras. Algumas das principais encontram-se no volume 75 dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, op. cit., pp. 103-113, 117-121, 123, 131-132, 135, 155-158 e 181.

¹¹¹ Cf. Paulo Pereira dos Reis. *O Caminho Novo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 84.

¹¹² Sobre a informação que chegou ao governador, por meio de Inácio José Cherem, de investimentos do vigário de Campo Alegre na abertura do caminho, considera Paulo Pereira dos Reis: “Tratava-se de uma deslavada mentira de Cherem a afirmação de que o Padre Carvalho realizava as despesas à sua própria custa. Que

de Saldanha a acusação de que tinha ido ao Rio de Janeiro sem a permissão do governador, foi rigorosa a justificativa, dada pelo próprio capitão-general, do porquê ter recaído sobre ele esta acusação: o fato de o sargento-mor ser do reino, “a que todos os Brazileyros tem ódio”¹¹³.

Em 7 de junho de 1776, munido de carta do capitão-mor Manoel da Silva Reis e de relatório feito pelo ouvidor-geral, José Gomes Pinto de Moraes, sobre a melhor estratégia para a construção do caminho, Lobo de Saldanha persuadiu-se de que a mudança de rota era, com efeito, necessária. Reconhecendo a complicação de distinguir as informações verdadeiras das falsas, ordenava que o capitão-mor de Guaratinguetá retificasse a obra que, agora, seria feita de Piedade a São João Marcos¹¹⁴. A reação do vigário de Campo Alegre não poderia ser mais exaltada: tentou convencer o governador, receitou correspondência com ordens referentes ao novo traçado do caminho, ameaçou de morte os envolvidos na empreitada, escreveu para o vice-rei acusando os paulistas de tentarem invadir as terras do Rio de Janeiro, enfim, fez o que podia e o que não podia para tentar embarçar a obra. Das intempéries do vigário, destaque-se a oposição ao pedido do governador para que devolvesse as cartas pelas quais lhe delegou poderes. Além do mais, o sacerdote secular escreveu, em forma de portaria, ao capitão Diogo Antônio de Figueiredo, um dos encarregados da tarefa de construir o caminho, afirmando que as ordens de Manoel da Silva Reis não eram verdadeiras¹¹⁵. O governador da capitania paulista, em carta de 12 de julho de 1776, lamentava ao vigário de Campo Alegre as atitudes por ele tomadas, assinalando que se desconhecesse a letra do padre não acreditaria que seria capaz de escrever a falsa portaria, “tanto pelo character de Vossa Mercê, sendo hum Sacerdote, Vigário, e Pastor Espiritual como pelas informações de que me tinham enchido os ouvidos”. Ordenava, por fim, que Henrique José de Carvalho enviasse as antigas ordens que o capitão-

efetivamente fazia era uma espécie de extorsão: em nome da Real Fazenda, comprava fiado daqueles que possuíam mantimentos e depois obrigava os credores, pelo temor de represálias, a perdoarem as dívidas, deixando em muito mau conceito o Capitão-general Saldanha que ignorava completamente os fatos.” Idem, *ibidem*, pp. 90-91.

¹¹³ “[Carta do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha] Para o Doutor Ouvidor desta Comarca, estando de Correção na Villa de Guaratinguetá”. 4 de junho de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São*, vol. 75, op. cit., pp. 111-113.

¹¹⁴ “[Carta do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha] Para o Capitão Mor de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reys [sobre o caminho ligando a capitania ao Rio de Janeiro e das inúmeras tentativas de o embarçar]”. 7 de junho de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., pp. 117-118.

¹¹⁵ Cf. Paulo Pereira dos Reis. *O Caminho Nôvo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo*, op. cit., pp. 95-97.

general tinha dado a ele e que, sem demora, mandasse tirar todas as pessoas daquele “maldito caminho da Paraíba nova”¹¹⁶.

Apesar da incansável oposição do padre Henrique José de Carvalho, em 1778 ficou pronto o caminho ligando Piedade a São João Marcos¹¹⁷. O desenrolar dos acontecimentos manifesta os interesses particulares dos moradores da freguesia de Campo Alegre, dentre eles o padre Carvalho, para que o caminho passasse por suas terras. De fato, é bem possível que a ligação feita a partir da freguesia da Piedade e por paragens no extremo sul do rio Paraíba fosse mais adequada. No entanto, é preciso destacar que o capitão-mor de Guaratinguetá, Manoel da Silva Reis, grande defensor dessa proposta, antes de mero benfeitor, era adepto da notória união do útil ao agradável, uma vez que foi bastante favorecido com a nova direção que tomou o caminho. Silva Reis possuía terras entre Areias e Bananal, lugar que, depois da reformulação ordenada por Lobo de Saldanha, passou a fazer parte do percurso do novo caminho¹¹⁸ (Mapa 4).

¹¹⁶ “[Carta do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha] Para o Vigário de Campo Alegre Henrique Jozé de Carvalho [sobre o caminho de Paraíba nova ser, na verdade, conveniente a particulares, e da portaria que irregularmente escreveu o dito sacerdote]”. 12 de julho de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op. cit., pp. 155-156.

¹¹⁷ Cf. Paulo Pereira dos Reis. *O Caminho Nôvo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo*, op. cit., p. 119.

¹¹⁸ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 109-112.

Além dos conflitos de interesses ligados à terra e à disputa por facilidade de escoamento da produção agrícola, houve momentos em que estavam em jogo os altos postos das companhias militares. Se os temidos recrutamentos de soldados para as tropas da capitania sempre trouxeram grande dificuldade para os governadores, que muitas vezes recorriam ao uso da violência¹¹⁹, os postos superiores, ao contrário, passaram a ser cada vez mais desejados pela elite paulista.

Quando, em 1800, o sargento-mor agregado da cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, pedia para ser promovido a tenente-coronel¹²⁰, talvez já esperasse alguma dificuldade. Joaquim José Pinto era filho de Francisco Pinto do Rego, que era paulista, cavaleiro fidalgo, e exerceu importantes cargos na capitania. Sua mãe, Escolástica Jacinta de Ribeira Góes e Moraes, era filha de José de Góes e Moraes, que era paulista, e neta do também paulista Pedro Taques de Almeida¹²¹. Por descender de uma das mais importantes famílias da capitania, Pinto de Moraes tinha alguns privilégios que, do contrário, não lhe seriam concedidos. Assim, em 1º de maio de 1776, como capitão de cavalos, foi repreendido pelo governador, e coronel da sua Legião, Martim Lopes Lobo de Saldanha. O problema era que levava para a campanha que fazia no sul cinco escravos e uma “mulata rapariga” das fazendas de sua família, o que, por ser absolutamente dispensável para o exercício militar a que fora incumbido, foi considerado por Lobo de Saldanha desmedida “rapaziada”, fruto da pouca idade do capitão que, à época, tinha por volta de vinte anos. O governador enviava carta a Joaquim José Pinto pedindo que pensasse no desgosto que teriam seu irmão, que estava “nas lavras”, e seu amigo ouvidor-geral se soubessem do ocorrido, uma vez que para esse tipo de campanha dever-se-ia levar tão-somente “boa espada, muita pólvora e balla, que são os divertimentos de hum soldado Honrado”. Rogava, por fim, que Pinto de Moraes Leme olhasse para si, para o “seu nascimento, e Avós, para com estes estímulos emendar o passado” e dar ao governador daquele momento em diante “muitos gostos”¹²².

¹¹⁹ Cf. Enrique Peregalli. *Recrutamento Militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, pp. 118-137.

¹²⁰ “Requerimento do sargento-mor Agregado de Cavalaria da Legião dos Voluntários Reais da capitania de São Paulo Joaquim José Pinto de Moraes Leme ao príncipe regente [D. João], solicitando promoção a tenente-coronel de Cavalaria e comandante da mesma Legião.” 1800. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 16, doc. 822.

¹²¹ Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealógica*, op. cit., tomo 1, pp. 146-158. Na obra de Taques, o nome do sargento-mor agregado aparece como Joaquim José Pinto do Rego.

¹²² “[Carta do governador Martim Lopes Lobo de Saldanha] Para o Capitão de Cavallos de Voluntarios Reaes Joaquim Jozé Pinto de Moraes Leme no caminho do Sul, por terra [sobre remediar as más ações que vem cometendo]”. 1º de maio de 1776, e “Para o Sargento Mor de Cavallaria de Voluntarios Reaes Jozé Pedro

A intensidade e o tipo da advertência dada pelo governador levavam em conta a origem familiar daquele oficial faltoso. A propósito, sua linhagem teve também forte influência em seu provimento no cargo de capitão de cavalaria. Dentre os quatro capitães nomeados por Lobo de Saldanha para o Regimento de Voluntários Reais que se formava em 1775, todos eram de famílias importantes na capitania. O capitão José Rodrigues de Oliveira Montes, paulista, era filho do tenente José Rodrigues Pereira, que era português e comerciante, dono de grande fortuna em São Paulo, e de Anna de Oliveira Montes, da família Maciel, cuja origem em terras paulistas data de fins do século XVI¹²³. O capitão Garcia Rodrigues Paes Leme, natural do Rio de Janeiro, era filho do mestre-de-campo Pedro Dias Paes Leme, que foi “fidalgo da casa real, comendador da ordem de Cristo, guarda-mor geral das Minas Gerais, e tirou brasão de armas em 1750, que é o mesmo dos Lemes”¹²⁴; o irmão mais novo de Garcia Rodrigues, José Pedro Francisco Leme, foi nomeado sargento-mor de cavalaria do mesmo regimento¹²⁵. O capitão Joaquim José de Macedo Leite, paulista, era filho de Manoel de Macedo, natural de Guimarães, e de Escolástica Maria de Matos, que era trineta de Pedro Dias Paes Leme, “paulista de uma grande estimação e respeito”¹²⁶. Desses capitães, dois eram fidalgos cavaleiros da “Casa de Sua Majestade” e um era professo na Ordem de Cristo, a saber, respectivamente, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, Garcia Rodrigues Paes Leme, e José Rodrigues de Oliveira Montes¹²⁷.

Pela explicação do vice-rei, o conde da Cunha, ao morgado de Mateus, sabemos que no Brasil havia três tipos de tropas: pagas, auxiliares e ordenanças. As diferenças entre umas e outras abrangiam diversos aspectos, mas, para termos uma idéia geral, seguimos os esclarecimentos do conde: as pagas tinham um soldo fixo, tanto no quartel como em campanha, em guerra ou em paz; as auxiliares “só vencem pão de munição”, ou seja, só

Francisco Leme, que se acha nas partes do Sul do Rio grande de São Pedro [sobre, dentre outras coisas, o fato de o capitão Pinto de Moraes Leme ter levado consigo cinco escravos e uma mulata, e de como deve o sargento proceder]”. 1º de maio de 1776. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 75, op.cit., pp. 50-54.

¹²³ Cf. Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*, op. cit., vol. 8, pp. 150-188. A referência ao capitão José Rodrigues de Oliveira Montes encontra-se à p. 168.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, vol. 2, pp. 456 e 461.

¹²⁵ Luiz Gonzaga da Silva Leme aponta o sargento-mor de cavalaria como José Pedro *Dias Paes* Leme. Cf. Idem, *ibidem*, p. 462.

¹²⁶ Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealógica*, op. cit, tomo 3, p. 57. O mestre-de-campo Pedro Dias Paes Leme é homônimo deste, que faleceu a 16 de julho de 1633. A referência a Escolástica Maria de Matos encontra-se à p. 114.

¹²⁷ Cf. “Relação dos Nomes, Naturalidades, Idades, tempo de serviço, Postos em que se achavão, e préstimo dos Officiais providos no Regimento de Voluntários Reaes, que de novo se formou na Capitania de São Paulo, conforme as Reaes Ordens de 14 de Janeiro de 1775, no primeiro de Dezembro do Referido anno”. 1º de dezembro de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, código 4530, fls. 146v-147.

recebiam soldo, quando se ocupavam no serviço para o rei; as ordenanças, por fim, “estas não vencem cousa alguma, nem na paz, nem no mayor vigor da Guerra”¹²⁸. Das ordenanças, participavam, em teoria, todos os homens entre 18 e 60 anos de idade que já não estivessem alistados nas outras tropas¹²⁹. Dos corpos militares que os civis poderiam ocupar, as tropas auxiliares eram o de maior prestígio. Para servir nelas, era necessário que o sujeito tivesse “notória fidelidade à Coroa” comprovada ou por seus próprios serviços ou por aqueles prestados por seus ascendentes¹³⁰. As tropas pagas, ou regulares, eram compostas tendo por base os oficiais das listas de ordenanças. Recrutando delas, como nas auxiliares, os sujeitos mais importantes da capitania¹³¹. No caso da nomeação para os quatro recém criados postos de capitães de cavalaria daquela tropa regular, o governador Lobo de Saldanha escolheu homens que, ademais de provirem de boa linhagem, pudessem arcar com as custas de suas companhias; “não só aprontando os cem cavallos com os arreyos competentes, mas também com todo o Armamento de Clavinas, Pistollas, e Catanas”. Tudo isso “com grande utilidade da Fazenda Real”¹³².

Com efeito, bancar as companhias era condição indispensável para quem almejasse o posto de capitão de cavalaria do regimento que se formava. Tanto assim que José Pedro Galvão de Moura e Lacerda, também de distinta família¹³³, estava entre os primeiros nomes cogitados e, por “se não achar nas circunstâncias dos outros”¹³⁴, pediu para ser indicado para

¹²⁸ “Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus”. 28 de novembro de 1765. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1895, vol 14, pp. 73-74.

¹²⁹ Cf. Nanci Leonzo. “As Companhias de Ordenanças na capitania de São Paulo – das origens a governo do Morgado de Matheus”. In *Coleção Museu Paulista, série de História vol. 6*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, pp. 127 e 157.

¹³⁰ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 24. Leonzo aponta que por conta da grande necessidade de tropas para as disputas no sul, para as auxiliares eram recrutados sujeitos que nem sempre estavam nas famílias mais importantes de São Paulo. Desse modo, os “homens-bons” da capitania eram preferidos para os postos da cavalaria, em vez da infantaria. Idem, ibidem, p. 92.

¹³¹ Cf. Osmar Simões Magro. “A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria nas Campanhas do Sul”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura e de Recreação, 1936, ano II, vol. 24, p. 12. Simões cita as considerações de Manuel Cardoso de Abreu, segundo as quais no fim do século XVIII a diferença entre as tropas pagas e as auxiliares era somente com relação ao soldo. “A instrução, o serviço e a correção dos uniformes era a mesma”. Idem, ibidem, nota 17.

¹³² “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marques de Pombal, sobre como procedeu na composição do Regimento de Voluntários Reaes”. 1º de dezembro de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fls. 144-144v.

¹³³ Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarquia Paulistana Historica e Genealógica*, op. cit, tomo 3, p. 111.

¹³⁴ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando seu parecer sobre a promoção do sargento-mor Agregado a Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São

o Regimento de Infantaria igualmente recém estabelecido na capitania, o que se lhe foi concedido¹³⁵. No lugar de José Pedro Galvão foi indicado Joaquim José de Macedo Leite. Aqui, valeu, ainda, muito mais a capacidade de custear a formação da companhia de cavalaria do que o tempo de serviço militar, já que este servira pouco mais de onze meses, enquanto aquele, treze anos.

Depois de nomeado capitão de cavalaria, os anos se arrastaram até que Joaquim José Pinto de Moraes Leme fosse promovido. Pesou para isso não tanto a “rapaziada” que cometera em 1776, da qual reclamava Lobo de Saldanha, mas rivalidades dentro do próprio regimento de que fazia parte. Quem explicou o caso foi António Manoel de Mello Castro e Mendonça, em carta de 13 de janeiro de 1801. Logo de início, o governador criticava seu antecessor, Lobo de Saldanha, indicando que nas instruções régias para a criação das companhias de cavalaria não havia ordem alguma para que os capitães as montassem às suas custas. Com relação à promoção de Moraes Leme, questão que moveu a carta do governador ao secretário de Estado¹³⁶, Castro e Mendonça elucidava a complicada trama.

Tudo começou com a promoção de Joaquim José de Macedo Leite a sargento-mor do regimento, em 16 de julho de 1788¹³⁷. Segundo o governador, indevida. Macedo Leite, tendo a patente mais recente do que os outros, não poderia ser o 1º capitão do corpo de cavalaria daquela legião nem, portanto, receber a patente de sargento-mor. Para os argumentos sobre a “modernidade” da patente de Leite, o governador utilizou-se de vários critérios. Se fosse considerada a data em que sentaram praça, Leite era o mais recente, porque foi o último a ser nomeado, ficando no lugar de José Pedro Galvão. Sentou-a em 8 de julho de 1775, enquanto Pinto de Moraes Leme já era capitão desde 21 do mês de junho do mesmo ano. De fato, a confirmação de Leite ocorreu em 12 de julho de 1781, enquanto a de Pinto de Moraes data de

Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme a tenente-coronel da mesma Legião alegando que este deve passar a coronel ou a tenente-coronel de um dos Regimentos de Cavalaria Milicianas.” 13 de janeiro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 16, doc. 803.

¹³⁵ Cf. “Relação dos nomes, naturalidades, idades, tempo de serviço, postos em que se achavão, e prestimo dos Officiais promovidos no Regimento de Infantaria, que de novo se formou na Capitania de São Paulo, com forme as Reaes ordens de 14 de Janeiro de 1775, no primeiro de Julho do mesmo anno”. 8 de dezembro de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fl. 161.

¹³⁶ Cf. “Carta do Secretário de Estado sobre o General informar no requerimento do Sargento Mor Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, p. 204.

¹³⁷ Que recebeu confirmação régia, como não era incomum, mais de dez anos depois, em 24 de setembro de 1799. Cf. “Joaquim José de Macedo Leite. Carta de Sargento Mor do Regimento de Cavalaria da Capitania de S. Paulo”. 24 de setembro de 1799. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 30, fl. 250v.

27 de julho de 1780¹³⁸. Se fosse levado em conta o tempo de serviço na tropa paga, Moraes também teria preferência, porque servira desde 6 de dezembro de 1774, quando sentou praça como soldado. Macedo Leite servira na tropa auxiliar como soldado desde 8 de fevereiro de 1774, passando a tenente em 28 de dezembro daquele ano. Como a contagem de serviço era feita por cada tipo de tropa de forma independente, e por ter servido primeiramente na tropa auxiliar, não tinha, por conseguinte, “nenhum serviço na Tropa paga”. Com relação à “recompensa de serviços”, Leite era também mais novo do que Pinto. Na tropa auxiliar, segundo carta régia de 22 de março de 1766, as remunerações só eram dadas a partir do posto de alferes¹³⁹, que aquele nem chegou a ocupar, pois passou de soldado a tenente em 28 de dezembro, enquanto Pinto, como soldado pago, estava no posto desde o dia 5 do mesmo mês. O governador ia além e acusava de ter sido falsificado o Livro Mestre onde eram anotadas as graduações e o tempo de serviço dos oficiais. Por estas e outras, concluía que “pozitivamente se quis favorecer naquella Promoção de 15 de Julho de 1788 ao refferido Macedo”. Porque todos os outros capitães foram promovidos naquele regimento, e Pinto era, à época, apenas sargento-mor agregado¹⁴⁰, Castro e Mendonça considerava que o requerimento deveria ser atendido, concedendo-se-lhe a patente de coronel de um dos regimentos de cavalaria miliciana, para, desse modo, remediar o “dano que experimentou o suplicante na sua preterição, de forma que a não ser ella estaria hoje no posto de Tenente-Coronel”¹⁴¹.

Castro e Mendonça afirmava, em algumas passagens de forma explícita, que Macedo fora favorecido por Bernardo José de Lorena, seu antecessor. Joaquim José de Macedo Leite tinha mesmo uma relação de amizade com Lorena, comprovadas pelas inúmeras cartas que enviava ao então governador de Minas Gerais. Em 20 de fevereiro de 1801, numa delas, além

¹³⁸ Para a confirmação de Joaquim José Pinto de Moraes Leme e de Joaquim José de Macedo Leite, veja-se, respectivamente, “Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme. Carta Patente de Capitão de Cavalos”. 27 de Junho de 1780, e “Joaquim José de Macedo Leite. Carta Patente de Capitão de Cavalos”. 12 de julho de 1781. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 9, fls. 122 e 207v.

¹³⁹ Abaixo dele havia os *oficiais inferiores*, que eram, respectivamente, sargento, furriel, porta-bandeira, cabo, tambor e soldado, no caso da infantaria, e furriel, porta-estandarte, cabo, trombeta e soldado, na cavalaria. Cf. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., pp. 88-89.

¹⁴⁰ Confirmado por decreto de 31 de outubro de 1799. Cf. “Decreto do Príncipe Regente D. João, pelo qual promove o capitão da 1ª Companhia de Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, a sargento-mor agregado ao mesmo Corpo”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo- Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 48, doc. 3755. Há registro desse decreto em *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 31, fl. 263.

¹⁴¹ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando seu parecer sobre a promoção do sargento-mor Agregado a Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme a tenente-coronel da mesma Legião alegando que este deve passar a coronel ou a tenente-coronel de um dos Regimentos de Cavalaria Miliciana.” 13 de janeiro de 1801, op. cit.

das notícias familiares e das lembranças que enviavam ao governador a mãe, a irmã e outros parentes de Macedo, comunicava do requerimento de Pinto de Moraes Leme para ser promovido a tenente-coronel, denunciando que estava “cheio de mentiras” e dizendo-se espantado por saber que a informação do governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ia “a seu favor”¹⁴². Na cópia que enviou a Lorena do requerimento de Pinto de Moraes, Macedo fez inúmeras anotações marginais, ora apontando como mentirosa certa informação ora duvidando dos serviços prestados pelo requerente, declarando que “Em fim nada prova do que quer, o seu intento hé Confundir com tantas Certidões que nenhua faz ao caso o ponto principal da questão que hé a antiguidade, muito menos a genealogia e os serviços dos seus antepassados, os que jamais tirarão a antiguidade a quem pertence”¹⁴³.

Findado o governo de Castro e Mendonça, quem se viu às voltas com a questão de Pinto de Moraes foi seu sucessor Antonio José da Franca e Horta. O príncipe regente ordenava que, assim que se estabelecesse no governo da capitania, enviasse parecer sobre o requerimento do então sargento-mor agregado. Em 26 de março de 1803, Horta enviou seu julgamento a respeito do caso. Mais imparcial não poderia ser. Por um lado, exultava a qualidade de “chefe” militar que tinha Macedo Leite, por outro, reconhecia em Pinto de Moraes “uma das pessoas mais distintas” da capitania. Ponderando que Pinto se encontrava “atrasado” porque fora nomeado para comandar aquela legião uma pessoa de outro corpo militar. Se, no lugar de Antonio Luiz da Rocha Pereira Guimarães, que veio do posto de capitão do Regimento de Valença do Minho, fosse passada a patente de tenente-coronel a Joaquim José de Macedo Leite, o suplicante Pinto de Moraes seria sargento-mor. Reconhecia, por motivos diferentes daqueles apresentados por seu antecessor, a validade da queixa de Pinto de Moraes, mas não prescrevia solução alguma deixando a cargo do príncipe, munido dessas informações, “Rezolver o que lhe parecer mais Justo”¹⁴⁴.

Em 1799, d. Rodrigo de Souza Coutinho comunicava ao governador de São Paulo que Joaquim José Pinto fora nomeado sargento-mor de cavalaria da Legião de Voluntários Reais,

¹⁴² “Carta de Joaquim de Macedo Leite ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena”. 20 de fevereiro de 1801. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fl. 138.

¹⁴³ “Cópia do requerimento que fez Joaquim José Pinto de Moraes Leme”. s/d. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fls. 118-120.

¹⁴⁴ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o requerimento do sargento-mor Agregado à Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme em que solicita a promoção ao posto de tenente-coronel de Cavalaria e comandante da dita Legião”. 26 de março de 1803. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 19, doc. 958.

a ser efetivado assim que vagasse o posto¹⁴⁵. Pinto só conseguiu sua promoção a sargento-mor efetivo quando Macedo Leite faleceu, em 1803¹⁴⁶. Sua saga, no entanto, não tinha terminado. Seguiu mandando requerimentos ao reino. Em maio de 1805, o presidente do Real Erário enviava ao secretário de Estado, visconde de Anadia, cópia de ofício de Pinto de Moraes, para que fossem tomadas medidas a respeito¹⁴⁷. Em lembrete, o secretário de Estado afirmava que era necessário ouvir o parecer tanto do governador Franca e Horta como do ex-governador Castro e Mendonça¹⁴⁸. Se for possível afirmar que a amizade de Lorena com Macedo influenciou na promoção deste, é certo que a relação entre Castro e Mendonça e Pinto de Moraes foi decisiva para que subisse ao posto de coronel-de-milícias. Em 9 de abril de 1808, Pinto enviava carta ao ex-governador da capitania na qual explicava que não poderia ir ao reino cuidar de seus requerimentos, e, dessa forma, não lhe restava alternativa senão pedir que Castro e Mendonça cuidasse para que eles fossem deferidos¹⁴⁹. Em 29 de agosto do mesmo ano foi criado por alvará régio o 2º Regimento de Cavalaria Miliciania da cidade de São Paulo, para o qual Pinto ingressou como coronel, tal qual, anos antes, propusera o ex-governador¹⁵⁰ e como ele mesmo pedira, quando não havia vaga de tenente-coronel em seu regimento¹⁵¹.

¹⁴⁵ Cf. “Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre diferentes objectos que abaixo se declararão”. 4 de novembro de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 190-195; há cópia dessa carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Brasil – Códices, código 424, fls. 172-175v.

¹⁴⁶ Macedo Leite, na carta que enviou a Lorena, já se queixava de sua saúde: “Eu vou vivendo neste valle de Lágrimas, se bem que quazi são de todo das moléstias que me atacaram perto de dous annos”. “Carta de Joaquim de Macedo Leite ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena”. 20 de fevereiro de 1801, op. cit. Sobre a promoção de Pinto, veja-se “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, participando o início do comércio desta capitania com a cidade do Porto pela chegada de um navio ao porto de Santos, trazendo uma carga composta de sal, ferragens, e outras mercadorias consumidas no continente americano e comunicando o falecimento do sargento-mor da Brigada de Cavalaria e comandante da Legião dos Voluntários Reais, Joaquim José de Macedo Leite.” 13 de agosto de 1803. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 21, doc. 993.

¹⁴⁷ Cf. “Ofício do (presidente do Real Erário) Luís de Vasconcelos e Sousa, ao (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior), remetendo-lhe o ofício do sargento-mor e comandante da Brigada de Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo Joaquim José Pinto de Leme”. 16 de maio de 1805. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo- Mendes Gouveia (023-01), cx. 58, doc. 4348.

¹⁴⁸ Cf. “Lembrete do (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior)”. Post. a 16 de maio de 1805. In Idem, ibidem.

¹⁴⁹ Cf. “Carta do (comandante da 2ª Companhia do 1º Regimento de Cavalaria Miliciania de São Paulo), Joaquim José Pinto de Moraes Leme, para o (ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça.”. 9 de abril de 1808. In Idem, cx. 64, doc. 4856.

¹⁵⁰ Cf. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 330.

¹⁵¹ Cf. “Carta (cópia) do capitão Joaquim José Pinto de Moraes Leme para o secretário de Estado, d. Rodrigo de Souza Coutinho, pedindo provimento para o posto de coronel-de-milícias de um dos corpos de dragões ou cavalaria ligeira”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São*, vol. 89, op. cit., pp. 70-72.

A biografia de Joaquim José Pinto é bastante interessante. Noviço da ordem de São Bento de Avis¹⁵², promovido a brigadeiro de cavalaria em 1818, dono de escravos e de fazendas de gados¹⁵³, parente de homens importantes na colônia como José Arouche de Toledo Rendon e Rafael Pinto Bandeira¹⁵⁴, foi sujeito de grande destaque na capitania. Nuto Sant'Anna chegou a referir-se de forma dramática:

Brigadeiro terrível! Destemeroso e viril! Era da têmpera daqueles seus antepassados aguerridos que iam às reduções e aos quilombos, levando tudo a ferro e fogo – e deles voltavam como de uma alegre excursão cinegética, trazendo apenas consigo, como prêmio de vitória, um rosário de orelhas!¹⁵⁵

O “rosário de orelhas” fica por conta da licença poética. O que queriam mesmo era “mercê, senhorio e fidalguia”¹⁵⁶. Foi isso que seu pai, Francisco Pinto do Rego, e seu bisavô, Diogo Pinto do Rego, ricos, poderosos e com títulos nobiliárquicos, sempre buscaram¹⁵⁷. Joaquim José Pinto não fazia por menos. Homem de posses, foi proprietário do, depois, famoso Solar da marquesa de Santos, na cidade de São Paulo¹⁵⁸. Adquiriu-o em 1802 como pagamento de dívidas, e, em 1834, já morto, sua filha, Maria da Anunciação de Moares Lara Gavião, vendeu-o à marquesa por 11:400\$000¹⁵⁹. Em 23 de maio de 1822, já no Governo Provisório, foi um dos participantes da revolta conhecida como *Bernarda de Francisco Inácio*¹⁶⁰.

¹⁵² Concedido em 12 de abril de 1799. Cf. “Capitão Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme. Habito de Noviço da ordem de S. Bento de Aviz”. 12 de abril de 1799. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Registro Geral de Mercês, d. Maria I, liv. 30, fl. 208v.

¹⁵³ Cf. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 330-331.

¹⁵⁴ Cf. Manuel Eufrazio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953 (1ª edição de 1879), tomo 2, pp. 45-46.

¹⁵⁵ Nuto Sant'Anna. “O Beco do Colégio (1554-1935)”. In *Revista do Arquivo do Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura e de Recreação, ano II, vol. 26, p. 29.

¹⁵⁶ Enrique Peregalli. *Recrutamento Militar no Brasil*, op. cit., p. 73.

¹⁵⁷ Diogo Pinto do Rego e Francisco Pinto do Rego chegaram a ser provedores da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, cargo de grande prestígio que na segunda metade do século XVIII passou a ser ocupado, inclusive, por governadores da capitania. Cf. Laima Mesgravis. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599?-1884). Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976, pp. 80-83.

¹⁵⁸ Cf. Carlos A. C. Lemos. “A Casa da Marquesa de Santos em São Paulo”. In *Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1968, n.º. 4, pp. 7-14.

¹⁵⁹ Cf. Nuto Sant'Anna. “O Beco do Colégio (1554-1935)”, op. cit., p. 64.

¹⁶⁰ Cf. Manuel Eufrazio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...*, op. cit., tomo 1, pp. 129-133, e Aureliano Leite. *História da Civilização Paulista*. São Paulo: Martins Fontes, 1946, 2ª. edição (1ª. edição sob

A trajetória de Pinto de Moraes Leme retrata bem a concorrência para os altos postos militares. Leme já ingressou nas tropas pagas trazendo consigo o prestígio e a riqueza de seus ascendentes. Cabia a ele, naquele momento de sua vida, constituir seu próprio patrimônio, bem como garantir poder e distinção na capitania. É claro que na contenda de décadas que move para ser promovido estava em jogo, em primeiro lugar, sua carreira militar. Debaixo disso jazia a idéia de recompensa, evidente nas incontáveis atestações que encaminhava junto a seus pedidos, e nas referências a seus feitos, na defesa do sul do Brasil, e aos de seus pai e avós na execução do serviço régio. Ser agraciado pelo rei, quer com hábitos das Ordens Militares quer com altos postos nas tropas, era mercê desejada por muitos. Os altos postos e os hábitos davam privilégios. Mais do que isso, concediam prestígio, honra, destaque. Essa “loucura dos homens”, nas palavras de d. Luís da Cunha aludindo aos hábitos das Ordens Militares, que punham em risco a própria vida em troca de “um pedaço de fita com venera de ouro”¹⁶¹.

Em regra, aos habitantes da capitania de São Paulo era menos complicado o acesso aos postos. A obtenção de hábitos das Ordens Militares exigia, mesmo no fim do século XVIII, passar por complicado processo de provança. Típico de um Estado patrimonialista, dar mercês em troca de serviços foi, no Brasil, instrumento utilizado durante todo o período colonial¹⁶². Naquilo que Florestan Fernandes definia como “uma montagem política perfeita”, “uma pequena obra-prima”¹⁶³.

Os prêmios e as recompensas dadas pelo rei poderiam referir-se a tipos diversos de serviços. Desde o já citado uso de técnicas agrícolas específicas até a participação em guerras, como as disputas contra os espanhóis no sul do Brasil. Mesmo a proposta de solução para impostos e taxas foi gratificada com mercês. É o caso do imposto sobre o sal na capitania de São Paulo.

O sal foi monopólio da Coroa portuguesa a partir de 1631 e assim manteve-se por mais de um século e meio. A carestia do produto no Brasil dava sinais desde o início do estabelecimento do estanco régio. Em São Paulo, especialmente no século XVIII, os

outro título de 1944), pp. 77-80. Para uma síntese da bibliografia sobre o tema, veja-se Daniel Tarifa Damaceno. *Os facciosos de São Paulo. (Considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignácio) 23.05.1822 – 25.08.1822*. São Paulo: FFLCH / USP, 1993, dissertação de mestrado.

¹⁶¹ D. Luís da Cunha. *Instruções políticas*. (Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: CNCDP, 2001, pp. 359-360.

¹⁶² Cf. Rodrigo M. Ricupero. *Honras e Mercês. Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, tese de doutorado, pp. 10-12, e, especialmente, pp. 25-47.

¹⁶³ Florestan Fernandes. *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1976, 1ª edição, pp. 44-45.

habitantes muitas vezes foram obrigados a servirem-se da água do mar, noutras, a clamar e promove levantes contra os preços altos e a falta do gênero. O caso mais famoso é o de Bartolomeu Fernandes Faria que, junto com seus sequazes, incluindo escravos, dirigiu-se até Santos e obrigou os “monopolistas” “a vender o gênero pelo preço justo”¹⁶⁴.

Na segunda metade do século XVIII, com o intuito de resolver o problema da pouca prosperidade do Brasil, se comparada à sua grande extensão, com relação à “povoação, agricultura, indústria”, fruto de “alguns defeitos políticos, e restrições fiscais”, a rainha era servida determinar o fim do monopólio do sal, deixando livre o comércio “para todos os Colonos, e francas todas as Salinas que se poderem estabelecer nesse Continente”. Como o contrato do sal era muito lucrativo para a Coroa, rendendo por ano cento e vinte mil cruzados, ordenava que o governador de São Paulo ouvisse as Câmaras da capitania para que propusessem uma forma de “ressarcir” o rendimento ora perdido¹⁶⁵.

Bernardo José de Lorena chamou à sua presença as principais câmaras da capitania e expôs a questão para que de comum acordo fornecessem uma solução¹⁶⁶. A proposta levantada era a de não impor taxas que incidissem nem no açúcar nem em “outras novas fábricas”¹⁶⁷. É óbvio que tributar os gêneros agrícolas traria alguns prejuízos para a capitania, e, o mais importante, para os grandes produtores¹⁶⁸. Portanto, em não havendo produtos “de

¹⁶⁴ Bartolomeu Fernandes, todavia, não ficou impune. Mesmo sendo “pessoa de destaque na capitania”, foi perseguido, preso e “morreu de bexigas na cadeia de Salvador”. Myriam Ellis. *O Monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: USP, 1955, pp. 155-156. Sobre a “crise aguda da carestia do sal no século XVIII”, pp. 149-157.

¹⁶⁵ “Ofício do secretário de Estado Luiz Pinto de Souza ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena sobre a remoção dos impostos sobre o sal e o ferro”. 27 de maio de 1795. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1898, vol. 25, pp. 133-135, há transcrição desse documento também em Idem. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1924, vol. 45, pp. 466-468.

¹⁶⁶ Cf. “Ofício (1ª e 2ª vias) do governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Souza, comunicando que envia, junto com o ofício, cálculo da arrecadação da alfândega de Santos, documentos sobre a mudança dos direitos do sal e do ferro, e da pretensão de se criar fábricas de ferro”. 20 de abril de 1796. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 12, doc 625; há transcrição desse ofício em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 129-130.

¹⁶⁷ “Ofício dos oficiais da câmara da vila de Itu à rainha d. Maria sobre os benefícios determinados pela dita rainha com relação aos contratos do sal, e tributo do ferro”. 19 de fevereiro de 1796. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1913, 3ª edição (1ª edição de 1894), vol. 3, pp. 96-97.

¹⁶⁸ Naquele ano, na vila de Itu, ao menos dois oficiais da câmara, que escreveram o ofício supracitado, eram senhores de engenho, a saber, Zacarias José de Freitas e Pedro da Silveira Leite. Cf. “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, op. cit.

sólido estabelecimento, e exportação” para cobrir a perda régia, a sugestão era taxar o próprio sal e sua circulação¹⁶⁹.

Em 27 de setembro de 1796, o secretário de Estado, d. Rodrigo de Souza Coutinho, comunicava ao governador de São Paulo o contentamento da rainha com a pronta resposta dada pelos oficiais das câmaras de São Paulo, certificando que os impostos adotados seriam “pouco pesados aos seus Vassalos habitantes” da capitania¹⁷⁰. Por fim, dava permissão para que Lorena nomeasse seis sujeitos, que mais tivessem influenciado na resposta às questões régias, cavaleiros das Ordens Militares, “dois de cada huma”¹⁷¹. Nove meses depois, o governador enviou a lista com os nomes dos cavaleiros escolhidos por ele. A saber: da Ordem de Cristo, o capitão de auxiliares Antonio José Vaz e o capitão de ordenanças Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha; da Ordem de Avis, o doutor juiz de fora e presidente da câmara de Santos Sebastião Luiz Tinoco da Silva e o sargento-mor de ordenanças José Alves de Oliveira; da Ordem de São Tiago, o sargento-mor de ordenanças Francisco Antonio de Andrade e o capitão de ordenanças Eufrásio de Arruda Botelho¹⁷².

Foi o que bastou para se armar uma pendência. Em carta de janeiro de 1798, oficiais da câmara de São Paulo encaminharam ao secretário de Estado petição na qual queixavam-se de que o ex-governador Lorena tinha conferido as mercês de acordo com sua vontade, dando-as a Antonio José Vaz, que, segundo os oficiais, não tinha servido em câmara naquele ano, e a quatro juízes das vilas de Itu, Parnaíba, Cunha e Santos. Atestavam que estas e as demais câmaras que participaram da reunião foram apenas ouvidas, “e por si nada resolverão”.

¹⁶⁹ “Carta (Autógrafa e Cópia) dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, sobre as decisões tiradas em reunião, juntamente com os principais cidadãos da cidade bem como os oficiais das demais Câmaras de outras vilas da capitania, tratando dos direitos do sal e do ferro”. 6 de abril de 1796. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 12, doc 625.

¹⁷⁰ Vale lembrar que o monopólio só foi extinto mesmo em abril de 1801. Cf. Myriam Ellis. *O Monopólio do sal no Estado do Brasil*, op. cit., pp. 175 e seguintes.

¹⁷¹ “Ofício do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador Bernardo José de Lorena agradecendo os bons serviços do dito governador e consultando sobre várias medidas”. 27 de setembro de 1796. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 25, op. cit., pp. 165-168; há transcrição desse documento também em Idem, vol. 45, pp. 489-491.

¹⁷² Cf. “Carta de Bernardo José de Lorena ao secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho sobre a nomeação do ministro e, dentre outras coisas, das informações que ele pede ao governador”. 28 de junho de 1797, e “Relação dos Nomes dos seis membros das Camaras que em consequencia da Ordem de Sua Magestade, nomeyo Cavaleiros, dois de cada huma das tres Ordens Militares deste Reyno”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 45, op. cit., pp. 201-204.

Pediam que as mercês fossem distribuídas aos vereadores da câmara da cidade de São Paulo, e, desse modo, “todas [as vilas] na Pessoa da Capital participavam a mesma Glória”¹⁷³.

Na verdade, a matéria concernia menos a uma questão de justiça à câmara da cidade de São Paulo do que a uma disputa pessoal pelas mercês. Se examinarmos a carta que os oficiais da câmara de Itu enviaram à rainha, notaremos que a proposta para a tributação do sal é a mesma daquela tirada em reunião com as demais câmaras; igualmente no que se refere ao ferro, assunto também em pauta, cuja proposta dos oficiais de Itu era de que os direitos régios passassem para as sedas e outros tecidos finos. A carta de Itu é de 19 de fevereiro de 1796. A da câmara de São Paulo, com os mesmíssimos argumentos, de 6 de abril¹⁷⁴. É de se supor, portanto, que a participação das outras câmaras foi essencial para o acordo.

Antonio Bernardo Bueno da Veiga, Manoel de Jesus Costa e Cintra, e Joaquim Francisco de Vasconcelos, que assinaram a petição expedida a d. Rodrigo de Souza Coutinho, realmente foram oficiais da câmara no ano de 1796. Antonio José Vaz, por outro lado, lá não tinha servido naquele ano. Mas, como certificam alguns atestados das câmaras de Parnaíba, Moji das Cruzes, Guaratinguetá e da própria cidade de São Paulo, não só participou da reunião, a pedido do governador, pelo seu “comportamento, instrução e luzes”, como deu consulta a alguns oficiais de outras câmaras, e, ainda, foi o que “mais distintamente influiu na resolução”¹⁷⁵. Poderíamos descontar certo exagero desses atestados, típico da argumentação que quer ganhar o pleito. No entanto, pelo visto, Vaz foi mesmo espécie de conselheiro de alguns camaristas. Em 12 de março de 1799, o governador Castro e Mendonça enviou à câmara de Guaratinguetá, bem como às demais da capitania, ofício mandando que um representante dela fosse enviado à cidade de São Paulo para assinar resolução a ser tirada sobre as pensões que seriam pagas a dois engenheiros tipógrafos, dois engenheiros hidráulicos, um contador, um médico e um cirurgião que mandariam estudar em Lisboa, “de donde depois de aprovados voltarão a exercer os seus empregos [em São Paulo]”. Manoel José da Costa,

¹⁷³ “Do Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], para Sua Excelência informar interpondo o seu parecer, sobre a representação da Camara desta Cidade.” 22 de setembro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, op. cit., vol. 89, 1967, pp. 81-85.

¹⁷⁴ Cf. notas 83 e 85.

¹⁷⁵ “Atestado dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 16 de fevereiro de 1799, “Atestado dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 23 de março de 1799, e “Atestado dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 31 de março de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fls. 122-124. “Registo de uma atestação que esta Camara [de São Paulo] passou ao tenente coronel Antonio José Vaz e de outros documentos que todos são os seguintes”. 5 de abril de 1799. In *Registo Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1796-1803)*. São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1921, vol 12, pp. 318-327.

juiz da câmara de Guaratinguetá, pedia, em carta de abril do mesmo ano, que Antonio José Vaz auxiliasse naquela questão, dando seu parecer se deveriam ou não concordar, embora, “por oras”, não estivessem inclinados a consentir, “porque dizem que athe aqui se tem passado muito bem sem elles”. Mais do que isso, como o governador ordenava que escrevessem a decisão tomada pela câmara para, posteriormente, subi-la à “Real Prezença de Sua Majetade”, solicitava que o então tenente-coronel lhes enviasse um rascunho contendo o que deveriam expor, “naquilo que Vossa Mercê assentar”¹⁷⁶.

Antonio José Vaz aconselhou não só a câmara de Guaratinguetá como as de outras quatro vilas¹⁷⁷. No rascunho que elaborou, por sinal muito bem acabado, assentiu na proposta do governador apontando que para a “pensão” poderia ser cobrado um real sobre cada arrátel de açúcar, ou seja, trinta e dois réis por arroba. Calculando que se exportavam cem mil arrobas por ano de açúcar para fora da capitania, sem contar o que era consumido internamente, afirmava poderem-se obter anualmente três contos e duzentos mil réis. Terminava a missiva em estilo literário: “de onde Concluímos serem os ditos assúcares o Objecto mais próprio que se pode representar, para delles se extrahir industrioamente as doçuras, que devem compor hum novo favo tão útil, sem detrimento das flores”¹⁷⁸.

É difícil precisar a influência de Vaz nas determinações subseqüentes. No mesmo ano de 1799, Castro e Mendonça criou a Nova Contribuição Literária, segundo a qual seriam cobrados, nos portos da capitania, impostos sobre a saída, fosse para fora do Brasil fosse para qualquer outro porto, do sal, aguardente, café, arroz e algodão, além do açúcar em cima do qual recairiam não trinta e dois, mas quarenta réis por arroba¹⁷⁹. Vale mencionar que a

¹⁷⁶ “Carta do official da câmara de Guaratinguetá Manoel José da Costa ao tenente-coronel Antonio José Vaz, pedindo conselhos”. 11 de abril de 1799. In Idem, *ibidem*, fl. 125.

¹⁷⁷ Cf. “Carta de Antonio José Vaz ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, sobre a notícia da confirmação dos hábitos e outros assuntos”. 15 de maio de 1799. In Idem, *ibidem*, fl. 129.

¹⁷⁸ “Rascunho Elaborado por Antonio José Vaz a pedido de Manoel José da Costa”. 22 de abril de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fl. 126.

¹⁷⁹ Chamava-se *nova* contribuição literária porque já havia o subsídio literário, imposto destinado à instrução pública, que foi estabelecido por carta régia de 10 de novembro de 1772, no âmbito das chamadas reformas pombalinas do ensino. Em São Paulo, este tributava apenas a aguardente e as carnes. Para alguns dados do subsídio literário na capitania de São Paulo, veja-se “Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, à rainha [D. Maria I], informando que enviou o rendimento e despesa da coleta do subsídio literário desta capitania do ano de 1780, 1781, 1782, 1783, 1784, 1786 até 1790”. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 13, doc. 675.

contribuição causou algum alvoroço e suscitou muitas reclamações durante o governo sucessor¹⁸⁰, até ser extinta em 1807¹⁸¹.

Ao que parece, não bastaram nem os requisitos nem as “luzes” de Antonio José Vaz. Talvez até aumentassem o desejo daqueles que contra ele requeriam. Movido não só pela aspiração de receber a mercê dos hábitos, mas para que o tenente-coronel não as possuísse, Antonio Bernardo Bueno da Veiga, em outubro de 1799, ou seja, mais de um ano após a primeira reclamação, enviou outro ofício a d. Rodrigo de Souza Coutinho. Agora, assinando sem os seus “companheiros”, denunciava que Vaz, ao saber do conteúdo do ofício anterior, tratara de “fabricar documentos artificiais, e aparentes”, buscando atestações de câmaras de fora daquela cidade, “as que pella mayor parte se compõem de homens ignorantes, e por isso movediços, condecendentes, e de fácil convenção”, de alguns particulares e da própria câmara de São Paulo, “que hé feita a dedo deste dispótico General”. E rogava, por fim, a intervenção do secretário de Estado no caso¹⁸².

O tenente-coronel Antonio Vaz, na carta que enviou como resposta ao pedido do juiz da vila de Guaratinguetá, declarava ser muito benéfica a criação das cadeiras sugeridas. “Que outra coiza”, assegurava, “pertende o Pay da Pátria no estabelecimento proposto de novos Emgenheiros e mais Professores, se não tirarnos, como pella mão, do atoleiro em que há tanto tempo jazemos de vida? Elle pertende com isto chamarnos perto de Si, educarnos, pulirnos, e afinal premiarnos; e que maior benefício!”. O que guiou as considerações de Vaz foram as palavras do próprio São Paulo, que, em suas epístolas, orientava: “Que se deve obedecer aos Soberanos sem reserva, não só por causa do temor, mas por obrigação de consciência”. Foi por aí que Vaz começou sua carta. Afirmando que se esta doutrina lhes servisse de bússola

¹⁸⁰ Cf. “Representação dos comerciantes da vila de Santos ao príncipe regente [D. João], solicitando que fossem isentos da contribuição denominada literária, que havia sido estabelecida por, governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro Mendonça para fazer frente ao pagamento de novos funcionários tais como cirurgiões, contadores, hidráulicos etc.” 13 de janeiro de 1803. In Idem, cx. 19, doc. 937, e “Representação (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Porto Feliz, expondo ao Príncipe Regente os graves inconvenientes que advêm da Contribuição Literária imposta pelo ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, onerando o preço do açúcar em quarenta réis por arroba”. In Idem, *Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 63, doc. 4807.

¹⁸¹ Cf. “Parecer do Conselho Ultramarino sobre a representação da Câmara da vila de Porto Feliz, da capitania de São Paulo, em que solicita a isenção do tributo do açúcar que for a estabelecido pelo ex-governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo e Castro”. In Idem, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 30, doc. 1335.

¹⁸² “Ofício de Antônio Bernardo Bueno da Veiga ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que Antônio José Vaz falsificou atestações para conseguir um Habito de Cristo”. Ant. 11 de outubro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 15, doc 717.

seriam “fieis vassallos, sendo bons cidadãos” e teriam “a Pátria no peito, e o Príncipe no Coração”. Acrescentando a isso “as Vantagens” de andarem na “Régia Lembrança”¹⁸³.

Era contra essa “vantagem” que tramavam seus aparentes inimigos. Ainda em 1799, Bernardo José de Lorena trouxe um pouco de alento ao ânimo do tenente-coronel enviando-lhe cópia do ofício sobre a confirmação régia dos indicados para os hábitos das Ordens Militares. Vaz pôde suspirar aliviado e, ainda, atestar que, com relação às críticas que fizeram ao ex-governador por causa de suas indicações, estava provado que não eram senão “latidos de Cão contra o Sol”¹⁸⁴.

Ter uma mercê dos hábitos era uma coisa, ser agraciados com o hábito propriamente dito era bem mais complicado. O processo poderia levar anos e, até, gerações. As exigências eram diversas: “pureza de sangue, o que implicava não descender de judeus, cristãos-novos e mouros; limpeza de ofícios, isto é não ter ofício manual; nobreza, ou por outras palavras, ter um estilo de vida reputado como tal; não ser herege, nem ter cometido crime de lesa-majestade; não provir de gentios ou de mulatos”; “ter idade entre 18 e 49 anos; ter nascido de matrimônio legítimo; não ser portador de doença, nem aleijão físico que impedissem o uso das armas; não ter dívidas, nem crimes pendentes, nem ser infamado de caso grave que tocasse na reputação do candidato”, etc.¹⁸⁵ É certo que na segunda metade do século XVIII afrouxou-se um pouco o rol de impeditivos e cresceram os números das dispensas. Em 1773, a pureza de sangue já não era condição essencial; os ofícios mecânicos, a esta altura, também não eram obstáculo¹⁸⁶. A reforma nas três Ordens Militares promovida por d. Maria I, em 1789, buliu mesmo no topo da pirâmide. Para os cavaleiros, única mercê com que os paulistas podiam sonhar, pouco mudou. A se destacar a isenção de inquirições e habilitações aos militares que fossem agraciados com mercê da Ordem de Avis, e a inscrição dos documentos, com as habilitações concedidas, na Secretaria de Estado do Reino e não necessariamente nas Chancelarias das Ordens¹⁸⁷. Este último talvez explique o fato de os hábitos dos seis paulistas agraciados com a mercê não estarem registrados nas respectivas Ordens.

¹⁸³ “Resposta de Antonio José da Costa sobre o conselho que lhe pedia Manoel José da Costa”. 22 de abril de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fl. 127.

¹⁸⁴ “Carta de Antonio José Vaz ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, sobre a notícia da confirmação dos hábitos e outros assuntos”. 15 de maio de 1799, op. cit.

¹⁸⁵ Fernanda Olival. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001, p. 164.

¹⁸⁶ Idem, ibidem, pp. 474-475.

¹⁸⁷ Idem, ibidem pp. 491 e 494.

Contudo, tampouco há referência aos hábitos e às próprias mercês nos índices das Chancelarias Régias. Pode-se suspeitar que a força dos “latidos do Cão”, à qual se referia Antonio Vaz, era pequena apenas diante do astro rei. Aos menores, se quisessem inocentar-se, restaria o ônus da prova. Não obstante a garantia apresentada por Lorena, em 1803 o tenente-coronel ainda se via às voltas com auto de justificação, carta de sentença, certidões, informações, requerimentos, despachos, inquirições de testemunhas, tudo para dar continuidade a seu processo de habilitação¹⁸⁸. Mais de três anos depois, era a vez de Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha, por meio de seu procurador, fazer a solicitação de seu prometido hábito da Ordem de Cristo¹⁸⁹.

Os indícios de que dispomos leva-nos a crer que nenhum dos seis agraciados com as nomeações de Lorena conseguiu, afinal, o hábito das Ordens. Nos índices das Chancelarias Régias só há referência a São Paulo no de d. Maria I; no de d. João VI, nada consta. Há, naquele, apenas indicações sobre a concessão de carta patente de capitão da 1ª Companhia de Ordenança da cidade de São Paulo a Salvador Nardi, em 6 de novembro de 1805, e a de tenente-coronel do Primeiro Regimento de Milícias de Infantaria da capitania a Antonio José Vaz, em 21 de agosto de 1806¹⁹⁰. No Registro Geral de Mercês menciona-se somente certidão negativa em nome de José Alves de Oliveira, o sargento-mor que foi indicado para uma das mercês do hábito da Ordem de Avis¹⁹¹. Sobre o então capitão-mor Eufrásio de Arruda Botelho, recomendado para o hábito da Ordem de São Tiago, informava o genealogista Luiz Gonzaga da Silva Leme que chegou a sargento-mor das ordenanças, ocupando outros “cargos do governo”, e que era “importante cidadão de Itu”. Não fazia, porém, nenhuma referência ao dito hábito¹⁹².

Antonio José Vaz foi sujeito eminente na capitania. Nos documentos que encaminhou para o reino, todos, aliás, a seu favor, havia até mesmo um atestado do governador Franca e

¹⁸⁸ Cf. “Carta do ouvidor geral da comarca (de São Paulo) Joaquim José de Almeida para o (Príncipe Regente, D. João) na qual dá uma relação dos documentos que se sequeem e que contém os autos dos serviços prestados pelo tenente coronel do 1º Regimento de Infantaria Miliciano daquela cidade, Antônio José Vaz”. 10 de agosto de 1803. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 52, doc. 4056.

¹⁸⁹ Cf. “Requerimento de Alexandre Pereira Diniz, como procurador de Salvador Nardi de Vasconcelos, ao príncipe regente [D. João], solicitando o hábito da Ordem de Cristo, como havia sido determinado pelo ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José e Lorena Silveira”. Post. 9 de outubro de 1806. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 28, doc. 1266.

¹⁹⁰ Cf. Chancelaria de d. Maria (Índices), liv. 186. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*.

¹⁹¹ Cf. “José Alves de Oliveira. Certidão Negativa”. In *Ibidem*, Registro Geral de Mercês, Registro de Certidões, liv. 1, fl. 366v.

¹⁹² Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*, op. cit., vol. 4, p. 128.

Horta declarando que desempenhava “todas as suas funções com inteligência e probidade”. Além de ser abastado, exerceu diversos cargos em São Paulo, até falecer em 12 de junho de 1823. Quem informava era Manuel Eufrásio de Azevedo Marques nos seus *Apontamentos*. Referia-se, também, às inclinações literárias do tenente-coronel, mencionando que cultivara “as musas, posto que sem grande sucesso”¹⁹³. Azevedo Marques trazia à baila as deusas gregas símbolos das artes, mas nada comentava sobre o hábito da Ordem de Cristo, que Vaz não deve ter chegado mesmo a receber.

Para conseguir uma mercê dos hábitos valia-se de tudo, de manipular genealogias¹⁹⁴ a estorvar a habilitação de outrem. É impossível, por ora, perceber se foram decisivas ou não as queixas apresentadas pelos oficiais que serviram na câmara de São Paulo em 1796, que tampouco conseguiram as pretendidas mercês, uma vez que não faziam parte da lista feita pelo governador. Todavia, é evidente que exerceram algum influxo no resultado do processo, especialmente a acusação que Antonio Bernardo Bueno da Veiga moveu contra Antonio José Vaz.

Na capitania de São Paulo, como podemos notar, havia “elites”, no plural. Foge dos objetivos desse estudo, como já destacamos, traçar as *redes* da elite paulista no período em questão. Por enquanto, basta destacar a pluralidade desses grupos. Outro ponto que vale ressaltar, sem, entretanto, comprová-lo, é uma possível hierarquia regional dessas elites. Os Monteiro da Silva e os Gomes de Siqueira na freguesia de Facão, depois vila de Cunha, teriam a mesma evidência que um Pinto de Moraes Leme da cidade de São Paulo? A elite da vila de Guaratuba se equiparava à de Itu? Acreditamos que não. Por agora, o que mais nos interessa é deixar evidentes alguns dos conflitos em São Paulo na segunda metade do século XVIII e princípios do XIX. Mais ainda, destacar como as reformas empreendidas na capitania, parte de um plano mais amplo de políticas do Império Português, redundaram em mudanças na própria sociedade paulista. Por um lado, o fortalecimento de algumas elites antigas, por outro, a possibilidade de ascensão de novos sujeitos nesse seletivo grupo, ainda que não homogêneo. Para tanto, ser homem de recursos foi fundamental, ter autoridade na capitania ou em determinada vila também o era. Muitas vezes, entretanto, esses atributos não bastaram. Era indispensável ter certos partidários, certas alianças. Nesse aspecto, os governadores

¹⁹³ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...*, op. cit., tomo 1, p. 68.

¹⁹⁴ Aqui, referimo-nos ao estudo de Evaldo Cabral de Mello. *O Nome e o Sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. São Paulo: Topbooks, 2000, 2ª. edição revista e ampliada (1ª. edição de 1989).

tiveram grande valor para quem quisesse resolver alguma contenda, ser promovido a alto posto, ou mesmo conquistar riqueza e *status*.

De Herói a Lobo Voraz

Porém, se os engenhozos
Himnos que derigio prêmio hé devido
Aos Heroes virtuosos
Quem tem mais que Lorena merecido?
Hé Lorena o Heroe que eu louvar venho,
Devo esperar de voz o desempenho

[...]

A paixão dominante
Pelo público bem, virtude estável,
Virtude assaz constante
Do meu preclaro Heroe, Heroe amável
Hum mérito lhe adquire tão subido,
Hum louvor tal que a elle hé só devido.

[...]

Mostra o nobre e elevado
Magnífico edifício: este que vemos
Da caza do Senado,
Em cujo Archivo nós, nós mesmos temos
Documentos autênticos do zelo
Desse Heroe que será de Heroes modello.¹⁹⁵

As Academias do século XVIII no Brasil eram criadas ou com o intuito de se reunirem com certa periodicidade ou para festejar datas e acontecimentos memoráveis. As mais relevantes, do ponto de vista da criação de uma historiografia na América Portuguesa, foram fundadas na Bahia no século XVIII, chamadas respectivamente de Academia dos Esquecidos

¹⁹⁵ “Ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Bernardo Joze de Lorena Governador e Capitão General Desta Capitania de São Paulo. Na Academia, Que lhe dedica este Senado da Camera no dia em que se mudão os prezos para a nova Cadea a 17 de Dezembro de 1791. Offerece o mais reverente e obsequiozo súbdito Salvador Nardi de Vasconcellos Noronha.” 1791. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, código 643, fls. 275-280.

(1724) e Academia dos Renascidos (1759)¹⁹⁶. Como estas, existiram outras que se dedicaram a temas variados como estudos de física e química até elaboração de obras literárias¹⁹⁷. Tem-se notícia de que na capitania de São Paulo formaram-se duas Academias em momentos pontuais. Uma em agosto de 1770, quando houve grande festividade que durou onze dias por conta do traslado da imagem de Sant'Ana para um novo altar da Igreja do Colégio de São Paulo, e reuniram-se alguns ilustres da capitania para recitar composições relacionadas ao evento¹⁹⁸. E a outra em 17 de dezembro de 1791, por conta das homenagens ao aniversário da rainha d. Maria I e da inauguração do edifício do Senado da câmara e da cadeia de São Paulo¹⁹⁹. Na ocasião, foram escritos desde tratados em latim até poemas, sonetos, orações e odes declarando grande *júbilo* ao “herói” Bernardo José de Lorena, como o poema de Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha.

Pouco mais de seis anos depois dessa última manifestação literária na capitania de São Paulo, o capitão-mor da vila de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, enviou carta à d. Maria I em que declarava seu profundo *desgosto* do governador Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça. Queixando-se de algumas atitudes tomadas pelo capitão-general, referia-se a ele como um “Lobo Voraz entre mansas Ovelhas”²⁰⁰, clara alusão ao *Sermão da Montanha* em que Cristo alertava do perigo dos falsos profetas, “lobos vorazes”, cujas verdadeiras faces seriam reconhecidas por suas ações, tal qual um mau fruto denunciando a árvore ruim²⁰¹.

Esses dois casos, longe de indicarem o quanto um governador era amado e o outro, odiado, expressam a complexidade das relações entre esses administradores e a elite da capitania. Se houve inúmeros momentos de convergência entre as elites locais e os

¹⁹⁶ Cf. Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo, Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

¹⁹⁷ Cf. Arthur Motta. *História da Literatura Brasileira. Época de Transformação. Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930, especialmente, pp. 11-32.

¹⁹⁸ Affonso de Taunay a intitulava “Academia dos Felizes” e se questionava se fora fundada em 1770 ou antes das comemorações. Cf. Afonso de E. Taunay. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951, 4ª. edição (1ª. edição de 1931), vol. 2, 2ª. parte, p. 129. Massaud Moisés certifica que se tratava de uma Academia reunida especificamente para a comemoração daquele ato e considera um equívoco denominá-la “Academia dos Felizes”, nome que recebeu aquela estabelecida no Rio de Janeiro em 1736. Cf. Massaud Moisés. “A Literatura em São Paulo”. In Ernani Silva Bruno (org.). *São Paulo. Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967, p. 195.

¹⁹⁹ Cf. Massaud Moisés. “A Literatura em São Paulo”, op. cit., p. 195.

²⁰⁰ “Carta de José Gomes de Siqueira e Mota a d. Maria I, na qual faz acusações contra a administração do governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça”. 23 de abril de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 701.

²⁰¹ Mateus 7, 15-20. In *Bíblia: mensagem de Deus*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

governadores, por outro lado, esse elo não singrou continuamente em mar de rosas. É possível verificar inúmeros conflitos, das mais variadas ordens, desde o governo do morgado de Mateus, em 1765, até 1802, findado o de Castro e Mendonça, limite proposto para esse trabalho.

Pouco antes da chegada do morgado de Mateus à cidade de São Paulo, um edital da câmara daquela vila dava a “gostosa notícia” da vinda do governador e, a fim de recebê-lo com os “applausos devidos”, determinava que os habitantes pusessem suas luminárias acesas por três dias consecutivos²⁰². Para a chegada do novo governador estava prevista grande festa. As igrejas da cidade fariam repicar seus sinos, as casas estariam todas caiadas e as ruas carpidas e sem buracos, os padeiros e as quitandeiras botariam por todas as ruas pelas quais o governador passasse flores e folhas, e haveria “encamisadas de cavallo” a correrem, com luzes, por todas as ruas avisando do início do festejo²⁰³.

Sem contar a praxe da recepção que a entrada de um novo governador exigia, a chegada do morgado de Mateus punha termo aos pedidos da câmara da cidade de São Paulo para o restabelecimento da autonomia administrativa da capitania²⁰⁴. Até que ponto as câmaras representavam o poder local e até que ponto figuraram-se como instrumento do poder régio, é difícil determinar. É claro que, por exemplo, em Salvador, cujos vereadores eram, se comparados aos edis paulistas, nobilitadíssimos, a câmara tinha poder e presença, inclusive de negociação com a Coroa portuguesa, tão grandes que a figura do governador, mesmo no século XVIII, acabava por ficar um tanto ofuscada²⁰⁵. A elite colonial paulista, na figura de seus vereadores, não possuindo a riqueza nem o prestígio da elite baiana, precisou de um governador que desse alguma vazão aos seus *anseios*. Em contrapartida, a presença desse

²⁰² “Registo de um edital que os officiaes da Camara mandaram registrar das noticias da vinda do illustrissimo e excellentissimo senhor general desta capitania”. 3 de julho de 1765. In *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo (1765-1795)*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, vol. 11, pp. 148-149.

²⁰³ Essas informações estão em uma série de correspondências que tratam dos festejos para receber o governador d. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão. In *Ibidem*, pp. 152-160.

²⁰⁴ O primeiro desses pedidos é de 1751, logo após a perda da autonomia em 1748, e o último, de 1763. Cf. Lílian Lisboa Miranda. *Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Departamento de História / FFLCH / USP, 2002, tese de doutorado, pp. 95-98.

²⁰⁵ A respeito das estratégias, muitas vezes pouco bem-sucedidas, utilizadas pela Coroa portuguesa para controlar o poder dos camarários de Salvador, observou Avanete Pereira Sousa: “Ora, ao entricheirar-se nas instituições municipais, nomeadamente nas câmaras, essa elite local dirigente constituiu-se quase sempre num forte elemento de resistência ao Estado absolutista vigente, mantendo os seus privilégios e regalias, não obstante às diversas tentativas do governo de combater a concentração do poder camarário em mãos de meia dúzia de notáveis e nobres locais. No caso da ingerência de organismos periféricos do poder central na vida local, como os corregedores, provedores e juizes de fora, tais circunstâncias significaram, quase sempre, dificuldade ou total impossibilidade de cumprir com o seu papel.”. Avanete Pereira Souza. *Poder Local, Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2003, tese de doutorado, p. 98.

governante significou maior controle, por parte da Coroa, dessa mesma elite. São esses, pois, os dois movimentos que a restituição de um governador próprio para a capitania reúne. A partir deles, é possível entender alguns dos obstáculos encontrados por esses administradores. Não sendo a elite colonial paulista um grupo homogêneo, realizar os *anseios* de uns poderia significar incomodar a outros, assim como se unir a um grupo implicaria, por vezes, mesmo sem querer, declarar-se rival de outro.

Entenda-se por *anseios* interesses cujas ordens variaram com o tempo e com os grupos envolvidos. Com respeito ao período da vinda do morgado de Mateus, estavam em pauta, principalmente, disputas por posse de terras entre os habitantes de São Paulo e os da capitania de Minas Gerais²⁰⁶. Os limites de São Paulo com capitanias circunvizinhas foi problema que enfrentaram todos os governos, de d. Luís Antonio a Castro e Mendonça²⁰⁷. Em representação de 1771, os oficiais da câmara de São Paulo pediam providência ao morgado de Mateus contra os “defraudes” que faziam os habitantes de Minas Gerais com relação às terras e aos descobertos pertencentes aos paulistas. Para tanto, faziam questão de ressaltar o fato de os povos da capitania pedirem a vinda do governador “para os defender da opressão em que se achavão”. Como se arrogassem aos paulistas a nomeação do capitão-general, concluíam afirmando que “foi o mesmo Senhor servido pela sua Real clemência atender as suas [dos paulistas] súplicas, fazendo eleição na Ilustríssima Pessoa de Vossa Excelência, em que achou todas as circunstancias necessarias para Governador, e Capitão General desta antiga Capitania, fazendo a restituir ao seo antigo estado”²⁰⁸.

O morgado de Mateus, assentindo ao pedido da câmara de São Paulo, mandou que se repartissem e dessem as terras minerais em questão e que se garantisse a segurança da arrecadação dos direitos régios, “seguindo sempre a direção dos caminhos por dentro dos limites desta capitania”²⁰⁹. Tudo indica que d. Luís Antonio de Souza tomou mesmo partido dos paulistas nas disputas pelas terras da região que fazia divisa com Minas Gerais²¹⁰. As

²⁰⁶ Cf. Lucila Reis Brioschi. *Criando História: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835*. São Paulo: FFLCH-USP, 1995, tese de doutorado, pp. 97-107.

²⁰⁷ A respeito do problema dos limites de São Paulo, veja-se o capítulo 1 da memória elaborada por Castro e Mendonça. “Memória econômico política da Capitania de S. Paulo, Primeira Parte, por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão General da mesma Capitania, em 1800” In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 83-92.

²⁰⁸ “Representação da Câmara de São Paulo”. 30 de setembro de 1771. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1896, vol. 11, pp. 118-121.

²⁰⁹ “Ordem para repartir as terras minerais do Rio Pardo e Jaguary”. Post. 30 de setembro de 1771. In *Ibidem*, pp. 128-130.

²¹⁰ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 90-93 e 235-238.

queixas dos governadores da capitania mineira tanto para o próprio governador como para o secretário de Estado deixam clara a posição favorável, nesse sentido, aos anseios dos paulistas, tomada tanto pelo primeiro como pelos outros capitães-generais da capitania²¹¹.

Contraposto a esse caloroso primeiro contato, o morgado de Mateus teve alguma dificuldade em lidar com os camaristas de São Paulo. É possível atentar para o período em que a capitania ficou sem governador próprio como estimulador dessas forças locais. Mais ainda, é plausível que se tenha formado uma estrutura local de redes de poder dos vereadores da capitania, “em grupos, cujos membros ligados entre si, dispunham do governo das vilas, segundo seus caprichos e interesses”²¹². A justificativa da demora do governador na praça de Santos, antes de se dirigir à cidade São Paulo, foi, com aprovação régia, precisamente fazer frente a esses grupos e “obviar as dezordens que nella achou”²¹³.

Com a reforma militar empreendida na capitania, as câmaras ficaram incumbidas de pagar os soldos dos sargentos-mores e ajudantes das tropas auxiliares. Esse foi um dos primeiros problemas que d. Luís Antonio de Souza teve de enfrentar com os edis paulistas. Com arrecadação diminuta, eles se opunham ao encargo, em especial os da comarca de Paranaguá. Mesmo após a formação de uma Junta para discutir a questão e tentar resolver o problema das vilas de Paranaguá, a controvérsia permaneceu. Em carta de 6 de dezembro de 1767, o governador pedia conselhos ao secretário de Estado para resolver a questão, uma vez que as câmaras daquela comarca insistiam em “repugnar o pagamento” dos sargentos-mores e

²¹¹ Cf. “Um documento antigo relativo a Questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes, pelo Dr. Olville A. Derby”. São três cartas dos governadores da capitania de Minas Gerais: (1ª.) de 1767, do governador Luiz Diogo Lobo da Silva ao secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tratando das providências do governador “para evitar na parte possível os extravios de ouro e diamantes”; (2ª.) de 1773, do governador Antonio Carlos Furtado ao governador de São Paulo d. Luís Antonio de Souza, afirmando que não cumpriria a decisão, com relação aos limites de Minas Gerais com São Paulo, feita pela Junta que “por ordem de sua Magestade, que Deus Guarde mandou fazer o Senhor Conde da Cunha” por considerar que ela ia contra as ordens enviadas pelo secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça, “sendo certo que se Sua Magestade tivesse aprovado o Termo que o Senhor Conde da Cunha fes, não devia vir esta aprovação, e ordens [do secretário de Estado] ao Senhor Luiz Diogo Lobo”; (3ª.) de 1776, do governador d. Antonio de Noronha ao secretário de Estado Martinho de Mello e Castro queixando-se dos problemas que tiveram os habitantes e governadores da capitania de Minas Gerais com o governador de São Paulo d. Luís Antonio de Sousa, que impediu a posse dos territórios de Jacuí, Cabo Verde, Sapucaí e outros, e dos prejuízos à Real Fazenda, “maiormente ao depois que o Governador de São Paulo fez tapar os caminhos que se dirigião para os registros desta Capitania onde os Negociantes pagavão os direitos que são devidos”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia de El Diario Español, 1898, vol. 3, pp. 278-284.

²¹² Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., p. 257.

²¹³ “Carta [do secretário de Estado conde de Oeiras] para o mesmo [Morgado de Mateus], Sobre a posse, que havia de tomar do Governo daquela Capitania”. 22 de julho de 1766. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 33. Para os outros motivos da demora, veja-se Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 87-88.

ajudantes, e, com isso, corria-se o risco de as demais da capitania também se decidirem a não mais cumprir aquela exigência²¹⁴. A necessidade de enviar o sargento-mor de Paranaguá para o Viamão fez com que o morgado de Mateus ordenasse que o ajudante de ordens, Afonso Botelho, o auxiliasse “com seu próprio soldo”²¹⁵. O problema com a câmara de Paranaguá e os pagamentos de sargento-mor e ajudante não foram exclusivos do primeiro governo da capitania restaurada. Em 1783, Francisco da Cunha Menezes repreendia os oficiais daquela câmara por fazerem de forma indevida a remuneração daqueles soldos, determinava que, não obstante quaisquer termos de vereança que houvesse, ela deveria ser desembaraçada e feita como de costume²¹⁶.

Não há defesa sem provisões. Sustentar as tropas para lutar contra a invasão castelhana significou necessariamente providenciar aumento das rendas da capitania. Era função do novo governador fazer crescer os rendimentos da Fazenda Real, “e remediar os notórios desconcertos que ahy havia”²¹⁷. Um dos meios de arrecadação eram os contratos dos dízimos, pelos quais a Coroa cedia a um particular por determinado tempo a cobrança de certos direitos régios. O anúncio do dia estipulado para a arrematação dos contratos era feito em praça pública, e todos os interessados em dar lances deveriam dirigir-se à câmara na data marcada²¹⁸.

Em ofício de 4 de novembro de 1774, o governador de São Paulo, d. Luís Antonio de Souza, em resposta às queixas enviadas contra ele pelo ouvidor, José Gomes Pinto de Moraes²¹⁹, explicava ao secretário de Estado, marquês de Pombal, os motivos que o fizeram preferir Manoel José Gomes a Manoel de Oliveira Cardoso na arrematação do contrato dos

²¹⁴ “Ofício do [governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão] ao [secretário do reino], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], solicitando orientação para como agir quanto às câmaras municipais que, tendo inicialmente assinado o termo de compromisso de que passariam parte de seus rendimentos para pagamento dos sargentos mores e ajudantes, agora se recusavam a fazê-lo”. 6 de dezembro de 1767. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 5, doc 334.

²¹⁵ Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., p. 253.

²¹⁶ Cf. “Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara de Parnaguá sobre a forma indevida como estavam fazendo o pagamento do soldo do sargento-mor e do ajudante de auxiliares”. 24 de março de 1783. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 85, op. cit., p. 83.

²¹⁷ “Sobre as ponderações, que faz o Governador de São Paulo da falta de rendas da sua Provedoria, e das couzas que tem para satisfazer, e sobre a trabalhosa paz em que estamos, responde que por isso mandou El-Rey Nossa Senhor a elle Governador para o remediar, que remetterá todo o dinheiro que puder, que examine se estão capazes as quatro companhias de Ventureiros, e que no que toca a guerra nem lhe parece ser util nem tem ordem para ella.” 24 de setembro de 1765. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 14, op. cit., pp. 69-72.

²¹⁸ Cf. Afonso de E. Taunay. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*, op. cit., 2ª. parte, p. 34.

²¹⁹ Cf. Idem, *ibidem*, p. 49.

dízimos que se fez naquele ano. Dentre as razões apresentadas, estava o fato de Manoel Cardoso ter arrendado os dízimos da capitania a preços baixos por quinze anos²²⁰. Afirmava, ainda, que a continuidade na arrematação dos contratos deu-se porque Manoel Cardoso era protegido do bispo e detinha o posto de capitão-mor da cidade de São Paulo, “por cujo Respeito não houve nunca quem se atrevesse a lançar no dito Contracto durante todo aquelle tempo”²²¹.

Relatava o governador que, em 25 de julho de 1774, “acelerarãose os ânimos” entre o capitão-mor Manoel Cardoso e Manoel José Gomes, de tal sorte que os lances para a arrematação do contrato duraram até as oito para as nove horas da noite. Momento em que o último lance, dado pelo capitão-mor, chegou à quantia de vinte e seis contos e quatrocentos mil reis. Percebendo o grande valor da oferta, que passava em um conto e seiscentos mil reis a arrecadação anterior da Fazenda Real, o governador chamou Manoel José Gomes e seus sócios e perguntou se lhes valia por aquele preço o contrato, ao que responderam afirmativamente. O provedor contestou, então, para que cobrissem a oferta do capitão-mor, o que fizeram com quarenta mil reis.

Em seguida, o capitão-mor, não sabendo do ocorrido, dirigiu-se à sala onde estavam e disse que queria fazer outros lances, se o fosse permitido, ao que lhe responderam que o contrato já tinha sido fechado. Dos motivos expostos por d. Luís Antonio de Souza para tomar essa atitude destaque-se a alegação de que o capitão-mor, usando de suas influências, era “Remisso nos seos pagamentos, pagava quando queria, e infadavase de lho pedirem”. O morgado de Mateus sustentava que amigos e parciais do capitão-mor Manoel Cardoso declaravam-se contra sua decisão, “ameaçando que hão de desfazela pondo na Real Prezença de Sua Magestade algumas Cousas que nem se imaginaram, nem sucederam, para extorquirem à sombra de falsos pretextos alguma Rezolução que me desacredite, e ponha em perplexidade as Rezoluções de huma Junta, de que sou Prezidente, e de que Sua Magestade fia os seos Reaes Interesses.”²²².

²²⁰ Com relação à arrematação dos estancos e gêneros na capitania, Lílían Miranda mostra que ficaram “a cargo de um mesmo grupo de indivíduos que formavam constantes parcerias de arrematante e fiador”. Lílían Lisboa Miranda. *Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)*, op. cit., p. 148.

²²¹ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, comentando os problemas que vinha tendo, por querer zelar pela Fazenda Real. Descreve as brigas e desentendimentos em torno do Contrato dos Dízimos e os esforços que tem enviado para obter melhores preços na sua arrematação”. 4 de novembro de 1774. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 6, doc 378.

²²² Idem, *ibidem*.

Ao pesquisarmos informações sobre os sujeitos envolvidos nessa contenda, chamou-nos a atenção a grande quantidade de cargos por eles exercidos, bem como o número de contratos arrematados pelo capitão-mor Manoel de Oliveira Cardoso.

Manoel de Oliveira Cardoso, português, comerciante, foi tesoureiro da Bula da Santa Cruzada (1741-1747), vereador (1742), almotacé (1743-1746)²²³, capitão-mor das ordenanças (a partir de 1761)²²⁴, caixa do contrato dos "Direitos do Registro de Curitiba" (1792) e mestre-de-campo²²⁵. Ainda, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia (1749-1750)²²⁶ e participou da Ordem Terceira de São Francisco e da Irmandade do Santíssimo Sacramento²²⁷, além de ser cavaleiro da Ordem de Cristo²²⁸. Temos notícia, também, de que foi contratador dos dízimos (1764 e 1765)²²⁹, fiador do contrato dos "direitos do Registro de Viamam" (1769), contratador, em sociedade com o tenente-coronel Paulino Aires de Aguirra, da "passagem do rio Curitiba" (1786) e contratador, também em sociedade com o tenente-coronel Paulino Aires de Aguirra, dos "direitos dos animaes que passam pelo novo registro do rio das Canoas" (1786)²³⁰. Já Manoel José Gomes foi tesoureiro real da Casa de Fundição (1770 e 1774), provedor da Santa Casa de Misericórdia (1774-1775), sargento-mor de Mojmirim (1775), ajudante de ordenanças de São Paulo (1788) e tenente-coronel do 1º. Regimento de Cavalaria, além de ter exercido cargos na câmara de São Paulo²³¹.

No momento em que o governador e o ouvidor da capitania se envolveram no caso, deslocaram-se os personagens principais, Manoel de Oliveira Cardoso e Manoel José Gomes, e a questão tomou tons de disputa pessoal. D. Luís Antonio de Souza e o ouvidor José Gomes Pinto de Moraes tiveram uma relação bastante amistosa, o que levou aquele a passar

²²³ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*. São Paulo: FFLCH/USP, 1979 (tese de doutoramento), pp. 75-78.

²²⁴ "Patentes, Provisões e Sesmarias Concedidas nos annos de 1721 a 1820, localizadas nos Municípios de: São Paulo, Cotia, Santo Amaro, São Bernardo, Juquery, Guarulhos e districtos de paz de Pinheiros, Penha, São Miguel, Sant'Anna e Nossa Senhora do Ó, por João Baptista de Campos Aguirra". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 28, 1930, p. 705.

²²⁵ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., pp. 75-78.

²²⁶ Cf. Laima Mesgravis. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)*, op. cit., p. 81.

²²⁷ Cf. Maria Aparecida Borrego. *A Teia Mercantil*, op. cit., p. 166.

²²⁸ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 178-186.

²²⁹ Cf. "Carta do correitor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, Domingos Bastos Viana, para (D. José I), dizendo que o provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, remete, por certidão, o rendimento de todos os contratos e mais produções daquela Provedoria, de 1762 a 1769, satisfazendo assim a Ordem de 17 de Abril de 1769". 15 de julho de 1771. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 27, doc. 2562.

²³⁰ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., pp. 75-78.

²³¹ "Patentes, Provisões e Sesmarias Concedidas nos annos de 1721 a 1820, localizadas nos Municípios de: São Paulo, Cotia, Santo Amaro, São Bernardo, Juquery, Guarulhos e districtos de paz de Pinheiros, Penha, São Miguel, Sant'Anna e Nossa Senhora do Ó, por João Baptista de Campos Aguirra", op. cit., p. 701, e Laima Mesgravis. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)*, op. cit., p. 84.

atestações muito favoráveis a este²³². O próprio provedor da Fazenda Real de São Paulo, José Honório de Valadares Aboim, desafeto manifesto do governador²³³, acusava os dois de tramarem para que fosse impedido de exercer suas funções ficando, assim, José Gomes Pinto no seu lugar como provedor interino²³⁴. E foi na condição de provedor interino que José Gomes se dizia ofendido com as medidas tomadas pelo governador com relação à arrecadação do contrato dos dízimos que se fez em 1774. No governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha, moveu representação e promoveu averiguação sobre a “nulidade, e respectivo conloyo público” encabeçados pelo morgado de Mateus²³⁵. O ex-governador defendia-se acusando o ouvidor de aliar-se ao bispo de São Paulo, d. frei Manoel da Ressurreição, contra ele e de querer que o capitão-mor Manoel Cardoso arrematasse o contrato e que os “ramos dos dízimos da vila de Santos” fossem dados “a um seu compadre, José Nunes”²³⁶. Até mesmo Lobo de Saldanha enviou carta ao marquês de Pombal acusando a administração de seu antecessor de lesar a Fazenda Real em “mais de vinte mil cruzados”. Destacando o zelo do ouvidor José Pinto de Moraes e tecendo inúmeros elogios a ele, denunciava que seu desacordo com a arrematação daquele ano lhe valeu “ultrajes, violências, amiaças, maquinações, opreções, e cerco”²³⁷.

Mesmo que, ao elaborar um estudo, procure-se dispensar alguma boa vontade aos personagens dos quais se vá tratar, o fato é que Martim Lopes Lobo de Saldanha dedicou boa

²³² Cf. Afonso de E. Taunay. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*, op. cit., 2ª. parte, p. 49.

²³³ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., p. 314-316.

²³⁴ Cf. “Requerimento do (provedor da Fazenda Real de São Paulo), José Honório de Valadares e Aboim a (D. Maria I), dizendo que apresentou à Rainha os prejuízos causados à Fazenda Real, pelo antigo governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (morgado de Mateus), associado com o ouvidor da mesma comarca, José Gomes Pinto de Moraes e o que estes fizeram para impedir do exercício das suas funções de provedor da Fazenda Real”. Anterior a 27 de agosto de 1777. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 32, doc. 2774.

²³⁵ “Traslado dos autos da averiguação que se fes por Testemunhas, e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de Sam Paulo, sobre a reprezentação que fes o Doutor Ouvidor Jozé Gomes Pinto de Moraes a respeyto das nulidades com que se rematou o contracto dos Dizimos, e de se dever ressarcir á Real Fazenda dos prejuizos que padeceo, e dos lucros que lhe pertencem”. 7 de julho de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fl. 103-104.

²³⁶ “Carta do (ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Antônio de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus) para (D. Maria I), queixando-se do procedimento do ouvidor de São Paulo, José Gomes Pinto de Moraes, em virtude de, este procurar por todos os modos prejudicá-lo”. 29 de julho de 1777. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 31, doc. 2767.

²³⁷ “Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal sobre o caso da arrematação do contrato dos dízimos no governo de d. Luís Antonio de Souza”. 2 de março de 1775. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Avulsos*, códice 4530, fls. 235-236.

parte do tempo que esteve na capitania a depreciar a administração de seu antecessor. O caso da arrematação dos contratos dos dízimos veio, pois, a calhar. Estando apenas uma semana em São Paulo, já elaborava queixas contra o morgado de Mateus, acusando desde o miserável estado do governo até a falta de fardamento do Regimento de Voluntário Reais. Suas críticas eram encaminhadas às mais diversas autoridades nos mais variados lugares da colônia, do Rio de Janeiro a Santa Catarina, do Rio Grande de São Pedro a Goiás e Mato Grosso, as censuras à administração pretérita iam-se espalhando²³⁸. A coisa chegou a tal ponto que até o vice-rei, marquês de Lavradio, grande adversário da estratégia militar empregada por d. Luís Antonio de Souza na guerra contra os espanhóis²³⁹, aconselhou que Lobo de Saldanha fosse mais prudente com as informações que recebia sobre o morgado de Mateus. Numa passagem que sintetiza a ambigüidade da relação entre os governadores e as elites da capitania, e a possibilidade de renovadas alianças sempre que assumia o governo um novo capitão-general, orientava:

A minha amizade, e o zelo que tenho para o Real Serviço, me obrigão a lembrar a Vossa Excelência que é preciso ir com muito cuidado a respeito das más informações que lhe derem das pessoas de quem se servia o Senhor Dom Luiz de Souza, e daquelles que elle protegia; por que estas são as occaziões em que os malevolos costumão sempre pôr em pratica as más qualidades do seu animo, querendo muitas vezes denegrir falsamente o nome, e reputação de quem os governou, de quem se achão escandalizados talvez pelos ter castigado como elles merecião: Muito cuidado, meu Excelentíssimo, neste ponto; elle pode ser de huma grande consequencia: Os adoladores nestas occaziões hé que fazem os seus mayores golpes; vá Vossa Excelência muito attento com elles, e espere que o tempo lhe faça conhecer a verdade, e quem são aquelles que não faltão a ella.²⁴⁰

Muito fluidas as posições dos governadores na capitania paulista, quiçá na colônia toda. Em pouco tempo Martim Lopes de acusador passou a acusado. Seus principais desafetos eram

²³⁸ Cf. Antônio Barreto do Amaral. "Martim Lopes Lobo de Saldanha: Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo". In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, 1968, vol. 65, pp. 197-199.

²³⁹ Sobre essa questão, veja-se Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*, op. cit., pp. 265-310.

²⁴⁰ "Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha comunicando que recebeu as cartas do governador e envia as respostas conjuntamente; trata, ainda, de questões relativas ao pagamento de dívidas, e de como o governador deve ter cuidado com as informações que são passadas a respeito de seu antecessor". 12 de julho de 1775. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 17, 1895, pp. 24-27.

o juiz de fora de Santos, José Carlos Pinto de Sousa, o ouvidor-geral, Estevão Gomes Teixeira, e a câmara da cidade de São Paulo²⁴¹. Os oficiais desta, em carta de 3 de março de 1780, atribuíam inúmeras faltas ao governador. Incriminavam-no de expulsar vereadores da câmara daquela cidade e colocar outros em seus lugares; de eleger seu partidário para o cargo de fiscal da Real Casa de Fundição; de ordenar, mesmo após nova eleição, que se mantivesse no cargo de juiz dos órfãos Jerônimo Rodrigues, casado com “hua parenta” do clérigo José Joaquim Monteiro de quem o governador era amigo; de fazer prisões indevidas e dar salvo-condutos a pessoas que não os mereciam; de “deflorar” duas honradas irmãs e alugar-lhes casa “de frente da sua Rezidência” para com elas se entreter; de promover Joaquim José Pinto de Moraes Leme para o posto de capitão de cavalos do novo Regimento de Voluntário Reais, “tendo feito publicamente huma morte no districto da vila de Curitiba, e mandou tirar do Cartório da Ouvidoria a devaça sendo escrivão Agostinho Delgado”, por ser Joaquim José irmão do clérigo amigo de Lobo de Saldanha e de “húa moça por nome Jacinta publicamente infamada com o governador dito”²⁴²; etc²⁴³. Dentre os remetentes da carta, consta assinatura de Manoel José Gomes, arrematante do contrato dos dízimos contra o qual Lobo de Saldanha se posicionou em inúmeras correspondências para a corte.

Se as acusações dos oficiais do Senado de São Paulo são verdadeiras ou não, é-nos, por ora, impossível saber. Entretanto, está longe do nosso objetivo defender ou mesmo beatificar os governadores da capitania, que de santos tinham muito pouco. Além das ordens régias que deviam cumprir, é preciso considerar as vantagens e os poderes que o cargo trazia. Podiam beneficiar amigos, aliados ou mesmo parentes²⁴⁴. Foi, talvez, para conter essas parcialidades

²⁴¹ Cf. “Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I] sobre as dificuldades que teve no governo de São Paulo, afirmando que não basta ser um governador de armas, mas também de estado cível, político e econômico.” Posterior a 4 de agosto de 1780. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 9, doc. 496.

²⁴² Trata-se, respectivamente, de José Joaquim Monteiro de Mattos, clérigo de São Pedro, e de Jacinta Angélica. Cf. Pedro Taques de Almeida Paes Leme. *Nobiliarchia Paulistana Historica e Genealógica*, op. cit., p. 158.

²⁴³ “Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo à rainha [D. Maria I] sobre a intolerância e tiranias do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, e solicitando a sua imediata destituição desta capitania”. 3 de março de 1780. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 9, doc 495.

²⁴⁴ Nesse sentido vale lembrar duas coisas: a carta do governador de Minas Gerais, na qual se lamentava por não poder auxiliar, naquele momento, um afilhado de d. Luís Antonio de Souza; e o fato de o filho de Antonio Manoel de Mello Castro e Medonça ter nascido e permanecido na capitania paulista, onde “ocupou diversos cargos de elevada categoria, e desempenhou comissões importantes”. Em, respectivamente, “Carta do governador e capitão-general de Minas Gerais conde de Valladares ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus lamentando não poder ajudar a um afilhado do governador”. 4 de maio de 1769. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 14, op. cit., p. 244, e Manuel Eufrasio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...*, op. cit., tomo 1, pp. 68-70.

que d. João VI ordenou que presidentes e ministros do Conselho Ultramarino e todos os demais empregados daquele tribunal “não aceitassem daqui em diante debaixo de qualquer título, ou pretexto, prezente de qualidade alguma, por mais insignificante que fosse, da parte de Governadores, e das demais pessoas actualmente empregadas no seu Real Serviço em os Domínios Ultramarinos”²⁴⁵. Os governadores eram, como já vimos, a todo tempo lembrados, por cartas, ordens, decretos, provisões, de que seus poderes estavam subordinados às decisões e aos interesses régios.

Contudo, algumas vezes as normas não eram estritamente seguidas. O caso do trombeta de cavalaria dos Voluntários Reais, Caetano José da Costa, o Caetaninho, é, nesse sentido, exemplar. Caetaninho era muito ligado ao filho, e ajudante de ordens, do governador Lobo de Saldanha, nas palavras de Machado D’Oliveira, “o favorito mais do peito de Antonio Lobo”. Conta Oliveira que, estando a comemorar certo festejo na fazenda beneditina de São Caetano da Borda do Campo, convencionou-se promover uma apresentação teatral da qual faziam parte Antonio Lobo e Caetaninho, hábil tocador de clarim e rabeca. Em dado momento surgiu impasse entre os dois amigos, “por não querer este acceder ao que aquelle lhe exigia, de tocar certa pessa de música, em que não estava bem versado, ou talvez por causa de quasi completa embriaguez em que estava pelas libações do festim”, e Antonio Lobo deu uma bofetada em Caetaninho. Este, de pronto, sacou uma faca e desferiu um golpe em Lobo, fazendo “ligeira escoriação entre a orelha esquerda e o pescoço” do amigo, “que não se achava menos ébrio”²⁴⁶. Em resumo²⁴⁷, o trombeta, como militar que era, foi julgado por conselho de guerra que, considerando a amizade dos dois envolvidos e a pouca gravidade do ferimento, declarou sua culpa, mas o absolveu da pena de morte. Martim Lopes Lobo de Saldanha, considerando irregular certos procedimentos adotados no julgamento, nomeou novo conselho, cuja pena foi implacável, condenado Caetaninho a pena de morte, por “tentativa de assassinar ao filho de um representante do rei, do que seguir-se-hia sedição contra a monarchia”²⁴⁸. A morte do trombeta não foi em vão. Serviu bem aos propósitos dos opositores do governador que, assim,

²⁴⁵ “Carta do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remetendo a Cópia do Real Aviso sobre os Ministros do Conselho Ultramarino, e os mais empregados no Real Serviço, não aceitaram presentes etc.”. 8 de novembro de 1799. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 195-196.

²⁴⁶ J. J. Machado D’Oliveira. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, edição fac-similada da 1ª. (1ª. edição de 1864), p. 175.

²⁴⁷ Sobre o caso, além do *Quadro Histórico*, veja-se Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos...*, op. cit., tomo 1, pp. 154- 156; António Barreto do Amaral. “Martim Lopes Lobo de Saldanha”, op. cit., pp. 195-196; e Nuto Sant’Anna. *São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia / Conselho Estadual de Cultura, 1977, pp. 149-150.

²⁴⁸ J. J. Machado D’Oliveira. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*, op. cit., p. 176.

tinham mais um argumento contra a “tirania” de Lobo de Saldanha. Foi com a alcunha de “homicídio voluntário” que os oficiais da câmara de São Paulo pediam a punição do capitão-general²⁴⁹.

A metáfora sobre os latidos do cão contra o sol, usada por Antonio José Vaz, vem em momento oportuno. Dos cães, Caetaninho foi aquele com latido mais fraco; além de mulato, era apenas trombeteira, um dos postos mais baixos da tropa paga. Ser favorável a ele não significaria apenas malfazer o governador, mas ir contra a própria autoridade régia, uma vez que, de fato, o trombeteira atacou ninguém menos do que o filho do capitão-general, além de seu oficial superior, por Antonio Lobo ser capitão de infantaria. É por esse motivo que, mesmo estando em desgraça régia²⁵⁰, Martim Lopes Lobo de Saldanha foi inocentado de todas as acusações que contra ele enviaram para a corte, inclusive o procedimento que resultou na morte de Caetano José da Costa, do qual considerava o procurador da Fazenda do Ultramar, José Gonçalves da Silveira Preto, deveria ter-se absterido, deixando a decisão de castigar o réu ao “Real Arbítrio de Sua Magestade”. Ainda assim, o procurador reconhecia que o trombeteira “merecia o ódio público” e que Lobo de Saldanha o castigou sem a régia autorização entendendo “que obrava como General e satisfazia a sua obrigação”²⁵¹. O parecer do conselheiro do Conselho Ultramarino, João Batista Baroni, não só foi favorável ao do procurador, José Gonçalves, como considerava que não era correto afirmar que o governador não poderia mandar executar a sentença do réu, já que a lei determinava que todo o magistrado “em cuja presença se cometem o delito, seja o mesmo a julgá-lo e a castigá-lo”, fosse ele pai ou não do ofendido. Concluindo que, por todas as “qualidades e circunstâncias” que apresentava, era Lobo de Saldanha “hum dos mais honrados, e melhores Governadores que modernamente tem servido naquele Estado”, e, sendo assim, parecia “digno sem dúvida

²⁴⁹ “Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo à rainha [D. Maria I], comunicando o governo tirânico do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, quando mandou matar tiranicamente o músico Caetano José”. 10 de novembro de 1781. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 10, doc. 513.

²⁵⁰ Cf. “Requerimento do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], perguntando o porquê de não poder ter a honra de beijar a Mão régia”. Anterior a 16 de outubro de 1783. In *Ibidem*, cx. 10, doc. 518.

²⁵¹ “Parecer do (procurador da Fazenda do Ultramar José Gonçalves da Silveira Preto) sobre a resposta que o governador e capitão-general da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha dera às queixas contra ele formuladas”. Ca. 23 de setembro de 1784. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 37, doc. 3106; há cópia desse parecer em *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Papéis do Brasil, códice 6, fls. 358-359v.

de que Sua Magestade o admita à sua graça, ao Seu Real Serviço, e lhe remunere de Justiça os serviços, que tem feito, quando ele se rezolva a pedir huma justa recompensa”²⁵².

Sem entrar no mérito da culpabilidade de uns e outros, é certo que na segunda metade do século XVIII já havia em São Paulo uma elite articulada e estabelecida, embrenhada nas malhas da administração da capitania, e, por isso, detentora de autoridade e prestígio. Quando alguns habitantes de Itu pediram a criação do cargo de juiz de fora para a vila, esperando, assim, acabar com os abusos de algumas famílias de lá²⁵³, Martim Lopes Lobo de Saldanha, no parecer que escreveu sobre o assunto, reconhecia que não havia na capitania “povoação nenhuma que não tenha hum séquito particular dos homens mais poderosos, que nellas vivem, para que mettendo-se no Governo dellas o queiram sujeitar às suas paixões estranhas”. Ponderando, todavia, que a criação do cargo era inútil. Por um lado, porque seria mais uma despesa para a capitania. Por outro, o mais contundente, é que se fosse indispensável juiz de fora para acabar com os desmandos da vila de Itu, seria “necessário criar para cada huma das mais villas outros semelhantes” cargos. O que, segundo Lobo de Saldanha, só se resolveria ampliando os poderes dos governadores²⁵⁴.

Fato aparentemente pouco importante e de âmbito privado moveu, em 1799, a elaboração de cinco memórias pelo governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. O capitão-mor da vila de Cunha, José Gomes de Siqueira e Mota, tinha como sua amante a filha do capitão Francisco Xavier Leite, e, com o intento de emancipá-la, dirigiu-se ao juiz dos órfãos que se negou a fazê-lo sem o consentimento dos pais da moça. Todavia, o juiz ordinário, mesmo sem competência para tal, o fez ²⁵⁵. O capitão Xavier Leite, sabendo do acontecido, foi reclamar com Castro e Mendonça que, então, chamou José Gomes em seu gabinete e, após algumas controvérsias, o fez assinar um termo segundo o qual ficaria responsável pela moça enquanto ela estivesse num dos Recolhimentos da cidade de São Paulo.

²⁵² “Parecer do (conselheiro do Conselho Ultramarino, João Batista Baroni) sobre a resposta que o governador e capitão-general da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha dera às queixas contra ele formuladas”. Ca. 23 de setembro de 1784. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 37, doc. 3106.

²⁵³ “Para informar sobre a necessidade de se crear o lugar de Juiz de Fora na Villa de Itú”. 5 de fevereiro de 1780. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, códice 424, fl. 121.

²⁵⁴ “Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], comunicando que é inútil a criação do cargo de juiz de fora para a vila de Itu”. 9 de outubro de 1780. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 10, doc. 499.

²⁵⁵ Ao juiz ordinário só era permitido exercer as funções do juiz dos órfãos onde não houvesse esse ofício de justiça. Cf. Graça Salgado (org). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 2ª. edição (1ª. edição de 1985), pp. 129, 149, 207, 262 e 360.

O capitão-mor assinou o termo, voltou para a vila de sua origem e, nesse espaço de tempo, elaborou queixas contra o governo de Castro e Mendonça, endereçadas ao secretário de Estado, d. Rodrigo de Souza Coutinho, e à rainha d. Maria I²⁵⁶. Escritas e enviadas as lamentações, José Gomes refugiou-se na capitania de Minas Gerais, de onde seguiu encaminhando suas cartas²⁵⁷.

Em ofício de 19 de setembro de 1798, d. Rodrigo de Souza Coutinho remeteu ao governador de São Paulo cópia da carta do capitão-mor de Cunha e ordenou que fossem dadas explicações sobre o conteúdo daquelas queixas²⁵⁸. Em 12 de fevereiro do ano seguinte, o capitão-general certificava, ao secretário de Estado, que enviaria suas respostas da forma mais pormenorizada possível, como o assunto exigia, e, para tanto, estava elaborando algumas *memórias* sobre o caso²⁵⁹.

Castro e Mendonça, ao longo de seu governo na capitania paulista, escreveu, ao menos, mais três diferentes memórias além das de 1799: em 1798, “Memória dos objectos, que de recommendação de Sua Magestade, e por utilidade publica devem promover os juiz e vereadores da Câmara desta cidade”, endereçadas às câmaras da capitania de São Paulo²⁶⁰; em 1800, “Memória Econômico Política da Capitania de S. Paulo”²⁶¹, endereçada a d. Rodrigo de Souza Coutinho; em 1801, “Memória sobre os objetos mais interessantes da

²⁵⁶ “Cartas de José Gomes de Siqueira e Mota endereçadas, respectivamente, a d. Rodrigo de Souza Coutinho e a d. Maria I, na qual faz acusações contra a administração do governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça”. 23 de abril de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 701.

²⁵⁷ “Carta de José Gomes de Sequeira e Mota, capitão-mor da Vila de Cunha, Capitania de São Paulo, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, queixando-se das violências experimentadas pelo general António Manoel de Melo contra ele e a família”. 28 de setembro de 1798, e “Carta de José Gomes de Sequeira e Mota, capitão-mor da Vila de Cunha, Capitania de São Paulo, queixando-se das violências experimentadas pelo general António Manoel de Melo” 1º de outubro de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil- Minas Gerais (011)*, cx. 145, doc. 52.

²⁵⁸ “[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre uma Carta de Joze Gomes de Sequeira Motta, e huma queixa que subio à Real Presença contra elle Governador”. 19 de setembro de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 149-149v.

²⁵⁹ “Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Mota contra seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias” 12 de fevereiro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 701.

²⁶⁰ In *Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo (1796-1803)*. São Paulo: Typographia Piratininga, 1921, vol. 12, pp. 258-260.

²⁶¹ In *Anais do Museu Paulista* São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 81-247.

Capitania de S. Paulo entregue ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Antonio José da Franca e Horta [...]”²⁶², endereçada ao governador que o sucedeu na capitania.

A dificuldade em precisar os limites da significação do termo *memória* em grande parte se deve à fluidez com que ele foi utilizado à época²⁶³. As memórias de 1800 e de 1801, tratam de assuntos relacionados a preocupações quanto às necessidades de estímulo e desenvolvimento agrícola, aumento da arrecadação régia, defesa das fronteiras, mudanças na organização militar, enfim, políticas administrativas da capitania. A de 1798, menos abrangente, vai centrar suas preocupações em sugerir às câmaras de São Paulo a adoção de mudanças no âmbito da agricultura, a fim de aumentar seu cultivo. Já as memórias de 1799 foram elaboradas com o intuito de defender o governo de Castro e Mendonça contra as acusações feitas pelo capitão-mor da vila de Cunha. O gênero, apesar de levar o mesmo título, é outro, já que nas memórias de 1798, 1800 e 1801 o objetivo é informar, e, diferentemente, nas de 1799, não é somente relatar mas expor uma defesa circunstanciada. Muda, além da forma, a própria natureza do conteúdo. Nas memórias de 1799, mais do que apresentar o envolvimento entre José Gomes e Gertrudes Maria, filha do capitão Xavier, o governador entrou em pormenores das dificuldades encontradas no exercício da administração da capitania. De quebra, deu conta da intriga que havia entre aquele capitão-mor e o sargento-mor da vila de Cunha, Antonio José de Macedo.

José Gomes de Siqueira fora capitão de cavalaria auxiliar, enquanto Macedo era capitão de ordenanças. Conta Castro e Mendonça que, nesse tempo, José Gomes, desejando ser capitão-mor da vila, requereu ao então governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena, que mandasse a câmara de Cunha fazer eleição daquele posto. Aliando-se ao então ouvidor, Miguel Marcelino Veloso e Gama, ao perceber que os oficiais daquele ano não eram favoráveis a que ele ocupasse o posto, adiou sua estratégia e convenceu-os de que era melhor fazer a escolha em outra vereança. Passando, então, à eleição das pessoas que serviriam na

²⁶² In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1964, tomo 18, pp. 227-268.

²⁶³ Exemplos dessa fluidez são encontrados em trabalhos específicos sobre o tema, como os de Gastão de Melo Matos. “Notícia de alguns memorialistas portugueses do princípio do século XVIII”. In *Nação Portuguesa*. série 6, vol. 1, fasc. 4. Lisboa, 1929, que, todavia, não diferenciou os tipos de memórias que se apresentaram a ele em sua pesquisa, e de Castelo Branco Chaves. *Memorialistas portugueses*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / Secretaria de Estado da Cultura / Ministério da Educação e Cultura, 1978, que apresenta tentativa de classificação muito útil a quem queira, como ele, trabalhar com as *memórias* enquanto gêneros literários. Mesmo em dicionário da época, o termo é bastante amplo. Cf. *Diccionario da língua portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 2 vol. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, e Antonio de Moraes Silva (1755-1824). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. 12 vols. Rio de Janeiro: Confluência, 1945, verbete “memória”. Devo essa discussão ao prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda.

câmara nos três anos que viriam. O pleito dizia respeito aos anos de 1789, 1790 e 1791. Nesse último, foi escolhido para o cargo de juiz ordinário Inácio de Loyola Freire, irmão de Francisco Nabo Freire, que era casado com Francisca Galvoa, cunhada de José Gomes. Um dos vereadores foi José Lopes dos Santos, casado com a irmã de Gomes, e, o outro, seu próprio irmão, Joaquim Gomes. Dos cinco oficiais da câmara para o ano de 1791, três eram parentes de José Gomes.

O problema é que no ano de 1790, estando o sargento-mor de Cunha com uma “moléstia que absolutamente o impossibilitava de continuar no referido emprego”, Lorena ordenou que se procedesse à eleição de sujeito para ocupar aquele posto. Na hierarquia das companhias de ordenanças, logo abaixo do capitão-mor, está o sargento-mor. Estando, pois, nesse posto, era muito mais fácil alcançar aquele. Percebendo que Antonio José de Macedo era escolha certa para o ofício, José Gomes “subornou” o juiz ordinário, seu tio, Felix Gomes de Siqueira, para que suspendesse o escrivão da câmara e, assim, impossibilitar a nomeação. A estratégia, no entanto, não foi bem-sucedida e conseguiram eleger Macedo como sargento-mor. Em 1791, renovada a câmara, José Gomes foi, afinal, com ajuda de seus parentes, nomeado para o posto de capitão-mor²⁶⁴.

Antonio José de Macedo, nomeado, em 1797, coronel do novo Regimento de Infantaria Miliciania da vila de Cunha, criado por Castro e Mendonça²⁶⁵, era sobrinho de Manoel da Silva Granito²⁶⁶. Ora, estamos, com efeito, diante não de um conflito qualquer, de uma simples disputa por cargos, mas do prolongamento da contenda entre os Monteiro da Silva e os Gomes de Siqueira. De um lado, Antonio Macedo, sobrinho de Manoel da Silva Granito; de outro, José Gomes de Siqueira, sobrinho de Felix Gomes de Siqueira, que, junto com Granito, foi personagem, mais de vinte anos antes, da questão envolvendo o assassinato do feitor Manoel Fernandes Vidal.

²⁶⁴ “Memória 2ª, que tem por objecto referir as incurialidades, e sobornos, que houverão na eleição de Joze Gomes de Siqueira Motta, para Capitão Mor da Villa de Cunha, fazendo vir por bem provados factos, qual seja o seu character, e servindo de satisfação ao 2º. Artigo do Officio de 19 de Settembro de 1798, em que Sua Magestade he servida mandar-me informar sobre a pessoa do mesmo Capitão Mor”. Posterior a fevereiro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 701.

²⁶⁵ Cf. Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 189.

²⁶⁶ Cf. “Carta do alferes da vila de Cunha, da capitania de São Paulo, Antônio Pires Querido Portugal, para (D. Maria I), na qual expõe que, tendo uma demanda com Manuel da Silva Granito da mesma vila, acerca dos limites da terra, o reverendo da dita vila, que só deseja o sossego do seu povo escreveu ao capitão-mor José Gomes de Sequeira e Mota, para este informar (o governador e capitão) -geral da capitania de São Paulo (Antônio Manuel Melo Castro e Mendonça) a fim de intervir, resolvendo o assunto”. 7 de maio de 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 45, doc. 3530.

A história poderia até ser a mesma: disputa entre duas famílias de uma vila da capitania. Faziam parte dela sujeitos igualmente autorizados, com seus respectivos séquitos e cabedais²⁶⁷. No entanto, além deles, integrava o enredo figura de importância decisiva para o desfecho da trama. Em 19 de dezembro de 1800, uma provisão do Conselho Ultramarino informava que, tendo por base as informações de Castro e Mendonça, d. João VI mandava dar baixa a José Gomes de Siqueira e Mota “hum monstro de defeitos e culpas”, acusado de “prostituir” a filha do capitão Francisco Xavier Leite, de usar de “sinistros meios” para ser nomeado capitão-mor e de desertar “sem respeito” ao Real Serviço²⁶⁸. Em ofício de 22 de setembro de 1801, Castro e Mendonça deu ordem à câmara da vila de Cunha para cumprir o determinado pelo príncipe regente, registrando a baixa de José Gomes, e, em 20 de julho do ano seguinte, ordenava que procedessem à eleição de três pessoas aptas a concorrerem ao posto de capitão-mor, agora vago²⁶⁹. Como em um novo governo as possibilidades eram sempre outras, José Gomes aproximou-se do sucessor de Castro e Mendonça, Antonio José da Franca e Horta. O capitão-general bem que tentou destacar as qualidades de Siqueira ao príncipe regente²⁷⁰. Porém, pelas notícias que temos, sem sucesso, já que d. João VI não recuou da decisão anterior²⁷¹.

²⁶⁷ Dos três engenhos de açúcar existentes na vila de Cunha, um deles pertencia a José Gomes. Antonio José de Macedo era agricultor e negociante em grosso. Cf. Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo. Pós 1798. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 698, e Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 189.

²⁶⁸ “Provisão do Conselho Ultramarino sobre o General mandar dar Baixa ao Capitão Mor da Villa de Cunha Joze Gomes de Siqueira Mota”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 89, op. cit., pp. 230-231.

²⁶⁹ Cf. “Para a Câmara da vila de Cunha registrar a baixa do capitão-mor José Gomes de Siqueira e Mota”. 22 de setembro de 1801, e “Para a Câmara da Vila de Cunha proceder eleição de capitão-mor”. 20 de julho de 1802. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1980, vol. 93, pp. 24 e 80.

²⁷⁰ Cf. “Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha”. 14 de dezembro de 1804. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 24, doc. 1095.

²⁷¹ Cf. “Requerimento de José Gomes de Sequeira e Mota, da Vila de (Nossa Senhora da Conceição de) Cunha, capitania de São Paulo, feito por seu procurador, Antônio José Braga, pelo qual pede ao (Príncipe Regente D. João) que mande passar ordem, pela 2ª vez, ao ex-governador (daquela capitania) Antônio Manuel de Melo Castro (e Mendonça) para que este informe sobre um pedido do requerente, para ser restituído no posto de capitão-mor daquela vila, de que fora privado”. 13 de fevereiro de 1805, e “Carta do governador o capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, para o (Príncipe Regente, D. João) em que responde à provisão de 27 de Junho de 1804 pela qual lhe ordenava que desse o seu parecer sobre o procedimento de José Gomes de Sequeira e Mota”. 26 de abril de 1805. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 57, doc. 4303 e 4332.

No tocante a essa estratégia, Policarpo Joaquim de Oliveira foi muito mais afortunado. Paulista, arrendou no governo do morgado de Mateus a Fazenda de Araçariguama, na vila de Parnaíba, outrora pertencente aos jesuítas²⁷². Em 1779, o capitão-mor da vila de Parnaíba, Antonio Correia de Lemos Leite, enviou ao capitão-general carta relatando inúmeras queixas contra o, agora tenente-coronel, Policarpo Joaquim de Oliveira. Lobo de Saldanha, à época governador, por causa dessas e de outras reclamações contrárias a Policarpo²⁷³, decidiu afastá-lo da região de Parnaíba e, ainda, cedeu o arrendamento da propriedade jesuítica a outra pessoa²⁷⁴.

Policarpo dirigiu-se, então, ao Rio de Janeiro, e lá tentou “aproximar-se” do vice-rei, d. Luis de Vasconcelos e Souza; mais ainda, passou a enviar ao bispo de São Paulo cartas contra Lobo de Saldanha. Em vista disso, o governador da capitania de São Paulo solicitou ao vice-rei a prisão de Policarpo, o que foi feito em 21 de novembro de 1780²⁷⁵. Logo no governo de Francisco da Cunha Menezes (1782-1786), Policarpo foi, por ordem régia, transferido para uma “cadeya mais suave, e moderada”²⁷⁶, até, por fim, ser solto, por o governador entender que o período pelo qual passara recluso já era suficiente para sua correção.

No período da administração de Bernardo José de Lorena (1788-1797), este paulista exerceu a função de alferes de cavalaria (1788) e foi promovido a coronel do Regimento de Dragões Auxiliares da capitania de São Paulo (1790). Em 1º de janeiro de 1789, voltava a administrar a fazenda de Araçariguama, “arrendada por três triênios”, e, ainda, em 1798, uma de suas propriedades, o “Morro Branco”, “apresentou condições favoráveis à exploração de minas de salitre, empreendimento promovido, sob recomendação da Secretaria de Estado dos

²⁷² Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 95.

²⁷³ Dentre as “irregularidades” praticadas pelo tenente-coronel, destaca Nanci Leonzo: “o gado de sua propriedade invadia, comumente, as terras lavradas, destruindo as plantações e chegando, por vezes, a obstruir a passagem para os dois caminhos que conduziam «para a villa de Itu e para as partes do Cuiaba» e «para a villa de Sorocaba, villa de Curitiba e Continente do Sul», trazendo, portanto, graves prejuízos aos tropeiros; na fazenda de que era o arrendatário promovia «danças deshonestas», com a presença das mulheres da cidade de São Paulo; empenhara-se em livrar da cadeia uma mulata forra «administradora de feitiços»; recusava-se, por ocasião dos batizados, a pagar o tributo dos dízimos; em representação enviada à Metrópole queixara-se do próprio Capitão-General e por não ter conseguido submeter aos seus desígnios o Sargento-Mor e o Ajudante do seu regimento, lembrara à Rainha, na mesma missiva, ser desnecessário o gasto com o pagamento de soldos a estes oficiais já que se dispunha, na Capitania, de gente capaz e com suficientes posses para exercer, gratuitamente, tais funções”. Idem, *ibidem*, p. 97.

²⁷⁴ Cf. Idem, *ibidem*, p. 99, e Antônio Barreto do Amaral. “Martim Lopes Lobo de Saldanha: Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo”, op. cit., p. 200.

²⁷⁵ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., p. 100.

²⁷⁶ “Para o governador mandar colocar a Policarpo Joaquim de Oliveira numa cadeia mais branda do que aquela em que foi posto pelo predecessor Martim Lopes Lobo de Saldanha”. 13 de fevereiro de 1784. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 237, fls. 166-166v.

Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos”. Policarpo não só ofereceu a área para as “pesquisas” da nitreira, mas passou o dirigir os operários que lá trabalhavam²⁷⁷. A 27 de fevereiro de 1802, obteve concessão de sesmarias nos seguintes lugares: Japi, Jundiavira, Pirapora e Santa Quitéria²⁷⁸.

Não sabemos se as queixas do capitão-mor da vila de Parnaíba, Antonio Correia de Lemos Leite, contra Policarpo Joaquim de Oliveira são meras intrigas ou não. Tampouco temos conhecimento se o motor delas estava ligado ao arrendamento da antiga fazenda dos jesuítas. Entretanto, é possível concluir, por meio desse e dos outros exemplos, que, na dinâmica da administração colonial, um sujeito poderia, sob o governo de determinado capitão-general, perder suas prerrogativas e até ser preso. Isso não significava, porém, que nos governos vindouros ele não pudesse estabelecer relações e alianças que permitissem a retomada de sua autoridade e de seu cabedal. A coisa, em síntese, funcionava da seguinte forma: novo governador, novas alianças, nova possibilidade de ascensão de dado grupo ou sujeito. O que, por certo, não era ignorado pelos contemporâneos. Como podemos depreender da carta do frei Thomé da Madre de Deus Coutinho para o então governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena. Nela, o preceptor do filho de Lorena, Francisco de Assis, lamuriava-se de sua “vida enferma” e de seu espírito aflito e tristonho, “sempre descontente com a perturbação desta terra”, que o fazia esconder-se “pelos cantos” e não aparecer publicamente “de vergonha” dos seus opressores. Divagando sobre o nome do capitão-general, atestava que Lorena começava “por Letra mui feliz”. O L “era Luz, liberdade, Lucro”. Em contrapartida, o P, que não especifica, mas deve ser de São Paulo, “he penas, pobreza, prizão”. Para concluir, afirmava:

A mim prende-me o pejo, e apenas appareço em caza do meu amigo, e muito apaixonado elogiador de Vossa Excelência, o Coronel Francisco Xavier. Outros, que se diziam meus amigos, e juravam ser de Vossa Excelência, mudaram por dentro, como mudaram por fora; pondo em Lugar do retrato de Vossa Excelência, ou do retrato da brandura, e da cândida verdade; o retrato do furor, e da doblez.²⁷⁹

²⁷⁷ Nanci Leonzo. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*, op. cit., pp. 101-102.

²⁷⁸ “Relação das Sesmarias Concedidas na Comarca da Capital entre os annos de 1559 a 1820 pelo Sr. João Baptista de Campos Aguirra” In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 25, 1929, p. 524.

²⁷⁹ “Carta do frei Thomé da Madre de Deus para o governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, sobre os estudos de seu filho, Francisco de Assis, e dos conflitos pelos quais passa na capitania de São Paulo”. 4 de julho de 1799. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 617.

As dificuldades dos governadores em vincular aos desígnios régios os interesses de uma elite heterogênea e, muitas vezes, refratária, somadas às suas próprias conveniências, são, ao fim e ao cabo, as dificuldades da própria Coroa portuguesa em instituir as reformas, do período pombalino e pós-pombalino, no seu vasto e transcontinental Império. Não obstante os interesses pessoais de cada governador, esses administradores portugueses instalados numa capitania a fim de governá-la da melhor maneira possível, e garantir os desígnios metropolitanos, deveriam sempre se concentrar no sentido da *medida* de todas as suas ações. Houve casos, em outros tempos e lugares, em que esses governantes estiveram muito mais empenhados em garantir seus próprios interesses²⁸⁰. Na São Paulo restaurada essa disposição não pode ser descartada, mas as preocupações dos governadores, assim como suas ações, mesmo que, por vezes, com algum deslize ou arbitrariedade, manifestam forte cuidado em servir aos propósitos do soberano, incansavelmente lembrados e relembrados pelos secretários de Estado.

A esse respeito, vale evocar as palavras do governador e capitão-general Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, em suas memórias de 1799:

Sinto não poder fazer quanto desejo; mas na falta de forças suprirá a vontade, que me assiste de cooperar para o aumento, e riqueza não só do rendimento da Fazenda Real, como também de toda a Capitania. Sobejo prêmio me rezulta de a fazer conseguir hum grão de prosperidade, que nunca teve aumentando o seu commercio, e indústria, e fazendo por todos os modos cheios de fortuna os seus habitantes. Pouco importa que alguns d'elles ingratos ao beneficio, que com todos prodigalizo, intentem denegrir, e macular a minha reputação: Na própria consciência encontro o lenitivo d'este mal. Obro honradamente; cumpro a minha obrigação; executo as ordens da minha Soberana e procuro fazer ricos os meus subditos conservando-me mais pobre do que vim. Não tenho mais que appetecer, se não ser aceito a Vossa Excelência [d. Rodrigo de Souza Coutinho], e merecer a sua estima, e proteção, para d'esta sorte com tão poderozos auspícios poder completar felizmente a carreira começada.²⁸¹

²⁸⁰ Para ficar em um só exemplo, citamos A. R. Disney quando trata da administração portuguesa na Índia: “Não resta dúvida de que muita corrupção existia de facto na administração financeira do Estado da Índia, e que assumia proporções mais alarmantes no que se referia ao pagamento de direitos. [...] Outros tipos de prevaricação no século XVII incluíam as vendas ilegais de pimenta, canela e artigos similares de alto valor pelos funcionários portugueses e seus cúmplices, em Ormuz, Mascate e Surate, prática que os próprios vice-reis eram acusados de instigar e favorecer”. A. R. Disney. *A Decadência do Império da Pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981, p.75.

²⁸¹ “Memoria 5ª. em que se expõem alguns factos, que tem sido cauza da oppozição que me fazem algumas pessoas, com especialidade as que não podem, como d'antes fazer extorsoens da Real Fazenda”. Posterior a fevereiro de 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 701.

O fato é que também no afã de garantir a vontade régia, ou aquilo que julgavam como tal, alguns governadores perdiam a *medida* de suas ações, e acabavam excedendo seus poderes. É o caso do governador de Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo, que no ano de 1779 entrou em litígio contra o então coronel Rafael Pinto Bandeira, importante personagem nas batalhas contra os espanhóis²⁸². A acusação era de que Pinto Bandeira estava descaminhando as presas de guerra e outros direitos régios.

É possível que, não tendo condições de pagar a soldada pelos serviços prestados por alguns oficiais, a Coroa fizesse “vista grossa para as condutas que contrariavam os códigos legais”²⁸³. Não seria, portanto, diferente nessa circunstância, ainda mais se tratando de sujeito tão importante e necessário, inclusive militarmente, numa região extremamente instável. Dito e feito, em decreto de 1780 d. Maria I ordenou que se arquivasse o processo, e que se restituísse a Pinto Bandeira o posto que ocupava antes de ser preso. Mais ainda, no ano de 1784, o acusado tomou posse do cargo de governador da capitania subalterna de São Pedro. Isso não significou, entretanto, vitória do poder local em detrimento do poder real. Ao contrário, a rainha preferiu garantir a manutenção de um grande auxiliar nas disputas do Sul contra os espanhóis do que repreender um possível dano na arrecadação régia.

A dificuldade não era, portanto, exclusiva da capitania paulista. Laura de Mello e Souza observa, quanto aos governadores de Minas Gerais, que, “salvo raras exceções, foram homens capacitados e aptos a desempenharem as funções diante das quais se viram”²⁸⁴. A autora destaca, na turbulenta realidade da região, no século XVIII, as dificuldades enfrentadas por esses administradores, em “introjetar o poder e as normas nas lonjuras do sertão”, “enquadrar os potentados, contornar o desejo de mando das Câmaras Municipais, ordenar a população heterogênea composta de várias gamas de mestiços” e “conter a violência sempre represada do contingente escravo”²⁸⁵.

²⁸² Este caso é analisado por Augusto da Silva em sua dissertação de mestrado: *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – IFCH, 1999.

²⁸³ Idem, ibidem, p. 99.

²⁸⁴ Laura de Mello e Souza. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 192.

²⁸⁵ Idem, ibidem, p. 86. Quanto aos *oligarcas* e *potentados*, considera a autora: “Com eles, a Coroa não transigiu, se bem que nunca lhes tenha dado a pena máxima que reservava aos bastardos, forros e carijós. Se muitos conservaram suas fazendas, o seu prestígio só foi tolerado até o ponto em que podia ser absorvido pelo Poder Central. [...] Não se pode, assim, falar de confronto radical entre potentados e governo, senão em alguns casos esporádicos e que, como já foi dito, fizeram a fama de déspotas de alguns governadores [...] Assim sendo, a administração serviu, em primeiro lugar, à Metrópole, e depois, na medida em que havia consonância de interesses, aos homens bons.” Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, pp. 138-139.

São Paulo, como podemos perceber, não foi caso isolado. Se os governadores enviados à capitania, alguns deles, é verdade, truculentos, autoritários e mandões²⁸⁶, tiveram que lidar com a elite local para introduzir na região as reformas próprias do período, também se ocuparam da tarefa aqueles que administraram os domínios régios em outras partes do Império. Em Luanda, o governo de d. Francisco de Sousa Coutinho (1764-1772)²⁸⁷, comprova que implementar essa série de mudanças significou lidar e, por vezes, aliar-se aos naturais da terra, promovendo mulatos e autóctones aos lugares e ofícios públicos²⁸⁸. Esse contato duradouro dos africanos com as instituições portuguesas, renovado a partir desse período, implicou não só a utilização de insígnias européias como legitimação de poder e a incorporação do vocabulário do Antigo Regime pelos sobas e dembos, mas, também, a habilidade de ler e escrever cartas e documentos, ou melhor dizendo, a aquisição da “capacidade de *fazer falar o papel*”²⁸⁹. Na Madeira e Porto Santo, com o surgimento, em 1781, do regimento para o governador d. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, a nítida intenção de regular e aprimorar os instrumentos de controle teve que levar em conta os poderes locais, especialmente os das câmaras²⁹⁰. Na ilha de Santa Catarina, o desempenho dos governadores, especialmente na segunda metade do século XVIII, não pôde prescindir do estabelecimento de uma “convivência articulada entre os diferentes poderes”, aplicando-se em cumprir as ordens régias sem, todavia, descuidar-se das “demandas e pressões” dos locais²⁹¹. Quando tinham bom sucesso, eram louvados, fosse por seus superiores fosse pela própria elite da capitania governada. Como comprova a carta dos oficiais da câmara de Sabará, em Minas Gerais, para Bernardo José de Lorena, na qual, ao agradecer uma decisão tomada pelo governador,

²⁸⁶ Tomo emprestados os adjetivos de que Laura de Mello e Souza se utiliza para referir-se ao governador de Minas Gerais, Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Laura de Mello e Souza. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 172.

²⁸⁷ Análise sobre o governo de d. Francisco de Sousa Coutinho em Angola, à luz das dinâmicas internas daquela sociedade, encontra-se no trabalho de Mônica Tovo Soares Machado. *Angola no período pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – 1764-1772*. São Paulo: FFLCH-USP, 1998, dissertação de mestrado.

²⁸⁸ Cf. Catarina Madeira Santos. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, 2005, tese de doutorado.

²⁸⁹ Maria Emília Madeira Santos. “Prefácio”. In *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume 1*. Arquivo Caculo Cahahenda. Edição, introdução, glossário e textos por Ana Paula Tavares, Catarina Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002, p. 14 (grifos da autora). Devo a indicação da obra à prof. dra. Marina de Mello e Souza.

²⁹⁰ Cf. Ana Madalena Rosa Barros Trigo de Sousa. *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*. Funchal: CEHA, 2004, especialmente, pp. 244-250.

²⁹¹ Augusto da Silva. “Nobres governadores na vila do Desterro (1738-1807)”. Texto inédito, gentilmente cedido pelo autor, apresentado no (*Pequeno*) *Seminário Internacional Poder Local na Dimensão do Império Português*. Promovido pela Cátedra Jaime Cortesão e pelo Projeto Temático Dimensões do Império Português, em 2007.

expressavam a imensa felicidade que inundava a capitania a ponto de os conduzir à seguinte atestação:

Nem podia deixar de ser assim (seja-nos Licito, Excelentissimo Senhor, esta expressão) depois de termos a honroza gloria de sermos conduzidos aos pés do Real Throno por hum Chefe bemfazejo, e tal, como Vossa Excêlencia, que conhecendo-nos de muito perto, sabe (quanto hé possível) combinar com os interesses Régios as nossas precisões.²⁹²

²⁹² “Carta de agradecimento dos oficiais da câmara de Sabará para o governador da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena”. 17 de janeiro de 1801. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633. fl. 137.

Conclusão

A partir da restauração, em 1640, houve intento centralizador na administração colonial de Portugal, no sentido de expandir e garantir a posse de seus domínios. Foi, todavia, no reinado de d. José I e nos subseqüentes que esse processo ganhou maior fôlego. Houve, então, claro movimento para inserir todas as colônias do Império Português num projeto comum. Além da garantia dos territórios contra investidas de outras nações, os esforços giraram em torno do desenvolvimento do comércio e da agricultura. Nas ilhas, em África, na Ásia, no Brasil, enfim, em cada parte das conquistas foram sendo introduzidas reformas a pouco e pouco. Ao restabelecimento de São Paulo enquanto capitania-geral, em 1765, estava ligada, em primeiro lugar, a defesa do Rio Grande de São Pedro contra os constantes ataques dos espanhóis. Todavia, a capitania inseria-se nesse contexto mais amplo e as instruções trazidas pelo primeiro governador, o morgado de Mateus, e pelos seus sucessores visavam adequá-la às políticas metropolitanas do período. Além das reformas militares, o aumento da arrecadação, a melhoria nas técnicas agrícolas e a formação de uma produção voltada para o mercado transatlântico estavam na pauta das medidas a serem implementadas.

O empenho dos governadores e capitães-generais enviados para a capitania era indispensável à realização do projeto. Ainda no âmbito das renovações conhecidas como *pombalinas* e *pós-pombalinas* as escolhas desses sujeitos, ao longo do século XVIII e especialmente na segunda metade, efetuou-se de acordo com certos critérios de seleção estabelecidos pelo próprio rei, que fazia as nomeações. O grau de nobreza tinha considerável peso, mas não era a única exigência. Experiência no campo militar e educação adequada também eram fundamentais. Se não é possível verificar quantos desses governadores foram do Colégio dos Nobres ou da Universidade de Coimbra, o fato é que alguns ministros régios, inclusive capitães-generais, estudaram nessas instituições. Outro ponto a ser destacado na indicação dos governadores é a atuação em administrações anteriores. As trajetórias desses indivíduos permitem, ainda, vislumbrar a hierarquia no governo dos domínios. Muitos deles circularam pelo império, trocando serviços à monarquia por mercês em suas vidas e, às vezes, nas de seus descendentes. Os privilégios conquistados nas localidades governadas não devem ser descartados, mas o principal pagamento fora em benefícios a suas *casas*.

Sendo os governadores coloniais importantes aliados do Império Português na administração das conquistas, as dificuldades enfrentadas pela Metrópole relacionavam-se à aplicação que davam às determinações régias, tendo em conta as especificidades de cada terra. Os limites das interferências régia e de seus secretários de Estado eram também físicos. A execução de leis, ordens, alvarás, instruções estava sujeita às interpretações que se lhes davam, assim como a vigilância da Coroa, às distâncias impostas pelo oceano. Estendendo seus domínios por espaços territoriais ultramarinos, a Metrópole portuguesa teve nos governadores e capitães-generais agentes indispensáveis à efetivação de seus projetos para as conquistas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Eram seguidamente cobrados por seus serviços e prevenidos dos riscos do não cumprimento de suas obrigações. Na capitania de São Paulo, no plano da restauração da autonomia administrativa e da aplicação de um conjunto de reformas, essas questões apareciam de modo bastante claro, principalmente na constituição da agricultura exportadora.

Exportar, além de enviar produtos para a Metrópole, era também estabelecer um comércio com outras capitanias; e isso foi bastante recomendado pela própria Coroa. Apenas o desenvolvimento da produção, o estímulo do comércio em geral, e o abastecimento interno de víveres não bastavam. Todavia, foram estimulados por serem fundamentais ao crescimento dessas áreas e, conseqüentemente, da exportação de gêneros para os portos portugueses. Por esse modelo, as colônias seriam de modo progressivo consumidoras dos produtos industrializados da Metrópole e, em contra partida, exportadoras das matérias-primas, dos víveres, e dos gêneros a serem comercializados na Europa. É nesse plano que se inseriram as mudanças empreendidas em São Paulo no âmbito da produção agrícola. Nessa lógica, a diversificação dos gêneros era fundamental, assim como a aplicação de técnicas determinadas, continuamente incentivadas com envio de sementes e de livros sobre os mais diversos cultivos.

Mesmo contando com uma produção agrícola diversificada, São Paulo tinha a lavoura canavieira como principal cultivo. Durante o período em pauta, o volume de açúcar dos engenhos paulistas e a exportação para o mercado além-mar cresceram, caracterizando, então, a passagem da lógica de uma agricultura de abastecimento interno da colônia a uma mercantil-exportadora. Como reflexos dessa mudança houve desenvolvimento de infra-estruturas para o escoamento dos produtos, ampliação do número de pedidos e de concessões de sesmarias, e crescente entrada de escravos de Benguela e Angola no porto de Santos.

Se no campo da administração régia os governadores foram indispensáveis, no da inserção desse conjunto de mudanças nas possessões coloniais, era imprescindível o auxílio das elites locais. A Coroa tinha como política utilizar-se dos vassalos para pôr em prática seus propósitos. No caso da capitania de São Paulo não foi diferente, tanto na defesa do sul do Brasil como no desenvolvimento da agricultura exportadora. As mercês iam desde terras e hábitos das Ordens Militares até postos de destaque nas tropas pagas, auxiliares ou de ordenanças. Na busca de tais distinções, de poder e de riqueza, a elite colonial paulista articulou três elementos, a saber, *autoridade*, *cabedal*, e *séquito*, que, por um lado, servem para caracterizá-la, e, por outro, dão subsídios para entender a complexa relação entre os partícipes desse grupo tão pouco homogêneo. Nesse sentido, os conflitos entre essas elites, por um lado, sofreram influência das transformações inseridas na capitania paulista, por outro, estiveram relacionados a elas. O incremento da economia exportadora distinguiu os produtores agrícolas, principalmente os senhores de engenho, além dos comerciantes, favorecidos pelo aumento do movimento de importação e exportação nos portos da capitania. De mais a mais, a defesa territorial e a organização militar implicavam, dentre outras coisas, o povoamento das áreas e a ereção de vilas, as quais, no período de que tratamos, passaram de 19 a 34. A criação de vilas envolvia o estabelecimento de câmaras e a escolha de oficiais. Os mais destacados da capitania passaram a preferir os postos das tropas, que davam mais privilégios e maior prestígio, mas para quem começava a ascender, os cargos nas câmaras foram importantes primeiros degraus.

Diferentes interesses de ordem econômica, política ou simbólica motivaram disputas tanto intra-elite como entre ela e os governadores. A forma de pagamento de dívidas entre senhores de engenhos e comerciantes, a obrigatoriedade de escoar a produção pelo porto de Santos, a construção de caminhos, altos postos nas tropas militares, posse de terras, mercês de hábitos das Ordens Militares, um conjunto amplo de questões suscitavam contendas entre os integrantes da plural elite colonial paulista. Os governadores, além de fundamentais para a solução desses confrontos, algumas vezes estiveram no meio deles. Elites antigas se fortaleceram, novas surgiram, e ter recursos, autoridade e partidários era essencial para garantir certos interesses. No campo das alianças, os capitães-gerais tinham papel de relevo para quem almejasse sair vitorioso de alguma altercação, ter patente dos postos mais importantes e, inclusive, ampliar cabedal e *status*.

As complicações em submeter os anseios de uma elite pouco uniforme e, por vezes, insubmissa, aos interesses da Coroa, mais as prováveis conveniências dos governadores, constituíam os obstáculos para enquadrar o império num plano determinado. O caso de São Paulo não é único. Em outros pontos e em outras administrações dos territórios ultramarinos esses problemas foram constantes. Por um lado, os capitães-generais que governaram a capitania, em algumas circunstâncias, excederam seus poderes, por outro, foi graças às suas diligências e à capacidade de associarem as resoluções régias aos desejos da elite local que a produção exportadora de São Paulo pôde formar-se e, finalmente, consolidar-se em fins do século XVIII e princípios do XIX.

Apêndice 1 - Movimento transatlântico de embarcações no porto de Santos (c.1774-c.1802)

Para a elaboração do quadro abaixo utilizamos inúmeras fontes, desde primárias até secundárias. Das primárias, os mapas de saída dos navios de Santos, e uma listagem elaborada pelo escrivão da alfândega daquele porto, em 1802. Das secundárias, *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro*, de Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes; e relação elaborada por Corcino Medeiro dos Santos, publicada num artigo que escreveu para a *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. Frutuoso, Guinote e Lopes listam as entradas dos navios que saíam do Brasil para o porto de Lisboa, entre 1769 e 1836¹. Corcino dos Santos, por sua vez, utilizou-se de “vários mapas de cargas de navios despachados do porto de Santos para Lisboa” encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa, somados aos registros das entradas de navios em Lisboa, encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa².

Uma primeira observação com relação à listagem elaborada por Frutuoso, Guinote e Lopes é que ela, ao menos para o porto de Santos, não está completa. Se os navios foram registrados com o nome do porto de outra capitania, ou se há uma falha nos registros da época das chegadas dessas embarcações, não cabe, agora, discutir. Questão mais importante, todavia, diz respeito à relação feita por Corcino dos Santos. Porque utilizou dados das saídas de Santos e das entradas em Lisboa dos barcos, sem fazer uma seleção minuciosa, o autor duplicou embarcações em sua listagem, apontando suas saídas, numa data, e suas posteriores entradas, noutra, sem distinguí-las. Como há apenas uma coluna geral indicando a *Data*, um navio, por exemplo, aparece em 1792 e, o mesmo navio, em 1793, quando, na verdade, trata-se de sua saída, na primeira data, e a sua posterior entrada, em Lisboa, na segunda. Cotejando os dados de saída e entrada, misturados por Corcino dos Santos, com os das entradas em Lisboa, de Frutuoso, Guinote e Lopes, mais a documentação primária, tentamos corrigir a falha.

Com relação às fontes primárias, destaque-se que a própria listagem feita pelo escrivão da alfândega de Santos estava incompleta, o que pudemos perceber ao compará-la com as outras fontes, em especial os mapas das cargas das embarcações que saíram de Santos para

¹ Cf. Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote e António Lopes. *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa: CNPCD, 2001, pp. 9-20.

² Corcino Medeiros dos Santos. “Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1974, vol. 186, ano 37, p. 145.

Portugal. No entanto, foi por meio dessa listagem de 1802 que tivemos as indicações dos navios que partiam para Benguela e Angola.

No cálculo da “Quantidade de embarcações que entraram e saíram do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)” (Tabela 15), o ano de 1799 foi completado pelos dados dos “Mappas das Embarcações que entraram e saíram”³ de diversos portos da capitania, elaborados por ordem do governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Para esse período, conseguimos ter certeza de apenas três saídas, e uma que não pudemos identificar, por conta da duplicação feita por Corcino dos Santos.

Temos ciência de que a listagem que ora apresentamos contém falhas, como já comprova a diferença constatada no ano de 1799. Como em História, mesmo a mais quantitativa, tudo não é senão *aproximação*, fica a nossa contribuição para que outros possam completar e/ou corrigir esta relação. Só para que não fiquem dúvidas, no quadro que elaboramos, *Saída* quer dizer do porto de Santos, e *Entrada*, nos portos de destino

Tabela 15 - Quantidade de embarcações que entraram e saíram do porto de Santos para portos transatlânticos (1774-1801)

Ano	Embarcações
1774	1
1775	1
1785	1
1786	1
1788	1
1789	2
1790	2
1791	5
1792	8
1793	4
1794	11
1795	5
1796	3
1797	3
1798	3
1799*	5
1801	3
1802	2

* os dados desse ano foram completados com as informações contidas em *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25

³ In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25.

Movimento transatlântico de embarcações no porto de Santos (c.1774-c.1802)

Saída	Entrada	Capitão / Mestre	Embarcação	Carga (ton.)	Destino	Observações
	18.04.1774	Manuel Pereira	Rainha dos Anjos e o Senhor do Bonfim (late)	80	Lisboa	
	1775	Manuel Pereira	Rainha dos Anjos e o Senhor do Bonfim (late)		Lisboa	
1785	03.12.1785	Duarte Joaquim Pereira	N. Sa. Arrábida, São José e Almas (Corveta)		Lisboa	
1786			Rosário de Maria (Galera)		Lisboa	
--.02.1788	27.10.1788	José Gomes da Cunha	Santa Rita (Galera)		Lisboa	Levava carga da Bahia também.
1789			Paquete da Ásia (Galera)		Benguela e Angola	
16.09.1789	21.12.1789	António Luís da Piedade	Santos Mártires e Triunfo do Mar (Navio)	342	Lisboa	Levava carga de Pernambuco também.
01.06.1790	22.09.1790	José Álvares Leal	N. Sa. da Piedade e Albuquerque (Navio)	296	Lisboa	Levava carga do Rio de Janeiro também.
22.09.1790	1791	Antonio Luis da Piedade	Santos Mártires e Triunfo do mar (Navio)		Lisboa	
1791	02.07.1791	João Francisco Lima	Mercurio (Navio)	265	Lisboa	
1791	11.09.1791	Francisco de Faria Salgado	O Senhor do Bonfim e N. Sa. do Carmo (Bergantim)	160	Lisboa	
	24.07.1791*		Santa Rita (Galera)		Lisboa	
	01.09.1791*	Elias Francisco Xavier	N. Sa. Carmo e São José (Curveta)		Lisboa	
1791	25.08.1792	Antonio José de Carvalho	Penha de França e Oliveira (Galera)	235	Lisboa	
1792		Feliciano José Pereira Lara	N. Sa. da Madre de Deus & São José Belona (Galera)		Lisboa	
1792		Antonio Luis da Piedade	Santos Mártires e Triunfo do mar (Navio)		Lisboa	
1792		João dos Banhos Souto	Carmo e Bom Fim (Bergantim)		Lisboa	
1792	23.03.1793	Antonio Luis da Piedade	Santos Mártires e Triunfo do mar (Navio)		Lisboa	
02.07.1792	12.06.1792	Sebastião José de Vasconcelos	Senhor Jesus dos Passos e Sto. Antonio (Curveta)	197	Lisboa	
	01.07.1792*	Antonio Luis Pereira	N. Sa. Da Piedade Flor da América (Galera)		Lisboa	
	01.10.1792*	João Francisco Lima	Mercúrio (Navio)		Lisboa	
	15.01.1793	João Antonio de Sousa	Carmo e Bom Fim (Bergantim)	185	Lisboa	
1793			Cabo Frio (Corveta)		Benguela e Angola	
1793	19.07.1793	Elias Francisco Xavier	N. Sa. Carmo e São José (Curveta)	159	Lisboa	
	19.07.1793*	Antonio José de Carvalho	N. Sa. da Penha e Oliveira (Bergantim)		Lisboa	
1793	19.02.1794	Felix José de Souza	S. Antonio e Santa Ana Cisne (Navio)		Lisboa	Levava carga da Bahia também.
1794			Flora (Galera)		Benguela e Angola	
1794			Parlamento Ligeiro (Somaca)		Benguela e Angola	
1794		Antonio Caetano Firme	N. Sa. Pilar e Bom Jesus (Bergantim)		Lisboa	
1794		Antonio Luis da Piedade	Santos Mártires e Triunfo do mar (Navio)		Lisboa	
1794			Mercúrio (Navio)		Lisboa	

(continua...)

(continuação)

Saída	Entrada	Capitão / Mestre	Embarcação	Carga (ton.)	Destino	Observações
1794	30.06.1794	António Luís Pereira	N. Sa. Piedade e Flor da América (Galera)	195	Lisboa	Levava carga da Bahia também.
	30.06.1794	Elias Francisco Xavier	N. Sa. do Carmo e São José (Navio)		Lisboa	
1794	20.09.1794	Tomás António Pereira	Santo António, Voador (Navio)	250	Lisboa	
	20.09.1794*	João Antonio de Souza	N. Sa. Pilar e Bonfim (Bergantim)		Lisboa	
1794	11.10.1794	António José Rodrigues	O Invencível (Navio)	525	Lisboa	
1794	14.10.1794	João Pedro Viegas	N. Sa. da Vitória (Sumaca)	245	Lisboa	
1795			Conceição (Corveta)		Benguela e Angola	
1795			Zabumba (Navio)		Lisboa	
1795		Antonio Manoel da Costa	N. Sa. Da Esperança Carlota (Galera)		Lisboa	
1795		José Álvares de Sousa Virafolha	S. João Sacramento e Conceição de Maria: Protector (Navio)		Porto	
1795	17.10.1795	Felix Carneiro dos Santos	O Senhor da Cana Verde (Navio)	325	Lisboa	
	27.07.1796	José Álvares de Sousa Virafolha	S. João Sacramento e Conceição de Maria: Protector (Navio)		Lisboa	
1796	20.09.1796	António Caetano Firme	N. Sa. Pilar e Bonfim (Bergantim)		Lisboa	
1796	27.03.1797	Francisco Thomás da Silveira	N. Sa. Do Carmo Leão (Bergantim)	110	Lisboa	
1797		José Lopes de Gouveia	Alegria (Bergantim)		Lisboa	
1797	10.09.1798	José Baptista Pinto dos Santos	Santos Mártires e Triunfo do Mar (Navio)	686	Lisboa	
1797	10.09.1798	Felix Carneiro dos Santos	N. Sa. Da Oliveira (Galera)		Lisboa	
	10.09.1798	Francisco Tomás da Silveira	N. Sa. Carmo e Leão (Bergantim)	184	Lisboa	
	10.09.1798	João da Silva Margana	O Senhor da Cana Verde (Navio)	643	Lisboa	
1798		Martinho José dos Santos	N. Sa. Das Maravilhas (Navio)		Lisboa	
1798	10.09.1798	Francisco Luís Pereira	Santo António e S. Boaventura	286	Lisboa	
	07.07.1799	Manoel Joaquim de Sousa	Anjo do Senhor	493	Lisboa	
1799		Antonio Luís da Piedade	S. Antonio Boaventura (Curveta)		Lisboa	
1799	14.09.1800	Francisco Thomás da Silveira	N. Senhora do Carmo (Bergantim)	174	Lisboa	
	14.09.1800*		S. João Batista, Herenles (Navio)		Lisboa	
1801		João Baptista Ferraro	Santíssimo Sacramento (Curveta)		Lisboa	
1801		José da Silva Neves	Grão Penedo (Bergantim)		Lisboa	
	03.03.1802	Manoel José Afonso	O Senhor dos Paços		Lisboa	
	11.09.1802	Francisco Tomás da Silveira	N. Sa. Carmo e Leão		Lisboa	
	18.11.1802	Paulino Pinto da Mota	Conceição da Ponte		Lisboa	

* não foi possível verificar se a data se refere a entrada ou saída

Referências

Bibliografia

FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo Guinote; LOPES, António. *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa: CNPCD, 2001, pp. 282, 362, 386, 395, 401, 408, 410, 416, 420, 422, 427, 431, 433, 435, 436, 443, 451, 453, 457, 469, 470, 475, 490, 509 e 519.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. “Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1974, vol. 186, ano 37, pp. 173-174.

Documentação (por ordem cronológica)

Manuscrita

“Relação da carga trazida da vila de Santos pelo iate Rainha dos Anjos Senhor do Bomfim”. 9 de setembro de 1775. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 30, doc. 2714.

“Ofício do desembargador Antônio Joaquim de Pina Manique, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, informando que inspecionara a corveta Nossa Senhora da Arrábida São José e Almas”. Anterior a 4 de dezembro de 1785. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 38, doc. 3127.

“Ofício do desembargador dos agravos, Antônio Joaquim de Pina Manique para o (secretário do Estado, Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro), dizendo que fez a visita do ouro ao navio Santos Mártires Triunfo do Mar, de que é capitão Antônio Luís da Piedade”. 22 de dezembro de 1789. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 39, doc. 3268.

“Ofício do juiz de Fora de Santos, Sebastião Luís Tinoco da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, encaminhando o mapa da carga do navio Nossa Senhora da Piedade e Albuquerque, do qual é capitão José Alvares Leal, que levava de Santos para Lisboa, açúcar, arroz, aguardente, couros, barbatanas, melaço, e madeira”. 27 de maio de 1790. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 27, doc. 2268; há cópia desse documento em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 458.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa o Bergantim Carmo, & Bom Fim, de que hé Capitão Francisco de Faria Salgado este anno de 1791”. 1791. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 465.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos a Galera Penha de França, & Silveira, de que hé Capitão Antonio Jozé de Carvalho, este anno de 1791”. 1791. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 468.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para Lisboa o Bergantim Carmo, & Bom Fim, de que hé Capitão João dos Banhos Souto, este prezente anno de 1792”. 1792. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 472.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para Lisboa o Navio Santos Mártires Triunfo do Mar, de que hé Capitão Antonio Luis da Piedade, este prezente anno de 1792”. 1792. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 473.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas da carga que transporta a corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio.” 15 de fevereiro de 1792. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 568; há cópia desse documento em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 474.

“Mapa da Carga que a Galera Nossa Senhora da Madre de Deos & São Jozé, de que hé Capitão Feliciano Joze Pereira Leva da Praça de Santos para a cidade de Lisboa”. 1792. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 475.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa Navio Santo Antonio, e Santa Anna Cisne Capitão Felix Joze de Souza este prezente anno de 1793”. 1793. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 490.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa a Curveta Nossa Senhora do Carmo & São Joze Capitão Elias Francisco Xavier este prezente anno de 1793”. 1793. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 491.

“OFÍCIO do desembargador dos agravos, Antônio Joaquim de Pina Manique, dizendo que, em cumprimento das ordens de (D. Maria I), fez a visita do ouro à corveta Nossa Senhora do Monte do Carmo e Senhor do Bom Fim que é capitaneada por João dos Banhos Souto que chegou de Santos”. 16 de janeiro 1793. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Concelho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo-Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 41, doc. 3353.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa a Sumaca Nossa Senhora da Vitoria Capitão João Pedro Viegas este prezente anno de 1794”. 1794. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 533.

“Mapa da Carga que transporta a Galera Flor d’America de que he Capitão Antonio Luis Pereira da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa, o prezente anno de 1794”. 1794. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 534.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para a cidade de Lisboa o Navio Santos Martires Triunfo do Mar Capitão Antonio Luis da Piedade este prezente anno de 1794”. 1794. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 535.

“Mappa da Carga do Navio Invencivel de que he Capitão Antonio Joze Rodriguez, da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa, neste prezente anno de 1794”. 1794. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 536.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Navio Senhor da Canna Verde Capitão Felix Carneiro dos Santos, este prezente anno de 1795”. 1795. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 554; há cópia em *Arquivo Histórico*

Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 12, doc 605.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para a Cidade do Porto o Navio São João Sacramento & Conceição de Maria: Protector, de que hé Capitão Joze Álvarez de Souza Virafolha, em 20 de julho de 1795”. 20 de julho de 1795. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 552.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Bragantim Nossa Senhora do Pilar e Bom Fim de que hé Capitão Antonio Caetano Firme, este anno de 1796”. 1796. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 556.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para a Cidade Lisboa o Bergantim Nossa Senhora do Carmo Leão, de que hé Capitão Francisco Thomas da Silveira, este anno de 1796”. 1796. In *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 557.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte.” 17 de agosto de 1797. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 683.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Alegria, que segue viagem para Lisboa, de que é mestre José Lopes de Gouveia.” 20 de outubro de 1797. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 14, doc 685.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando o mapa da carga da Cruzeta Santíssimo Sacramento que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa.” 4 de fevereiro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 16, doc 823.

“Ofício do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Grão Penedo que partiu do porto de Santos, fazendo escala no Rio de Janeiro, com destino a Lisboa.” 13 de outubro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 17, doc 885.

“Ofício do [administrador-geral da Alfândega e] intendente-geral da Polícia da Corte, Diogo Inácio de Pina Manique, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo mapa das caixas de açúcar, meios de sola, couros em cabelo e atanados que entraram na Alfândega de Lisboa em 1800 vindo da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Santos, Maranhão e Pará”. 23 de outubro de 1801. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil/Geral (003)*, cx. 33, doc. 2718.

“Relação das embarcações que saíram do porto de Santos antes e depois do governo de Bernardo José de Lorena”. 20 de dezembro de 1802. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*,

Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 19. doc. 937.

Impressa

“Mappas das Embarcações que entraram e sahiram dos Portos das Villas de Santos, Parnagoá, Ubatuba, e S. Sebastião no anno de 1799”. 1799. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25.

Apêndice 2 - Cálculo aproximado do preço do açúcar no porto de Santos (1790-1801)

O cálculo do preço do açúcar que saía de Santos foi feito por uma média anual simples dos preços indicados nos mapas das embarcações que levavam o produto daquele porto. Tal procedimento ficou reforçado quando, ao verificar o “Mapa de preços na Paróquia de Santos”, de 1798, notamos que a estimativa era feita da mesma maneira, levantando e apontando os preços máximo, mínimo e a média simples de determinados produtos, inclusive do açúcar, para o qual, naquele ano, por não termos dados das embarcações, foi utilizado o valor médio indicado nessa relação. Para os anos de 1799 e 1800, não conseguimos informações.

Temos conhecimento dos elementos constantes das Balanças de Comércio de Portugal, tabelados e analisados por José Jobson de Andrada Arruda¹, no entanto preferimos não usá-los. Primeiro, porque os preços apresentados são apenas do açúcar branco e do mascavado, e não dos outros tipos. Depois, por indicar, para o porto de Santos, somente dados de 1796 a 1798². Mesmo que haja alguma diferença entre os valores das Balanças e os por nós levantados, decidimos por não incluir aqueles em substituição destes, uma vez que, sendo a *curva* dos preços o que mais nos interessa, daria considerável diferença, tanto com relação aos outros anos como no que diz respeito às outras qualidades de açúcar se comparadas com o açúcar branco fino e o mascavado.

Tabela 16 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos segundo as Balanças de Comércio de Portugal (1790-1801)

Data	Açúcar Branco	Açúcar Mascavado
1796	2.450	1.250
1797	2.500	1.350
1798	2.800	1.800
1799	-	-
1800	-	-
1801	-	-

Fonte: Cf. nota 2

¹ Cf. José Jobson de Andrada Arruda *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

² Cf. Idem, ibidem, “Tabela 50 – Açúcar Branco (arrobas)”, pp. 360-361, e “Tabela 54 – Açúcar Mascavado (arrobas)”, pp. 375-376.

Tabela 17 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)

Data	Açúcar Branco Fino	Açúcar Branco Redondo	Açúcar Branco Batido	Açúcar Mascavado Macho
1790	-	1.600	1.300	960
1791	1.650	1.600	1.450	1.000
1792	2.150	1.950	1.700	1.450
1793	2.100	1.900	1.700	1.400
1794	2.350	2.050	1.800	1.550
1795	2.250	1.950	1.650	1.350
1796	1.900	1.700	1.500	1.200
1797	2.400	2.000	1.800	1.400
1798	2.350	1.700	-	1.350
1801	1.500	1.100	-	700

Gráfico 4 - Preço do açúcar, por arroba, no porto de Santos (1790-1801)

Referências

As mesmas do Apêndice 1, acrescidas do “Mapa de preços na Paróquia de Santos”. 1798. In *Arquivo do Estado de São Paulo. Alfândega - Almoxarifado* - C00227, maço 1, pasta 25.

Anexo 1

A capitania de São Paulo (1765)*

* Fontes utilizadas para a elaboração dos Anexos 1 e 2: “Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo, que por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Bernardo José de Lorena, Governador, e Capitão General da mesma Capitania levantou o ajudante engenheiro Antonio Rodriguez Montezinho, conforme suas observações feitas em 1791, e 1792”. In Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, pp. 238/239; Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. “Memória econômico política da Capitania de S. Paulo, Primeira Parte, por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão General da mesma Capitania, em 1800” In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 81-247; *Mapa de Solos*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Cartografia. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Divisão de Geociências. 2001; e *Atlas Geográfico*. São Paulo: Melhoramentos, 1997, 60ª. edição .

Anexo 2

A capitania de São Paulo (1802)

Anexo 3

O Império Português em fins do século XVIII*

* Fontes: Mapa de base: Charles Boxer. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1ª edição inglesa de 1969); e para os domínios em fins do século XVIII: “Memória sobre os governos e capitanias gerais, com os governos, capitanias-mores e sargentarias-mores subalternas desses governos e capitanias gerais dos Domínios Ultramarinos portugueses, no Oceano Atlântico, África, Ásia e América, disposta e coordenada por ordem e mandado do secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no ano de 1799”. 1799. In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-Geral (003)*, cx. 32, doc. 2607.

Anexo 4

Resumo geral dos engenhos de açúcar das vilas de serra-acima da capitania de São Paulo (1793-1799)

Resumo geral dos engenhos de açúcar das vilas de *Serra-Acima* da capitania de São Paulo (1793-1802)

Vilas	1793			1794			1795			1796		
	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas
Taubaté	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	37	66
Pindamonhangaba	1	28	150	-	-	-	-	-	-	6	65	323 ††
Guaratinguetá	-	-	-	5	19	380	9	41	692 †	21	133	1.602
Lorena	1	-	200	1	-	200	1	-	200	3	-	619
Cunha	-	-	-	1	23	10	1	23	15	2	42	66
Paraitinga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sorocaba	4	150	1880	4	163	1.630	6	226	2.440	9	293	4.390
Itu	58 *	-	35.394	66	-	43.452 **	79	-	44.940	100	-	51.479
Porto Feliz	7	95	1.580	9	137	2.630	14	181	3.955	28 ‡	388	12.170
Piracicaba	-	-	-	-	-	-	1	33	200	2	42	340
Atibaia	-	-	-	1	9	30	1	9	30	-	-	-
Mojimirim	1	-	14	2	-	140	5	-	362	12	-	909
Jundiaí	2	5	700	6	16	1.600	6	26	1616	7	38	2.660
Campinas	5	42	1.790	8	60	2.330	11	75	3.989 ††	18	124	6.246
Total	79	320	41.708	103	427	52.402	134	614	58.439	210	1.162	80.870

Vilas	1797			1798			1799		
	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas	Nº de engenhos	Escravos	Arrobas
Taubaté	4	44	165	10	117xx	496	14	113	1.052
Pindamonhangaba	7	76	431	10	98	1.165	14	205	1.290
Guaratinguetá	43	274	2.934 □□	65	392	7.379	83	541	9.091
Lorena	5	-	1097	27	442	1.968	31	451	2.962
Cunha	3	54	126 ¥	3	54	310	7	78	663
Paraitinga	1	63	600	5	103	1.400	1	70	1.400
Sorocaba	11	317	5.218 ¥¥	14	365	6.571	23	509	5.738
Itu	104	-	61940	104	2.092	64.611	113	2.499	73.506
Porto Feliz	34	549	15.210 x	42	725	19.310 °°	46	795	30.672
Piracicaba	3	65	550	2	42	700	9	105	1.922
Atibaia***	2	49	70	4	77	129	-	-	-
Mojimirim	19	-	1.528	25	219 °	2.597 ±	30	212	3.528
Jundiaí	9	62	2.834	13	210	2.820	25	307	4.750
Campinas	27	159 □	10.086	35	588	15.303 ±±	37	703	16.875
Itapetininga****	-	-	-	1	5	12	1	5	14
Moji das Cruzes****	-	-	-	1	20	60	2	36	90
Jacareí****	-	-	-	56	187	93	56	181	115
Total	272	1.712	102.789	417	5.736	124.924	492	6.810	153.668

* no original 57

** no original 52.452

† no original 380

†† no original 3.988

‡ no original 27

‡‡ no original 325

□ no original 177

□□ no original 2.930

¥ no original 36

¥¥ no original 2.518

x no original 17.010

xx no original 114

° no original 205

°° no original 21.110

± no original 2.497

±± no original 15.503

*** não há dados para 1798 nem para 1799

**** só há dados para 1798 e 1799

FONTE: Para os dados ref. ao período de 1793-1798: "Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo". In *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Administração Central(ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023), cx. 14, doc. 698. Para o período de 1799: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 243, doc. 20.

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Pindamonhangaba (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Bento de Serqueira Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	11	60	11	180
Fermianno Bicudo de Siqueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	80
Gaspar Nunes de Mendonça, capitão	28	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inácio da Silva Martins, alferes	-	-	-	-	-	-	11	25	11	25	11	25
Joaquim Ramos de Oliveira, capitão	-	-	-	-	-	-	6	150	6	150	6	150
José Francisco de Almeida, tenente	-	-	-	-	-	-	10	45	10	80	10	150
Manuel Antunes de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	30
Manuel Cubas do Prado, tenente	-	-	-	-	-	-	10	13	10	26	10	200
Manuel Monteiro de Castilhos, alferes	-	-	-	-	-	-	18	40	18	50	18	200
Manuel Paes Domingues	-	-	-	-	-	-	10	50	10	40	10	50
Miguel de Godoi Moreira e Costa, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	100
Total	28	150	-	-	-	-	65	323	65	371	87	985

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Taubaté (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Francisco Moreira da Costa, reverendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	100
Francisco Moreira da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	6	8
Francisco Ramos da Silva, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	7	80	7	28
João Francisco de Abreu, capitão-mor	-	-	-	-	-	-	20	46	20	50	-	-
Joaquim Álvares Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	alugados	8
Joaquim dos Santos Álvares, guarda-mor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	20
José Correia Leme Marzagão, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	150
José Rodrigues da Silva, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	90
Lourenço Garcia de Toledo	-	-	-	-	-	-	17	20	17	25	17	30
Manuel Antonio Álvares, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	50
Pedro Francisco de Toledo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	12
Total	-	-	-	-	-	-	37	66	44	165	117 *	396

* no original 114

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Guaratinguetá (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Ana Maria da Silva (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	13	30	6	16
Ana Pedroza, dona	-	-	-	-	-	-	12	10	16	18	19	30
André Bernardes Fialho	-	-	-	-	-	-	2	40	2	60	2	80
Antonio da Silva Bravo	-	-	-	-	-	-	9	20	9	30	7	50
Antonio da Silva Bravo, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	8	9	8	170
Antonio de Moura, sargento-mor	-	-	8	250	9	220	10	420	11	300	12	250
Antonio dos Santos Silva, tenente	-	-	1	20	1	16	1	19	2	25	4	350
Antonio Gonçalves	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	30
Antonio Leme Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	10	-	25	-	50
Antonio Machado Lima	-	-	-	-	-	-	1	12	1	20	1	24
Antonio Rodrigues Maia	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50	3	100
Bartholomeu de Moura, capitão	-	-	3	80	4	100	5	150	9	300	12	400
Domingos Rodriguez Freire, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	6	50	6	100
Francisca Xavier França, dona (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-
Francisco Álvares de Araújo	-	-	-	-	-	-	20	90	20	150	17	300
Francisco da Silva Barros, capitão	-	-	-	-	6	150	7	200	8	140	10	400
Francisco José de Macedo, capitão	-	-	-	-	-	-	4	40	4	20	4	100
Francisco José Pereira	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	50
Francisco Martins de Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	20
Francisco Vieira Navaes, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	30
Gonçalo do Rego Barbosa	-	-	-	-	-	-	9	50	8	100	18	400
Inácio Bicudo Leme	-	-	-	-	-	-	-	-	3	20	3	50
Inácio Fernandez Leme	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Isabel Maria (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20	2	30
Januario Nunes	-	-	-	-	-	-	-	-	2	30	2	100
Jerônimo Francisco Guimarães, guarda-mor	-	-	-	-	-	-	15	120	15	124	15	370
João de Araújo Ferraz	-	-	-	-	-	-	-	-	3	190	3	232
João Francisco da Costa, guarda-mor	-	-	-	-	-	-	-	-	13	20	13	50
João Gonçalves Cruz, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	5	80	5	200
João Pereira Fialho	-	-	6	20	6	40	6	50	6	70	6	150
Joaquim de Souza Machado	-	-	-	-	-	-	-	-	3	14	3	60
Joaquim Pereira Rangel, capitão	-	-	-	-	4	50	4	100	6	150	6	400
José Caetano de Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	-	4	30	4	40
José da Costa Mata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	100
José da Silva Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	150
José de Vargas Leal, alferes	-	-	-	-	4	20	4	16	4	50	8	200
José Ferreira Vale, capitão	-	-	-	-	-	-	8	50	7	50	5	60
José Francisco da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	1	30
José Martins de Sá	-	-	-	-	-	-	-	-	4	27	4	40
José Pereira Fialho, tenente	-	-	1	10	1	16	1	-	1	30	1	30
José Rodrigues Coura, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	70
José Soares da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30
Josefa da Silveira, dona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	30
Julia Álvares Vilela	-	-	-	-	-	-	-	-	6	20	6	60

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Guaratinguetá (1793-1798) (continuação)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Leonardo da Silva Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	2	16	3	20
Lourenço Leme Barbosa, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	26	60	26	50
Luiz Martins de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50
Manuel Alvares Barbosa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11
Manuel Antonio dos Santos, capitão	-	-	-	-	-	-	7	120	7	140	7	200
Manuel Correa de Alvarenga	-	-	-	-	-	-	1	5	1	30	1	43
Manuel da Silva Neves, ajudante	-	-	-	-	-	-	7	80	7	50	8	200
Manuel Francisco de Toledo, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	30
Manuel Garcia de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	40
Manuel Gomes Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	50
Manuel Gonçalves de Carvalho, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	8	60	9	130
Manuel Soares Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	25
Manuel Teixeira Guimarães, guarda-mor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	50
Maria Magdalena, dona (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	16	3	150
Maria Pedrosa Leme, dona (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	28
Maria Xavier de Barros, dona (viúva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maximo dos Santos	-	-	-	-	6	80	-	-	-	-	6	260
Miguel Francisco da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50
Pedro de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	16
Rosa Jacinta de Vasconcelos, dona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	32
Salvador Nunes da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	12
Thomás Marcondes da Silva, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	14	240	15	300
Tomé Gonçalves de Carvalho, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	150
Total	-	-	19	380	41	692 *	133	1602	261	2934 **	386	7363

* no original 380

** no original 2930

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Lorena (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
	-	200	-	200	-	200	-	500	-	600	36	700
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	86
	-	-	-	-	-	-	-	59	-	362	18	200
	-	-	-	-	-	-	-	60	-	108	13	100
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	20
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	4	9
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	8
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	16	60
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	23
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	50
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79	50
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	60
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	30
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	150
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	40
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	62,5
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	12,5
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	30
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	60
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	20
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	24
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	3
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	20
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	20
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	100
Total	-	200	-	200	-	200	-	619	-	1.097	442	1.968

"Desta Villa não vierão declarados os nomes dos Engenhos e por isso se faz menção só do nº de Engenhos comprehendidos na mesma como também não vão declarados annualmente os diferentes nºs de escravos que existião em cada hum dos Engenhos por que delles veyo a conta rezumida ao todo."

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Cunha (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
José Álvares de Oliveira, sargento-mor	-	-	-	-	-	-	19	50	19	100	19	250
José dos Reis dos Santos Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	12	10	12	50
José Gomes da Mota Siqueira, capitão-mor	-	-	23	10	23	15	23	16	23	16	23	10
Total	-	-	23	10	23	15	42	66	54	126 *	54	310

* no original 36

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Paraitinga (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Antonio da Silva Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Inácio Garcia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-
José Ferreira de Castilhos, guarda-mor												
José Faustino de Alvarenga (sociedade)	-	-	-	-	-	-	-	-	63	600	63	1400
Manoel José Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Salvador Tavares da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	63	600	103	1.400

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Sorocaba (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Ângela de Siqueira, dona	50	600	50	680	40	560	35	500	30	450	30	400
Antonio Paes de Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	7	80	7	96
Francisco de Camargo Pontes, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	6	100	6	30
Francisco José de Souza, capitão-mor	-	-	-	-	-	-	8	400	8	78	12	400
Francisco Luiz de Oliveira, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	200
Isabel Caetana de Almeida	-	-	-	-	9	300	9	100	9	100	9	400
João de Arruda Leite	2	50	5	300	12	500	17	1000	20	800	23	1300
Joaquim José de Almeida, capitão	20	1200	30	600	40	960	50	1400	60	1500	66	1500
José Manuel Leite Castanho, capitão	-	-	-	-	-	-	3	50	6	150	16	400
José Nunes da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20
José Ribeiro da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	70
Paulino Aires, coronel	-	-	-	-	-	-	46	400	46	600	46	400
Pedro Vaz Botelho	-	-	-	-	47	100	47	500	47	1300	47	1300
Salvador de Oliveira Leme, capitão-mor	78	30	78	50	78	20	78	40	78	60	78	55
Total	78	30	78	50	186	1880	258	3890	287	4768	335	6171

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Itu (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Alexandre Luiz de Almeida	-	1180	-	1260	-	1100	-	1000	-	1050	35	1400
Ana Barbosa	-	100	-	120	-	80	-	100	-	90	6	102
Ana de Araújo, dona	-	340	-	330	-	350	-	280	-	290	13	200
Ana Leite Gulate, dona	-	60	-	200	-	210	-	180	-	150	17	40
Ana Leme, dona	-	680	-	560	-	570	-	500	-	480	28	420
Antonio Bicudo de Barros	-	-	-	-	-	-	-	100	-	150	9	140
Antonio de Almeida Leite, capitão	-	520	-	740	-	720	-	600	-	650	20	560
Antonio de Barros Penteado, capitão	-	2039	-	3800	-	2840	-	2700	-	2750	40	2500
Antonio de Camargo Paes	-	-	-	-	-	80	-	100	-	106	5	110
Antonio de Moraes Nabarro	-	-	-	-	-	100	-	110	-	115	7	120
Antonio Dias Leite	-	240	-	200	-	260	-	220	-	220	-	250
Antonio Ferraz Pacheco, reverendo padre	-	1260	-	1200	-	1400	-	1500	-	1300	51	1590
Antonio José da Cruz, capitão	-	55	-	600	-	700	-	750	-	800	26	900
Antonio José de Souza, capitão	-	280	-	650	-	700	-	500	-	580	9	215
Antonio José Pereira Barbosa	-	400	-	350	-	380	-	290	-	300	25	265
Antonio Pacheco, reverendo padre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200	5	200
Antonio Pompeo Paes, alferes	-	500	-	420	-	450	-	480	-	430	14	450
Antonio Rodrigues de Almeida	-	450	-	750	-	700	-	720	-	600	17	620
Barbara Dias Leite, dona	-	360	-	520	-	450	-	500	-	480	54	220
Bento Dias Pacheco, capitão	-	840	-	800	-	1000	-	1300	-	1700	33	1550
Bernardo de Quadros Aranha, capitão	-	220	-	680	-	720	-	400	-	450	23	300
Boaventura Antonio Soares	-	-	-	-	-	-	-	60	-	80	8	100
Caetano José Portela, capitão	-	-	-	-	-	300	-	350	-	1000	14	1100
Carlos Marianno, capitão	-	-	-	-	-	-	-	400	-	700	50	961
Domingos Barbosa de Lima	-	-	-	-	-	60	-	80	-	70	8	80
Domingos Ferreira Álvares	-	-	-	-	-	-	-	300	-	500	10	700
Domingos Teixeira Nogueira	-	380	-	930	-	800	-	750	-	700	29	600
Estanislão de Campos, sargento-mor	-	880	-	760	-	900	-	1200	-	1790	72	1600
Felipe de Campos e Almeida, capitão	-	620	-	560	-	640	-	1000	-	1600	29	1550
Felipe de Campos, sargento-mor	-	-	-	-	-	-	-	300	-	500	17	735
Felix Antonio de Oliveira	-	120	-	130	-	110	-	114	-	140	-	100
Felix Antonio do Prado, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100	18	300
Fernando Dias Falcão, sargento-mor	-	150	-	300	-	300	-	280	-	400	17	300
Francisco de Paula Aranha	-	100	-	102	-	100	-	115	-	120	6	110
Francisco Leite Justiniano	-	360	-	250	-	200	-	240	-	400	13	500
Francisco Manuel Fiuza, tenente-coronel	-	-	-	150	-	300	-	600	-	840	21	1040
Francisco Pacheco Domingues	-	60	-	260	-	250	-	240	-	180	7	130
Francisco Xavier de Azevedo, capitão	-	460	-	700	-	780	-	800	-	840	19	900
Francisco Xavier de Carvalho, reverendo	-	1030	-	1200	-	1400	-	1300	-	1250	38	1300

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Itu (1793-1798) (continuação)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Gertrudes Celidônia, dona	-	920	-	1120	-	1000	-	950	-	1000	43	1200
Hospício de Nossa Senhora do Carmo	-	-	-	-	-	-	-	60	-	100	50	100
Inácia de Goes Arruda, dona	-	1420	-	2700	-	2000	-	1800	-	1750	32	1400
Inácia Maria de Camago, dona	-	310	-	500	-	450	-	400	-	350	17	210
Inácio Álvares Lima	-	-	-	90	-	120	-	150	-	200	5	240
Inácio Dias Ferraz, capitão	-	220	-	300	-	450	-	700	-	950	22	1000
Inácio Paes de Almeida	-	350	-	400	-	450	-	500	-	800	17	950
Inácio Ribeiro Fernandes	-	-	-	310	-	150	-	200	-	240	18	300
Inácio Xavier Paes, que ficou com o Engenho do Falecido seu sogro Lourenço de Almeida	-	-	-	-	-	-	-	500	-	1100	35	1200
João Bicudo de Aguirra	-	420	-	690	-	700	-	750	-	780	33	800
João de Almeida Prado, tenente	-	-	-	-	-	-	-	300	-	500	38	830
João de Anhaia Leme	-	-	-	-	-	-	-	80	-	100	8	110
João Ferraz de Campos	-	200	-	220	-	210	-	204	-	180	13	195
João Ferreira Alves	-	320	-	240	-	250	-	230	-	210	15	200
João Leme de Brito	-	-	-	-	-	-	-	80	-	76	2	95
João Sutil de Oliveira	-	-	-	60	-	80	-	70	-	100	5	100
Joaquim Galvão de França, tenente	-	-	-	-	-	-	-	300	-	400	12	550
Joaquim Gonçalves Bicudo	-	-	-	-	-	-	-	100	-	150	13	240
Joaquim Leite de Cerqueira	-	-	-	-	-	-	-	80	-	86	4	100
José Antonio de Almeida Paes	-	180	-	130	-	300	-	350	-	400	24	500
José Antonio de Oliveira, capitão	-	-	-	-	-	180	-	300	-	500	23	615
José da Cunha Castanho	-	-	-	100	-	200	-	300	-	380	10	575
José da Silveira	-	150	-	340	-	400	-	450	-	500	22	600
José de Barros Penteado, tenente	-	-	-	-	-	-	-	400	-	600	14	800
José de Campos Paes	-	200	-	300	-	350	-	310	-	340	19	320
José de Goes Botelho, capitão	-	1000	-	980	-	1000	-	980	-	1000	23	-
José de Goes Pacheco, capitão	-	390	-	540	-	600	-	1000	-	1700	32	1600
José do Amaral Gurgel	-	800	-	1500	-	1550	-	1500	-	1800	65	2000
José Galvão de França, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	600	15	750
José Horácio de Oliveira, tenente-coronel	-	-	-	-	-	100	-	150	-	200	8	290
José Leme de Alvarenga	-	-	-	60	-	100	-	120	-	150	7	175
José Leme de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	50	-	70	10	80
José Manuel da Fonseca Leite, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Josefa de Goes, dona (por seu falecimento)	-	1800	-	1620	-	1500	-	2000	-	2500	50	2000
José Manuel de Mesquita, capitão	-	2400	-	1620	-	2000	-	2500	-	2200	73	2800
José Serino de Godoi	-	-	-	100	-	90	-	96	-	104	12	100
José Vicente de Souza	-	-	-	-	-	-	-	50	-	104	6	200
Lourenço Cardoso de Negreiros	-	60	-	200	-	350	-	760	-	850	22	1050
Lourenço de Almeida Prado	-	1000	-	900	-	950	-	800	-	850	34	-
Luciano Francisco Pacheco, alferes	-	540	-	1260	-	1200	-	1150	-	1100	29	1000

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Itu (1793-1798) (continuação)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Manuel da Costa Aranha, muito reverendo vigário da vara	-	-	-	-	-	-	-	200	-	300	21	400
Manuel de Campos Bueno	-	-	-	-	-	60	-	90	-	100	4	80
Manuel de Campos e Almeida, tenente	-	-	-	-	-	-	-	400	-	500	14	650
Manuel Leite de Sampaio	-	380	-	240	-	500	-	800	-	1000	27	1250
Marcelino José da Cunha, capitão	-	600	-	420	-	400	-	410	-	550	22	660
Maria de Goes Castanho	-	-	-	60	-	100	-	140	-	200	12	200
Maria Dias Leite, dona	-	2720	-	2720	-	2500	-	1900	-	2200	36	2400
Maria Pacheca, dona	-	440	-	450	-	400	-	460	-	450	17	440
Maurícia Martins, dona	-	-	-	-	-	-	-	100	-	140	6	170
Maximiliano de Oliveira Bueno, capitão	-	200	-	300	-	280	-	210	-	215	13	288
Miguel de Arruda	-	-	-	-	-	100	-	120	-	150	6	200
Miguel Ferreira de Oliveira, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780	25	800
Pedro da Silveira Leite, capitão	-	250	-	300	-	280	-	360	-	400	18	450
Pedro Dias Leite	-	40	-	60	-	80	-	100	-	104	4	140
Rafael Leme de Oliveira, alferes	-	-	-	-	-	80	-	70	-	100	11	110
Redocindo de Camargo	-	-	-	-	-	100	-	150	-	180	9	285
Sebastião Homem de Melo, alferes	-	-	-	-	-	100	-	180	-	300	4	370
Semião Pinto do Rego	-	-	-	-	-	-	-	100	-	200	6	260
Teresa Xavier, dona	-	540	-	280	-	300	-	450	-	500		600
Thomé João d'Almeida	-	-	-	-	-	-	-	40	-	50	3	60
Vicente da Costa Faqs. Goes, capitão-mor	-	1700	-	1500	-	1400	-	1200	-	1300	57	1500
Vicente do Amaral Campos	-	1280	-	940	-	1000	-	1100	-	1500	23	2100
Vicente Ferreira do Amaral	-	560	-	1040	-	1000	-	1100	-	1050	22	960
Vicente Francisco da Costa	-	-	-	-	-	100	-	140	-	180	6	200
Víctor Antonio de Arruda, capitão	-	320	-	340	-	330	-	280	-	260	20	275
Zacarias José de Freitas, alferes	-	-	-	-	-	150	-	200	-	210	9	230
Total	-	34214	-	43452 *	-	43840	-	50479	-	62040 **	2088 †	63211

* no original 52452

** no original 61940

† no original 2106

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Porto Feliz (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
André Dias, capitão	-	-	-	-	-	-	5	200	12	400	12	500
Antonio Antunes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	100
Antonio de Padua	-	-	14	300	17	500	18	900	20	1000	31	1000
Antonio de Proença	-	-	-	-	6	100	7	140	10	200	13	300
Antonio Martins	-	-	-	-	-	-	-	-	6	60	9	160
Antonio Pompeo, ajudante	-	-	-	-	5	200	7	450	13	800	13	900
Bento Dias, tenente	7	250	10	320	13	400	16	870	20	1000	25	1200
Bernardo José Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	10	150	11	210
Estanislao José, ajudante	-	-	-	-	-	-	15	250	20	300	25	400
Francisco Correa de Moraes, capitão-mor	-	-	-	-	-	-	15	950	18	100	20	100
Francisco Vieira	-	-	-	-	4	50	5	90	6	100	6	200
Francisco Xavier	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	270
Gertrudes Leite	-	-	13	200	16	400	17	460	20	600	27	900
Jerônimo Pereira	-	-	-	-	-	-	14	280	18	400	18	600
Joana Leite	-	-	-	-	-	-	5	50	5	60	10	120
João Álvares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	300
João Correa, capitão	-	-	-	-	-	-	16	600	20	700	21	600
João de Oliveira	-	-	-	-	8	60	9	200	10	210	10	200
Joaquim da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	300
Joaquim Pinheiro, tenente	-	-	-	-	-	-	15	300	18	400	18	400
José Antonio, alferes	-	-	-	-	-	-	14	460	20	560	20	600
José de Arruda	16	350	18	400	19	450	22	500	22	450	24	310
José de Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	200
José Florencio, tenente-coronel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vicente da Silva, capitão	14	350	16	500	17	650	19	550	24	100	42	1200
José Francisco	-	-	-	-	-	-	6	60	12	260	13	300
José Luiz, capitão	17	150	20	200	24	300	30	690	30	900	40	1000
José Pires	-	-	-	-	-	-	6	280	7	300	7	410
José Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	7	50	7	55
Lourenço de Almeida	-	-	-	-	-	-	7	350	7	400	7	400
Luiz Teixeira, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	160
Manuel de Campos	10	100	11	90	13	110	13	170	15	350	15	420
Manuel de Souza	-	-	-	-	3	15	4	25	6	150	6	300
Manuel José Vaz, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	30	900	30	100
Manuel Pinto Ferraz, capitão	-	-	-	-	-	-	25	680	30	900	31	1300
Maria Francisca	-	-	-	-	-	-	-	-	3	50	3	55
Maria Luiza	-	-	-	-	-	-	16	700	20	1000	21	1000
Mathias Teixeira, alferes	-	-	-	-	-	-	16	830	24	900	26	800
Miguel João	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	350
Pedro de Carvalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	150
Salvador Martins, capitão	9	300	12	520	15	600	24	920	36	1100	40	1100
Saturlimo Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	10	110	12	140
Thomé Pacheco	22	80	23	100	21	120	22	215	20	250	20	200
Total	95	1580	137	2630	181	3955	383	11970	537	15210 *	713	19310 **

* no original 17010

** no original 21110

Mapa dos engenhos de açúcar da freguesia de Piracicaba (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Carlos Bartolomeu de Arruda, sargento-mor	-	-	-	-	33	200	33	300	33	250	33	400
Francisco Franco da Rocha, capitão	-	-	-	-	-	-	9	40	9	200	9	300
José de Goes Botelho da Ribeira, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	23	100	-	-
Total	-	-	-	-	33	200	42	340	65	550	42	700

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Atibaia (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Francisco Xavier de Oliveira Bueno, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	37
Fructuozo Furquim de Campos, guarda-mor	-	-	-	-	-	-	-	-	40	50	40	6
Jacinto José de Araújo Cintra, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	80
Joaquim de Siqueira Franco, capitão	-	-	9	30	9	30	-	-	9	20	9	6
Total	-	-	9	30	9	30	-	-	49	70	58	92

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Mogi-mirim (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Antonio Carlos Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	130	-	200	13	200
Antonio Soares do Prado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	108	12	-
Balthezar de Lemos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	72
Domingos Fernandes Lima	-	14	-	-	-	-	-	28	-	-	8	60
Felix Pereira de Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	1	10
Francisco Borges de Almeida	-	-	-	-	-	160	-	-	-	-	10	230
Francisco de Oliveira Franco	-	-	-	-	-	-	-	6	-	10	7	55
João Batista Ferreira	-	-	-	-	-	-	-	60	-	200	15	160
Joaquim Bezerra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	30
Joaquim Borges	-	-	-	-	-	29	-	-	-	20	15	180
José Álvares de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	26	-	19	1	46
José Antonio de Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	alugados	16
José Correa de Siqueira	-	-	-	-	-	80	-	50	-	20	3	50
José de Melo Lins	-	-	-	-	-	60	-	39	-	35	9	72
José de Moraes Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	150
José dos Santos Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150	26	200
José Leitão de Andrade	-	-	-	-	-	-	-	60	-	68	9	100
José Pereira da Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	alugados	42
José Xavier da Silva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	4	30
Leonel Nunes de Siqueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	5	100
Lourenço Franco da Rocha	-	-	-	-	-	33	-	70	-	220	7	34
Manuel Álvares de Oliveira	-	-	-	30	-	-	-	-	-	70	6	70
Manuel Joaquim de Matos	-	-	-	-	-	-	-	140	-	130	11	180
Manuel Martins Coelho	-	-	-	-	-	-	-	200	-	80	16	300
Miguel Dias de Freitas	-	-	-	110	-	-	-	-	-	-	com os filhos	60
Salvador Jorge do Prado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	6	-
Thomas José Pinto	-	-	-	-	-	-	-	100	-	100	8	150
Total	-	14	-	140	-	362	-	779	-	1328	219 *	2597 **

* no original 205

** no original 2497

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Jundiá (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Antonio de Moraes e Siqueira, capitão-mor	-	-	6	250	8	200	9	170	20	350	22	400
Antonio José da Cruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120	9	90
Domingos Pinheiro de Oliveira	-	-	-	190	2	150	5	250	7	300	14	400
Francisco Correa Pupo, capitão	-	-	2	200	2	150	2	600	3	500	21	300
Francisco Xavier Paes	-	-	-	-	-	-	-	40	-	80	7	130
João Fernandez Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	40
Joaquim Antonio de Oliveira, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	212
José da Costa Rodrigues	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	1	48
Luiz Castanho de Moraes, capitão	1	300	2	250	2	150	2	560	3	400	25	300
Luiz José Pereira, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	200
Manuel Paes de Arruda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	100
Ricardo Barbosa	4	400	6	640	10	846	12	900	18	1000	30	200
Vicente de Sampaio Goes	-	-	-	70	2	120	8	140	11	60	16	400
Total	5	700	10	1350	18	1416	29	2490	42	2484	188	2420

Mapa dos engenhos de açúcar da vila de Campinas (1793-1798)

Nomes dos engenhos	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas	Escravos	Arrobas
Albano de Almeida Lima	12	400	12	600	12	600	12	750	12	800	19	880
Alexandre Barbosa de Andrade	-	-	-	-	-	-	-	-	6	100	12	430
Antonio da Silva Leme	-	-	-	-	-	-	-	-	5	200	11	400
Antonio de Camargo Penteado, alferes	-	-	-	-	5	219	5	330	5	400	17	800
Antonio de Cerqueira Cezar, capitão	-	-	-	-	-	-	-	-	5	250	18	280
Antonio Ferraz de Campos, capitão	14	800	14	1000	14	1200	14	1400	14	1500	53	1520
Bento Simões Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	-
Bernardo Guedes Barreto	-	-	-	-	2	200	2	300	2	320	10	480
Claudim Forquim de Campos	-	-	-	-	-	-	alugados	30	-	200	10	250
Domingos Bicudo de Brito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	50
Domingos da Costa Machado, tenente	-	-	6	40	6	60	6	55	6	120	10	150
Felipe Neri Teixeira	10	500	10	150	10	600	10	600	10	750	39	800
Floriano de Camargo Penteado, alferes	-	-	-	-	8	150	8	240	8	600	23	1250
Francisco de Paula Camargo, tenente	-	-	12	300	12	400	12	550	12	600	21	1004
Francisco Xavier da Rocha, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	4	120	12	150
Gertrudes de Camargo Penteado, dona	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	100
Inácio Ferreira de Sá, tenente	-	-	2	80	2	280	9	470	9	670	42	1188
Isabel Maria do Prado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-
João de Barros Pedroso, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-
João Ferraz Castilho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	50
João José da Silva, tenente	-	-	-	-	-	-	9	200	9	200	27	400
João Manuel do Amaral	-	-	-	-	-	-	1	85	1	90	7	212
Joaquim Antonio de Arruda	-	-	-	-	-	-	13	190	13	50	13	50
Joaquim Bernardo Gomes	-	-	-	-	-	-	-	60	-	66	3	69
Joaquim Cardoso de Gusmão	-	-	-	-	-	-	-	-	4	120	11	180
Joaquim José Teixeira Nogueira, capitão	-	-	-	-	-	-	10	366	-	1060	23	1000
José Álvares Lima, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	470
José Antonio do Amaral, alferes	4	40	2	100	2	200	2	300	2	400	12	400
José da Rocha Camargo, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	13	800	18	800
José de Almeida Lima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	-
José de Souza de Siqueira	-	-	-	-	-	-	-	-	2	200	8	200
José Francisco de Moraes, alferes	-	-	-	-	-	-	-	-	2	150	5	200
José Pedro da Cunha, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	9	30	9	215
Manuel Mendes de Godoi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
Nicolao da Silva Gonçalves	-	-	-	-	-	-	5	100	-	180	8	300
Pedro Antonio de Oliveira, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	220
Pedro Gonçalves Meira, tenente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	421
Pedro José Batista, alferes	2	50	2	60	2	80	6	220	-	-	-	-
Rafael Antunes de Campos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	200
Rafael de Oliveira Cardoso	-	-	-	-	-	-	-	-	6	110	13	160
Sebastião de Souza Paes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	24
Total	30	1390	48	1730	63	3989 *	112	5496	159 **	9286	569	15303 †

* no original 3988

** no original 177

† no original 15503

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Arquivo da Casa de Mateus, Vila Real

“Carta recebida por D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, enviada por sua mulher, D. Leonor Ana Luísa José de Portugal”. 24 de janeiro de 1766. In *Arquivo da Casa de Mateus*, Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM), Subsecção (SSC) 06.01, Série (SR), Correspondência; cópia fotográfica deste documento foi publicada no *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 132.

“Carta recebida por D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, enviada por sua mulher, D. Leonor Ana Luísa José de Portugal”. 6 de setembro de 1770. In *Arquivo da Casa de Mateus*, Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM), Subsecção (SSC) 06.01, Série (SR), Correspondência; cópia fotográfica deste documento foi publicada no *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005, p. 133.

Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo

Alfândega - Almoxarifado - C00227

“Mapa de preços na Paróquia de Santos”. 1798, maço 1, pasta 25.

Avisos - Cartas Régias (1765-1777) – C00420

- Livro 169

“Copia das perguntas que fes o Governador e Capitam General de Sao Paullo Dom Luis Antonio de Souza em Lisboa ao Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde de Oeiras; e das respostas que a ellas deo o mesmo Senhor escritas da sua propria Letra em o mesmo papel por Rezolucoens de Sua Magestade que Deos Guarde”. Ant. 1765.

“Copia dos Paragrafos da Instrução que se mandou a Gomes Freire de Andrade em 21 de Setembro de 1751”, para a instrução do governador Morgado de Mateus. 1765.

“Copia de algúas Instruções que Sua Magestade mandou expedir a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador, e Capitão General do Estado do Gram Pará em 15 de Mayo de 1759, sobre a utilidade, e liberdade dos Indios”, para a instrução do governador Morgado de Mateus. 1765.

“Alvará com força de Ley, porque Vossa Magestade ha por bem ordenar, que em toda a parte dos Estados do Brasil, onde houver Ouvidor se formem Juntas de Justiça, para deferir aos Recursos: E que os provimentos, que nellas se tomarem, se cumprão logo que sobre a segunda Carta Rogatoria se decidir na dita Junta, que fora bem passada a primeira Carta, sem que seja necessario esperar pela decisão ultima do Assento da Mesa do Paço da Respectiva Relação; tudo na forma, que assim se declara”. 18 de janeiro de 1765.

“Carta do secretario da marinha e ultramar, conde de Oeiras, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, dando inúmeras instruções sobre como proceder no governo da capitania de São Paulo”. 26 de janeiro de 1765.

“Carta (Copia) do secretario da marinha e ultramar, conde de Oeiras, ao vice rei do Estado do Brasil, Conde da Cunha, sobre como se deve proceder na guerra contra os castelhanos e como fazer para que os paulistas se empenhem nessa questão”. 26 de janeiro de 1765.

“Carta do secretário de Estado, conde de Oeiras, ao vice-rei do Brasil, conde da Cunha, sobre a guerra contra os espanhóis, de como proceder e de como deve ajudar ao novo governador da capitania de São Paulo d. Luis Antonio de Souza”. 26 de janeiro de 1765.

“Carta do rei d. José ao governador d. Luis Antonio de Souza, ordenando que recolha informações pormenorizadas sobre as receitas e despesas da capitania de São Paulo, em um livro separado”. 6 de março de 1765.

“Carta do conde de Oeiras em resposta às enviadas por d. Luis Antonio de Souza no dias 21 a 26 de junho de 1765, em que, dentre outras coisas, o ministro de Estado elogia a forma com que o governador age para lidar com os “ânimos” dos paulistas”. 20 de novembro de 1765.

“Carta do rei d. José ao governador e capitão-general d. Luis Antonio de Souza sobre a obrigatoriedade de servirem nas Tropas Auxiliares todos os habitantes da capitania, sem exceção”. 22 de março de 1766.

“Relação da Cartas [de julho de 1766], que em 24 de Julho de 1766 se expedirão por esta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, assignadas pello Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde e Secretário de Estado para o Senhor Dom Luis Antonio de Souza Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo”. 24 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza informando que fez presente ao rei o fato de se estar principiando em Santos uma fábrica de algodão, ao que ordena que a suspenda, deixando para as colônias ultramarinas só a promoção das lavouras”. 21 de julho de 1766; há cópia também em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 11.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza informando do cuidado que deve ter com árvores úteis ao comércio, proibindo que se as usem como lenha e cuidando para que não fiquem extintas”. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza informando o porquê de não permitir novas descobertas de minas de ouro”. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza informando a aprovação do rei de proibir o descobrimento das minas do rio Pardo”. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre as minas de ferro, “mais uteis que as do Ouro””. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o governador promover a agricultura e o comércio na capitania de São Paulo e ter como exemplo o Maranhão”. 22 de julho de 1766; ; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 31.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre, dentre outra coisas, os dois motivos para se proibir a descoberta de ouro”. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o fazer com que os oficiais das companhias auxiliares e de ordenanças se sentissem mais estimados do que os «paizanos»”. 22 de julho de 1766.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o governador honrar aos vassallos que mais se distinguirem com algumas mercês de hábitos”. 22 de julho de 1766; há cópia dessa carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 423, N. 15.

• Livro 170

“Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, informando que deu parte ao rei das “obras” feitas pelo governador, e que elas foram muito bem recebidas pelo soberano”. 1º de outubro de 1771; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 1-6.

“Carta de Martinho de Mello e Castro ao governador de São Paulo sobre a importância das madeiras de pinhais”. 1º de outubro de 1771.

“Relação dos Paos de pinho que são precisos para as matreaçoens das Naos fragatas e Embarcaçoens miudas e ligeiras que se achão feitas neste Arcenal da Ribeira das Naos.” 22 de julho de 1771.

“Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, sobre a necessidade de defender o sul do Brasil e a dúvida sobre a real importância do Iguatemi. 20 de novembro de 1772”.

“Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, informando ter recebido as respostas às cartas enviadas por ele e que encaminha as “positivas” ordens do rei”. 21 de abril de 1774.

“Carta de Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, dando inúmeras instruções sobre a guerra contra os espanhóis e indicando alguns erros no procedimento do governador”. 21 de abril de 1774.

Arquivo Histórico Militar, Lisboa

Livros

“Registo dos Nomes, Terras, Idades, e Serviços dos Officiães do Regimento de Bragança de que he Coronel D. Luis a quem succedeo Fernando de Souza Leotte”. s/d, livro B24-2.

“Registo dos Nomes, Terras, Idades, e Serviços dos Officiães do Regimento d’Elvas”. s/d, livro B60-1.

Documentos Digitalizados

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha a d. Luís da Cunha, pedindo promoção para seu irmão e que outros servissem em seu regimento”. 4 de junho de 1762, PT AHM-DIV-1-07-2-47_m0001.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha a d. Luís da Cunha, pedindo promoção para seu irmão e que outros servissem em seu regimento”. 23 de junho de 1762, PT AHM-DIV-1-07-2-47_m0002-m0003.

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Conselho Ultramarino

Brasil - Códices

- Códice 237- Registo de cartas régias e avisos para os governadores e outras entidades de várias capitanias do Brasil. 1752-1806.

“Carta do rei d. José para os oficiais da câmara da cidade de São Paulo comunicando a nomeação de um governador para a capitania”. 17 de janeiro de 1765, fl. 94v.

“Carta do rei d. José ao provedor da fazenda real da capitania de São Paulo e Santos comunicando a nomeação do gov. e capitão-general d. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão”. 9 de março de 1765, fl. 99v.

“Ordem [do rei d. José] de 18 de Abril de 1769 para [o governador e capitão-general d. Luis Antonio de Souza] a respeito dos privilegios, e propinas, que pede a Camera da Praça de Santos”. 18 de abril de 1769, fl. 107.

“Ordem de 19 de agosto de 1771, para informar sobre a Conta, que dá o Ouvidor daquela Comarca de servirem nas Camaras pessoas indignas”. 19 de agosto de 1771, fl. 116.

“Ordem de 22 de Novembro de 1771, para informar na representação, que fazem os Officiaes da dita Camera [da cidade de S. Paulo], de não ter esta sujeitos benemeritos por serem todos privilegiados, como Officiaes e Soldados Auxiliares”. 22 de novembro de 1771, fl. 117.

“Sobre se lhe ordenar informe com o seu parecer na Conta que deo o Capitão Mór da Vila de Santa Anna da Parnahiba a Respeito da desordenada conducta do Tenente de Dragões de Cavalaria Auxiliar Policarpo Joaquim de Oliveira, pedindo se mandasse devassar do seu procedimento”. 24 de dezembro de 1779, fls. 144v.

“Para o governador mandar soltar José Antonio de Moraes e Castro, preso por Martim Lopes Lobo de Saldanha, seu predecessor, e averiguar a verdade sobre o referido caso”. 2 de dezembro de 1782, fls. 160v.

“Para o governador mandar colocar a Policarpo Joaquim de Oliveira numa cadeia mais branda do que aquela em que foi posto pelo predecessor Martim Lopes Lobo de Saldanha”. 13 de fevereiro de 1784, fls. 166-166v.

“Para o ouvidor geral da comarca de São Paulo mandar fazer devassa sobre o caso de Policarpo Joaquim de Oliveira”. 13 de fevereiro de 1784, fl. 167.

“Para Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça sobre responder às questões relacionadas às representações que contra ele enviaram ao Conselho Ultramarino”. 19 de dezembro de 1800, fls. 195-195v.

“Para Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça sobre responder às questões relacionadas às representações que contra ele enviaram ao Conselho Ultramarino”. 19 de dezembro de 1800, fls. 195v-196.

- Códice 240 - Registo de consultas acerca de vários assuntos das diversas capitanias do Brasil. 1780-1809.

“Satisfas-se ao que Sua Alteza Real Manda sobre as tres Representações do Reverendo Bispo de São Paulo Dom Matheus de Abreu Pereira, em que argüe, e se queixa dos Procedimentos do Actual Governador da mesma Capitania Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, e do seu Ajudante de Ordens Thomás da Costa Correia: E igualmente sobre duas mais, húa sem Assignatura dos Habitantes da Referida Capitania, e outra de Jeronimo Martins Fernandes, e outros por cabeça dos Officiaes de Milicias contra o dito Governador, e seu Referido Ajudante de Ordens”. Post. a dezembro de 1800, fls. 13-29.

- Códice 423 - Registo de cartas régias, avisos e ofícios, para o governador de São Paulo, e de um carta para o provedor da Fazenda Real da mesma capitania, expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. 1765-1771

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza informando que fez presente ao rei o fato de se estar principiando em Santos uma fábrica de algodão, ao que ordena que a suspenda, deixando para as colônias ultramarinas só a promoção das lavouras”. 21 de julho de 1766, N. 11; o original desta carta encontra-se em *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169.

“Carta do conde de Oeiras a d. Luis Antonio de Souza sobre o governador honrar aos vassallos que mais se distinguirem com algumas mercês de hábitos”. 22 de julho de 1766, N. 15; o original desta carta encontra-se em *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169.

“Carta para o mesmo [Morgado de Mateus], Sobre ter impedido o descobrimento das Minas do Rio Pardo”. 22 de julho de 1766, N. 21.

“Carta para o mesmo [Morgado de Mateus], Sobre a pobreza, a que se achavão reduzidos os Povos daquela Capitania”. 22 de julho de 1766, N. 31; o original desta carta encontra-se em *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 169.

“Carta para o mesmo [Morgado de Mateus], Sobre a posse, que havia de tomar do Governo daquela Capitania”. 22 de julho de 1766, N. 33.

- Códice 424 - Registo de cartas régias, avisos, e ofícios para os Bispos, governadores e outras entidades da capitania de S. Paulo, expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. 1771-1807.

“Carta de Martinho de Mello e Castro, ao governador e capitão general da capitania de São Paulo, Dom Luis Antonio de Souza, informando que deu parte ao rei das “obras” feitas pelo governador, e que elas foram muito bem recebidas pelo soberano”. 1º de outubro de 1771, fls. 1-6; o original desta carta encontra-se em *Arquivo do Estado de São Paulo. Avisos-Cartas Régias (1765-1777)* – C00420, livro 170.

Carta de Martinho de Mello e Castro para o governador Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre o cultivo de anil na capitania de São Paulo”. 28 de abril de 1778, fls. 111-111v.

“Para informar sobre a necessidade de se crear o lugar de Juiz de Fora na Villa de Itú”. 5 de fevereiro de 1780, fl. 121.

“Para o Bispo. Participa se lhe a nomeação de Francisco da Cunha e Menezes para Governador do Estado da India; e que o Vice Rey do Brazil deve nomear Pessoa que vá governar interinamente a Capitania de São Paulo”. 11 de novembro de 1785, fls. 130-130v.

“Para Francisco da Cunha Menezes. Participa se lhe que esta nomeado Governador da India”. 11 de novembro de 1785, fls. 130v-131v.

“Carta do Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre animar a Cultura do Linho Canhamo” 16 de fevereiro de 1798, fls. 147-147v; há cópia desta carta em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, 1ª edição, pp. 62-63.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castre e Mendonça] Sobre Linho Cânhamo, Salgas de Carne, Tabletetas para Caldos, etc.”. 23 de abril de 1798, fls. 147v-148.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre uma Carta de Joze Gomes de Sequeira Motta, e huma queixa que subio à Real Prezença contra elle Governador”. 19 de setembro de 1798, fls. 149-149v.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre varias queixas contra elle Governador”. 29 de outubro de 1798, fls. 152v-153.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho] Para o Bispo. Sobre as queixas que vieram contra o Governador”. 29 de outubro de 1798, fls. 153v-154.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre uma Representação do Cabido da Sé: E de novo se lhe recomenda que mostre o maior respeito para as Pessoas, e Couzas Eccleziasticas”. 3 de novembro de 1798, fls. 155-155v.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho] Para o Bispo. Para que faça partir para este Reyno hum tal Goulart, e o sobrinho d'elle Bispo”. 25 de janeiro de 1799, fl. 160.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Accuza se a recepção de alguns Officios [e repreende-se a má conduta do governador]”. 23 de janeiro de 1799, fl. 160v.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre a sua má Conducta; e para que mande logo para este Reyno o seu Ajudante de Ordens”. 25 de janeiro de 1799, fl. 160v.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre ter proposto pessoas menos dignas para Officiaes dos Regimentos de Milícias”. 29 de janeiro de 1799, fl. 161.

“Do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre remetter os Livros e Papeis que constão da Relação ao diante Registada”. 7 de fevereiro de 1799, fls. 161v-162; há cópia deste ofício em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, 1ª edição, pp. 131-132.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça] Sobre os injustos procesimentos d'elle Governador, e do Bispo”. 16 de agosto de 1799, fl. 168.

“Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, sobre o governador reformar indevidamente a Manoel Mexia Leite”. 20 de agosto de 1799, fl. 169.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre diferentes objectos que abaixo se declaração”. 4 de novembro de 1799, fls. 172-175v; há cópia desta carta em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 89, 1967, 1ª edição, pp. 190-195.

“[Carta de d. Rodrigo de Souza Coutinho para o governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça,] A respeito de Thomas da Costa Correa Rebello e Silva [ajudante de ordens do governador]”. 7 de janeiro de 1800, fl. 177.

- Códice 467 - Livro onde os governadores do Ultramar lançavam os recibos das cartas e mais papeis de serviço que levavam – 1762 a 1830 – 1 vol.

“D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão”, fl. 6.

“Martim Lopes Lobo de Saldanha”, fl. 12v.

“Antonio Manoel de Mello e Castro”, fl. 15.

“Francisco da Cunha e Menezes”, fl. 17v.

“Bernardo Joze de Lorena”, fl. 19v.

“D. Diogo de Souza”, fl. 23.

“Francisco da Cunha e Menezes”, fl. 25v.

“Bernardim Freire de Andrade”, fl. 26.

“Antonio Joze da Franca e Horta”, fl. 26v.

“Conde de Sarzenas”, fl. 29v.

- Códice 1120 - Governador. Registo das nomeações – 1 vol.

“Francisco da Cunha e Menezes”, fl. 6.

“Bernardo José de Lorena”, fl. 22v.

“Antonio Joze da Franca e Horta”, fl. 39.

- Códice 1178 - Agricultura de Goa – Ano de 1792. – 1 vol.

- Códice 1227 - Discurso político sobre as vantagens que o reino de Portugal pode alcançar da sua desgraça – “Goyas. doc. de 12 de julho de 1766” – informação da 1ª. capa.

Avulsos. Brasil - Geral (003)

“Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando sobre sua viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro e das conversações com o vice-rei [do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], sobre as suas instruções, entre as quais o combate [aos espanhóis] e a civilização dos índios”. 21 de junho de 1765, cx. 19, doc. 1687.

“Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], comunicando suas impressões sobre o Rio de Janeiro, afirmando que em suas terras se poderia produzir de tudo; vencido o ócio dos seus habitantes, não se necessitaria de coisa alguma dos países estrangeiros”. 22 de junho de 1765, cx. 19, doc. 1688.

“Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça [Furtado], indagando se tanto ele como o [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], estavam satisfeitos com os ofícios que tem enviado dando contas de sua missão”. 1º de julho de 1765, cx. 19, doc. 1694.

“Ofício do [governador nomeado para a capitania de São Paulo], D. Luís Antônio de Sousa [Botelho Mourão], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], afirmando ser o Brasil a melhor terra do mundo descoberto; dos ardis e burlas dos espanhóis nos tratados e nas negociações em curso; pedindo autorização para usar os serviços de um criminoso e seu bando da vila de Itú, que poderia ir inquietar os presídios dos inimigos nas terras que têm usurpado à coroa portuguesa”. 3 de julho de 1765, cx. 19, doc. 1695.

“Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo ao rei [D. José], agradecendo a restauração da capitania de São Paulo com o envio de um governador e capitão general; elogiando o antigo governador da praça de Santos, coronel Alexandre Luís de Sousa e Meneses, solicitando que o dito seja o próximo governador da capitania”. 2 de outubro de 1765, cx. 19, doc. 1711.

“Informação sobre o estado em que se encontra a arrematação dos contratos das capitanias da Bahia, Rio de Janeiro, Santos, São Paulo; dos que atualmente se administram no Rio de Janeiro e Minas Gerais”. 6 de março de 1767, cx. 20, doc. 1772.

“Relação dos contratos das várias capitanias do Brasil e reino de Angola que no presente ano pertencem à repartição do Conselho Ultramarino”. 1768, cx. 20, doc. 1797.

“Relação dos contratos a serem arrematados no Conselho Ultramarino pertencentes ao Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Bahia e Minas Gerais”. Ant. 15 de março de 1771, cx. 21, doc. 1847

“Extrato de decretos, resoluções e avisos acerca das arrematações dos contratos do Brasil e mais conquistas”. Post. 1771, cx. 21, doc. 1870.

“Informação (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a independência econômica do Brasil em relação a Portugal, os prejuízos que tal fato representam para a metrópole, o intenso comércio feito pelo Brasil para a África e também para a Ásia, o grande número de navios pertencentes às frotas brasileiras, nomeadamente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, mencionando o fato de o Brasil poder subsistir sem a interferência de Portugal, pois até algodão lá já tem, tanto pelas fábricas lá existentes quanto pelo comércio direto com a Índia”. ca. 1777, cx. 23, doc. 1976.

“Parecer do [presidente do Conselho da Fazenda, ex-vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [Antônio Rolim de Moura Tavares], indicando os gastos que fazem os governadores ultramarinos quando tomam posse dos seus governos, particularizando os que passam ao Brasil, e sugerindo novos salários de acordo com a situação de cada capitania”. post. 1777, cx. 23, doc. 1981.

“Ofício do governador interino da capitania de São Paulo, brigadeiro frei José Raimundo Chichorro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando ter dado posse, no dia 4 daquele mês, ao novo governador daquela capitania, o [conde de Sarzedas], general Bernardo José de Lorena”. 29 de julho de 1788, cx. 27, doc. 2229.

“Ofício do juiz de Fora de Santos, Sebastião Luís Tinoco da Silva, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, encaminhando o mapa da carga do navio Nossa Senhora da Piedade e Albuquerque, do qual é capitão José Alvares Leal, que levava de Santos para Lisboa, açúcar, arroz, aguardente, couros, barbatanas, melaço, e madeira”. 27 de maio de 1790, cx. 27, doc. 2268; ; há cópia desse documento em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 458.

“Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Fazenda e presidente do Real Erário], visconde mordomo-mor [de Vila Nova de Cerveira, D. Francisco Xavier de Lima] sobre a notícia que teve das intrigas entre os Governos do Rio de Janeiro e de São Paulo no que se refere aos limites entre essas duas capitanias”. 3 de setembro de 1790, cx. 27, doc. 2273.

“Carta (cópia) do capitão-mor da vila de Cunha da capitania de São Paulo, José Gomes de Sequeira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando acesso à justiça para defender-se das violências do seu general Antônio Manuel de Melo, na decorrência de um caso de herança na dita vila”. 1º de outubro de 1798, cx. 30, doc. 2489.

“Memória sobre os governos e capitanias gerais, com os governos, capitanias-mores e sargentarias-mores subalternas desses governos e capitanias gerais dos Domínios Ultramarinos portugueses, no Oceano Atlântico, África, Ásia e América, disposta e coordenada por ordem e mandado do secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no ano de 1799”. 1799, cx. 32, doc. 2607.

“Requerimento dos comerciantes da capitania de São Paulo ao príncipe regente [D. João], solicitando que os senhores de engenho não recebessem a prerrogativa de não serem executados em razão de suas dívidas”. ant. 2 de maio de 1801, cx. 33, doc. 2691.

“Ofício do [administrador-geral da Alfândega e] intendente-geral da Polícia da Corte, Diogo Inácio de Pina Manique, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo mapa das caixas de açúcar, meios de sola, couros em cabelo e atanados que entraram na Alfândega de Lisboa em 1800 vindo da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Santos, Maranhão e Pará”. 23 de outubro de 1801, cx. 33, doc. 2718.

“Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. João, sobre o abuso e irregularidade com que os governadores do Brasil procedem, contrariando os regimentos e ordens régias, criando novos postos de milícias e ordenanças sem ter autoridade para tal”. 22 de fevereiro de 1802, cx. 34, doc. 2742.

“Carta do [governador de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente [D. João], sobre a proibição aos governadores, de multiplicarem patentes de milícias e de ordenanças, obedecendo-se estritamente os regimentos e ordens expedidas a esse respeito”. 8 de novembro de 1802, cx. 34, doc. 2790.

Avulsos. Brasil - Minas Gerais (011)

“Carta de José Gomes de Sequeira e Mota, capitão-mor da Vila de Cunha, Capitania de São Paulo, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, queixando-se das violências experimentadas pelo general Antônio Manoel de Melo contra ele e a família”. 28 de setembro de 1798, cx. 145, doc. 52.

“Carta de José Gomes de Sequeira e Mota, capitão-mor da Vila de Cunha, Capitania de São Paulo, queixando-se das violências experimentadas pelo general Antônio Manoel de Melo” 1º de outubro de 1798, cx. 145, doc. 52.

Avulsos. Brasil - São Paulo (023)

“Requerimento de Felix Gomes de Siqueira, morador na freguesia de Facão, distrito de Guaratinguetá, ao [ouvidor geral da comarca de São Paulo, Salvador Pereira da Silva,] solicitando que se refaça a devassa que foi tirada contra seus inimigos da família Monteiro da Silva que, por terem muito poder, vinham cometendo muitas injustiças e prejuízos naquela região”. Post. 16 de março de 1767, cx. 5, doc 330.

“Requerimento que fez Felix Gomes de Siqueira contra José Monteiro por haver morto o Seo feitor Manoel Fernandes Vidal, entendendo que o matava a elle”. Post. 16 de março de 1767, cx. 5, doc 330.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao rei [D. José I], dando conta do estado em que achou a capitania, descrevendo e dando sugestões do que poderia ser feito a respeito das fortalezas, das tropas pagas e das ordenanças, da Provedoria, das povoações e da situação dos moradores”. 1º de dezembro de 1767, cx. 5, doc 333.

“Ofício do [governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão] ao [secretário do reino], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], solicitando orientação para como agir quanto às câmaras municipais que, tendo inicialmente assinado o termo de compromisso de que passariam parte de seus rendimentos para pagamento dos sargentos mores e ajudantes, agora se recusavam a fazê-lo”. 6 de dezembro de 1767, cx. 5, doc 334.

“Carta dos oficiais da Câmara da vila de Santos ao rei [D. José I], reclamando pelo fato de já não terem os privilégios que tinham antigamente, de receberem certos rendimentos ou serem isentos de certos pagamentos, embora oficiais de outras câmaras ainda os tivessem”. 25 de junho de 1768, cx. 5, doc 337.

“Ofício do Governador e Capitão General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta das medidas tomadas para o fomento da lavoura e do comércio”. 1º de março de 1769, cx. 5, doc 347.

“Carta (Cópia) de João Ferreira de Oliveira ao Morgado de Mateus dando conta do motivo pelo qual o navio, vindo de Lisboa, de que é encarregado, não pode levar cargas da capitania de São Paulo”. 26 de junho de 1767, cx. 5, doc 347.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando respostas às cartas que enviou propondo a fundação de novas povoações e criação de novas vilas na capitania de São Paulo, assim como a aprovação do regulamento dos Distritos tanto das freguesias como das câmaras”. 1º de março de 1769, cx. 5, doc 348.

“Ofício (Cópia) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando certidões, expedidas pela Provedoria, para serem registradas no Erário Régio, dando conta das doutrinas Jesuíticas, solicitando as ordens sobre a fundação de vilas e povoações na capitania do Pará, bem como instruções com relação aos carregamentos dos frutos da capitania para o reino”. 1º de março de 1769, cx. 5, doc 349.

“Ofício (2ª via) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário do reino, conde de Oeyras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre remeter os autos por que se erigiram em vilas as povoações de São João de Atibaia, Mogi Mirim e Faxina”. 22 de março de 1770, cx. 6, doc 355.

“Notas (Minuta) que mencionam a fundação das vilas de Atibaia, Mogi-Mirim, Faxina, Piracicaba, Guaratuba e outras, relacionando o que é preciso informar sobre cada uma delas: número de fogos, de familiares habitantes, com sua identificação completa”. Posterior a 22 de março de 1770, cx. 6, doc 357.

“Ofício (2ª via) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, ao secretário do reino, conde de Oeyras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre as obras para a abertura do caminho para serra do Cubatão e do empenho do capitão de Cavalaria Auxiliar Baltazar Rodrigues Borba na abertura de quinze léguas de navegação no rio Pequeno, facilitando a comunicação e o comércio entre as aldeias Carapicuíba, Barueri, freguesia de Santo Amaro, a vila de Parnaíba, a vila de Santos e a cidade de São Paulo”. 27 de março de 1770, cx. 6, doc 360.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ao [secretário do reino], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, comentando os problemas que vinha tendo, por querer zelar pela Fazenda Real. Descreve as brigas e desentendimentos em torno do Contrato dos Dízimos e os esforços que tem enviado para obter melhores preços na sua arrematação”. 4 de novembro de 1774, cx. 6, doc 378.

“Ofício (1ª e 2ª vias) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre os novos caminhos abertos por mar entre São Paulo e Rio de Janeiro, facilitando a comunicação entre estas duas capitanias. Trata também da abertura do caminho de Viamão e de Santa Catarina, todos abertos sem maiores despesas para a Fazenda Real”. 10 de novembro de 1775, cx. 6, doc 388.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Guaratinguetá a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco nas Minas Gerais”. 4 de novembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila Nova de São Luis do Paraitinga a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco na região das minas”. 18 de novembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Pindamonhangaba a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco nas Minas Gerais”. 19 de novembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Taubaté a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 25 de novembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Mogi das Cruzes a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 9 de dezembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proibam as fábricas de aguardente e de tabaco nas regiões das Minas”. 27 de dezembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Carta (Cópia) dos oficiais da Câmara da Vila de Jacaré a Martim Lopes Lobo de Saldanha, governador e capitão general da capitania de São Paulo, solicitando que se proíba a plantação de tabaco e cana nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá”. 30 de dezembro de 1775, cx. 7, doc 397.

“Ofício (1ª e 2ª vias) do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as medidas tomadas que acarretaram uma economia para a Real Fazenda de São Paulo”. 27 de dezembro de 1775, cx. 7, doc 422.

“Auto de justificação apresentado pelo ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, à rainha [D. Maria I] por meio de Martinho de Melo e Castro, secretário da Marinha e Ultramar, em 19 itens que abordam vários aspectos de seu governo e acusações que lhe foram feitas, seguindo-se, para cada um deles, as respectivas provas, certidões, devassas, declarações de testemunhas, atestados etc.” Posterior a 5 de setembro de 1777, cx. 8, doc. 465.

“Consulta do Conselho Ultramarino à rainha [D. Maria I] sobre o que dá conta o juiz de fora de Santos, José Carlos de Sousa, que serve de ouvidor da comarca de São Paulo, acerca dos excessos de jurisdição do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes de Lobo de Saldanha”. 11 de fevereiro de 1778, cx. 9, doc 474.

“Carta dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo à rainha [D. Maria I] sobre a intolerância e tiranias do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, e solicitando a sua imediata destituição desta capitania”. 3 de março de 1780, cx. 9, doc 495.

“Carta, à rainha [D. Maria I], sobre as dificuldades que teve no governo de São Paulo Martim Lopes de Saldanha”. Post. 4 de agosto de 1780, cx. 9, doc. 496.

“Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], comunicando que é inútil a criação do cargo de juiz de fora para a vila de Itu”. 9 de outubro de 1780, cx. 10, doc. 499.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre os seis anos de seu governo e solicitando um sucessor para o seu lugar”. 9 de abril de 1781, cx. 10, doc. 507.

“Carta dos oficiais da Câmara de São Paulo à rainha [D. Maria I], comunicando o governo tirânico do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, quando mandou matar tiranicamente o músico Caetano José”. 10 de novembro de 1781, cx. 10, doc. 513.

“Requerimento do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, à rainha [D. Maria I], perguntando o porquê de não poder ter a honra de beijar a Mão régia”. Anterior a 16 de outubro de 1783. In *Ibidem*, cx. 10, doc. 518.

“Ofício do juiz de fora da praça de Santos, José Antônio Apotineiro da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro sobre a ordem que mandou para que a galera Santa Rita continuasse a sua viagem para Lisboa; do aumento da produção da cultura do café, e da necessidade de expandir esta vila para melhor se fazer a arrecadação dos produtos comercializados para a Fazenda Real”. 17 de março de 1788, cx. 11, doc 532.

“Assento (Cópia) que se fez em junta de 23 de Junho de 1789, sobre o dinheiro que se achava no Cofre dos defuntos, e auzentes da Villa de Santos, pertencente á herança de Pedro Machado, para ser aplicado por imprestimo a factura do caminho que vai desta Cidade para a dita Villa”. 23 de junho de 1789, cx. 11, doc 566; há cópia deste assento também em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 633, fl. 68.

“Escritura (Cópia) de contrato que fez a Câmara da cidade de São Paulo juntamente com as demais Câmaras das vilas de Serra Acima a respeito da conservação do caminho de Cubatão. Segue, também, o termo de vereança sobre o mesmo assunto”. 7 de fevereiro de 1792, cx. 11, doc 566.

“Termo de vereança (Cópia), folhas 232 do Livro da Câmara, em que consta o acordo de 18 de Dezembro de 1790, sobre a conservação do caminho de Cubatão”. 5 de fevereiro de 1791, cx. 11, doc 566.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzenas, Bernardo José de Lorena, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando que se acha concluído o caminho que liga a cidade de São Paulo a Cubatão, na vila de Santos”. 15 de fevereiro de 1792, cx. 11, doc 566; há transcrição desse ofício em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 45, 1924, 1ª edição, pp. 70-71.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando os mapas da carga que transporta a corveta Senhor dos Passos e Santo Antônio”. 15 de fevereiro de 1792, cx. 11, doc 568; há cópia desse documento em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 474.

“Requerimento do capitão de uma das Companhias do Regimento de Cavalaria de Ligeiros Auxiliares de serra acima, José Gomes de Siqueira e Mota, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente de capitão-mor da vila de Cunha”. 21 de abril 1792, cx. 11, doc 572.

“Requerimento do sargento-mor Agregado das ordenanças da vila da Cunha, José Álvares de Oliveira, à rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente”. Ant. 19 de junho de 1792, cx. 11, doc. 574.

“Decreto da rainha D. Maria I nomeando por tempo de três a anos Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça para governador e capitão general da capitania de São Paulo”. 29 de maio de 1795, cx. 12, doc. 596.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José Maria da Silveira e Lorena, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Senhor da Cana Verde, de que é mestre Felix Carneiro dos Santos”. 2 de julho de 1795, cx. 12, doc 605; há cópia em *Biblioteca Nacional – Lisboa, Manuscritos – Coleção Pombalina*, códice 642, fl. 554.

“Ofício (Autógrafo e Cópia) do juiz de fora e da alfândega de Santos, Sebastião Luiz Tinoco da Silva, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, informando o cálculo dos direitos cobrados, nos cinco anos pretéritos, pelos ferros e escravos, e, igualmente, as pautas que regulam a dita alfândega com relação à cobrança dos direitos referentes a gêneros importados”. 28 de janeiro de 1796, cx. 12, doc 625.

“Carta (Autógrafa e Cópia) dos oficiais da Câmara da cidade de São Paulo (Salvador Nardi de Vasconcellos Noronha, Manoel de Jezus Costa e Cintra, Joaquim Francisco de Vasconcellos, Antonio Bernardo Bueno da Veiga, Manoel Alvarez Avim) ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, sobre as decisões tiradas em reunião, juntamente com os principais cidadãos da cidade bem como os oficiais das demais Câmaras de outras vilas da capitania, tratando dos direitos do sal e do ferro”. 6 de abril de 1796, cx. 12, doc 625.

“Ofício (Autógrafo e Cópia) do escrivão deputado da junta da administração e arrecadação da Real Fazenda da capitania de São Paulo, e inspetor da sua contadoria geral, João Vicente da Fonseca, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, acerca do contrato do sal, e arrecadação de donativo sobre sua compra”. 11 de abril de 1796, cx. 12, doc 625.

“Ofício (1ª e 2ª vias) do governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Luís Pinto de Souza, comunicando que envia, junto com o ofício, cálculo da arrecadação da alfândega de Santos, documentos sobre a mudança dos direitos do sal e do ferro, e da pretensão de se criar fábricas de ferro”. 20 de abril de 1796, cx. 12, doc 625.

“Carta (Cópia) dos capitães mores das vilas de Sorocaba e Itu, Claudio de Madureira Calheiros e Vicente da Costas Taques Goes e Aranha, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena informando sobre as minas de ferro que possui a capitania de São Paulo”. 12 de julho de 1788, cx. 12, doc 625.

“Carta (Cópia) do capitão mor da vila de Sorocaba, Claudio de Madureira Calheiros, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena informando sobre as minas de ferro que possui vila de Sorocaba no morro de Araçoiaba”. 22 de julho de 1788, cx. 12, doc 625.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que enviou o mapa da carga do navio Santos Mártires Triunfo do Mar, que vai da vila e praça de Santos para a Corte”. 17 de agosto de 1797, cx. 14, doc 683.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Alegria, que segue viagem para Lisboa, de que é mestre José Lopes de Gouveia”. 20 de outubro de 1797, cx. 14, doc 685.

“Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo”. Pós 1798, cx. 14, doc 698.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que recebeu a carta de José Gomes de Sequeira e Mota contra seu governo, e comunica que está enviando as respostas da sua defesa em forma de memórias” 12 de fevereiro de 1799, cx. 14, doc 701.

“Cartas de José Gomes de Siqueira e Mota endereçadas, respectivamente, a d. Rodrigo de Souza Coutinho e a d. Maria I, na qual faz acusações contra a administração do governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça”. 23 de abril de 1798, cx. 14, doc 701.

“Memória 1ª, cujo objecto hé responder ao 1º Artigo do Officio de 19 de Setembro de 1798, em que Sua Magestade he servida mandarme informar sobre o deduzido na Conta de Joze Gomes de Siqueira, e Motta, Capitão Mor da Vila de Cunha d’esta Capitania escripta na mesma Vila a 23 d’ Abril de 1798”. Post. fevereiro de 1799, cx. 14, doc. 701.

“Memória 2ª, que tem por objecto referir as incurialidades, e sobornos, que houverão na eleição de Joze Gomes de Siqueira Motta, para Capitão Mor da Villa de Cunha, fazendo vir por bem provados factos, qual seja o seu character, e servindo de satisfação ao 2º. Artigo do Officio de 19 de Setembro de 1798, em que Sua Magestade he servida mandar-me informar sobre a pessoa do mesmo Capitão Mor”. Post. fevereiro de 1799, cx. 14, doc. 701.

“Memoria 3ª., que tem por objecto responder ao 3º. Artigo do Officio de 19 de Setembro de 1798, em que Sua Magestade hé servida mandarme informar sobre as pessoas por cuja mediação se projectava remetter dinheiro para o fim d’obter hum Decreto para ser Capitão Mor da Vila de Cunha o Sargento Mor Antonio Joze de Macedo: á qual

se juntão mais alguns factos avulsos, que servem de melhor, e mais completamente dar a conhecer o character do seu Competidor, ou Antagonista Jose Gomez de Sequeira e Motta”. Post. fevereiro de 1799, cx. 14, doc. 701.

“Memoria 4^a., em que se expoem as cautellas, e vigilancia, que tenho sobre a minha familia; servindo de resposta ao 4^o. artigo do officio de 19 de Settembro de 1798”. Post. fevereiro de 1799, cx. 14, doc. 701.

“Memoria 5^a., em que se expoem alguns factos, que tem sido cauza da opposição que me fazem algumas pessoas, com especialidade as que não podem, como d’antes fazer extorsoens da Real Fazenda”. Post. fevereiro de 1799, cx. 14, doc. 701.

“Offício Antônio Bernardo Bueno da Veiga ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que Antônio José Vaz falsificou atestações para conseguir um Habito de Cristo”. Ant. 11 de outubro de 1799, cx. 15, doc. 717.

“Offício do governador e capitão general de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a capacidade dos negociantes do comércio exercerem os postos milicianos”. 3 de novembro de 1799, cx. 15, doc. 722.

“Carta (Cópia) acusando o governador e capitão general, Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, de empregar pessoas incapazes para os altos postos militares”. s/d, cx. 15, doc 722.

“Carta (Cópia) do capitão e ajudante de ordens Joaquim Jozé Pinto de Moraes Leme dirigida ao capitão mor da cidade de São Paulo, e mais capitães mores e comandantes das vilas circunvizinhas, sobre o mercado público que se deve estabelecer na cidade de São Paulo”. 5 de maio de 1800, cx. 15, doc 735.

“Offício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a instalação do novo mercado público para poder atender ao comércio da agricultura”. 16 de junho de 1800, cx. 15, doc 735.

“Offício de Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que está fazendo uma memória econômico-político da capitania de São Paulo”. 19 de dezembro de 1800, cx. 16, doc 789.

“Offício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participando a Ordem Régia que determinara que as embarcações mercantes e de guerra, com destino a Lisboa ou a outras capitánias, levassem as malas do correio”. 5 de janeiro de 1801, cx. 16, doc. 796.

“Offício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dando seu parecer sobre a promoção do sargento-mor Agregado a Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme a tenente-coronel da mesma Legião alegando que este deve passar a coronel ou a tenente-coronel de um dos Regimentos de Cavalaria Miliciiana.” 13 de janeiro de 1801, cx. 16, doc. 803.

“Offício do governador e capitão general de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que, nos portos desta capitania, não tem chegado contrabando de navios estrangeiros ou nacionais, e que está pronto para efetuar qualquer diligência a fim de fazer a devida arrecadação à Junta da Fazenda Real”. 21 de janeiro de 1801, cx. 16, doc 813.

“Requerimento do sargento-mor Agregado de Cavalaria da Legião dos Voluntários Reais da capitania de São Paulo Joaquim José Pinto de Moraes Leme ao príncipe regente [D. João], solicitando promoção a tenente-coronel de Cavalaria e comandante da mesma Legião.” 1800, cx. 16, doc. 822.

“Offício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando o mapa da carga da Cruzeta Santíssima Sacramento que partiu do porto de Santos com destino a Lisboa”. 4 de fevereiro de 1801, cx. 16, doc 823.

“Requerimento do capitão da 6^a Companhia de Fuzileiros do Regimento de Milícias da Infantaria da vila de Cunha, Francisco José de Macedo, ao príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente”. Ant. 20 de fevereiro de 1801, cx. 16, doc. 828.

“Offício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre o envio dos mapas anuais remetidos pela Secretaria de Estado desta capitania, contendo o número de moradores, bem como os navios que

entraram nos portos marítimos, gêneros importados, exportados e produzidos nessa capitania”. 25 de fevereiro de 1801, cx. 16, doc 831.

“Ofício (Cópia) do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, aos senhores juiz presidente e oficiais da camara da cidade de São Paulo, e ao senhor doutor desembargador e ouvidor geral Joaquim Jozé de Almeida determinando que se observassem os privilégios, durante um ano, da provisão de 26 de Julho de 1760 para a capitania de São Paulo”. 16 de abril de 1801, cx. 17, doc 845.

“Ofício do governador de capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a queda de preço do açúcar e os prejuízos que esta vem causando aos proprietários de engenho desta capitania. Solicita os mesmos privilégios que foram concedidos aos produtores do Rio de Janeiro, pela provisão de 26 de Julho de 1760”. 2 de maio de 1801, cx. 17, doc 845.

“Carta dos oficiais da Câmara da vila de Porto Feliz (juiz ordinário Andre Diaz de Aguiar, vereadores Antonio de Arruda Sá, Manoel Jozé de Sam Payo, Antonio de Arruda Leite, procurador do concelho Miguel João de Crasto), ao príncipe regente D. João, solicitando a observação da provisão de 26 de Julho de 1760 para a capitania de São Paulo por tempo permanente, concedendo, assim, o privilégio de os produtores de açúcar não terem seus bens confiscados, e de poderem pagar suas dívidas pelo rendimento da produção de suas fábricas”. 27 de junho de 1801, cx. 17, doc 863.

“Ofício do escrivão da Câmara da vila de Porto Feliz, Andre Gomes de Araujo, ao príncipe regente D. João, dando conta e fé do ofício do governador e capitão general, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a respeito da observação da provisão de 26 de Abril de 1760, citado pelos oficiais da Câmara da mesma vila”. 27 de junho de 1801, cx. 17, doc 863.

“Ofício do [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o envio do mapa da carga do bergantim Grão Penedo que partiu do porto de Santos, fazendo escala no Rio de Janeiro, com destino a Lisboa”. 13 de outubro de 1801, cx. 17, doc 885.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comunicando que tem se dedicado ao fomento da plantação e exportação de farinha de mandioca para o reino”. 15 de dezembro de 1801, cx. 18, doc 896.

“Representação dos comerciantes da vila de Santos ao príncipe regente [D. João], solicitando que fossem isentos da contribuição denominada literária, que havia sido estabelecida por, governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro Mendonça para fazer frente ao pagamento de novos funcionários tais como cirurgiões, contadores, hidráulicos etc.” 13 de janeiro de 1803, cx. 19, doc. 937.

“Relação das embarcações que saíram do porto de Santos antes e depois do governo de Bernardo José de Lorena”. 20 de dezembro de 1802, cx. 19, doc. 937.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior sobre o requerimento do sargento-mor Agregado à Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme em que solicita a promoção ao posto de tenente-coronel de Cavalaria e comandante da dita Legião”. 26 de março de 1803, cx. 19, doc. 958.

“Carta do ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, ao príncipe regente [D. João], respondendo a representação feita contra ele por Antônio Pires Querido Portugal junto a Rainha [D. Maria I], pela qual o acusa de tê-lo ofendido quando convocou Manoel da Silva Granito à sua presença para esclarecer uma questões de terras, situadas na vila de Cunha, que havia entre os dois há mais de vinte anos”. 18 de setembro de 1804, cx. 24, doc. 1070.

“Carta do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, ao príncipe regente [D. João], dando seu parecer favorável a respeito da readmissão de José Gomes de Siqueira, que tivera baixa de seu posto de capitão-mor da vila de Cunha”. 14 de dezembro de 1804, cx. 24, doc. 1095.

“Requerimento de Alexandre Pereira Diniz, como procurador de Salvador Nardi de Vasconcelos, ao príncipe regente [D. João], solicitando o hábito da Ordem de Cristo, como havia sido determinado pelo ex-governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzedas, Bernardo José e Lorena Silveira”. Post. 9 de outubro de 1806, cx. 28, doc. 1266.

“Parecer do Conselho Ultramarino sobre a representação da Câmara da vila de Porto Feliz, da capitania de São Paulo, em que solicita a isenção do tributo do açúcar que for a estabelecido pelo ex-governador de São Paulo, Antônio Manuel de Melo e Castro”. 17 de setembro de 1807, cx. 30, doc. 1335.

Avulsos. Brasil - São Paulo / Mendes Gouveia (023-01)

“Carta do corretor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, Domingos Bastos Viana, para (D. José I), dizendo que o provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, remete, por certidão, o rendimento de todos os contratos e mais produções daquela Provedoria, de 1762 a 1769, satisfazendo assim a Ordem de 17 de Abril de 1769”. 15 de julho de 1771, cx. 27, doc. 2562.

“Relação da carga trazida da vila de Santos pelo iate Rainha dos Anjos Senhor do Bomfim”. 9 de setembro de 1775, cx. 30, doc. 2714.

“Ofício do [administrador-geral da Alfândega e] intendente-geral da Polícia da Corte, Diogo Inácio de Pina Manique, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior], remetendo mapa das caixas de açúcar, meios de sola, couros em cabelo e atados que entraram na Alfândega de Lisboa em 1800 vindo da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Santos, Maranhão e Pará”. 23 de outubro de 1801, cx. 33, doc. 2718.

“Carta do (ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Antônio de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus) para (D. Maria I), queixando-se do procedimento do ouvidor de São Paulo, José Gomes Pinto de Moraes, em virtude de, este procurar por todos os modos prejudicá-lo”. 29 de julho de 1777, cx. 31, doc. 2767.

“Requerimento do (provedor da Fazenda Real de São Paulo), José Honório de Valadares e Aboim a (D. Maria I), dizendo que apresentou à Rainha os prejuízos causados à Fazenda Real, pelo antigo governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (morgado de Mateus), associado com o ouvidor da mesma comarca, José Gomes Pinto de Moraes e o que estes fizeram para impedir do exercício das suas funções de provedor da Fazenda Real”. Anterior a 27 de agosto de 1777, cx. 32, doc. 2774.

“Requerimento de Manuel Antônio Alvares, Simão Martins Silva e Félix Gomes de Sequeira a (D. Maria I) pedindo confirmação da sesmaria de umas terras que lhes foram dadas pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Martim Lopes Lobo de Saldanha). Estas terras têm três léguas de testada por légua e meia de sertão e estão situadas, no distrito da vila de Taubaté”. Ant. 21 de janeiro de 1778, cx. 32, doc. 2805.

“Parecer do (procurador da Fazenda do Ultramar José Gonçalves da Silveira Preto) sobre a resposta que o governador e capitão-general da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha dera às queixas contra ele formuladas”. 23 de setembro de 1784, cx. 37, doc. 3106.

“Parecer do (conselheiro do Conselho Ultramarino, João Batista Baroni) sobre a resposta que o governador e capitão-general da capitania de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha dera às queixas contra ele formuladas”. Ca. 23 de setembro de 1784, cx. 37, doc. 3106.

“Ofício do desembargador Antônio Joaquim de Pina Manique, para o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, informando que inspecionara a corveta Nossa Senhora da Arrábida São José e Almas”. Anterior a 4 de dezembro de 1785, cx. 38, doc. 3127.

“Ofício do desembargador dos agravos, Antônio Joaquim de Pina Manique para o (secretário do Estado, Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro), dizendo que fez a visita do ouro ao navio Santos Mártires Triunfo do Mar, de que é capitão Antônio Luís da Piedade”. 22 de dezembro de 1789, cx. 39, doc. 3268.

“Requerimento do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo e Castro de Mendonça, pedindo a (D. Maria I) que lhe aumente o soldo, tal como por Decreto de 18 de Janeiro de 1790 o aumentara ao governador e capitão-general da capitania do Maranhão, (Fernando Pereira Leite de Fogos), e, a exemplo deste, ao governador das Ilhas e outros mais”. Posterior a 18 de janeiro de 1790, cx. 39, doc. 3272.

“Relação dos soldos dos governadores de São Paulo”. Posterior a 18 de janeiro de 1790, cx. 39, doc. 3272.

“OFÍCIO do desembargador dos agravos, Antônio Joaquim de Pina Manique, dizendo que, em cumprimento das ordens de (D. Maria I), fez a visita do ouro à corveta Nossa Senhora do Monte do Carmo e Senhor do Bom Fim que é capitaneada por João dos Banhos Souto que chegou de Santos”. 16 de janeiro 1793, cx. 41, doc. 3353.

“Carta do alferes da vila de Cunha, da capitania de São Paulo, Antônio Pires Querido Portugal, para (D. Maria I), na qual expõe que, tendo uma demanda com Manuel da Silva Granito da mesma vila, acerca dos limites da terra, o reverendo da dita vila, que só deseja o sossego do seu povo escreveu ao capitão-mor José Gomes de Sequeira e

Mota, para este informar (o governador e capitão) -general da capitania de São Paulo (Antônio Manuel Melo Castro e Mendonça) a fim de intervir, resolvendo o assunto”. 7 de maio de 1798, cx. 45, doc. 3530.

“Decreto do Príncipe Regente D. João, pelo qual promove o capitão da 1ª Companhia de Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, a sargento-mor agregado ao mesmo Corpo”. 31 de outubro de 1799, cx. 48, doc. 3755.

“Requerimento de João Monteiro Silva pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação da patente do posto de capitão da 2ª Companhia de Fuzileiros do Regimento de Infantaria de Milícias da vila da Cunha”. Anterior a 28 de fevereiro de 1800, cx. 48, doc. 3786.

“Requerimento de José Álvares de Oliveira, por seu procurador, Joaquim Luís Pereira, pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação do posto de capitão-mor das Ordenanças da vila de Cunha para o qual foi nomeado pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Antônio José da Franca e Horta)”. Ant. 5 de julho de 1803, cx. 52, doc. 4040.

“Carta do ouvidor geral da comarca (de São Paulo) Joaquim José de Almeida para o (Príncipe Regente, D. João) na qual dá uma relação dos documentos que se seque e que contém os autos dos serviços prestados pelo tenente coronel do 1º Regimento de Infantaria Miliciano daquela cidade, Antônio José Vaz”. 10 de agosto de 1803, cx. 52, doc. 4056.

“Requerimento de José Gomes de Sequeira e Mota, da Vila de (Nossa Senhora da Conceição de) Cunha, capitania de São Paulo, feito por seu procurador, Antônio José Braga, pelo qual pede ao (Príncipe Regente D. João) que mande passar ordem, pela 2ª vez, ao ex-governador (daquela capitania) Antônio Manuel de Melo Castro (e Mendonça) para que este informe sobre um pedido do requerente, para ser restituído no posto de capitão-mor daquela vila, de que fora privado”. 13 de fevereiro de 1805, cx. 57, doc. 4303.

“Carta do governador o capitão-general da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, para o (Príncipe Regente, D. João) em que responde à provisão de 27 de Junho de 1804 pela qual lhe ordenava que desse o seu parecer sobre o procedimento de José Gomes de Sequeira e Mota”. 26 de abril de 1805, cx. 57, doc. 4332.

“Ofício do (presidente do Real Erário) Luís de Vasconcelos e Sousa, ao (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior), remetendo-lhe o ofício do sargento-mor e comandante da Brigada de Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo Joaquim José Pinto de Leme”. 16 de maio de 1805, cx. 58, doc. 4348.

“Lembrete do (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior)”. Post. a 16 de maio de 1805, cx. 58, doc. 4348.

“Requerimento de Manuel da Silva Granito, por seu procurador, Domingos José Soares Barros, pedindo ao (Príncipe Regente D. João) confirmação do posto de ajudante e "supra" das Ordenanças da vila de Cunha, que já estava vago por não ter requerido confirmação da primeira patente, no prazo determinado. Pela carta inclusa, mostra ter sido novamente nomeado pelo governador da capitania de São Paulo (Antônio José da Franca e Horta)”. Ant. 9 de setembro de 1805, cx. 58, doc. 4416.

“Representação (Cópia) dos oficiais da Câmara da vila de Porto Feliz, expondo ao Príncipe Regente os graves inconvenientes que advêm da Contribuição Literária imposta pelo ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, onerando o preço do açúcar em quarenta réis por arroba”, cx. 63, doc. 4807.

“Carta do (comandante da 2ª Companhia do 1º Regimento de Cavalaria Miliciano de São Paulo), Joaquim José Pinto de Moraes Leme, para o (ex-governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça”. 9 de abril de 1808, cx. 64, doc. 4856.

Biblioteca Nacional, Lisboa

Manuscritos Avulsos

- Códice 4530

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro”. 24 de abril de 1775, fl. 22.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para Martinho de Mello e Castro dando parte de sua chegada no Rio de Janeiro”. 24 de abril de 1775, fl. 24-25.

“Traslado dos autos da averiguação que se fes por Testemunhas, e documentos na Junta da Real Fazenda da Capitania de São Paulo, sobre a representação que fes o Doutor Ouvidor Jozé Gomes Pinto de Moraes a respeito das nulidades com que se rematou o contracto dos Dizimos, e de se dever ressarcir á Real Fazenda dos prejuizos que padeceo, e dos lucros que lhe pertencem”. 7 de julho de 1775, fl. 103-104.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal passando relação de oficiais para quem deu baixa dos postos militares”. 25 de novembro de 1775, fl. 140-142.

“Relação dos Nomes, Naturalidades, Idades, tempo de serviço, postos em que se achavão, e prestimo dos Officiais providos no Regimento de Voluntarios Reaes, que de novo se formou na Capitania de São Paulo, conforme as Reaes ordens de 14 de Janeiro de 1775, no primeiro de Dezembro do referido anno”. 1º de dezembro de 1775 fls. 145-152.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal sobre seu filho Antonio Lobo de Saldanha ser ajudante de ordens, com patente de capitão, e da nomeação de mais um ajudante”. 3 de dezembro de 1775, fl. 154.

“Relação dos Nomes, Naturalidades, Idades, tempo de serviço, Postos em que se achavão, e prestimo dos officiais providos no Regimento de Infantaria, que de novo se formou na Capitania de São Paulo, conforme as Reaes ordens de 14 de Janeiro de 1775, no primeiro de julho do mesmo anno”. 1º de julho de 1775, fls. 160-163.

“Relação dos Officiais agregados ao Regimento de Infantaria de São Paulo, de que he Coronel Manoel Mexia Leite.” 30 de dezembro de 1775, fls. 198-199v.

“Relação dos Officiais, e Soldados reformados”. 30 de dezembro de 1775, fls. 200-201.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal sobre o caso da arrematação do contrato dos dizimos no governo de d. Luís Antonio de Souza”. 2 de março de 1775, fls. 235-236.

“Carta de Martim Lopes Lobo de Saldanha para o marquês de Pombal sobre a importância que têm o secretário e o ouvidor como auxiliares nos trabalhos dos governadores”. 20 de abril de 1776, fls. 238-239.

Coleção Pombalina

- Códice 617

“Carta de Francisco de Assis a seu pai Bernardo José de Lorena”. s/d.

“Carta de Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça para Bernardo José de Lorena, participando a sua chegada no Rio de Janeiro”. 27 de abril de 1797.

“Carta do frei Thomé da Madre de Deus para o governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, sobre os estudos de seu filho, Francisco de Assis, e dos conflitos pelos quais passa na capitania de São Paulo”. 4 de julho de 1799.

- Códice 633

“Assento (Cópia) que se fez em junta de 23 de Junho de 1789, sobre o dinheiro que se achava no Cofre dos defuntos, e auzentes da Villa de Santos, pertencente á herança de Pedro Machado, para ser aplicado por emprestimo a factura do caminho que vai desta Cidade para a dita Villa”. 23 de junho de 1789, fl. 68; há cópia deste assento também em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 566.

“Carta de Rafael Pito Bandeira a Bernardo José de Lorena”. 12 de setembro de 1790, fl. 77.

“Carta do astrónomo Francisco de Oliveira Barbosa, determinando a situação geographica da cidade de S. Paulo, no Brasil”. 1788, fl. 80.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Rezende, ao govenador de S. Paulo Bernardo José de Lorena, sobre um navio que desembarcou no Rio de Janeiro e que precisava ser carregado com gêneros da capitania paulista”. 5 de abril de 1794, fl. 99.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Rezende, ao govenador de S. Paulo Bernardo José de Lorena, sobre um navio que desembarcou no Rio de Janeiro e que precisava ser carregado com gêneros da capitania paulista”. 5 de abril de 1794, fl. 99.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Rezende, ao govenador de S. Paulo Bernardo José de Lorena, sobre não poder dar ajuda de custo ao governador”. 9 de janeiro de 1797, fl. 106.

“Copia da Informação que se deu sobre o requerimento de Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme”. 7 de janeiro de 1799, fl. 117.

“Cópia do requerimento de José Pinto de Moraes Leme, com comentário de Joaquim José de Macedo Leite”. Post. 7 de janeiro de 1799, fls. 118-120.

“Atestado dos oficiais da câmara da vila de Parnaíba sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 16 de fevereiro de 1799, fl. 122.

“Atestado dos oficiais da câmara da vila de Mogi das Cruzes sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 23 de março de 1799, fl. 123.

“Atestado dos oficiais da câmara da vila de Guaratinguetá sobre a participação de Antonio José Vaz nas discussões sobre o sal e o ferro”. 31 de março de 1799, fl. 124.

“Carta do oficial da câmara de Guaratinguetá Manoel José da Costa ao tenente-coronel Antonio José Vaz, pedindo conselhos”. 11 de abril de 1799, fl. 125.

“Rascunho Elaborado por Antonio José Vaz a pedido de Manoel José da Costa”. 22 de abril de 1799, fl. 126.

“Resposta de Antonio José da Costa sobre o conselho que lhe pedia Manoel José da Costa”. 22 de abril de 1799, fl. 127.

“Carta de Antonio José Vaz ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, sobre a notícia da confirmação dos hábitos e outros assuntos”. 15 de maio de 1799, fl. 129.

“Carta de Baltazar José Pereira Chaves para o governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, pedindo que lhe fosse remetida a quantia que o governador devia por algumas fazendas compradas doze anos atrás que até então não tinham sido pagas”. 4 de dezembro de 1799, fl. não numerado.

“Carta de agradecimento dos oficiais da câmara de Sabará para o governador da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena”. 17 de janeiro de 1801, fl. 137.

“Carta de Joaquim de Macedo Leite ao governador de Minas Gerais Bernardo José de Lorena”. 20 de fevereiro de 1801, fl. 138.

- Códice 642

“Carta do astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa, determinando a situação geographica da cidade de S. Paulo, no Brasil”. 1788, fl. 80.

“Eclipses. Carta do astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa, predizendo o eclipse do sol, visível em São Paulo (Brasil)”. 28 de Novembro de 1788, fl. 424.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa o Navio Nossa Senhora da Piedade e Albuquerque, de que hé Capitão Jozé Álvarez Leal, em o 1º de Junho de 1790”. 1º de junho de 1790, fl. 458; ; há cópia desse documento em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Concelho Ultramarino (CU)*, *Brasil/Geral (003)*, cx. 27, doc. 2268.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa o Bergantim Carmo, & Bom Fim, de que hé Capitão Francisco de Faria Salgado este anno de 1791”. 1791, fl. 465.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos a Galera Penha de França, & Silveira, de que hé Capitão Antonio Jozé de Carvalho, este anno de 1791”. 1791, fl. 468.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para Lisboa o Bergantim Carmo, & Bom Fim, de que hé Capitão João dos Banhos Souto, este prezente anno de 1792”. 1792, fl. 472.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para Lisboa o Navio Santos Mártires Triunfo do Mar, de que hé Capitão Antonio Luis da Piedade, este prezente anno de 1792”. 1792, fl. 473.

“Mapa da Carga que transporta da Villa de Santos para Lisboa a Curveta Senhor dos Passos & Santo Antonio, de que hé Capitão Sebastião Jozé de Vasconcelos, este prezente anno de 1792”. 1792, fl. 474; há cópia desse documento em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 568.

“Mapa da Carga que a Galera Nossa Senhora da Madre de Deos & São Jozé, de que hé Capitão Feliciano Joze Pereira Leva da Praça de Santos para a cidade de Lisboa”. 1792, fl. 475.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa Navio Santo Antonio, e Santa Anna Cisne Capitão Felix Joze de Souza este prezente anno de 1793”. 1793, fl. 490.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa a Curveta Nossa Senhora do Carmo & São Joze Capitão Elias Francisco Xavier este prezente anno de 1793”. 1793, fl. 491.

“Resolução de D. Maria I negando ajuda de custo na ida e volta de d. Luiz da Cunha Menezes, e a todos os governadores”. 3 de agosto de 1792, fls. 531-531v.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa a Sumaca Nossa Senhora da Vitoria Capitão João Pedro Viegas este prezente anno de 1794”. 1794, fl. 533.

“Mapa da Carga que transporta a Galera Flor d’America de que he Capitão Antonio Luis Pereira da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa, o prezente anno de 1794”. 1794, fl. 534.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para a cidade de Lisboa o Navio Santos Martires Triunfo do Mar Capitão Antonio Luis da Piedade este prezente anno de 1794”. 1794, fl. 535.

“Mappa da Carga do Navio Invencivel de que he Capitão Antonio Joze Rodriguez, da Villa de Santos para a Cidade de Lisboa, neste prezente anno de 1794”. 1794, fl. 536.

“Carta (cópia) de Bernardo José de Lorena para o capitão-mor da vila de São Sebastião pedindo informação sobre a produção de açúcar daquela vila e para que se não passem açúcares para o Rio de Janeiro”. 18 de julho de 1788, fl. 538.

“Carta (cópia) de Bernardo José de Lorena para o capitão-mor da vila de Itu sobre os senhores de engenho daquela vila não embarçarem o comércio de açúcar do porto de Santos”. 15 de março de 1789, fls. 538-538v.

“Mapa da Carga que transporta da Vila de Santos para a Cidade do Porto o Navio São João Sacramento & Conceição de Maria: Protector, de que hé Capitão Joze Álvarez de Souza Virafolha, em 20 de julho de 1795”. 20 de julho de 1795, fl. 552.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Navio Senhor da Canna Verde Capitão Felix Carneiro dos Santos, este prezente anno de 1795”. 1795, fl. 554; há cópia em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo (023)*, cx. 12, doc 605.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para Lisboa o Bragantim Nossa Senhora do Pilar e Bom Fim de que hé Capitão Antonio Caetano Firme, este anno de 1796”. 1796, fl. 556.

“Carta (cópia) do secretário José Romão Jeunot para o capitão-mor da vila de Itu sobre mandar remeter o açúcar produzido na vila para o porto de Santos”. 6 de dezembro de 1792, fl. 546.

“Mappa da Carga que transporta da Vila de Santos para a Cidade Lisboa o Bergantim Nossa Senhora do Carmo Leão, de que hé Capitão Francisco Thomas da Silveira, este anno de 1796”. 1796, fl. 557.

“Alvará concedendo carta de conselheiro do Conselho Ultramarino a Bernardo José de Lorena, governador de S. Paulo e Minas”. 17 de setembro de 1801, fl. 604.

- Códice 653

“Theses pro repetitionis actu ex Historia Ecclesiastica, jure tum naturali, canonico, publico, ac privato, cum regio selectas. (Auctor) Bernardus Josephus a Lorena”. 14 de maio de 1778.

- Códice 710

“Carta de Francisco de Assis a seu pai Bernardo José de Lorena”. 7 de março de 1799.

Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, Lisboa

Chancelarias das Ordens

- Avis (índices). L385-392.
- Cristo (índices). L393-L434.
- Santiago (índices). L436-L444.

Chancelarias Régias

- D. João V (índices). L106-L136.
- D. José I (índices). L137-L162.
- D. Maria I (índices). L164-L186.
- D. João VI (índices). L187-L203.

Colégio dos Nobres

“Livro 4º. de registo da entrada, sahida, profissões e actos dos collegiaes do Collegio dos Nobres (1766 a 1769)”. In *Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo*, Colégio dos Nobres, liv. 62.

Papéis do Brasil

- Códice 1

“Relação das freguesias do Bispado de São Paulo”. Século XVIII, fl. 116.

“Relação dos vigários da vara que apresenta o Bispo de São Paulo”. s/d, fl. 119.

“Rendimento do quinto da Fundição do ouro em 1784”. 1784, fl. 210.

“Cópia de um assento da Câmara de Paranaguá em junta com os procuradores das câmaras das vilas da comarca”. 6 de julho de 1767, fls. 212-213.

- Códice 4

“Relação dos escravos que se têm despachado na alfândega de Santos desde 1779 a 1786”. s/d, códice 4, fl. 274.

“Erros Sobre as Sesmarias das Terras da América e verdadeira forma de as Emendar e Regular”. 1793, fls. 292-295v

“Relação dos Juizes de Fora da vila de Santos desde 1714”, s/d, fls. 297-300.

- Códice 6

“Parecer para o Conselho Ultramarino”. 23 de setembro de 1784, fls. 358-359v.

- Códice 13

“Representação da Câmara da Vila de Santos a Sua Magestade”. 29 de março de 1783, fls. 171-173v.

- Avulsos

“Carta do Marquês de Pombal [para João Bernardo Gonzaga]”. 27 de janeiro de 1755, avulsos 3, nº 11.

“Notícia sobre a Vila de São Vicente e da decadência em que pouco a pouco foi caindo a vila”. Fins do século XVIII, princípios do XIX, avulsos 5, nº 5.

Secretaria das Mercês/Registo Geral de Mercês

- D. João V

“Martim Lopes Lobo de Saldanha. Alvará. Foro de Moço Fidalgo”. 11 de março de 1746. Liv. 36, fl. 273.

“Cristóvão Antonio Lopes de Saldanha. Alvará. Foro de Moço Fidalgo”. 11 de março de 1746. Liv. 36, fl. 273.

“D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Foro de Fidalgo Cavaleiro”. Liv. 40, fl. 40v.

“Martim Lopes Lobo de Saldanha. Carta de Padrão”. 12 de março de 1750. Liv. 41, fl. 137.

- D. José I

“D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Carta de Padrão. Tença de 12\$000 rs. e Hábito”. Liv. 4, fl. 321.

“D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão. Carta. Doação”. Liv. 10, fl. 479.

“D. Luiz Antonio de Souza. Carta. Título de Conselho”. 18 de janeiro de 1765. Liv. 19, fl. 22.

“Bernardo José de Lorena. Foro de Moço Fidalgo”. 3 de fevereiro de 1766. Liv. 19, fl. 485.

“Bernardo José de Lorena. Foro de Fidalgo Escudeiro”. 14 de dezembro de 1776. Liv. 19, fl. 485.

“Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Moço Fidalgo”. 2 de abril de 1773. Liv. 28, fls. 59-59v.

- D. Maria I

“Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme. Carta Patente de Capitão de Cavalos”. 27 de Junho de 1780. Liv. 9, fl. 122.

“Joaquim José de Macedo Leite. Carta Patente de Capitão de Cavalos”. 12 de julho de 1781. Liv. 9, fl. 207v.

“Francisco da Cunha de Menezes. Carta Patente de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 26 de maio de 1781. Liv. 10, fl. 348.

“Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 26 de maio de 1781. Liv. 10, fl. 348.

“Francisco da Cunha Menezes. Carta. Título de Conselho”. 30 de maio de 1781. Liv. 10, fl. 348.

“Francisco da Cunha Menezes. Carta de Padrão. Tença de 12\$000 rs, dos Almojarifados do Reino com o Hábito de Cristo”. Liv. 10, fl. 348.

“Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta. Profissão de Hábito”. 16 de novembro de 1795. Liv. 18, fl. 111.

“Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta Patente de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 21 de agosto de 1795. Liv. 19, fls. 214v e 216v.

“Bernardo José de Lorena. Carta Patente de Governador e capitão-general da capitania de S. Paulo”. 19 de agosto de 1786. Liv. 20, fl. 222.

“Bernardo José de Lorena. Carta de Padrão. Hábito da Ordem de Cristo”. 14 de abril de 1786. Liv. 20, fl. 222.

“Bernardo José de Lorena. Carta de Título. Conselho”. 9 de agosto de 1786. Liv. 20, fl. 222v.

“Bernardo José de Lorena. Carta de Profissão. Hábito”. 26 de novembro de 1786. Liv. 20, fl. 372.

“Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Alvará. Comenda”. 16 de outubro de 1795. Liv. 27, fls 267v-268.

“Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça. Carta. Comenda de Alcaria Ruiva”. 13 de agosto de 1796. Liv. 28, fls 135-135v.

“Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general do Estado da Índia”. 19 de dezembro de 1785. Liv. 29, fl. 102v.

“Francisco da Cunha Menezes. Carta Patente. Governador e capitão-general da capitania da Bahia”. 3 de outubro de 1800. Liv. 29, fl. 114.

“Francisco José de Souza. Carta Patente. Capitão-mor”. Liv. 30, fl. 189v.

“Capitão Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme. Habito de Noviço da ordem de S. Bento de Aviz”. 12 de abril de 1799. Liv. 30, fl. 208v.

“Joaquim José de Macedo Leite. Carta de Sargento Mor do Regimento de Cavalaria da Capitania de S. Paulo”. 24 de setembro de 1799. Liv. 30, fl. 250v.

“Registo do Decreto do Príncipe Regente D. João, pelo qual promove o capitão da 1ª Companhia de Cavalaria da Legião de Voluntários Reais da capitania de São Paulo, Joaquim José Pinto de Moraes Leme, a sargento-mor agregado ao mesmo Corpo”. Liv. 31, fl. 263; o decreto está em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, *Administração Central (ACL)*, *Conselho Ultramarino (CU)*, *Brasil-São Paulo- Mendes Gouveia (023-01)*, cx. 48, doc. 3755.

- D. João VI

“Bernardo José de Lorena. Carta. Conde de Sarzenas”. 24 de maio de 1805. liv. 7, fls. 30v-31.

“O Conde de Sarzenas. Bernardo José de Lorena. Vice-rei do Estado da Índia”. Liv. 8, fls. 313-313v.

- Certidões negativas

“José Alves de Oliveira. Certidão Negativa”. Liv.1, fl.366v.

Fontes Impressas

“A lavoura de Canna em São Paulo no anno de 1800. Officio da Camara de Porto Feliz ao Príncipe Regente”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 6, 1902, pp. 471-472.

ABREU, Manoel Cardoso de. “Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso”. 1783. In *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, pp. 53-87.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. Texto e Edição de 1711; introdução e vocabulário por A. P. Canabrava. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introdução e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CLETO, Marcelino Pereira. “Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la”. 25 de outubro de 1782. In *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, respectivamente, pp. 11-52.

CUNHA, D. Luís da. *Instruções políticas*. (Introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva). Lisboa: CNCDP, 2001.

D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. André Mansuy Diniz Silva (introdução e direção de edição). 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

“Discurso que recitou o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, e Domínios Ultramarinos Dom Rodrigo de Souza Coutinho no dia da abertura da Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica para o dezenho gravura e impressão das cartas hydrograficas, geográficas e militares, etc”. In *Arquivo das Colónias*. Lisboa: Ministério das Colónias, 1917, vol. 1, pp. 24-33.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo.

- vol. 3, 1913, 3ª edição (1ª edição de 1894) - “Diversos”

“Carta do vigário da freguesia de Campinas, Joaquim José Gomes, expondo o desejo dos moradores de Campinas para que a dita freguesia seja elevada à categoria de vila”. s/d [provavelmente 29 de outubro de 1797, data do atestado incluso], pp. 3-5.

“Atestado do vigário da freguesia de Campinas, Joaquim José Gomes, provando o aumento da sua população e a capacidade de seus homens para os cargos públicos”. 29 de outubro de 1797, pp. 7-8.

“Edital, do doutor Caetano Luiz de Barros Monteiro, ouvidor geral e corregedor da comarca de São Paulo “e na mesma Provedor das Fazendas dos Defuntos e Auzentes, Capellas, e Residuos, e Orfans, Auditor Geral da gente de Guerra, Intendente de Policia e Real Caza de Fundiçam, e Superintendente das terras, e aguas mineraes, tudo com jurisdiçam, e alçada no civil, e crime”, erigindo Campinas à categoria de vila com a denominação de São Carlos”. 13 de dezembro de 1797, pp. 9-11.

“Portaria do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, elevando a freguesia de Campinas em vila, sob o nome de vila de São Carlos”. 16 de novembro de 1797, pp. 11-12.

“Auto de ereção de Campinas a vila de São Carlos”. 14 de dezembro de 1797, pp. 12-14.

“Termo de levantamento do pelourinho e demarcação de lugar para os Paços do Concelho e Cadeia da vila de São Carlos”. 14 de dezembro de 1797, pp. 14-15.

“Termo de declaração do Rocio da vila de São Carlos”. 20 de dezembro de 1797, pp. 15-17.

“Auto de eleição de juizes, vereadores e mais oficiais da câmara da vila de São Carlos”. 16 de dezembro de 1797, pp. 18-27.

“Termo de elevação da freguesia de Ararituaba à categoria de vila com a denominação de Porto-Feliz”. 20 de dezembro de 1797, pp. 27-29.

“Auto de ereção da freguesia de Ararituaba a vila com a denominação de Porto-Feliz”. 22 de dezembro de 1797, p. 29.

“Certidão da publicação do edital elevando Ararituaba a vila”. 22 de dezembro de 1797, p. 29.

“Portaria do governador e capitão general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça elevando a freguesia de Ararituaba à categoria de vila, com a denominação de vila de Porto-Feliz”. 13 de outubro de 1797, pp. 30-31.

“Termo de levantamento do pelourinho e demarcação de terrenos para os Paços do Concelho e Cadeia de Porto-Feliz”. 22 de dezembro de 1797, pp. 33-34.

“Termo de declaração do rocio de Porto-Feliz”. 22 de dezembro de 1797, pp. 34.

“Auto de eleições de juizes e oficiais da câmara da vila de Porto-Feliz e relação das pessoas que a podem servir”. 22 de dezembro de 1797, pp. 36-45.

“Auto de estabelecimento da Junta de Justiça na capitania de São Paulo”. 20 de abril de 1776, pp. 48-51.

“Requerimento em que João Baptista Victoriano pede ao governador e capitão-general Martim Lopes Lobo de Saldanha providências para não ser impedido no plano de descoberta do morro de Ivoitucavarú”. Post. 1780, pp. 54-56.

“Ofício dos oficiais da câmara da vila de Itu (Eufrázio de Arruda Botelho, juiz presidente, Joaquim Luiz Botelho de Freitas, vereador, Zacarias José de Freitas, vereador, Pedro da Silveira Leite, vereador, João Francisco Dias,

procurador) à rainha d. Maria sobre os benefícios determinados pela dita rainha com relação aos contratos do sal, e tributo do ferro”. 19 de fevereiro de 1796, pp. 96-97.

“Ofício dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo (Salvador Nardi de Vascos. Noronha, Manuel de Jesus Costa e Cintra, Antonio Alves Airão, Manoel Corra. Bitancurt) ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena propondo providências para baixar o exagerado preço do sal”. 2 de fevereiro de 1796, pp. 98-99.

“Ofício dos oficiais da câmara da cidade de São Paulo (Salvador Nardi de Vascos. Noronha, Manuel de Jesus Costa e Cintra, Joaquim Francisco de Vasconcelos, Manuel José de Castro, Manoel Alz Alvim) ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena sobre o exagerado preço do sal, implorando o auxílio do dito governador para a solução desta questão”. 10 de dezembro de 1796, pp. 99-101.

“Portaria do governador e capitão-general Antonio Manoel de Melo Castro e Mendonça, regulando o preço do sal, e nomeando seus fiscais, etc”. 5 de outubro de 1799, pp. 101-103.

- vol. 11, 1896 - “Divisas de São Paulo e Minas Geraes”

“Provisão Regia [cópia] Abolindo o Governo Separado de São Paulo, 1748”. 24 de agosto de 1748, pp. 39-41.

“Representação da Câmara de São Paulo [sobre o governador ajudar com a questão das terras pertencentes aos paulistas e da divisa com Minas Gerais]”. 30 de setembro de 1771, pp. 118-121.

“Ordem para repartir as terras minerais do Rio Pardo e Jaguaré, 1771”. Post. 30 de setembro de 1771, pp. 128-130.

“Carta do vice-rei do Brasil e governador da capitania do Rio de Janeiro, conde da Cunha, ao governo de Lisboa, declarando, dentre outras coisas, a dificuldade em gerir os domínios da capitania de São Paulo”. 13 de junho de 1764, p. 211.

- vol. 4, 1894 - “Diversos”

“Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar da Madre de Deus, dando notícia do livro que está escrevendo, e outras coisas”. 29 de novembro de 1777, pp. 10-20.

“Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar da Madre de Deus, dando notícia das descobertas genealógicas que fez sobre o seu ascendente Pedro Leme, e outras coisas”. 31 de maio de 1775, pp. 21-24.

- vol. 14, 1895 - “Correspondências diversas”

“Do Senhor Conde de Cunha em que felicita ao Governador e Capitão General D. Luiz Antonio de Souza a sua boa vinda, e de lhe entregar hum governo tão importante como o de São Paulo”. 20 de junho de 1765, p. 42.

“Ofício do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador e capitão-general Morgado de Mateus em que lhe deseja uma boa viagem e sucesso no governo, além de outras informações”. 15 de julho de 1765, pp. 42-44.

“Ofício do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador e capitão-general Morgado de Mateus em que lhe remete o alvará, para que onde houver ouvidor se formem Juntas de Justiça”. 27 de julho de 1765, pp. 45-46.

“Alvará com força de lei segundo o qual onde houver ouvidor se formem Juntas de Justiça”. 18 de janeiro de 1765, pp. 46-49.

“Sobre as ponderações, que faz o Governador de São Paulo da falta de rendas da sua Provedoria, e das couzas que tem para satisfazer, e sobre a trabalhosa paz em que estamos, responde que por isso mandou El-Rey Nossa Senhor a elle Governador para o remediar, que remetterá todo o dinheiro que puder, que examine se estão capazes as quatro companhias de Venturosos, e que no que toca a guerra nem lhe parece ser util nem tem ordem para ella.” 24 de setembro de 1765, pp. 69-72.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus afirmando: «Que vio a minha carta sobre os Soldados Venturosos que lhe parecê excessivos, explica as tres classes de tropa, e manda ordem para se ajustar novamente com elles»”. 28 de novembro de 1765, pp. 73-74.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus sobre o pedido de cópia do alvará concedendo os privilégios aos auxiliares do reino, para que os oficiais das ordenanças tenham os mesmos privilégios”. 4 de dezembro de 1765, p. 80.

“Copia do Traslado do Alvará dos Soldados Auxiliares, porque gozão dos Previlégios delle”. 24 de novembro de 1645 (a cópia foi feita em 10 de agosto de 1698), pp. 81-84.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus: «Em que fica procurando as Ordens, que pertencem a esta Capitania [de São Paulo]». 25 de julho de 1766, p. 108.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus afirmando: «Sobre lhe remetter algũas ordens pertencentes a este Governo que tinham ficado naquella Secretaria». 5 de setembro de 1766, pp. 113-114.

“Carta do vice-rei do Estado do Brasil conde da Cunha ao governador Morgado de Mateus afirmando: «Sobre remetter o resto das Ordens, que ficarão naquella Secretaria». 19 de janeiro de 1767, pp. 122-123.

“A Carta de parabens, em que [o governador e capitão-general de Minas Gerais Luis Diogo Lobo da Sylva] fellicita a Sua Excelência [o governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus] no seu governo, e que estima ter nelle hum companheiro de tantas circunstances para instruhir-se nas materias importantes, em que se acham unidos”. 28 de junho de 1765, pp. 157-158.

“Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus participando sua entrada como vice-rei do Estado de Brasil”. 21 de novembro de 1767, p. 219.

“Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus justificando o fato de não escrever mais extensamente para o governador”. 7 de maio de 1768, pp. 219-220.

“Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus explicando, dentre outras coisas, o fato de não dar respostas às cartas do governador”. 14 de junho de 1768, p. 220.

“Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus explicando o porquê de não escrever mais extensamente ao governador”. 6 de setembro de 1768, p. 223.

“Carta do conde de Azambuja ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus sobre a arrematação dos contratos dos dízimos”. 14 de abril de 1769, pp. 227-230.

“Carta do governador e capitão-general de Minas Gerais conde de Valladares ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus lamentando não poder ajudar a um afilhado do governador”. 4 de maio de 1769, p. 244.

“Carta do governador e capitão-general de Minas Gerais conde de Valladares ao governador e capitão-general de São Paulo Morgado de Mateus sobre fazendas de éguas e burros em Minas Gerais”. 5 de fevereiro de 1770, p. 244.

“Methodo, que se pratica nesta Junta da Real Fazenda do Rio de Janeyro, escrito por ordem do Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquez de Lavradio, Vice-Rey, e Capitam General de Mar, e terra do Estado do Brazil, em resposta á Relaçam remetida pelo Excelentíssimo Senhor D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador, e Capitam General da Capitania de São Paulo, das Instrucçoens, que aviza carecer para regular a Junta daquella Capitania pelo que se observa nesta da Cidade Capital do Estado”. 14 de junho de 1771, pp. 296-302.

- vol. 17, 1895 - “Correspondências do Vice-Rey, de Martim Lopes Lobo de Saldanha e outros (1775-1779)”

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre como melhor agir para o cumprimento das instruções régias”. 27 de maio de 1775, pp. 1-20.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre as instruções régias que lhe foram enviadas dando ordens para executar, o mais rápido possível, a defesa das regiões do sul”. 20 de junho de 1775, pp. 20-23.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha comunicando que recebeu as cartas do governador e envia as respostas conjuntamente; trata, ainda, de questões relativas ao pagamento de dívidas, e de como o governador deve ter cuidado com as informações que são passadas a respeito de seu antecessor”. 12 de julho de 1775, pp. 24-27.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha tratando de questões militares, referentes à guerra contra os espanhóis no sul, e de questões administrativas”. 7 de novembro de 1775, pp. 33-43.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha tratando de questões militares e administrativas”. 26 de novembro de 1775, pp. 43-48.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre ordens do anterior governador da capitania, Morgado de Mateus, para que se fundisse o ouro na capitania”. 9 de fevereiro de 1776, pp. 100-102.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre os espanhóis estarem fugindo do sul, pelas armas de El-Rey”. 7 de maio de 1776, pp. 111-112.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre a importância de se cultivar o tabaco na capitania de São Paulo”. 12 de julho de 1776, pp. 117-119.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre como compor os terços auxiliares, e como o governador não deve confiar de todo nas informações que lhe são passadas”. 7 de agosto de 1776, pp. 123-126.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre um problema de comunicação que quase atrapalhou a negociação de paz com os espanhóis, e de como o governador deveria se prevenir contra estes inimigos”. 8 de novembro de 1776, pp. 130-135.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre como usar os paulistas para conter os espanhóis”. 20 de março de 1777, pp. 204-206.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre questões relativas à guerra contra os espanhóis, e da notícia que deve divulgar aos paulistas”. 26 de março de 1777, pp. 208-211.

“Ofício do marquês de Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil e governador e capitão-general do Rio de Janeiro, ao governador e capitão-general de São Paulo Martim Lopes Lobo de Saldanha sobre a assinatura de um tratado preliminar de paz entre Portugal e Espanha”. 28 de março de 1778, pp. 337-362.

- vol. 25, 1898 - “Patentes, Provisões e Ordens Régias (1786-1796)”

“Carta do Concelho de S. Magestade, concedida a Bernardo José de Lorena”. 9 de agosto de 1786, pp. 3-4.

“Patente do Governador Bernardo Jozé de Lorena”. 19 de agosto de 1786, pp. 5-6.

“Ofício do secretário de estado Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena sobre demarcações dos limites do Brasil”. 2 de fevereiro de 1788, pp. 6-8.

“Carta (cópia) da rainha d. Maria ao vice-rei do Estado do Brasil Luis de Vasconcelos e Souza tratando das demarcações dos limites do Brasil”. 25 de janeiro de 1779, pp. 8-17.

“Carta (cópia) do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao vice-rei do Estado do Brasil Luis de Vasconcelos e Souza tratando das demarcações dos limites do Brasil”. 27 de janeiro de 1779, pp. 18-39.

“Carta do Conde de Fernan Nunes sobre a demarcação de limites”. 20 de dezembro de 1781, pp. 39-41.

“Alguns paragraphos ao Vice-Rei do Brasil sobre a demarcação de limites”. 4 de março de 1782, pp. 41-43.

“Ofício do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena sobre o provimento de postos das tropas”. 2 de fevereiro de 1788, p. 67.

“Decreto sobre o provimento dos postos”. 27 de setembro de 1787, pp. 68-69.

“Ofício do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo Bernardo José de Lorena sobre os contrabandos”. 3 de fevereiro de 1788, p. 69.

“Alvará Régio mandando destruir todas as fabricas existentes no Brazil”. 5 de janeiro de 1785, pp. 70-72.

“Ofício do ministro de estado Martinho de Mello e Castro ao vice-rei do Brasil Luís de Vasconcelos e Souza sobre o conteúdo do alvará de 5 de janeiro de 1785”. 5 de janeiro de 1785, pp. 72-92.

“Alguns capitulos do Alvará de 3 de Dezembro de 1750 sobre o ouro em pó e em barra”. s/d, pp. 92-93.

“Alvará Regio de 5 de janeiro de 1785 confirmando o anterior sobre o ouro em pó e em barra”. 5 de janeiro de 1785, pp. 94-96.

“Carta de Martinho de Mello e Castro a Bernardo José de Lorena, enviando copia de uma carta dirigida ao vice-rei do Brasil”. 14 de fevereiro de 1788, p. 100.

“Copia da carta ao vice-rei sobre política européia e colonial”. 14 de fevereiro de 1788, p. 100.

“Ofício do secretário de Estado Luiz Pinto de Souza ao governador e capitão-general Bernardo José de Lorena sobre a remoção dos impostos sobre o sal e o ferro”. 27 de maio de 1795, pp. 133-135.

“Officio do mesmo Senhor Rodrigo de Souza Coutinho exigindo [a Bernardo José de Lorena] relatorios annuaes com completas informações sobre a Capitania”. 14 de setembro de 1796, pp. 162-164.

“Ofício do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador Bernardo José de Lorena sobre vias de comunicação e da possibilidade de instauração de correio”. 21 de setembro de 1796, p. 165; há cópia desse ofício em *Ibidem*, vol. 45, p. 489.

“Oficio do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador Bernardo José de Lorena agradecendo os bons serviços do dito governador e consultando sobre várias medidas”. 27 de setembro de 1796, pp. 165-168.

“Carta Regia [ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo] suspendendo, provisoriamente, e lei das sesmarias”. 7 de janeiro de 1797, pp. 170-171.

- vol. 29, 1899 - “Correspondência do Capitão-General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1800)”

“Memoria sobre a communicação da Villa de Santos com a cidade de S. Paulo, assim por mar como pelo caminho projectado por Terra, e sobre o principal comercio que há, com a europa, e os Portos d’America por esta Via”. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1899, vol. 29, p. 113.

“Provisão do Conselho Ultramarino sobre o requerimento da Camara da Villa de São Sebastião”. 27 de novembro de 1798. In *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. 29, op. cit., pp. 130-134.

“[Carta] para o dito secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre ter facilitado o Comercio interior da Capitania”. 15 de abril de 1799, pp. 135-136.

- vol. 31, 1901 - “Diversos”

“Ordem de Lorena para que os generos da capitania de São Paulo fossem exportados pelo porto de Santos”. 28 de dezembro de 1789, pp. 189-199.

“Parecer sobre a conveniencia dos generos de S. Sebastião e Ubatuba serem exportados pelo porto de Santos”. 15 de outubro de 1797, pp. 189-198.

- vol. 45, 1924 - “Correspondência recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de São Paulo, durante o seu governo (1788-1797)”

“Carta [de Bernardo Jozé de Lorena] Ao Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro em que lhe dou parte de ter chegado a esta Capitania e de ter tomado posse de Governo della”. 8 de julho de 1788, p. 8.

“[Carta de Bernardo Jozé de Lorena] Para Martinho de Mello e Castro [sobre o descobrimento de minas de ferro e estanho em São Paulo]”. 2 de agosto de 1788, pp. 10-11.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre os contrabandos e descaminhos que ocorrem na capitania, bem como do desconhecimento de fábricas das que são proibidas”. 16 de outubro de 1788, p. 18.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre o navio Santos Mártires, Triunfo do Mar, o porto de Santos, e outras coisas”. 3 de setembro de 1789, pp. 34-36.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre o comércio de Santos e de como, em breve, a alfândega poderá ser «o principal Rendimento de Sua Magestade nesta Capitania»”. 20 de maio de 1790, p. 50.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao ministro de Estado Martinho de Mello e Castro sobre a nomeação e atuação de alguns oficiais da capitania, dentre eles José Gomes de Siqueira e Motta”. 15 de fevereiro de 1792, pp. 69-70.

“Ofício do governador e capitão general da capitania de São Paulo, conde de Sarzenas, Bernardo José de Lorena, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando que se acha concluído o caminho que liga a cidade de São Paulo a Cubatão, na vila de Santos”. 15 de fevereiro de 1792, pp. 70-71; o original desse ofício encontra-se em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Administração Central (ACL), Conselho Ultramarino (CU), Brasil-São Paulo (023)*, cx. 11, doc 566.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria sobre o caminho de Cubatão e do empréstimo que se tomou do cofre dos ausentes”. 3 de junho de 1792, pp. 75-76.

“Carta da rainha d. Maria a Bernardo Jozé de Lorena sobre a proibição de se usar dinheiro do cofre dos ausentes”. 9 de maio de 1791, pp. 76-78.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria sobre a nomeação de José Gomes de Siqueira e Motta a capitão-mor da vila de Cunha”. 9 de novembro de 1792, pp. 79-80.

“Carta da rainha d. Maria ao capitão-general Bernardo Jozé de Lorena sobre o pedido de confirmação de patente de José Gomes de Siqueira e Motta”. 30 de abril de 1792, p. 80.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria comunicando que o dinheiro do cofre dos ausentes utilizado para a construção do caminho de Cubatão já fora restituído”. 1º de dezembro de 1792, p. 81.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena à rainha d. Maria sobre a confirmação de Antonio Jozé de Macedo como sargento-mor da vila de Cunha”. 29 de maio de 1793, p. 94.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao secretário de Estado sobre a resolução régia de mudar os direitos dos gêneros de primeira necessidade, como o sal, e da consulta que a esse respeito fez a diversas câmaras da capitania”. 20 de abril de 1796, pp. 129-130.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao secretário de Estado comunicando ter recebido a ordem para que passasse para a vila de Minas Gerais”. 20 de abril de 1796, p. 187.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho sobre a nomeação do ministro e, dentre outras coisas, das informações que ele pede ao governador”. 28 de junho de 1797, pp. 201-204.

“Relação dos Nomes dos seis membros das Camaras que em consequencia da Ordem de Sua Magestade, nomeyo Cavaleiros, dois de cada huma das tres Ordens Militares deste Reyno”. s/d, p. 204.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena a Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça com inúmeras informações sobre o estado das coisas na capitania de São Paulo”. s/d, pp. 204-210.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena a Luiz de Vasconcelos e Souza sobre a questão com o Rio de Janeiro sobre os direitos sobre a freguesia de Paraíba Nova”. 24 de julho de 1789, pp. 226-228.

“Carta do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice Rey a Bernardo Jozé de Lorena [sobre o governador tomar providências contra os atentados da câmara da vila de Nova Lorena]”. 30 de junho de 1789, pp. 228-229.

“Carta do vice-rei conde de Rezende a José Bernardo de Lorena sobre ele e o governador, como primos, não necessitarem das formalidades com que os governadores se correspondem”. 14 de setembro de 1790, pp. 247-248.

“Carta de Bernardo José de Lorena ao conde de Rezende, vice-rei do Brasil, sobre, dentre outras coisas, não saber de caso de câmara que tenha invadido os limites da capitania do Rio de Janeiro”. 2 de outubro de 1790, pp. 248-250.

“Carta do vice-rei conde de Rezende a Bernardo Jozé de Lorena sobre as palavras da última carta do governador”. 8 de agosto de 1791, pp. 269-270.

“Carta de Bernardo Jozé de Lorena ao conde de Rezende, vice-rei do Brasil, sobre o contrabando que se faz do porto da vila de Ubatuba”. 16 de abril de 1795, pp. 292-293.

“Carta do vice-rei conde de Rezende a Bernardo José de Lorena sobre o contrabando e a expedição investigativa que se fez pela costa sul do Brasil”. 24 de novembro de 1795, pp. 293-294.

“Carta de Claudio Madureira Calheiros ao governador Bernardo José de Lorena sobre o ferro em Araçoiava”. 22 de julho de 1788, pp. 329-330.

“Carta dos capitães mores das vilas de Sorocaba e Itu, Claudio de Madureira Calheiros e Vicente da Costas Taques Goes e Aranha, ao governador e capitão general de São Paulo, Bernardo José de Lorena informando sobre a necessidade de se estabelecer uma fábrica de ferro em Araçoiava”. 12 de julho de 1788, pp. 330-331.

“Carta dos oficiais da vila de Itu ao governador Bernardo José de Lorena sobre uma embarcação no porto de Santos com escravos vindos de Benguela”. 23 de abril de 1791, p. 337.

“Patente do Governador Bernardo Jozé de Lorena”. 19 de agosto de 1786, pp. 373-374.

“Carta do Concelho de Sua Magestade, concedida a Bernardo José de Lorena”. 9 de agosto de 1786, pp. 374-375.

“Ofício de Martinho de Mello e Castro ao governador Bernardo José de Lorena sobre contrabandos”. 3 de fevereiro de 1788, p. 420.

“(Copia) [Carta de Martinho de Mello e Castro] Para Luis de Vasconcelos e Souza sobre a política européia e colonial”. 14 de fevereiro de 1788, pp. 443-444.

“Officio do Secretario de Estado sobre a remoção dos impostos sobre o sal e o ferro”. 27 de maio de 1795, pp. 466-468.

“Officio do mesmo Senhor Rodrigo de Souza Coutinho exigindo relatorios annuaes com completas informaçoes sobre a Capitania”. 14 de setembro de 1796, pp. 487-489.

“Do mesmo Secretário de Estado sobre vias de comunicação e correios”. 21 de setembro de 1796, p. 489 há cópia desse ofício em Ibidem, vol. 25, p. 165.

“Do mesmo [secretário de Estado] agradecendo os bons serviços do Governador de S. Paulo e consultando sobre varias medidas a adoptar”. 27 de setembro de 1796, pp. 489-491.

- vol. 75, 1954 - “Ofícios do Capitão-General Martim Lopes Lobo de Saldanha, Governador da Capitania (1776-1777)”

“Para o Doutor Juiz de Fora da Villa de Santos [sobre a intriga entre um escrivão e um capitão de auxiliares que se diz ser negociante”. 2 de abril de 1776, pp. 7-8.

“Para os Juizes Ordinarios e Officiaes da Camara da Villa de Sorocaba [sobre a descoberta de pinta de ouro]” . 11 de abril de 1776, pp. 19-20.

“Para o Thenente José Pereira da Silva em Sorocaba [sobre os irmãos Joaquim e João de Almeida Pedrozo não extraírem ouro, sem sua autorização, das terras em que foi descoberto]”. 11 de abril de 1776, pp. 20-21.

“Para o Capitão José Correa Lemos Marzagam em Taubathe [sobre a necessidade de se ter e promover a união entre os que são servidores da majestade, e outras coisas]”. 12 de abril de 1776, pp. 24-25.

“Para o Capitão Policarpo Joaquim de Oliveyra em Parnahiba [sobre a importância em conservar a paz entre aqueles que servem à alteza real]”. 13 de abril de 1776, p. 26.

“Para o Capitão Francisco Aranha Barreto Comandante da Villa de Santos [sobre diversos assuntos]”. 13 de abril de 1776, p. 26.

“Para o Capitão Francisco Aranha Barreto, Comandante da Praça de Santos [sobre como deve proceder segundo as ordens do governador, nos mais variados assuntos]”. 17 de abril de 1776, pp. 29-31.

“Para o Doutor Antonio Mendes de Almeida nesta Cidade [sobre comparecer à feitura da Junta de Justiça]”. 19 de abril de 1776, p. 36.

“Para o Doutor Antonio Caetano Alves de Castro nesta Cidade sobre comparecer à feitura da Junta de Justiça]”. 19 de abril de 1776, p. 36.

“Para o Doutor Procurador da Coroa Joam de Sam Payo Pexoto nesta Cidade [sobre comparecer à feitura da Junta de Justiça]”. 19 de abril de 1776, p. 37.

“Para o Capitão Dionizio de Oliveira Guimaraens em Iguape [afirmando que não está o capitão em desagrado do governador]”. 23 de abril de 1776, p. 40.

“Para o Capitão de Cavallos de Voluntarios Reaes Joaquim Jozé Pinto de Moraes Leme no caminho do Sul, por terra [sobre remediar as más ações que vem cometendo]”. 1º de maio de 1776, pp. 50-51.

“Para o Sargento Mor de Cavallaria de Voluntarios Reaes Jozé Pedro Francisco Leme, que se acha nas partes do Sul do Rio grande de São Pedro [sobre, dentre outras coisas, o fato de o capitão Pinto de Moraes Leme ter levado consigo cinco escravos e uma mulata, e de como deve o sargento proceder]”. 1º de maio de 1776, pp. 52-54.

“Para a Camera de Sorocaba [sobre o exame das terras em que se acharam pinta de ouro]”. 2 de maio de 1776, pp. 58-59.

“Para o Sargento Mor de Auxiliares da Comarca de Parnagua Francisco Jozé Monteiro [sobre como deve proceder no seu governo, e outros assuntos]”. 5 de maio de 1776, pp. 64-65.

“Para o Capitão Comandante da Praça de Santos Francisco Aranha Barreto [sobre a demora na chegada do navio contendo cartas e encomendas]”. 5 de maio de 1776, pp. 67-68.

“Para o Capitão Comandante da Praça de Santos Francisco Aranha Barreto [sobre a demora na chegada do navio contendo cartas e encomendas suas]”. 13 de maio de 1776, pp. 76-77.

“Para o Capitão Francisco Aranha Barreto Comandante da Praça de Santos [sobre, dentre outras coisas, a notícia da curveta de que é capitão Joaquim Jozé Ferreira]”. 17 de maio de 1776, p. 80.

“Para o Doutor Ouvidor desta Comarca Jozé Gomes Pinto de Moraes [sobre a junta de justiça, promoção da agricultura e outros assuntos]”. 18 de maio de 1776, pp. 83-84.

“Para o Doutor Ouvidor de Parnaguá [sobre, dentre outras coisas, fundir-se obrigatoriamente na Casa de Fundação de São Paulo o ouro aqui descoberto, em vez de enviá-lo para o Rio de Janeiro]”. 18 de maio de 1776, pp. 87-89.

“Para o Capitão Mor da Vila de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reys [sobre evitar que embarquem a abertura do caminho de Paraíba nova]”. 31 de maio de 1776, pp. 103-104.

“Para o Capitão Diogo Antonio de Figueiredo = em S. Anna da Parayba nova [sobre a construção do caminho de Paraíba nova]”. 31 de maio de 1776, pp. 105-106.

“Para o Capitão Jozé Correia Leme Mazargão em a Parayba nova [sobre o caminho de Paraíba nova para o Rio de Janeiro]”. 31 de maio de 1776, pp. 106-107.

“Para o Capitão Antonio Jozé da Mota em a Parayba nova [sobre o caminho de Paraíba nova para o Rio de Janeiro]”. 31 de maio de 1776, pp. 107-108.

“Para o Capitão Mor de Taubaté Bento Lopes de Leam [sobre o caminho de Paraíba nova para o Rio de Janeiro]”. 31 de maio de 1776, pp. 108-109. \

“Para o Doutor Ouvidor desta Comarca Jozé Gomes Pinto de Moraes, que está de Correção em a Villa de Guaratinguetá [sobre as providências a serem tomadas contra aqueles que embarçarem a construção do caminho de Paraíba nova e injuriarem o Capitão Diogo Antonio de Figueiredo]”. 1º de junho de 1776, pp. 109-110.

“Para o Doutor Ouvidor desta Comarca, estando de Correção na Villa de Guaratinguetá”. 4 de junho de 1776, pp. 111-113.

“Para o Capitão Mor de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reys [sobre o caminho ligando a capitania ao Rio de Janeiro e das inúmeras tentativas de o embarçar]”. 7 de junho de 1776, pp. 117-118.

“Para o Capitão Mor de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reya [sobre o caminho para o Rio de Janeiro e do acordo com aqueles que não estavam unidos nessa empreitada]”. 15 de junho de 1776, pp. 119-120.

“Para o Doutor Ouvidor desta Comarca Jozé Gomes Pinto de Moraes, que se acha de Correção em Taubate [sobre o final feliz que teve a questão da construção do caminho para o Rio de Janeiro]”. 15 de junho de 1776, pp. 120-121.

“Para o Capitão Diogo Antonio de Figueiredo [sobre o acordo que finalmente conseguiu o capitão estabelecer com os moradores daquela freguesia para a construção do caminho para o Rio de Janeiro]”. 15 de junho de 1776, p. 123.

“Para o Doutor Ouvidor de Parnagua Antonio Barboza de Matos Coutinho [sobre, dentre outras coisas, os oficiais de ordenança que tiveram baixa do posto não poderem usar as insígnias nem galões]”. 25 de junho de 1776, pp. 129-130.

“Para o Vigário de Campo Alegre [sobre a decisão de não continuar o caminho que passa por S. Ana e Paraíba nova, e da consequente suspensão dos privilégios dados aos moradores das ditas freguesias]”. 25 de junho de 1776, pp. 131-132.

“Para o Capitão Mor de Taubaté Bento Lopes de Leam [sobre, dentre outra coisas, os fato de o caminho para o Rio de Janeiro não ser mais por Paraíba nova, mas de Piedade a São Marcos]”. 29 de junho de 1776, p. 135.

“Para o Vigário de Campo Alegre Henrique Jozé de Carvalho [sobre o caminho de Paraíba nova ser, na verdade, conveniente a particulares, e da portaria que irregularmente escreveu o dito sacerdote]”. 12 de julho de 1776, pp. 155-156.

“Para o Capitão Mor de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reys [sobre a questão do caminho de Paraíba nova e de como se procederá com relação ao capitão Diogo Antonio e o vigário de Campo Alegre]”. 12 de julho de 1776, pp. 157-158.

“Para o Capitão Mor da Parnaiba Antonio Correya de Lemos Leyte [sobre o filho de um capitão e genro do dito capitão mor dever se apresentar ao capitão da companhia auxiliar de cavalaria, da qual é soldado]”. 16 de julho de 1776, pp. 160-161.

“Para o Capitão de Cavalaria Auxiliar da Villa de Parnaiba Policarpo Joaquim de Oliveira [sobre o genro do capitão mor que é soldado da companhia de auxiliar de cavalaria]”. 16 de julho de 1776, pp. 162-163.

“Para o Capitão Antonio Luiz de Moraes Pissarro em Mogy merim [questionando, dentre outras coisas, a razão pela qual o furriel Jozé Manoel de Queyrós foi preso, e afirmando-se contra as parcialidades que ocorrem]”. 18 de julho de 1776, pp. 164-165.

“Para o Capitão Mor da Villa da Paraíba Antonio Correya de Lemos Leyte [mandando dar baixa do posto de alferes ao genro do dito capitão mor]”. 28 de julho de 1776, p. 180.

“Para o Capitão Mor de Guaratinguetá Manoel da Sylva Reys [sobre o caminho para o Rio de Janeiro e daqueles que, visando interesses particulares, quariam que ele fosse construído passando por Paraíba nova]”. 29 de julho de 1776, p. 181.

- vol. 85, 1961 - “Ofícios do General Francisco da Cunha Menezes, Governador da Capitania (1782-1786)”

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão Joaquim de Meyra e Sequeira ordenando que se abra o caminho da povoação de Piracicaba”. 19 de junho de 1782, p. 12.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Jacareí para que se faça abrir o caminho novo que há de encontrar com o que vem da vila de São Sebastião”. 17 de fevereiro de 1785, pp. 38-39.

“Portaria do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes determinando a ereção da vila de Cunha”. 15 de setembro de 1785, pp. 42-43.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Taubaté Manoel Lopes Leão ordenando o envio da lista geral dos habitantes da vila”. 14 de junho de 1782, p. 57.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Mogi da Cruzes Manoel Rodriguez da Cunha ordenando o envio da lista com informação a respeito dos soldados da vila”. 13 de julho de 1782, p. 61.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor das ordenanças de vila de Sorocaba Francisco Ribeiro de Moraes Pedrozo sobre uma carta sua que foi violada”. 3 de outubro de 1782, p. 70.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da cidade de São Paulo Manoel de Oliveira Cardozo sobre o cuidado que deve ter com a plantação da erva para o anil, e evitar que ajam contra essa empresa”. 9 de novembro de 1782, p. 73.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor das ordenanças da vila de São Sebastião ordenando que tome as providências devidas com relação aos desertores, e informando a quem compete dar licença para afastamento do serviço militar”. 17 de março de 1783, p. 81.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor das ordenanças da vila de Mogi Mirim ordenando que se conserte os caminhos de Cubatão, Sapucaí e Calção de Couro”. 19 de março de 1783, p. 82.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara de Parnaguá sobre a forma indevida como estavam fazendo o pagamento do soldo do sargento-mor e do ajudante de auxiliares”. 24 de março de 1783, p. 83.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Mogi das Cruzes ordenando que escolha cinco nomes de sujeitos para recrutar como soldados”. 4 de junho de 1783, p. 83.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Guaratinguetá Manoel da Silva Reys dando seu parecer sobre a abertura de um caminho de Capivari para o chamado caminho novo”. 31 de março de 1784, pp. 110-111.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Guaratinguetá Manoel da Silva Reys sobre as informações que recebera sobre a abertura do caminho de Capivari para o chamado caminho novo”. 12 de maio de 1784, p. 114.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara da vila de São Sebastião dando seu parecer sobre a abertura de um caminho para a região de serra acima”. 9 de julho de 1784, p. 121.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes à câmara da vila de Atibaia sobre a obrigação que têm os auxiliares da freguesia de Nazaré em consertar os caminhos”. 13 de julho de 1784, p. 122.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor da vila de Parnaíba Francisco Nunes de Siqueira sobre o descaminho de uma carta do governador”. 22 de julho de 1784, p. 123.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor da praça de Santos Francisco Ar.³ Barreto sobre ele remeter duas sacas de linhaça para o sargento-mor Francisco Joze Monteiro”. 3 de março de 1785, p. 146.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor Francisco Jozé Monteiro sobre ele remeter duas sacas de linhaça para o capitão-mor da vila de Santos Lourenço Ribeiro de Andrade”. 3 de março de 1785, p. 146.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover esta cultura”. 3 de março de 1785, pp. 146-147.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Arr.^a ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover esta cultura”. 3 de março de 1785, p. 147.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao ouvidor da comarca de Parnaguá doutor Antonio Barboza de Matos Coit.^o sobre a provisão do Conselho Ultramarino ordenando que se façam anualmente memórias sobre os feitos e fatos da capitania de São Paulo”. 1º de abril de 1785, p. 151.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Arruda expedir os açúcares da vila para embarcação que se encontra no porto de Santos”. 15 de abril de 1785, p. 154.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Curitiba Lourenço Ribeiro de Andrade informando que remete a norma para preparação do linho cânhamo”. 7 de maio de 1785, p. 158.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao sargento-mor de auxiliares da vila de Parnaguá Francisco Joze Monteiro ordenando que se distribuam as sementes de linho cânhamo entre alguns lavradores, a fim de promover esta cultura”. 22 de agosto de 1785, p. 158.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao juiz-de-fora da vila de Santos doutor Marcelino Pereira Cleto informando que recebeu a carta na qual se lhe participava a demora do Navio Santa Rita no porto da vila de São Sebastião”. 3 de outubro de 1785, p. 172.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de São Sebastião Manoel Lopes da Ressureição informando que recebeu a carta na qual se lhe participava a demora do Navio Santa Rita no porto da vila de São Sebastião, e ordenando que o capitão-mor mandasse o dito navio partir imediatamente para seu porto de destino”. 3 de outubro de 1785, pp. 172-173.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Arr.^a conduzir os açúcares da vila a fim de aumentar o comércio e animar aqueles que frequentem os portos da capitania”. 20 de outubro de 1785, p. 176.

“Ofício do governador e capitão-general Francisco da Cunha Menezes ao capitão-mor da vila de Sorocaba Claudio Madureira Calheiros ordenando que corrija o equívoco que contra pessoas privilegiadas da capitania”. 19 de janeiro de 1786, p. 184.

- vol. 89, 1967 - “Correspondência do então Governador e Capitão-General de São Paulo, Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802)”

“Provisão do Concelho Ultramarino sobre remeter huma Cópia do Regimento da Capitania, e o mais, que nella contem etc.” 30 de Julho de 1796, p. 13.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça dando notícia da nomeação para o cargo de governador e capitão-general da capitania de São Paulo”. 27 de Outubro de 1796, p. 15.

“Carta da rainha d. Maria I ao vice-rei do Brasil d. José de Castro, conde de Rezende, dando notícia da esquadra que mandou vir para o Brasil, e recomendando que faça cumprir todas as ordens e instruções que o comandante da expedição da mesma traz consigo”. 7 de Janeiro de 1797, pp. 20-21.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho a Antonio Januario do Valle dando instruções para a expedição às costas do Brasil”. 7 de janeiro de 1797, pp. 21-25.

“Carta de Sua Magestade ao Sobredito Antonio Januario do Valle”. 7 de janeiro de 1797, pp. 26-28.

“Carta de Sua Magestade a Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre as madeiras e paus do Brasil”. 13 de março de 1797, pp. 33-34.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ordenando que sejam nomeados os auxiliares contra os franceses para que sejam recompensados”. 22 de março de 1797, p. 35.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o descobrimento de terra própria para a extração de salitre”. 22 de março de 1797, p. 35.

“Do referido Secretário d’Estado sobre procurar augmentar nesta Capitania o uzo, e consumo de todas as Produçõens, naturaes e o mais que abaixo se declara”. 24 de julho de 1797, pp. 40-41.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre promover a cultura da farinha de pau”. 16 de agosto de 1797, p. 42.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre remeter alguns livros sobre o modo que se extrai o salitre na Virginia”. 6 de outubro de 1797, p. 43.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça ordenando, por desejo de «Sua Magestade», que sejam enviadas anualmente informações pormenorizadas sobre a capitania”. 21 de outubro de 1797, p. 43.

“Instrução de que trata a carta supra”. s/d., pp. 44-46.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre os contrabandos e das providências que o governador deve tomar”. 1º de dezembro de 1797, p. 47.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre as memórias que “Sua Magestade” mandou imprimir para o conhecimento de seus vassallos do Brasil”. 1º de dezembro de 1797, p. 47.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre um navio dinamarquês que desembarcou mercadorias e carregou outras no Rio de Janeiro e do cuidado que o governador deve tomar a fim de evitar tais inconvenientes”. 2 de janeiro de 1798, p. 47.

“Relação de que faz menção a carta supra” ou “Relação dos Impressos que se remetem para as diferentes Capitancias do Brazil” s/d, p. 48.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o desejo de «Sua Magestade» em aumentar a agricultura e das práticas que devem ser fomentadas para que este fim tenha êxito”. 4 de janeiro de 1798, pp. 48-49.

“Carta do secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador e capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o envio de folheto no qual se ensina como fazer «Páos, ou Taboletas de Caldo»”. 7 de janeiro de 1798, p. 49.

“Carta do Secretario d’Estado sobre ordenar Sua Magestade que a correspondencia da Secretaria d’Estado com todos os seus Dominios Ultramarino seja mutuamente regular, e exacta, como abaixo os declara”. 15 de março de 1798, pp. 49-50.

“Relação dos Officios mais importantes que se tem escripto para a Capitania de São Paulo desde 22 de Agosto de 1796”. 14 de janeiro de 1798, p. 50.

“Do dito Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], em que participa haver o Directorio do Governo de França prohibido a introdução das mercadorias Inglezas etc.” 31 de março de 1798, p. 51.

“Do referido Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre introduzir maior facilidade, e melhor methodo na cultura, e preparo das produções do Paiz, e outros objectos, que abaixo se declarão” 3 de abril de 1798, p. 51.

“Carta do Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre animar a Cultura do Linho Canhamo” 16 de fevereiro de 1798, pp. 62-63; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, códice 424, fls. 147-147v.

“Provizão do Conselho Ultramarino sobre declarar ao Governador os cazos, em que podem mandar presos os Ministros de Vera Branca” 14 de março de 1798, pp. 63-64.

“Carta do secretario de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça sobre o esforço que deve ser despendido com o intuito de fazer com que os negociantes remetam para o reino farinha-de-pau”. 9 de abril de 1798, p. 65.

“Do dito Secretario [de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre recomendar toda a vigilancia nas arribadas dos Navios Estrangeiros etc.” 20 de setembro de 1798, p. 65.

“Do mesmo [secretario de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre várias providencias dos Governos” 1º de outubro de 1798, pp. 68-70.

“Do Secretario d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], para as Camaras desta Capitania darem annualmente hua conta exacta das rendas e despezas que há em cada huma dellas” 4 de outubro de 1798, p. 70.

“Carta (cópia) do capitão Joaquim José Pinto de Moraes Leme para o secretário de Estado, d. Rodrigo de Souza Coutinho, pedindo provimento para o posto de coronel-de-milícias de um dos corpos de dragões ou cavalaria ligeira”, pp. 70-72.

“Do Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], para Sua Excelência informar interpondo o seu parecer, sobre a representação da Camara desta Cidade.” 22 de setembro de 1798, p. 81.

“Carta [cópia] da Camara [da cidade de São Paulo] ao Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho].” 1º de janeiro de 1798, pp. 81-82.

“Petição [de alguns moradores da cidade de São Paulo à rainha d. Maria sobre seis mercês de hábitos]” 1798, pp. 82-83.

“Do mesmo Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre participar haver subido á Real Presença de Sua Magestade as Cartas de Officio, que decorrem de N.º 7 até N.º 37 etc. etc.” Post. outubro de 1797, pp. 97-102.

“Provizão do Conselho Ultramarino para Sua Excelência informar com o seu parecer sobre a Representação da Camara da Villa de São Sebastião”. 27 de setembro de 1798, p. 105.

“Carta (cópia) dos oficiais da câmara da vila de São Sebastião à rainha d. Maria sobre a ordem do governador Lorena proibindo levar gêneros para outros portos que não o de Santos”. 3 de fevereiro de 1798, p. 105.

“Do Secretário d’Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre o estabelecimento de hum Jardim Botanico semelhante ao do Pará” 19 de novembro de 1798, p. 111.

“Do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho a respeito dos cortes de madeiras e da farinha-de-paul]”. 24 de dezembro de 1798, p. 129; há cópia deste ofício em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fl. 159v.

“Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre a Farinha de Pão” 28 de janeiro de 1799, p. 131.

“Do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre remetter os Impressos para a Cultura do Linho Canhamo” 21 de agosto de 1798, p. 131.

“Do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre remetter hum volume, que contem alguns exemplares da obra dos Alambiques etc.” 28 de setembro de 1798, pp. 131.

“Do Mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], em Que remete húa Representação de Diogo de Toledo Lara Para Sua Excelência Informar” 27 de março de 1799, pp. 142-144.

“Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo os Impressos constantes na Relação Abaixo” 1º de abril de 1799, pp. 145-146.

“Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], amplexando o poderem sahir os Navios sem Comboy” 15 de abril de 1799, pp. 147.

“Do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre remetter os Livros e Papeis que constão da Relação ao diante Registada”. 7 de fevereiro de 1799, pp. 131-132; há cópia deste ofício em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, código 424, fls. 161v-162.

“Provizão do Conselho Ultramarino sobre o General informar no Requerimento dos Capitaens Mores da Cidade, e Villas da sua dependencia” 11 de outubro de 1798, pp. 162-163.

“Representação mencionada na Carta Supra” s/d, pp. 163-164.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre o General Informar por aquella Secretaria da razão porque desta Capitania se não exporta Tabaco para o Reino com se pratica na Bahya etc.” 8 de junho de 1799, p. 164.

“Carta do Dito [secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho] remetendo 10 exemplares intitulos – Curso de Estudos para o uzo do Comercio” 9 de agosto de 1799, p. 166.

“Do Mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho], sobre a Falcificação dos Sellos das Alfandegas etc”. 7 de outubro de 1799, pp. 169-170.

“Carta de Sua Alteza Real sobre ser-lhe presentes os uteis rezultados, que souve tirar das Minas de Ferro desta Capitania João Manso Pereira etc. e o mais, que na mesma se declara”. 19 de agosto de 1799, pp. 171-173.

“Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] acuzando a recepção de diferentes Officiaes, e sobre Sua Alteza Real ordenar ao General anime a Producção do Salitre assim Naturaes, como Artificiaes”. 20 de agosto de 1799, p. 173.

“Do dito Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre Sua Alteza Real ordenar ao General faça subir a Sua Real Prezença húa informação circunstanciada do estado, em que se acha o projetado Caminho para communicação da Ilha de Santa Catharina com esta Capitania”. 30 de agosto de 1799, p. 174.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre diferentes objectos que abaixo se declarão”. 4 de novembro de 1799, pp. 190-195; há cópia desta carta em *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Brasil – Códices*, códice 424, fls. 172-175v.

“Carta do mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo a Copia do Real Avizo sobre os Ministros do Conselho Ultramarino, e os mais empregados no Real Serviço, não aceitaram presentes etc.”. 8 de novembro de 1799, pp. 195-196.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo húa Relação dos Livros, que abaixo se declarão”. 25 de novembro de 1799, p. 197.

“Relação dos Livros, que se remetem por conta, e ordem de S. A. R. o Príncipe Regente N. Snr. ao Illmo. e Exmo. Snr. General de S. Paulo em hum caixote marcado com a Letra C em 23 de 9bro. De 1799”. 23 de novembro de 1799, p. 198.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo húa Relação dos Livros, que se achão de vender por conta da Fazenda Real”. 23 de dezembro de 1799, pp. 198-199.

“Relação dos Livros, que remetterão por conta, e ordem de S. A. R. o Príncipe Regente N. Snr. ao Illmo. e Exmo. Snr. General de S. Paulo em hum Bau marcado com a Letra D em 23 de 9bro. De 1799”. 23 de novembro de 1799, p. 199.

“[Carta] Do Sobredito Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre o General fazer vender com brevidade, os Impressos, e remetter o seu Producto ao Official Maior da Mesma Secretaria”. 29 de janeiro de 1800, p. 202.

“Carta do Secretário de Estado sobre o General informar no requerimento do Sargento Mor Joaquim Joze Pinto de Moraes Leme”, p. 204.

“[Carta] Do Mesmo Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre recomendar ao General a maior vigilancia do Desembarque dos Pacotes, etc”. 10 de maio de 1800, p. 208.

“[Carta] Do sobre dito Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo os Impressos, que ao diante se mostram”. 6 de agosto de 1800, p. 209.

“Do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre Recomendar ao General toda a Vigilancia a Respeito dos Contrabandos etc.”. 17 de outubro de 1800, pp. 217-218.

“Carta do intendente geral da polícia Diogo Ignacio de Pina Manique ao secretário de Estado d. Rodrigo de Souza Coutinho sobre o contrabando que há no Brasil”. 9 de outubro de 1800, p. 218.

“[Carta] Do Secreário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo os Impressos constantes da Relação ao diante declarada”. 22 de outubro de 1800, pp. 218-219.

“Carta do Secretario de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] sobre recomendar ao General o fazer augmentar a Cultura da Mandioca”. 7 de novembro de 1800, pp. 220-221.

“Do sobre dito Secretario de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remettendo o Requerimento de Joze Antonio Vieira de Carvalho, para o General informar sobre o contheúdo do mesmo Requerimento”. 29 de novembro de 1800, pp. 223-224.

“Provizão do Conselho Ultramarino sobre Prohibir aos Governadores o Reformar, e dar Baixa aos Officiaes de Tropas pagas, Milicias, e Ordenanças etc.”. 12 de maio de 1801, p. 229.

“Provizão do Conselho Ultramarino sobre o General mandar dar Baixa ao Capitão Mor da Villa de Cunha Joze Gomes de Siqueira Mota”, pp. 230-231.

“Carta do Secretario de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] recommendando ao General as providencias necessarias, para facilitar a Introdução do Arado na Agricultura desta Capitania, como igualmente não embarace a entrada dos Povoadores do Rio Grande de São Pedro, e de Santa Catharina para esta mesma Capitania etc.”. 18 de maio de 1801, p. 237.

“Carta do Secretário de Estado [d. Rodrigo de Souza Coutinho] remetendo a Relação dos Livros abaixo declarados”. 4 de fevereiro de 1801, p. 240.

“Carta de Sua Alteza Real sobre os Contrabandos e o mais que abaixo se declara”. 2 de setembro de 1801., pp. 244-245.

“Carta de Sua Alteza Real sobre o Provimento dos Postos Milicianos, e Ordenanças etc.”. 20 de julho de 1802, pp. 258-259.

“Provizão do Conselho Ultramarino Prohibindo aos Generaes o Passarem Patentes Honorificas.”. 24 de março de 1802, pp. 261-262.

“Provizão do Conselho Ultramarino para se absterem os Generaes de Multiplicarem Patentes Militares de Milicias como abaixo declara”. 4 de abril de 1802, pp. 262-263.

- vol. 93, 1980 - “Parte I – Offícios do General D. Luiz Antonio de Sousa (1775); Parte II – Offícios do General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1801-1802); Parte III – Offícios do General Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1802)”

“Para a Câmara da vila de Cunha registrar a baixa do capitão-mor José Gomes de Siqueira e Mota”. 22 de setembro de 1801, p. 24.

“Para a Câmara da Vila de Cunha proceder eleição de capitão-mor”. 20 de julho de 1802, p. 80.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Maranhão: SUDEMA; Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana, 1970, edição facsimilar da primeira (1ª. edição francesa de 1818).

“Instruções de Martinho de Mello e Castro a Luiz de Vasconcellos e Sousa, acerca do Governo do Brasil”. 27 de janeiro de 1799. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862, tomo 25, pp. 479-483.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. “Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e Caramurus na Bahia ...”. 1768. In CALMON, Pedro. *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias, de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão*, 2 vols. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 tomos. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo / Livraria Martins Fontes, sem data, 3ª. edição (2ª. edição, completa, de 1940/1944).

“Lista da vila de Taubaté que contem 3.546 pessoas”. 1765. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 40, 1941, pp. 383-494.

“Lista dos officiais, soldados e mais pessoas que pertencem a freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Facan de que [é] Capitão Nuno dos Reis, cópia oferecida ao Instituto pelo sr. Benedito Marcondes,

amanuense da Secção Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 41, 1942, pp. 229-264.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*. 1797. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

“Mappas das Embarcações que entraram e sahiram dos Portos das Villas de Santos, Parnagoá, Ubatuba, e S. Sebastião no anno de 1799”. 1799. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, p. 246, doc. 25.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e. “Memória econômico política da Capitania de S. Paulo, Primeira Parte, por Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça, Governador, e Capitão General da mesma Capitania, em 1800” In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1961, tomo 15, pp. 81-247.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro. “Memória sobre os objetos mais interessantes da Cap. de S. Paulo entregue ao Ilmo. e Exmo. Sr. Antonio José da Franca e Horta..., 1802”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Museu Paulista, 1964, tomo 18, pp. 227-268.

“Notas Avulsas, sobre a historia de São Paulo, por Frei Gaspar da Madre de Deus”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 5, 1901, pp. 180-195.

“O monumento do alto da serra do Cubatão”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 6, 1902, pp. 478-479.

O Passado Missioneiro no Diário de um Oficial Espanhol: diário do capitão dos dragões d. Francisco Graell. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

OLIVEIRA, J. J. Machado d'. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. 1864. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

Registro Geral da Câmara Municipal de S. Paulo (1765-1795). São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, vol. 11.

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo (1796-1803). São Paulo: Arquivo Municipal de São Paulo, 1921, vol 12.

Testamento Político de d.Luís da Cunha. 174?. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

“Um documento antigo relativo a Questão de limites entre S. Paulo e Minas Geraes, pelo Dr. Olville A. Derby”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 3, 1898, pp. 278-284.

“Um inédito de Frei Gaspar da Madre de Deus – Afonso de Escragnolle Taunay”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 34, 1939, pp. 7-26.

VIEIRA, Pe. António. *Obras completas do Padre António Vieira: sermões*. 15 vols. Porto: Lello & Irmão, 1959.

VILHENA, Luís dos Santos. “Recopilação de Notícias da Capitania de São Paulo”. 1802. In *Roteiros e Notícias de São Paulo Colonial*. São Paulo: Governo do Estado, 1977, pp. 89-137.

Obras de Referência

AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de Historia de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coordenação geral). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo 1 (1644-1830). Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade (coordenação geral). *Documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo*. Catálogo 2 (1618-1823). Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre d. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de S. T. Ferreira, 1789, 2 v.
- BOSCHI, Caio. *Roteiro-sumário dos arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1995, 2ª. edição.
- Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus, 2005.
- Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- FLECHOR, Maria Helena. *Abreviaturas*. São Paulo: EDUNESP, 1991, 2ª ed (1ª. edição de 1979).
- Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Enciclopedia, 19-?, 40v.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial: de la Revolución Francesa a nuestros días*. 2 vols. Madrid: Istmo, 1975, 6ª. edição do primeiro volume e 5ª. edição do segundo (1ª. edição espanhola de 1970-1971).
- LEITE, Aureliano. *História da Civilização Paulista*. São Paulo: Martins Fontes, 1946, 2ª. edição (1ª. edição sob outro título de 1944).
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. 9 vols. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1905.
- MAROTE, João Teodor D' Olim. *Minidicionário Francês-Português; Português-Francês*. São Paulo: Ática, 1999, 5ª. edição.
- MARQUES, Manuel Eufrazio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953 (1ª edição de 1879).
- MOYA, Salvador de. *Índices Genealógicos Brasileiros*. “Nobiliarquia Paulistana” e “Genealogia Riograndense”. 1ª. série, números 3 e 4. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.
- MOYA, Salvador de. *Índices Genealógicos Brasileiros*. “Genealogia Paulistana, de Silva Leme”. 2 vols. 1ª. Série, número 6. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1947.
- MOYA, Salvador de. *Índices Genealógicos Brasileiros*. 2ª. Série, número 7, volume 2. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1960.
- Optima Pars II – As Elites na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime* (POCTI/HAR/35127/99).
- Password: english dictionary for speakers of portuguese*. Traduzido e editado por John Parker e Mônica Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- “Patentes, Provisões e Sesmarias Concedidas nos Annos de 1721 a 1820, localizadas nos municípios de: Parnahyba, São Roque, Araçariguama, Sorocaba, Itapetininga, Itapeva (hoje Faxina), Apiahy e Capão Bonito, por João Baptista de Campos Aguirra”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 27, 1929, pp. 281-384.
- “Patentes, Provisões e Sesmarias Concedidas nos annos de 1721 a 1820, localizadas nos Municípios de: São Paulo, Cotia, Santo Amaro, São Bernardo, Juquery, Guarulhos e districtos de paz de Pinheiros, Penha, São Miguel, Sant’Anna e Nossa Senhora do Ó, por João Baptista de Campos Aguirra”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 28, 1930, pp. 579-753.
- RIBEIRO, Jr., José. “Extrato da Legislação para o Brasil durante o reinado de d. José I (1750-1777)”. In *Anais de História*. Assis: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1968-1969, ano I, pp. 77-130.
- SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 2ª. edição (1ª. edição de 1985).
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SARTORIS, Alexandre. *Estatística e introdução à economia*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, 2ª. edição (1ª. edição de 2000).
- SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963-70, 4v.

- “Sesmeiros e Posseiros: sesmarias concedidas nos municípios de Jundiahy, Campinas, Ytu, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Sorocaba, Itapetininga, Faxina, Tatuhy, Apiahy, Capão Bonito, Botucatu, até 1820, por João Baptista de Campos Aguirra”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 34, 1938, pp. 259-340.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1950, 10ª ed.
- SILVA, Antonio Delgado da. *Coleção da legislação portuguesa. Desde a última compilação das ordens*. Lisboa, 1830-1844, 6 vols.
- “Relação das Sesmarias Concedidas na Comarca da Capital entre os annos de 1559 a 1820 pelo Sr. João Baptista de Campos Aguirra”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, vol. 25, 1929, pp. 502-621.
- RIBEIRO, João Pedro. *Índice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filippino com hum Appendice*. 7 vols. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1805-1820.
- ROBERT, Paul. *Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. 9 tomos. Paris : Le Robert, 1985, 2a. edição revista e ampliada (1a. edição de 1951-1966).
- RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 8ª. Edição (1ª. edição de 1937).
- The Newbury House Dictionary of American English*. Boston: Heinle & Heinle, 2000.
- VITERBO, Frei Joaquim da Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases*. Ed. crítica por Mário Fuíza. Porto: Civilização, 1966, 2v.

Bibliografia

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000, 7ª edição rev. anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues (1ª edição de 1907).
- ABREU, Capistrano de. *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.
- ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e Riqueza. Contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, 1978, dissertação de mestrado.
- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intímido e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1985, tese de doutorado.
- ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos*. Recife: Edufpe/Edufal, 1997, 2ª edição (1ª edição de 1989).
- AGUIAR, Pinto de. *Mandioca: pão do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ALCARAZ, Benair; VILLELA, Christina Elizabeth Cox; GATI, Luci Ferreira; e SILVA, Walkiria de Medeiros. “Aspectos gerais da administração pública e política econômica do governo do Morgado de Mateus (1765-1775)”. In *Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos Sedes Sapientiae, 1965-1966, tomo II, pp. 305-350.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil - with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769 – 1779*. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- AMARAL, António Barreto do. “Martim Lopes Lobo de Saldanha: Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: IHGSP, 1968, vol. 65, pp. 189-219.

- AMZALAK, Moses Bensabat. *D. Luís da Cunha, como economista*. Lisboa: Museu Comercial de Lisboa, 1922.
- ANDERSON, M. S.. *La Europa del siglo XVIII (1713-1789)*. México: Fundo de Cultura Económica, 1992, 4ª. reimpressão (1ª. edição em espanhol de 1968, 1ª. edição inglesa de 1966).
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945-1948, 2ª. edição (1ª. edição de 1820), 9 v.
- ARRUDA, José Jobson de Andrada *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ARRUDA, José Jobson de Andrada. “Decadência ou Crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII” . In *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (7 a 12 de Julho de 1997). Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1998, vol. 3, pp. 213-228.
- ARRUDA, José Jobson de Andrada. “O Sentido da Colônia. Revisitando a Crise do Antigo Sistema Colonial”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.
- AUGUSTO, Carmen Cecília; GODOY, Luzia; LUZ, Maria Amélia Fernandes; e CAMARGO, Maria Luiza de Andrade. “Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782)”. In *Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos Sedes Sapientiae, 1965-1966, tomo II, pp. 351-390.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História Administrativa do Brasil*. Vol. V. DASP – Centro de Documentação e Informática, 1970.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, 2ª. edição com emendas (1ª. edição de 1909).
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal Econômico – Esboços de História*. Lisboa: Livraria Clássica, 1978, 4ª edição (1ª edição de 1929).
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores-de-engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Área de Publicações CMU / Unicamp, 1997.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e Sobreviver em uma vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- BARRETO, José. “O Discurso Político falsamente atribuído ao marquês de Pombal”. *Revista de História das Ideias: O Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982-1983, vol. 4, tomo 1, pp. 385-422.
- BARROS, Gilberto Leite de. *A cidade e o planalto. Processo de dominância da cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1967, 2v.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BELLOTTO, Manoel Lelo. *Correio Marítimo Hispano-Americano*. Assis: Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Assis, 1971.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista; e FERLINI, Vera Lucia Amaral (orgs.). *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BICALHO, Maria Fernanda. “Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”. In *Almanack Braziliense*, nº. 2, novembro 2005, pp. 21-34.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A Teia Mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1ª edição inglesa de 1969).

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes: 1996 (1ª. edição francesa de 1979).
- BRIOSCHI, Lucila Reis. *Criando historia: paulistas e mineiros no nordeste de São Paulo, 1725-1835*. São Paulo: FFLCH/USP, 1995, tese de doutorado.
- BROADHEAD, Susan Herlin. *Trade and Politics on the Congo coast: 1770-1870*. Boston: Boston University Graduate School / UMI Dissertation Services (cópia mimeografada), 1971.
- BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e Tradições da cidade de São Paulo*. 3 vols. São Paulo: Hucitec / Secretaria Municipal da Cultura, 1991, 4ª. edição (1ª. edição de 1953).
- BRUNO, Ernani Silva. *Viagem ao País dos Paulistas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1966.
- BRUNO, Ernani Silva (org.). *São Paulo. Terra e Povo*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 7 vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963, 2ª edição (1ª edição de 1946).
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Os agregados no tempo dos capitães gerais. O exemplo da cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1978, dissertação de mestrado.
- CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CANABRAVA, Alice P. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. São Paulo: HUCITEC / UNESP / ABPHE, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001, 9ª. edição (1ª. edição de 1964).
- CARDOSO, José Luís. *O Pensamento Econômico em Portugal, nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- CARDOSO, José Luís. *Pensar a Economia em Portugal: digressões históricas*. Lisboa: Difel, 1997.
- CARVALHO, Rómulo de. *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*. Coimbra: Atlântida, 1959.
- CASTRO, Armando Castro. *A dominação inglesa em Portugal. 3 textos do século XVIII em antologia*. Porto: Afrontamento, 1974, 2ª. edição (1ª. edição de 1972), pp. 47-106.
- CEZAR, Adilson. *Notas para a Lavoura Canavieira em Sorocaba*. São Paulo: Fundação Dom Aguirre, 1984.
- CHAVES, Castelo Branco. *Memorialistas portugueses*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa / Secretaria de Estado da Cultura / Ministério da Educação e Cultura, 1978.
- CIDADE, General F. de Paula. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- COELHO, José Maria Latino. “O Marquez de Pombal”. In *O Marquez de Pombal: obra comemorativa da sua morte*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885, primeira parte, pp. 1-515.
- COSTA, Iraci Del Nero da. “Nota sobre a posse de escravos nos engenhos e engenhocas fluminenses (1778). In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB/USP, 1988, nº. 28, pp. 111-113.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.
- CUENCA ESTEBAN, Javier. “The Markets of Latin American Exports, 1790-1820. A Comparative Analysis of International Prices”. In Lyman L. Johnson; e Enrique Tandeter. *Essays on The Price History of Eighteenth-Century Latin America*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1990.
- CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “Política e Administração de 1640 a 1763”. In HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 8 tomos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, 6ª edição (1ª edição de 1960), tomo I: a época colonial, vol. 2: administração, economia e sociedade, pp. 9-44.
- DAMACENO, Daniel Tarifa. *Os facciosos de São Paulo. (Considerações acerca da Bernarda de Francisco Ignácio) 23.05.1822 – 25.08.1822*. São Paulo: FFLCH / USP, 1993, dissertação de mestrado.
- DERRY, T. K. Derry; e WILLIAMS, Trevor I. *Historia de La Tecnología*. 3 vols. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984, 7ª edição (1ª edição em espanhol de 1977; 1ª edição em inglês de 1960).

- DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1ª. edição francesa de 1969).
- DIAS, Madalena Marques. *A formação das elites numa vila colonial paulista: Mogi das Cruzes (1608-1646)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2001, dissertação de mestrado.
- DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1971.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DISNEY, A. R. *A Decadência do Império da Pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981 (1ª edição estadunidense de 1978).
- DORO, Norma Marinovic; LETAIF, Sonia; MARQUES, Vilma Simões. “O Incremento Econômico no Governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797)”. In *Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos Sedes Sapientiae, 1965-1966, tomo II, pp. 414-442.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. 3 vols. Rio de Janeiro: Conquista, 1956, 4ª. edição (1ª. edição de 1932).
- ELIAS, Norbert. *La Sociedad Cortesana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996 (1ª. edição alemã de 1969).
- ELLIS, Myriam Ellis. *O Monopólio do sal no Estado do Brasil*. São Paulo: USP, 1955.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Raça de Gigantes: a civilização no Planalto Paulista*. São Paulo: Editorial Hélios Ltda., 1926.
- ELLIS Jr., Alfredo. *Capítulos da história social de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1944.
- ELLIS Jr., Alfredo; e Miriam Ellis. *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do muar, o ciclo do açúcar*. Biblioteca Academia Paulista de Letras, vol. 11. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979, 2ª edição (1ª edição de 1950).
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.
- FALCON, Francisco José Calazans. “Pombal e o Brasil”. In TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000, pp. 149-166.
- FALCON, Francisco José Calazans. “O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen”. In *Nova Economia*. Belo Horizonte: maio-agosto de 2005. Número 15, pp. 11-34.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 2v. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, 10ª. edição (1ª edição de 1958; 2ª edição revista, alterada e ampliada de 1975).
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento - Fortuna e Família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira Editora, 1998.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo / Brasília: Editora Brasiliense / CNPq, 1988.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização: da América portuguesa ao Brasil, ensaios de interpretação*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000 (tese de livre docência).
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. “São Paulo, de Fronteira a Território: uma Capitania dos Novos Tempos”. In *Laboratório do Mundo: idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, pp. 19-25.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- FERREIRA, Tito Lívio. *História de São Paulo*. São Paulo: Biblos, 1948.
- FERREIRA, Tito Lívio. “Do Morgado de Mateus até a Independência”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 70, 1973, pp. 145-151.
- FLORENCE, Amador. “Municípios paulistas e seus centenários. Progressão colonizadora”. In *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v.52. São Paulo: 1939, pp. 179-208.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra no Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa.”. In *Revista Tempo*, vol. 8, nº. 15, julho-dezembro de 2003.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. 4ª. edição revista (1ª. edição de 1993). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *História das minas de São Paulo: administradores gerais e provedores (séculos xvi e xvii)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1961.
- FRANCO, Maria Sylva de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, 4ª. edição (1ª edição de 1969).
- FRUTUOSO, Eduardo; GUINOTE, Paulo Guinote; LOPES, António. *O movimento do porto de Lisboa e o comércio luso-brasileiro (1769-1836)*. Lisboa: CNPCD, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000, 27ª. edição (1ª. edição de 1959).
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda., 1983.
- GLEZER, Raquel. *Chão de terra – um estudo sobre São Paulo colonial*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992, tese de livre-docência.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Editora Arcádia, S. A. R. L., 1971.
- GONÇALVES, António Custódio. *Le lignage contre l’Etat. Dynamique politique Kongo du XVI^{ème} au XVIII^{ème} siècle*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Universidade de Évora, 1985.
- GOENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1991, 2ª. edição (1ª. edição de 1990).
- HAZARD, Paul. *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. Lisboa: Cosmos, 1948 (1ª. edição francesa de 1934).
- HECKSCHER, Eli F. *La Epoca Mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983, 1ª. Reimpressão (1ª. edição em espanhol de 1943; 1ª. edição sueca de 1931).
- HEINTZE, Beatrix. “Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo (1611-1630)”. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, janeiro/junho, 1984.
- HERMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de 300 anos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- HESPANHA, Antonio Manoel (org.), *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1984.
- HESPANHA, Antonio Manoel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal - séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994 (1ª. edição espanhola de 1989).
- HESPANHA, António Manuel; e SANTOS, Maria Catarina. “Os poderes num império oceânico”. In José Mattoso (org.). *História de Portugal*. 8 vols. Lisboa: Estampa, 1992, vol. 4, pp. 395-413.
- HILTON, Anne. *The Kingdom of Kongo*. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- HIRANO, Sedi. *Castas, estamentos e classes sociais em Marx e Weber*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- HIRANO, Sedi. *Pré-capitalismo e capitalismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005, 19ª edição (1ª edição brasileira de 1977; 1ª edição inglesa de 1962).

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, 5ª. edição, revista (1ª. edição de 1936).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000, 1ª. reimpressão da 3ª. edição de 1990 (1ª. edição de 1945).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 3ª edição (1ª edição de 1957).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “São Paulo”. In Idem (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8 tomos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967, 3ª edição (1ª edição de 1960), tomo II: dispersão e unidade, vol. 2, pp. 415-472.
- JOHNSON, Lyman L.; e TANDETER, Enrique. *Essays on The Price History of Eighteenth-Century Latin America*. New Mexico: University of New Mexico Press, 1990.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo, Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KONSTANTINOV, F. V. *El materialismo histórico*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1978 (1ª. edição soviética de 1951).
- KUZNESOF, Elizabeth. “The role of the merchants in the economics development of São Paulo”. In *Hispanic Historical Review*. Vol. 60, no. 4, nov., 1980.
- KUZNESOF, Elizabeth. *Household economy and urban development. São Paulo (1765-1836)*. Westview Press, 1986.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 6ª edição (1ª edição de 1948).
- LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos Limites da Colonização. Ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado.
- LEMOES, Carlos A. C. “A Casa da Marquesa de Santos em São Paulo”. In *Separata da Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, 1968, nº. 4, pp. 7-14.
- LEONZO, Nanci. “As Companhias de Ordenanças na capitania de São Paulo – das origens ao governo do Morgado de Matheus”. In *Coleção Museu Paulista, série de História vol. 6*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, pp. 124-239.
- LEONZO, Nanci. *Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias*. São Paulo: FFLCH-USP, 1979, tese de doutorado.
- LIMA, Igor Renato Machado de. *O fio e a trama : trabalho e negócios femininos na Vila de São Paulo (1554-1640)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, dissertação de mestrado.
- LINTZ, Marlene Pacca de; CARVALHO, Maria Eulina Marcondes M. de; NOGUEIRA, Sonia. “Aspectos Religiosos do Govêrno do Capitão-General Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802)”. In *Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos Sedes Sapientiae, 1965-1966, tomo II, pp. 443-495.
- LISANTI FILHO, Luís. *Comércio e Capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (o exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz – 1798-1828/9)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1962, tese de doutorado.
- LUKÁCS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975 (1ª. edição alemã de 1923)
- LUNA, Francisco Vidal; e KLEIN, Herbert. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2006 (1ª. edição estadunidense, sob outro título, de 2003).
- MACEDO, Jorge Borges. *A Situação Econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982, 2ª. edição (1ª. edição de 1951).
- MACGAFFEY, Wyatt. *Religion and Society in Central África. The Bakongo of Lower Zaire*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.
- MACHADO, Mônica Tovo Soares. *Angola no período pombalino: o governo de Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho – 1764-1772*. São Paulo: FFLCH-USP, 1998, dissertação de mestrado.

- MAGRO, Osmar Simões. “A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria nas Campanhas do Sul”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura e de Recreação, 1936, ano II, vol. 24, pp. 3-113.
- MAKINO, Miyoko. *Jundiá: povoamento e desenvolvimento (1655-1854)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1991, dissertação de mestrado.
- MARANHO, Milena Fernandes. *A Opulência Relativizada. Significados econômicos e sociais dos níveis de vida dos habitantes da região do Planalto de Piratininga, 1648-1682*. Campinas: UNICAMP, 2001, dissertação de mestrado.
- MARANHO, Milena Fernandes. *O Moinho e o Engenho. São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português (1580-1720)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulistana (1700-1836)*. São Paulo: HUCITEC. Edusp, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edusp, 2006, 2ª. edição (1ª. edição de 1986).
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A Cidade de São Paulo: povoação e população (1750-1850)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora / Edusp, 1974 (1ª edição francesa de 1968).
- MARX, Karl. “Posfácio da Segunda Edição”. In Idem. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988, 3ª. edição (1ª. edição de 1983; 1ª. edição alemã de 1867), volume 1, livro primeiro, pp. 21-27.
- MATOS, Gastão de Melo. “Notícia de alguns memorialistas portugueses do princípio do século XVIII”. In *Nação Portuguesa*. série 6, vol. 1, fasc. 4. Lisboa, 1929.
- MAURO, Frédéric. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973, 3ª. edição (1ª. edição de 1969).
- MAXWELL, Keneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, 2ª. edição (1ª. edição brasileira de 1996; 1ª. edição inglesa de 1995).
- MEDICCI, Ana Paula. *Entre a ‘decadência’ e o ‘florescimento’: a Capitania de São Paulo na interpretação de memorialistas e autoridade públicas (1782/1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2005, dissertação de mestrado.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995 (1ª. edição francesa de 1986).
- MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de, *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII. As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império português no Centro-Sul da América*. Niterói: UFF, 2002, tese de doutorado.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição revista e aumentada (1ª. edição de 1986).
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue. Uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, 2ª. edição revista (1ª. edição de 1989).
- MENDES, Denise. *A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994, dissertação de mestrado.
- MENZ, Maximiliano Mac. “Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação”. In *Afro-Ásia*. nº 32, 2005, pp. 139-158.
- MENZ, Maximiliano Mac. *Entre dois impérios: formação do Rio Grande na crise do antigo sistema colonial (1777-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2006, tese de doutorado.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de São Paulo (1599?-1884). Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- MESGRAVIS, Laima. “Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colonial”. In *Estudos Econômicos*, v. 13. São Paulo: 1983, pp. 799-811.
- MILLER, Joseph C. *Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional / Ministério da Cultura, 1995 (1ª. edição inglesa de 1976).

- MIRANDA, Lílían de Cássia Lisboa. *Governança e edilidade em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Departamento de História / FFLCH / USP, 2002, tese de doutorado.
- MIRANDA, Tiago C. P.. “Estrangeirados. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. *Revista de História*. São Paulo: USP, ago-dez/90 a jan-jul/91, n. 123-124, pp. 35-70.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: a casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, 2ª. edição revista (1ª. edição de 1996).
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (da comunidade a metrópole)*. São Paulo: Difusão Européia, 1970 (1ª edição estadunidense de 1958).
- MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960.
- MOTTA, Arthur. *História da Literatura Brasileira. Época de Transformação. Século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (1ª. edição estadunidense de 1991).
- NÉBIAS, Regina Maria; ISHIKAWA, Shizuko. “Capitão-General Marchal de Campo Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lôbo (17 de abril de 1786- 5 de julho de 1788)”. In *Boletim de História*. São Paulo: Centro de Estudos Históricos Sedes Sapientiae, 1965-1966, tomo II, pp. 391-413.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995, 6ª edição (1ª edição de 1979).
- NOVAIS, Fernando Antônio. “Condições da privacidade na Colônia”. In Idem (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. 4 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1, pp. 14-39.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. “Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo: algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)”. In CARDOSO, J. L. (org.). *Contribuição para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, pp. 63-83.
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.
- PERALTA, Inez Garbuio. *O Caminho do Mar. Subsídios para a História de Cubatão*. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 1973.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento Militar no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.
- PEREIRA, Miguel Baptista. “Iluminismo e secularização”. *Revista de História das Ideias: O Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1982-1983, vol. 4, tomo 2, pp. 439-500.
- PETRONE, Maria Thereza Schoper. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza Schoper. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1976.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.
- PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de Famílias no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, 2ª edição (1ª edição de 1949).

- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Nacional, 1979, 2ª edição (1ª edição de 1972).
- PIZA, A. de Toledo. “Chronicas dos tempos coloniaes. A miséria do sal em São Paulo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 4. São Paulo: IHGSP, 1899, pp. 279-295.
- PIZA, A. de Toledo. “Chronicas dos tempos coloniaes. O militarismo em São Paulo”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 4. São Paulo: IHGSP, 1899, pp. 296-320.
- PIZA, A. de Toledo. “Dois Capitães Generaes e um Ouvidor”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 10, 1906, pp. 266-275.
- PIZA, A. de Toledo. “A Feira de Pilatos”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, vol. 10, 1906, pp. 283-288.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. “Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial”. In *Anais do Museu Paulista*. Tomo 21. São Paulo: Museu Paulista / USP, 1967, pp. 241-262.
- RABELO, Elizabeth Darwiche. *As Elites na Sociedade Paulista na Segunda Metade do Século XVIII*. São Paulo: Safady, 1980.
- REIS, Paulo Pereira dos. *O Caminho Novo da Piedade no Nordeste da Capitania de S. Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- RIBEIRO, Maria da Conceição Martins. *A vida urbana paulistana vista pela administração municipal (1562-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP, 1972, tese de doutorado.
- RICUPERO, Rodrigo M. *Honras e Mercês. Poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2005, tese de doutorado.
- ROCHA, Maria Luiza Franco da. “Biografia de D. Bernardo José Maria de Lorena”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1940, nº. 64, pp. 116-146.
- RODRIGUES, Paulo Miguel. “A Madeira e o Brasil no primeiro quartel do século XIX”. In Alberto Vieira (coord.). *A Madeira e o Brasil: coletânea de estudos*. Funchal: CEHA, 2004, pp. 85-98.
- ROLL, Eric. *História das Doutrinas Econômicas*. Tradução de Cid Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, 3ª edição ampliada (1ª edição brasileira de 1948; 1ª edição inglesa de 1938).
- SAMARA, Eni de Mesquita. “O papel do agregado na região de Itu: 1780-1830”. In *Coleção Museu Paulista, série de História vol. 6*. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1977, pp. 13-121.
- SANT’ANNA, Nuto. “O Beco do Colégio (1554-1935)”. In *Revista do Arquivo do Municipal*. São Paulo: Departamento de Cultura e de Recreação, ano II, vol. 26, pp. 5-74.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo “polido” para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio (1750-c.1800)*. Lisboa/Paris: FCSH/EHESS, 2005, tese de doutorado.
- SANTOS, Corsino Medeiros dos. “Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII”. In *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico do Departamento Artístico-Cultural da Secretaria Municipal da Prefeitura do Município de São Paulo, 1974, vol. 186, ano 37, pp. 145-174.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. “Prefácio”. In *Africae Monumenta: a apropriação da escrita pelos Africanos: volume 1*. Arquivo Caculo Cachenda. Edição, introdução, glossário e textos por Ana Paula Tavares, Catarina Madeira Santos. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (org.). *Pombal Revisitado*. 2 vols. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- SCHMIDT, Carlos Borges. “O Anil – Cultura e indústria em São Paulo, na época colonial”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 44, 1948, pp. 165-174.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*. São Paulo : Editora Perspectiva, 1979 (1ª edição estadunidense de 1973).

- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (1ª edição estadunidense de 1985).
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836): estudo diferencial de demografia histórica das famílias dos proprietários de grandes escravarias do Vale do Paraíba e região da capital de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987, dissertação de mestrado.
- SERRÃO, José Vicente. “O pensamento agrário setecentista (‘pré-fisiocrático’): diagnósticos e soluções propostas”. In CARDOSO, J. L. (ed.). *Contribuições para a História do Pensamento Econômico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, pp. 23-50.
- SILBERT, Albert. *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Horizonte, 1977, 2ª edição (1ª edição portuguesa de 1970; 1ª edição francesa de 1966).
- SILVA, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira / Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808”. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, 2ª edição (1ª edição brasileira de 1997; 1ª edição inglesa de 1984), vol. 1, pp. 477-518.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. “Introdução”. In Idem. *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, tomo 1, pp. xi-iii.
- SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte. de Linhares, 1755-1812*. 2 tomos. Lisboa; Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002 / 2006.
- SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de Bandoleiro a Governador. Relações entre os poderes privado e público em rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – IFCH, 1999, dissertação de mestrado.
- SILVA, Augusto da. “Nobres governadores na vila do Desterro (1738-1807)”. Texto inédito, gentilmente cedido pelo autor, apresentado no (Pequeno) Seminário Internacional Poder Local na Dimensão do Império Português. Promovido pela Cátedra Jaime Cortesão e pelo Projeto Temático Dimensões do Império Português, em 2007.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo: 1554-1880. Discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SIMONSEN, Roberto C. *A História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, 8ª edição (1ª edição de 1937).
- SOARES, Lucas Jannoni. *Presença dos homens livres pobres na sociedade colonial da América portuguesa: São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, dissertação de mestrado.
- SOUSA, Ana Madalena Rosa Barros Trigo de. *O Exercício do Poder Municipal na Madeira e Porto Santo na Época Pombalina e Post-Pombalina*. Funchal: CEHA, 2004.
- SOUSA, Avanete Pereira. *Poder Local, Cidade e Atividades Econômicas (Bahia, século XVIII)*. São Paulo: Departamento de História / FFLCH / USP, 2003, tese de doutorado.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- TAUNAY, Afonso de E. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII (1765-1801)*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1951, 4ª. edição (1ª. edição de 1931), vol. 2, 2 partes.
- TAUNAY, Afonso de E.; CORDEIRO, José Pedro Leite; CAMPOS, Ernesto de Sousa et alii. *São Paulo em Quatro Séculos*. 2 vols. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- THORNTON, John. *The Kingdom of Kongo. Civil War and Transition, 1641-1718*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1983.

- VIEIRA, Armando Mário O.. *Subsídios para a História do Correio Marítimo Português*. Porto: Núcleo Filatélico do Ateneu Comercial do Porto, 1988.
- WHEELER, G. C. “The «Discours Politique» attributed to Pombal”. In *The English Historical Review*. 1904. Vol. 19, n. 73, p. 128-131.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 2ª edição (1ª edição de 1951).
- ZENHA, Edmundo. *O município no Brasil (1532-1700)*. São Paulo: Instituto progresso Editorial S. A., 1948.